

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ARQUITETURA DA PAISAGEM E MODERNIDADE:

**Um estudo sobre representações e memória das Praças de Pelotas
(1860-1930)**

Maria Regina Paradedda

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História do Brasil – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da PUCRS, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre.

Prof. Orientador :

Dra. Maria Lúcia Bastos Kern

Porto Alegre, agosto de 2003.

AGRADECIMENTOS

À Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, pelo suporte financeiro.

À Prof^a. Maria Lúcia Bastos Kern, pela sua orientação criteriosa e que através de seus ensinamentos proporcionou-me a descoberta de novas caminhos do conhecimento.

Ao Prof. Charles Monteiro do curso de Pós-graduação e História da PUC pelo privilégio de seu convívio e por me transmitir o gosto pelas crônicas sobre cidades.

Aos amigos da Faculdade de Arquitetura da PUC, pelo companheirismo e apoio, professores Nara Machado, Paulo Regal, Leila Mattar, Raquel Lima, Renato Menegotto, Guilherme Takeda, Paulo Bicca e Cláudio Mondin. Em especial ao Ivan Mizoguchi, a primeira pessoa que me incentivou a realizar o curso de mestrado e pela amizade de muito tempo. A amiga Rosane Bauer que me apoiou irrestritamente em todos os momentos.

À Glenda Cruz, Marcos Heckmann e José Albano Volkmer, pelas conversas e aprendizado, e em especial à minha amiga Geny Uehara pela contribuição, apoio e ajuda na elaboração deste trabalho.

À Carla Pereira, pela sua atenção, e à digitadora Bete Piranema, pela sua paciência e amizade que demonstrou durante a execução do trabalho.

À minha família, que me acompanhou na realização desta dissertação com

apoio e carinho em todos os momentos, em especial à minha mãe, Maria de Lourdes, pela ajuda na coleta de dados, aos meus filhos, Paula, pelo apoio firme nas horas necessárias, Diego, pelas conversas intermináveis na troca de idéias e Joana, pela ajuda na elaboração gráfica, e a todos aqueles que de alguma forma também colaboraram.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo o estudo dos principais espaços públicos urbanos, representados pelas praças centrais da cidade de Pelotas, no período de 1860 à 1930. Nesta época a crescente ocupação urbana, produzida pela prosperidade econômica, mudanças sociais e culturais, conduziram à organização espacial da cidade, representada pela malha urbana e edificações arquitetônicas. Os usos e as formas compositivas das praças em estudo, mantêm uma relação estrita, recíproca para a configuração de uma identidade urbana própria.

Parte deste trabalho dedica-se a apreciar o conceito de paisagem urbana, tentando desvendar as complexas tramas que envolvem as relações dos seres humanos com a natureza, bem como a construção da paisagem destes lugares.

ABSTRACT

The aim of this investigation is to study the public urban spaces that are represented by the squares located in the central of the city of Pelotas built under the period between 1860 and 1930. At that time, the economic prosperity provoked a significant urban growth. The social and cultural organizations that came up with the urban growth, together with the spatial organization of the buildings and the streets helped to influence the final shape of the areas, and the consequent appropriation of these squares by the users.

Through the analysis of the urban space concept that these areas embody, this study aims to understand the complex relationship between people and nature established in these spaces. Key words: prosperity, public space, nature, appropriation.

LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Rio Grande Português	141
Mapa 02: Região de Pelotas	142
Detalhe do mapa	142
Mapa 03: Rio Grande do Sul – 4 municípios	144
Mapa 04: Região de Pelotas com localização das charqueadas	146
Mapa 05: Município com localização das sesmarias	148
Mapa 06: Planta do rio São Gonçalo e arroio Pelotas	148
Mapa 07: Planta do rio São Gonçalo na província do Rio Grande do Sul	152
Mapa 08: Planta da Freguesia de São Francisco de Paula	156
Mapa 09: Plano do terreno pertencente ao Sr. Major Manuel Soares	157
Mapa 10: Primeiros traçados urbanos de Pelotas	166
Mapa 11: Planta da cidade de Pelotas	169
Mapa 12: Planta urbana	169
Mapa 13: Pelotas e seus arrabaldes	171
Mapa 14: Planta de Pelotas	171
Mapa 15: Plano diretor da cidade de Pelotas	172
Mapa 16: Planta baixa da Praça Coronel Pedro Osório	237
Mapa 17: Planta baixa da Praça José Bonifácio	279
Mapa 18: Planta baixa da Praça Júlio de Castilhos	290
Mapa 19: Planta baixa da Praça Piratinino de Almeida	305

Mapa 20: Traçado do antigo terreno do hospital da Praça Piratinino de Almeida	306
Mapa 21: Planta baixa Praça Cipriano Barcelos	322

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Vaux-le-Vicomte (1650-1661)	73
Figura 02: Plano de Versailles (1661-1665)	74
Figura 03: Praça Campidoglio	88
Figura 04: Piazza de la Signoria – Florença/Itália	89
Figura 05: Plaza Mayor – Barcelona/Espanha	89
Figura 06: Place de Vosges – Paris/França	89
Figura 07: Praça Paris	100
Figura 08: Praça da Liberdade – Belo Horizonte/MG	101
Figura 09: Praça da Liberdade – Belo Horizonte/MG	102
Figura 10: Praça da Liberdade – Belo Horizonte/MG	103
Figura 11: Praça da República – São Paulo	105
Figura 12: Jardim Público – Rio de Janeiro	110
Figura 13: Pelota segundo Wendroth	128
Figura 14: Canoa brasileira de couro – Pelota	128
Figura 15: Cenas da vida campestre de Wendroth	128
Figura 16: Travessia de um rio numa viagem ao Sul	129
Figura 17: Pelota	132
Figura 18: Viajantes da província do Rio Grande do Sul	132
Figura 19: Engenho de carne seca brasileira	133
Figura 20: Passo dos Negros	133
Figura 21: Parte da antiga povoação de Pelotas	150

Figura 22: Cenas da vida cotidiana no Passo dos Negros	158
Figura 23: Visão serial. Eixos da Praça Coronel Pedro Osório, Praça da Matriz e Praça Júlio de Castilhos	174
Figura 24: Antigo bebedouro público	178
Figura 25: Bonde puxado a cavalo ,.....	185
Figura 26: Bondes elétricos	185
Figura 27: Bondes no Mercado Público	185
Figura 28: Teatro São Francisco de Paula	206
Figura 29: Teatro Sete de Abril	208
Figura 30: Teatro Sete de Abril (2002)	208
Figura 31: Câmara Municipal e Biblioteca Pública	211
Figura 32: Edifício da Intendência	211
Figura 33: Prefeitura Municipal	211
Figura 34: Biblioteca Pública (1922)	212
Figura 35: Palacete da Biblioteca Pública	212
Figura 36: Biblioteca Pública (2003)	212
Figura 37: Rua Félix da Cunha	213
Figura 38: Tomada da Intendência Praça Coronel Pedro Osório	216
Figura 39: Entrada de Zeca Neto	216
Figura 40: Praça Coronel Pedro Osório	216
Figura 41: Antigo Mercado Central de Pelotas	218
Figura 42: Mercado Público	218
Figura 43: Mercado Público “Water Closet”	218
Figura 44: Rua Marechal Floriano	220
Figura 45: Rua Félix da Cunha	220
Figura 46: Propaganda Funerária	220
Figura 47: Banco do Brasil	222
Figura 48: Banco da Província	222

Figura 49: Conjuntos de casarões da Praça Coronel Pedro Osório	223
Figura 50: Conjuntos de casarões da Praça Coronel Pedro Osório	223
Figura 51: Casarão do Barão São Luís	223
Figura 52: Visual sul-norte da Rua Félix da Cunha	224
Figura 53: Visual norte-sul da Rua Félix da Cunha	224
Figura 54: Visual norte-sul da Rua Félix da Cunha (2002)	224
Figura 55: Casarão residencial da Família Assumpção	227
Figura 56: Rua Marechal Floriano – Recreio Pelotense na Praça Coronel Pedro Osório	227
Figura 57: Palacete do Clube Caixeiral na Praça da República	231
Figura 58: Praça Coronel Pedro Osório – ao fundo o Clube Caixeiral	231
Figura 59: Clube Caixeiral (2002)	231
Figura 60: Praça Rua XV de Novembro – Confeitaria Brasil ao fundo	232
Figura 61: Confeitaria Brasil	232
Figura 62: Grande Hotel	234
Figura 63: Vista aérea da cidade	238
Figura 64: Praça Coronel Pedro Osório com Rua XV de Novembro	240
Figura 65: Visual da Rua Marechal Floriano com Rua XV de Novembro	242
Figura 66: Visual da Rua XV de Novembro	242
Figura 67: Chafariz – Fonte das Nereidas	247
Figura 68: Detalhe do Chafariz	247
Figura 69: Jardins da Praça da República	249
Figura 70: Chafariz das Nereidas	252
Figura 71: Jardins da Praça da República	252
Figura 72: Largo da Praça da República	254
Figura 73: Largo da Praça da República (1927)	254
Figura 74: Largo da Praça da República	255
Figura 75: Largo da Praça da República (2002)	255

Figura 76: Monumento à Yolanda Pereira na Praça Coronel Pedro Osório	259
Figura 77: Monumento à Yolanda Pereira (2003)	259
Figura 78: Jardins de Bernarth Hall – Conway/Inglaterra	263
Figura 79: Trecho da Praça da República	263
Figura 80: Monumento ao Coronel Pedro Osório	264
Figura 81: Monumento a Domingos José de Almeida	264
Figura 82: Monumento ao Dr. Urbano Garcia	264
Figura 83: Vista panorâmica Praça Coronel Pedro Osório	270
Figura 84: Praça da Matriz	275
Figura 85: A Festa da Luz	275
Figura 86: Os Leilões do Divino Espírito Santo	275
Figura 87: Vista da Praça José Bonifácio com a Catedral ao fundo	279
Figura 88: Prédio do Instituto São Benedito e Episcopado	281
Figura 89: Visual oeste-leste da Rua Senador Mendonça	281
Figura 90: Visual leste-oeste da Rua Dr. Miguel Barcelos	281
Figura 91: Prédios residenciais na Rua Félix da Cunha	283
Figura 92: Centro Espírita na Rua Félix da Cunha	283
Figura 93: Catedral São Francisco de Paula	285
Figura 94: Catedral São Francisco de Paula	285
Figura 95: Catedral São Francisco de Paula (anos 50)	285
Figura 96: Catedral vista geral (2003)	287
Figura 97: Busto de José Bonifácio na Praça José Bonifácio	287
Figura 98: Praça Júlio de Castilhos, Escola João Afonso	293
Figura 99: Praça Júlio de Castilhos vista interna (2003)	293
Figura 100: Asilo de Mendigos	295
Figura 101: Asilo de Mendigos (2003)	295
Figura 102: Igreja Evangélica	295

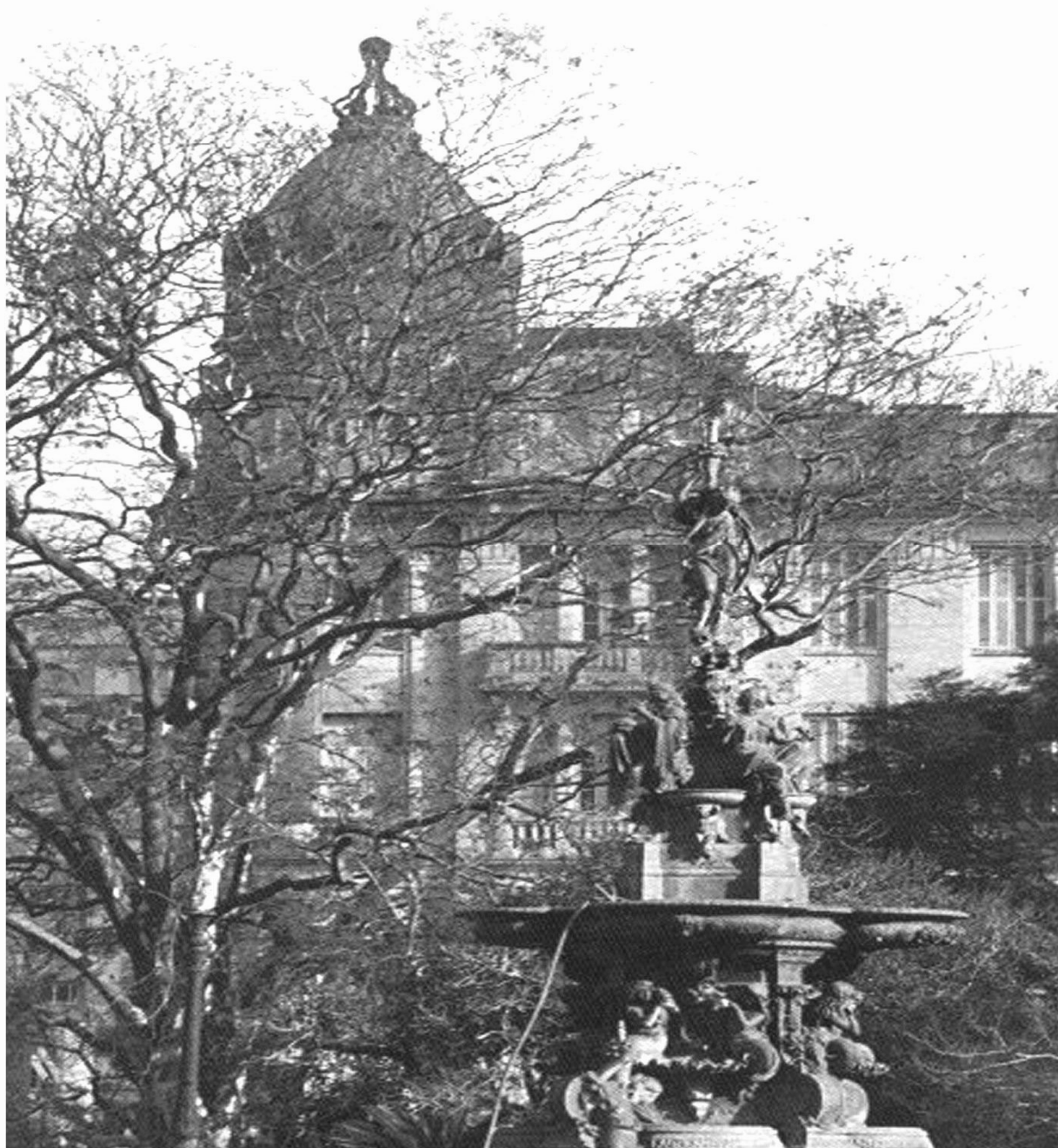
Figura 103: Sport Clube Pelotas	297
Figura 104: Residência em estilo historicista eclético	297
Figura 105: Vista leste-oeste da Av. Bento Gonçalves	299
Figura 106: Sanitário na Praça Júlio de Castilhos	299
Figura 107: Santa Casa de Misericórdia	310
Figura 108: Santa Casa de Misericórdia	310
Figura 109: Santa Casa de Misericórdia (2001)	310
Figura 110: Visual sul-norte da Rua Santa Tecla	311
Figura 111: Visual leste-oeste da Rua Sete de Setembro	311
Figura 112: visual sul-norte Rua Santos Dumont	311
Figura 113: Visual sul-norte da Rua Santa Tecla	313
Figura 114: Visual leste-oeste da Rua General Neto	313
Figura 115: Caixa d'água de ferro	316
Figura 116: Detalhe do mirante da caixa d'água	316
Figura 117: Detalhe da escada da caixa d'água	316
Figura 118: Santa Casa	318
Figura 119: Santa Casa e a praça	318
Figura 120: Praça Piratinino de Almeida	318
Figura 121: Vista interna da Praça Piratinino de Almeida	319
Figura 122: Ponte de Pedra sobre arroio Santa Bárbara	324
Figura 123: Cia. Cervejaria Ritter	324
Figura 124: Prédio residencial Rua Santa Tecla	327
Figura 125: Residência da Família Trápaga	327
Figura 126: Uma das primeiras vilas urbanas	329
Figura 127: O arvoredado e o chafariz da Praça Cipriano Barcelos	331
Figura 128: O Chafariz da Praça Cipriano Barcelos	331
Figura 129: O Chafariz da Praça Cipriano Barcelos	331

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 AS CIDADES MODERNAS E OS NOVOS OLHARES SOBRE A NATUREZA	39
1.1 A Modernidade e os espaços urbanos	39
1.2 O Espaço urbano moderno: paisagem e jardim	62
1.3 O Espaço da Praça, dentro da malha urbana	83
1.4 Praças do Brasil	93
1.5 Da Praça para o Espaço do Jardim Público	107
2 PELOTAS E A CONSTRUÇÃO DE SEUS ESPAÇOS	116
2.1 A Construção da Paisagem no século XIX	116
2.1.1 A Paisagem da região	119
2.2 Progresso de Ocupação do lugar chamado de Rincão das Pelotas e suas representações	137
2.3 Início da povoação de São Francisco de Paula	151
2.4 O Progresso chega a Pelotas	160
2.4.1 Espaços urbanos públicos de Pelotas	160
2.4.2 Implantação de infra-estrutura: água, esgoto, iluminação	176
2.4.3 Novas imagens nas ruas: transportes	181
2.4.4 Pavimentação e arborização das ruas	186
2.4.5 O Carnaval do povo e da praça	188
2.4.6 Salubridade versus estética	193
3 ESTUDO DE CASO	197
3.1 Método de interpretação dos espaços públicos em relação à cidade	198
3.1.1 Método de leitura do espaço da Praça	200
3.2 Praça Coronel Pedro Osório	201
3.2.1 O Percurso do observador pelas ruas que delimitam a Praça	235
3.2.2 O Processo de transformação do espaço da Praça	245
3.2.3 Estudo do traçado e os estilos dos seus jardins	260
3.2.4 Conclusão e nova leitura do espaço	268
3.3 Praça da Matriz	
3.3.1 A Configuração do espaço da Praça e seu principal espaço arquitetônico	

– a Catedral	271
3.3.2 O Percurso do observador pelas ruas que delimitam a Praça	277
3.3.3 Transformação e traçado do espaço da Praça	284
3.4 Praça Júlio de Castilhos	288
3.4.1 A Praça e seu entorno	289
3.4.2 O Processo de desenvolvimento e seu traçado	300
3.4.3 Rever o espaço	303
3.5 Praça Piratinino de Almeida	303
3.5.1 O Percurso do observador pelas ruas que delimitam a Praça	307
3.5.2 Transformação e traçado do espaço da Praça	314
3.5.3 Rever o espaço	317
3.6 Praça Cipriano Barcelos	320
3.6.1 O Percurso do observador pelas ruas limites à Praça	325
3.6.2 A Praça, seu estilo e seu processo de desenvolvimento	328
CONCLUSÃO	333
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	342

ARQUITETURA DA
PAISAGEM E
MODERNIDADE



UM ESTUDO SOBRE REPRESENTAÇÕES
E MEMÓRIA DAS PRAÇAS DE PELOTAS
1 8 6 0 - 1 9 3 0

INTRODUÇÃO

Praças, o que são?

Espaços vazios urbanos?
Espaços de passagem?
Espaços de sociabilidade?
Lugares públicos?

Praças são espaços do contar o cotidiano,

do narrar mudanças na sociedade,
do lazer e do convívio,
da frivolidade,
do ver e ser visto,
do flunar.

Praças representam a natureza domesticada,

os hábitos de um povo hoje, baseados
no ontem e projetados para o amanhã.

Praças agrupam retratos morfológicos,

categorias sociais,
flora e fauna.

Praças estabelecem lugares, espaços, territórios,

oferecem significados às cidades,
identidade a grupos,
produzem memória.

Várias são as definições e os conceitos para definir o espaço urbano público, não edificado referentes à palavra *praça*¹, em português; *place royale*, em francês; *piazza*, em italiano; *plaza mayor*, em espanhol; ou *square*, em inglês. Entretanto poucos são os pesquisadores que se dedicam ao estudo sobre os espaços abertos públicos urbanos, e, por isso, o interesse desta pesquisa em focalizar as praças, especificamente em Pelotas, no período de 1860 a 1930.

O presente trabalho investiga as praças, como formas desenhadas dentro da malha urbana, o papel que desempenham nesse contexto e os processos de mudanças que sofreram no decorrer do tempo. A praça é um elemento morfológico e distingue-se de outros espaços pela organização espacial e pela intencionalidade de desenho. Se a rua é um lugar de circulação, a praça é um lugar de encontros, de permanência; de acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações da vida urbana, da comunidade, de prestígio, de práticas de lazer, de recreação; logo, um espaço de funções estruturantes.

Sem o conhecimento da morfologia e da história das formas urbanas, não podemos investigar e trazer resultados concretos para o estudo desses espaços, tão relevantes dentro do contexto da cidade. A praça é um elemento de grande permanência; portanto, ela se constitui em espaços que se reportam à criação das cidades.

A presente dissertação propõe uma pesquisa mais ampla sobre a paisagem urbana na qual as praças e os parques estão inseridos. O resultado do desenho das praças exige o domínio profundo nas áreas de conhecimento da arquitetura e da história de uma sociedade. O processo de formação desses espaços é histórico e cultural, pois se interliga às formas utilizadas no passado e que hoje estão disponíveis como material de pesquisa e de trabalho para a formação de novos

¹ **Praça**: lugar público, cercado de edifícios, para recreação, descanso, com equipamentos urbanos. Pode ter uso civil, militar ou religioso; **place royale**, formada pelo enquadramento das construções e tem o objetivo de destacar a monumental estátua do rei, localizada no centro do espaço; **piazza**, local seco, rodeado por prédios, com poucas entradas de acesso, localizado de preferência no centro da cidade, com uma faixa de prédios de alturas baixas, com pequenas variações, que se apóiam em pilares; **plaza mayor**, local seco, rodeado por construções com plantas e fachadas uniformes e regulares, com **loggias**, possuindo pequenas entradas de acesso, concebida como local de mercado, festas reais, canonizações e jogos; **squares**, recinto ajardinado e cercado, embutido numa trama de ruas residenciais, ostentando construções uniformes.

espaços urbanos.

A cidade moderna desencadeia novas formas de liberdade e de mobilidade, abrindo enorme leque de experiências e atividades para as populações urbanas, mas o homem, no espaço urbano moderno, precisa estar em sintonia com esse espaço. A paisagem humanizada é um patrimônio coletivo, e os cidadãos têm direito a viver em ambientes esteticamente qualificados.

As praças constituem redutos carregados de simbologias, em sua estrutura simples e singular, oferecendo ao homem a possibilidade de ele voltar ao passado e relembrar sua história, de modo sensível e, ao mesmo tempo, rico em lembranças misturadas ao momento presente.

Para a análise dos espaços públicos urbanos de Pelotas, precisávamos de um ponto de partida para compreender seus significados, seus conceitos, suas especificidades. Para isso, valemo-nos das dissertações de mestrado e das teses de doutorado que abordaram o tema da cidade, sua arquitetura, suas transformações urbanas, sua história. O estudo de maior valia para nós foi a dissertação de Glenda Pereira da Cruz², em que a autora analisa o espaço produzido por uma dada formação econômico-social do Rio Grande do Sul, com ênfase especial na produção edificatória de Pelotas, no período de 1895 a 1916.

A dissertação de Andrey Rosenthal Schlee³ forneceu-nos dados sobre a arquitetura pelotense até as décadas de 30 e 40, visto que faz uma rigorosa análise sobre o desenvolvimento urbano e a arquitetura historicista eclética desse período.

No mesmo tema, mas com outro enfoque, a dissertação de Carlos Alberto Ávila Santos⁴ deu-nos subsídios sobre um estudo iconológico das fachadas arquitetônicas da cidade.

2 CRUZ, Glenda Pereira da. **Espaço Construído e a Formação Econômico-Social do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: PROPUR/UFRGS, 1984.

3 SCHLEE, Andrey Rosenthal. **O Eclétismo na Arquitetura Pelotense até as Décadas de 30 e 40**. Porto Alegre: PROPUR/UFRGS, 1994.

4 SANTOS, Carlos Alberto Ávila. **Espelhos, Máscaras, Vitrines: estudo iconológico das fachadas arquitetônicas. Pelotas 1870-1930**. Porto Alegre: PROPUR/UFRGS, 1997.

Eduardo Rocha⁵ desenvolveu em sua dissertação, *A Praça no Espaço Urbano*, sob a orientação de Gilberto Yunes, um estudo sobre os conceitos de praças em geral e uma revisão sobre as praças do Rio Grande do Sul.

A tese de doutorado de Francisca Ferreira Michelin⁶ trata do tema da modernidade, através das fotografias registradas em Pelotas, onde ela relata o desenvolvimento da cidade através de fotos.

Como vemos, vários são os trabalhos sobre a cidade, mas sobre o nosso tema específico, as praças de Pelotas, não existem pesquisas, mas apenas referências, já que o objeto de estudo desses trabalhos é a cidade.

Para a elaboração de nosso tema, tivemos que pesquisar em livros estrangeiros, principalmente por não terem sido realizadas muitas pesquisas no nosso país.

Pela inexistência de estudos sobre as praças de Pelotas, temos como meta principal preencher essa lacuna hoje existente. Fizemos o levantamento e buscamos a compreensão da história da paisagem urbana, com enfoque nas praças centrais de Pelotas, no período de 1860 a 1930, quando a cidade apresentava poder econômico e cultural compatível com qualquer cidade importante brasileira.

No estudo que ora propomos, abordaremos a leitura simultânea do papel urbano nos espaços analisados, sua relação com o entorno e com a estrutura espacial da cidade, sua inserção na paisagem que a gerou e sobre a qual atua. Analisaremos seu histórico e sua formação com ênfase nos aspectos funcional e formal; sua relação com as ruas do entorno e com o espaço viário da cidade e com os visuais de interesse interno e externo das praças. Com esses dados levantados, faremos uma análise do espaço físico ocupado pelas praças em estudo.

Em contrapartida, teremos que fazer uma análise da apropriação do espaço público urbano pelas novas funções, como o lazer e a recreação, impostas por um

5 ROCHA, Eduardo. *A Praça no Espaço Urbano. Limites, Caminhos e Centralidade no Desenho das cidades da Região Sul do Rio Grande do Sul*. Pelotas: UFPEL, 1998.

6 MICHELON, Francisca Ferreira. *Cidade de Papel. A modernidade nas fotografias impressas em Pelotas (1913-1930)*. Porto Alegre: PUCRS, 2001.

rápido crescimento populacional, decorrentes da industrialização e da nova situação econômica nesse momento.

A natureza passou a ficar mais longe dos seus habitantes, por uma crescente extensão do perímetro urbano das cidades. Isso fez com que procurassem trazer, de alguma maneira, essa natureza, domesticada, para dentro das cidades. Surge, então, o paisagismo como especialidade; tema de estudos.

As praças não existiam sem seu uso pelas pessoas; logo são espaços de sociabilidade. Ocorre um processo contínuo de alteração do espaço e da paisagem em função das necessidades da sociedade em diferentes períodos de tempo, podendo ser utilizados de diferentes maneiras, renovando, alterando, ou, até mesmo, suprimindo-as, dando origem a novas paisagens.

Para uma boa análise dos espaços públicos urbanos de Pelotas, o fator social é de fundamental importância. Os hábitos sociais, o comportamento e os usos de uma determinada classe social, nesse caso, de uma classe dominante, é que irão estabelecer e definir esses espaços.

Os valores estéticos são culturais; estão ligados ao mundo social a partir de conhecimentos e convenções. Estudar a cultura da sociedade de Pelotas será outro dos objetivos deste trabalho.

Segundo Bernard Lepetit, o passado, reconfigurado no presente, adquire um estatuto hipotético, pois não pode ser transposto igual ao que existiu. O futuro será projetado à imagem de hoje, porém, quando ele vira presente, terá um sentido novo no espaço social de agora. Ele lança um desafio aos pesquisadores dizendo que:

“Gostaria de ver nesse modelo temporal esboçado um objeto de pesquisa para a História. Sua fecundidade epistemológica precisa ser testada com cuidado, mas parece-me, já, que ele poderia ser proveitoso para a hermenêutica da consciência histórica de hoje – pois, se ele tem alguma validade, é exatamente aí que cabe verificar”.⁷

7 LEPETIT, Bernard. *Por uma Nova História Urbana*. (org) Heliana Angotti Salgueiro. São Paulo: Edusp, 2001. p. 133.

Como profissional da área, empenhada na sua prática, transmito meu entusiasmo, riscando soluções e tentando resolver os problemas e questionamentos no desenho dos espaços públicos urbanos. O arquiteto faz do espaço urbano sua meta de trabalho, para o qual contribui com seu desenho, sua sensibilidade, sua criatividade, numa capacidade de síntese e de visão global da cidade. Mas também faz uma experiência ligada ao presente e ao passado, os quais conhece a partir da vivência da cidade, onde a História é uma fonte inesgotável de aprendizado e reflexão.

Analisar o espaço das cinco praças centrais da cidade implica, necessariamente, a existência de instrumentos de interpretação que permitam organizar e estruturar os elementos apreendidos. Os espaços das praças são objetos de múltiplas interpretações, e os instrumentos utilizados permitem ressaltar os fenômenos implicados na sua produção e configuração. As inúmeras significações que se encontram no meio urbano correspondem aos inúmeros fenômenos que os originam, desde os usos e as funções dos espaços até as formas de sociabilidade.

O cruzamento de informações históricas, como a produção do desenho do espaço das praças, é tão complexo como o da cidade. Na produção das formas urbanas, existe sempre um fenômeno que é preponderante e que assume maior destaque no estudo desses espaços. Analisar a idéia de salubrismo, de modernidade e verificar a sua conformidade com as práticas efetivadas, aprofundar o estudo sobre a organização das praças elaboradas no século XIX e suas modificações no decorrer dos anos, impostas pelos novos usos por parte de uma classe média em ascensão, de uma classe pobre resultante de negros alforriados e que correspondiam a um número significativo da população pelotense de imigrantes vindos do campo para a cidade, são fenômenos importantes para a significação desses espaços e têm de ser estudados.

A cidade em que vivemos, com sua paisagem urbana, composta pela sua arquitetura e por seus espaços abertos públicos, por si só, se perderia no tempo se não houvesse a sobreposição de histórias, culturas, que tramam e organizam nossa fruição no cotidiano. A arquitetura edificada ou representada nas praças é uma forma de organização das referências culturais e seu posicionamento crítico junto ao

ambiente natural. Para Vitruvius, “*Seria um instrumento de medida e ordenação da cultura humana frente ao universo*”.⁸

Traçamos paralelos entre os espaços vazios e os espaços cheios urbanos, pois eles se complementam e estão indissociáveis, e, a partir do momento em que a cidade começa a se configurar com funções como de poder, com a implantação do Pelourinho, ou religiosas, com a edificação da igreja, nesse momento, também são delineadas e demarcadas as suas praças. Mas nosso estudo começa antes, quando os primeiros desbravadores chegaram à região, com seus sonhos e esperanças de um mundo novo. A possibilidade de disciplinar e organizar a natureza por eles encontrada, e nela intervir, para a elaboração de um núcleo urbano leva à criação de uma paisagem urbana, que se desenvolve e se modifica de acordo com as necessidades e as novas formas de organização social se adaptando às novas tecnologias que surgiam.

Nas cidades ditas modernas há necessidade de uma reconcepção dessas cidades, frente às novas tecnologias que surgem. O essencial na cidade moderna é que ela é projetada. Não é mais a cidade existente que importa, mas os conceitos empregados para definir a cidade tal como deveria existir.

O presente estudo investiga as praças, enquanto objeto das transformações advindas da modernidade, como a implantação da natureza domesticada através do cuidado e do trato com a escolha da vegetação, com os meios de transporte a sua volta, com os equipamentos urbanos para o uso público, com a iluminação, etc.

Os avanços tecnológicos conquistados pela sociedade moderna não se intimidam frente aos fatores condicionantes ou limitantes da natureza. O homem consegue superar, transformar ou minimizar fatores limitantes da natureza transportada para seus espaços urbanos.

Como último objetivo, temos em mente que este trabalho possa estimular outros, na área do paisagismo, com levantamentos e análises dos espaços públicos abertos

⁸ DUARTE, Fábio. *Arquitetura e Tecnologias de Informação: da revolução industrial à revolução digital*. São Paulo: FAPESP/Editora da UNICAMP, 1999. p. 13.

em outras cidades, ou mesmo na continuação deste trabalho na cidade de Pelotas.

“A praça como tal, para reunião de gente e para exercício de um sem número de atividades diferentes, surgiu entre nós, de maneira marcante e típica, diante de capelas ou igrejas, de conventos ou irmandades religiosas. Destacava, aqui e ali, na paisagem urbana estes estabelecimentos de prestígio social. Realçava-lhes os edifícios; acolhia os seus freqüentadores.”⁹

Na busca de definições para uma análise de situações e referências que permita o entendimento total dos espaços urbanos públicos, teremos de nos basear em algumas considerações teóricas.

O primeiro item que devemos abordar é o conceito de natureza e paisagem.

“A natureza se converte em paisagem quando se descreve ou se percebe os limites referentes às suas peculiaridades fisiográficas ou ambientais. A paisagem muda conforme estas peculiaridades e também da influência histórica do homem. Conseqüentemente, a paisagem é um reflexo dos sistemas climáticos, naturais e sociais.”¹⁰

Na concepção grega de mundo formulada por Platão e sistematizada por Aristóteles e pelos Alexandrinos até o século XVI, a natureza tinha uma misteriosa correspondência entre o humano e o divino, entre o mundo físico e o espiritual, entre o microcosmo (homem) e o macrocosmo (universo). A natureza representava uma causa final e não podia ser explicada; só Deus tinha esse poder.

Na Renascença há outra cosmovisão da natureza: **espírito** e **matéria** tornam-se entidades separadas, e o mundo mecânico, objetivo, físico é identificado com a natureza.

No imaginário dos séculos XVI e XVII, no momento em que o homem dominava a natureza, a mata representava um obstáculo ao desenvolvimento urbano, pois era habitada por seres bárbaros e animais selvagens e destruí-la seria o caminho rumo

9 MARX, Murilo. **Cidade Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos/Edusp, 1998. p. 50.

10 LAURIE, Michel. **Introducción a la arquitectura del paisagem**. Barcelona: Gustavo Gili, 1982. p. 11.

à civilidade. Na Europa dos séculos XVII e XVIII, as manifestações de apreço à natureza e à paisagem eram incentivadas. Tornavam-se hábito passeios ou temporadas no campo durante o verão, o que era uma relação positiva com a natureza, mas impunha a capacidade de percepção de uma das suas dimensões: a paisagem. Em fins do século XVIII, o apreço pela natureza particularmente pela natureza selvagem, convertera-se numa espécie de ato religioso. “*A natureza não era só bela; era moralmente benéfica.*”¹¹

A pintura vai servir como um valioso instrumento para poder entender o sentido de paisagem, o qual foi sempre associado ao belo, ao paraíso. Nicolas Poussin e Claude Lorrain foram os artistas da “paisagem ideal”, isto é, espirituais com alusões e alegorias da mitologia antiga, animada por construções e pela presença da natureza.

“Foi Claude Lorrain quem abriu primeiro os olhos das pessoas para a beleza sublime da natureza e por quase um século após sua morte os viajantes costumavam julgar um trecho da paisagem real de acordo com os padrões por ele fixados em suas telas [...] A paisagem ou um jardim que os fazia pensar em Claude Lorrain chamavam pinturesco – idêntico a uma pintura – mais tarde pitoresco.”¹²

A partir do século XVII, na Inglaterra surge um novo conceito de paisagem: as “paisagens práticas”, de caráter técnico, produtivo; e as “paisagens estéticas”, de caráter contemplativo, místico, paisagens que criavam novos horizontes, com beleza e requinte.

Podemos dizer que os aspectos estéticos são culturais e ligados ao novo mundo particular de valores e conhecimentos, e estes variam com o tempo. O interesse do homem pela paisagem tem raízes existenciais, ou seja, origina-se de uma necessidade de manter relações com o ambiente que o rodeia, colocando um sentido e uma ordem nele. Segundo Milton Santos: “(...) *considerando um ponto determinado no tempo, uma paisagem representa diferentes momentos de uma*

11 CORBIN, Alain. *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 37.

12 GOMBRICH, Ernest Haus. *A História da arte*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 309-10.

sociedade. A paisagem é o resultado de uma acumulação de tempos."¹³ Ele se refere à paisagem geográfica.

A partir do século XVIII, em decorrência da revolução industrial, há uma modificação drástica na distribuição da população entre as vilas e cidades. As cidades eram habitadas por uma pequena minoria da população vigente, que eram a elite dirigente – os líderes religiosos, políticos, militares e comerciais – e o setor de trabalhadores, artesãos e profissionais que serviam a esses dirigentes. Era do trabalho dos camponeses que essa elite obtinha sua subsistência e poder, obrigando-os a pagarem impostos. Esse sistema perdurou até o final do século XVIII. É a partir do século XIX, que as cidades começam a sofrer modificações no seu traçado urbano. *"A revolução urbana que começou na segunda metade do século XIX culminou em uma renovação qualitativa das cidades: uma extensa área urbana com um denso núcleo central."*¹⁴

O duplo estímulo da especialização e da cooperação do trabalho provocou uma grande onda de emigração do campo para a cidade em todo o mundo, principalmente nos países adiantados, levando a um aumento significativo das cidades e a uma densificação populacional das áreas centrais, modificando totalmente a paisagem urbana. A paisagem urbana é formada por um conjunto de elementos artificiais, produzidos pelo homem, e apresenta-se de forma fragmentada a cada observador, além de associar-se a valores afetivos diferentes para cada indivíduo. Dependendo da escala em que a paisagem se encontra nem sempre conseguimos visualizar a totalidade com um olhar, mas, mesmo se encontrando no nosso campo de visão, a tendência é dividir essa paisagem em frações, criando uma paisagem serial, que vai se modificando conforme o nosso deslocamento, luminosidade apresentada nas mais diversas horas do dia ou da noite, da altura ou do encontro do nosso olhar. Essa visão serial vai ser muito importante na análise desses espaços.

A paisagem urbana é condicionada não só pela percepção de cada indivíduo, mas também varia de acordo com as transformações sociais, econômicas, políticas,

13 SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1982. p. 37-39.

14 BLUMENFELD, Haus apud KNOFF, Alfred A. (org.). *Cidades: A Urbanização da Humanidade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. p. 52.

culturais e suas formas simbólicas de representação. Logo, a paisagem é uma forma de representação. Para Marcel Roncayolo¹⁵, essa representação é ativa, ela não apenas “diz” a cidade, ela “faz” a cidade e sua paisagem, num trabalho contínuo de reinterpretação desses lugares.

A praça, como elemento importante dentro da estrutura urbana, compõe, junto com os prédios arquitetônicos e que lhe servem de paredes, o espaço complexo de uma cidade; portanto, para estudarmos estes espaços, nos utilizamos de temas e conceitos que abordam a arquitetura e a paisagem até a escala macro, que são as cidades. Por ser um dos elementos do mosaico espacial que compõe a cidade, a praça está ligada a questões formais, estéticas e sociais, sendo esta última representada pelo imaginário social.

Para Maurice Halbwachs, quando um grupo social toma conta de um território, transforma-o à sua imagem; logo, podemos analisar as praças enquanto espaço social e suas representações simbólicas. Também ele estabelece uma analogia entre o território do grupo e sua memória em três pontos:

“As formas organizadas do espaço não são apenas um quadro ou um suporte da lembrança ou mesmo o meio de sua cristalização; o grupo mantém com seu espaço o mesmo tipo de relação que mantém com seu passado; o que vale para a produção da memória vale para a produção do espaço e reciprocamente.”¹⁶

Seria uma ilusão pensarmos que os espaços das praças, em razão de sua estabilidade física, não mudam ao longo do tempo. Mas é apenas a imagem desse espaço que não muda, assim como a memória ao reencontrar o passado no presente.

Para investigar as práticas culturais nas suas manifestações mais informais, para estudar a urbanidade e as pesquisas sobre a morfologia urbana, valemo-nos da Nova História Cultural.

15 RONCAYOLO, Marcel. (org) Fernando Gil. **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1966. p. 432.

16 HALBWACHS, Maurice apud Lepetit. **Por uma nova História**. São Paulo: Edusp, 2001. p. 184-185.

Lepetit, ao considerar à historicidade dos sistemas espaciais, sugere o modo como as mudanças podem ser pensadas através do jogo de atualizações possíveis das formas passadas de organização do espaço em combinações novas. Assim, a historicidade dos sistemas pode ser estudada e entendida de duas maneiras: o que significa uma trajetória temporal *“em que cada seqüência depende das precedentes, mas não as reproduz de forma idêntica”*. Valemo-nos, no estudo das praças, desse pressuposto desde a sua implantação, passando pelas mudanças físicas em decorrência das mudanças sociais. Analisamos a historicidade dos espaços como um processo temporal complexo, no sentido de que *“(...) o sistema vê seus elementos surgirem de uma pluralidade de tempos descompassados cujas modalidades de combinação geram mudança a cada instante.”*¹⁷

Antoine Picon fornece-nos dados sobre as mudanças das cidades desde a pré-industrialização no século XVIII, as grandes mudanças de Haussmann em Paris e que foram um marco para as chamadas cidades modernas. Essa redefinição do estatuto urbano relaciona-se com a transformação dos valores e das práticas urbanas, e das tensões geradas por essas mudanças. Essas tensões produzem um novo prazer, o do caminhante o *flâneur* *“(...) que percebe o urbano como uma paisagem na qual ele aprecia encontrar a variedade e o pitoresco.”*¹⁸

Ao longo do século XX, as cidades continuam mudando, e o *flâneur* desaparece com a velocidade do automóvel.

Para Franklin Baumer¹⁹, o século XIX foi o século das grandes mudanças e do desenvolvimento das cidades que se tornaram modernas. Decorrente dos mecanismos da revolução industrial, com o êxodo rural para as cidades, a construção de grandes vias de escoamento da produção, pelo adensamento dos prédios arquitetônicos, houve a necessidade de criação de jardins e de espaços públicos, trazendo a natureza para dentro das cidades.

Baumer dá-nos o conhecimento da história do mundo dinâmico introduzido pelas

17 LEPETIT, Bernard. **Por uma Nova História Urbana**. São Paulo; Edusp, 2001. p. 138.

18 PICON, Antoine apud Helena S. Salgueiro (org). **Cidades capitais do século XIX: Racionalidade, cosmopolismo e transferência de modelos**. São Paulo: Edusp, 2001. p. 76.

19 BAUMER, Franklin. **O Pensamento Europeu Moderno. Séculos XIX e XX**. Lisboa: Edições 70, 1977.

revoluções industrial e francesa dos séculos XVIII, XIX e XX; o mundo do devir e das mudanças filosóficas e dos comportamentos sociais, que incidem diretamente no espaço das praças.

Roger Chartier²⁰ chama atenção para os problemas gerados pelo “*uso metafórico do vocabulário da lingüística*”. Esse uso elimina a diferença entre ações simbólicas e textos escritos de um modo amplo, em que nada fica excluído, e tende a considerar os símbolos como fixos em seu significado. A partir dessa visão, a História dá especial atenção às representações coletivas, onde há identificação do modo como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada e lida. Com esse enfoque, a representação coletiva na História Cultural tem como objetivo a compreensão das formas e dos motivos, ou seja, das representações do mundo social. Foucault valeu-se da estratégia, no caso do poder, ao identificá-lo na rede de micropoderes complexos, que permeiam toda a vida social.

Pensar a relação dos habitantes de uma cidade com seus monumentos é privilegiar o seu componente histórico e estético. Essa afirmação de Cristina Freire²¹ é muito importante, pois temos, nos espaços das praças, elementos escultóricos, que vão legitimar ideais políticos através de monumentos representando figuras que fizeram parte da sua história, e formas estéticas, que representam o belo, o harmonioso, o gosto de uma população dentro de um espaço público aberto.

Segundo Glenda Cruz²², os monumentos têm a finalidade de marcar, na cidade, uma representação de aspirações ou ambições pessoais ou coletivas, que são concretizadas em edifícios, monumentos ou equipamentos urbanos. Esses monumentos, quando permanecem, podem adquirir outros significados, impostos por novas interpretações pela sociedade, ou outros usos conforme sua natureza. Quando analisados em todas as suas características, poderão fornecer seu significado social.

20 CHARTIER, Roger. **Text, Symbols and Frenchness**. Journal of Modern History, 1985. p. 682-95.

21 FREIRE, Cristina. **Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo**. São Paulo: SESC/Annablume, 1997.

22 CRUZ, Glenda Pereira da. **Espaço Construído e a Formação Econômico-Social do Rio Grande do Sul: uma metodologia de análise e o espaço urbano de Pelotas**. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado no PROPUR/UFRGS, 1984. p. 50-51.

Também contêm conteúdo histórico os símbolos escritos, como o nome das praças e das ruas que mudam conforme o poder político ou cultural da época, ou na representação de pinturas de paisagens, que contam parte da história de uma sociedade, como nas pinturas de Leandro Joaquim sobre a paisagem do Rio de Janeiro:

“Simbolizaram o marco inicial da configuração do lugar, construído a partir de uma espécie de rastro cultural, no qual o artista reúne valores plásticos do passado mesclados com aqueles da modernidade. Ele revelou o espírito de seu tempo, ao demonstrar um novo olhar sobre a natureza, essa agora dessacralizada e concebida como objeto [...] Nas suas obras está presente o artista com seu olhar sensível moderno, que de forma inédita executou as primeiras narrativas de costumes de sua sociedade e seu tempo.”²³

A história cultural incide sobre o exame minucioso de textos, imagens, ações e outras formas de representações simbólicas, a partir da interpretação e das interfaces com a Antropologia e a Sociologia. É um novo modo de ver e narrar a história “de lugares”.

Segundo Norberg-Schulz, para fins de estudo, podemos dividir em cinco os conceitos de espaço: o **espaço pragmático**, aquele que integra o homem com seu ambiente orgânico natural; o **espaço perceptivo**, essencial para sua identidade como pessoa; o **espaço existencial**, que é o ambiente que o rodeia, ambiente este social e cultural; o **espaço cognitivo**, no qual o homem é capaz de pensar sobre o espaço; e o **espaço abstrato**, o das relações lógicas. O domínio desses conceitos teóricos sobre o espaço vai dar ao homem capacitação para dominar e controlar o sistema dos espaços urbanos, incluindo-se aqui os espaços arquitetônicos, edificados, ou os considerados vazios, ocupados pelas praças que podemos chamar de espaços estéticos, planejados pelos arquitetos a partir do século XIX. “O *espaço arquitetônico, por conseguinte, pode ser definido como uma concretização do espaço existencial do homem.*”²⁴

23 KERN, Maria Lúcia Bastos. **Tradição e modernidade: a configuração do lugar na pintura brasileira**. Anais da XX Reunião da SBPH. Rio de Janeiro: 2000. p. 98.

24 NORBERG-SCHULZ. **Existencia, Espacio y Arquitectura**. Barcelona: Blume, 1975. p. 12.

Considerando a praça como espaço urbano e espaço existencial para o homem, Rudolf Schwarz escreve em um de seus livros:

“O indivíduo nasce em um povoado que já existia antes dele. Mas, lentamente, esse povoado vai se convertendo em sua pátria, seu país natal, um lugar vivido e cheio de recordações. Ruas e praças vão envolvendo o homem com lembrança; tempo e espaço se convertem na história da vida.”²⁵

Os lugares tomam um significado existencial para o ser humano, é onde ele cria suas raízes, fator primordial para a formação do seu “eu”, onde ele tem a oportunidade de conviver com a família, com seu mundo social, onde estabelece seu território como sentido “lugar” para o ser humano, pois é no espaço que ele desenvolve suas práticas sociais e representações simbólicas.

Para Certeau, espaço e lugar são diversos: “*O espaço é um lugar praticado*”. Seus conceitos sobre lugar e espaço são fundamentais para o nosso trabalho.

Quando estabelecemos uma praça, ela ocupa um lugar dentro da malha urbana e, portanto, só ela pode ocupar esse lugar, apesar de ser considerado um “vazio” urbano, ou seja, não edificado. No momento em que as pessoas passam a ocupar e a vivenciar essa praça, ali se estabelece um espaço. O lugar não se confunde com o espaço público, embora dependa desse suporte e ganhe sentido através de simbologias históricas, psicológicas, antropológicas, que contêm, isto é, o lugar existe como espessura simbólica.

Certeau considera o espaço urbano como o lugar privilegiado, pois no momento em que o transeunte se apropria desse lugar, através do ato de andar, passear pela cidade, ele está criando pequenos ritos e histórias. A experiência do corpo no espaço articula outros tempos, resgata memórias que acompanham os ritmos dos passos, o imaginário atualiza-se nos percursos urbanos.

“Lugar: um lugar é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. Aí se acha,

25 SCHWARZ, Rudolf apud Norberg-Schulz. *Existencia, Espacio y Arquitectura*. Barcelona: Blume, 1975. p. 39.

portanto, excluída a possibilidade, para duas coisas, de ocuparem o mesmo lugar. Impera a lei do 'próprio': os elementos considerados se acham uns ao lado dos outros, cada um situado num lugar 'próprio' e distinto que define. Um lugar é, portanto, uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade.

“Espaço: existe espaço sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo. O espaço é um cruzamento de móveis [...] O espaço é um lugar praticado.”²⁶

Quando um transeunte percorre uma rua ou passeia por uma praça, esse simples fato de *andar* cria um “espaço de enunciação”, e o que acontece é a transformação do *lugar* em *espaço*, que acolhe dispositivos simbólicos como as lendas, os mitos, as lembranças, os sonhos, ou seja, o espaço seria um lugar praticado.²⁷

A escolha do lugar para a implantação de construções, praças ou cidades está desde o começo dos tempos muito ligado ao *locus*, entendendo-se como *locus* “aquela relação singular mas universal que existe entre certa situação local e as construções que se encontram naquele lugar”.²⁸

A simbologia do lugar (do *locus*) dá-se através dos monumentos criados (prédios, estátuas, obras de arte) e pode, talvez, possibilitar o resgate de conteúdos simbólicos. Através deles é, às vezes, possível encontrar o impalpável, o invisível no cotidiano e resgatar lendas ao preservar histórias. Quando retiramos esses monumentos, criamos vazios, fraturas no tecido urbano, e uma acentuada falta de presença, provocando os não-lugares, como denomina Marc Augé²⁹.

Nas cidades antigas, principalmente gregas e romanas, a organização dos espaços foram criações simbólicas, baseadas numa suposta ordem cósmica; portanto, teve um propósito ideológico. Nas cidades modernas europeias, também ocorreu na sua formação, um caráter ideológico, mas baseado em outros princípios.

26 CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998. p. 201-202.

27 FREIRE, Cristina. **Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo**. São Paulo: SESC/Annablume, 1997.

28 ROSSI, Aldo. **A Arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 147.

29 AUGÉ, Marc. **Não lugares: introdução a uma antropologia da super modernidade**. São Paulo: Papirus, 1994.

Eles repetem, em parte, a ideologia dos grupos e das instituições dominantes de uma sociedade e, em parte, pela força do mercado, que, muitas vezes não condiz com a vontade dos usuários desses espaços.

Quando estudamos as praças de uma cidade, o mais importante são os componentes históricos e estéticos que elas armazenam, componentes abstratos, mas sempre carregados de simbolismos, que evidenciam os sistemas mentais de uma época, em que histórias individuais são misturadas com coletivas e também tempos presente e passado. Portanto, as praças são “lugares de memória”.

Kevin Lynch e Gordon Cullen tratam, em seus trabalhos, da cidade como construção no espaço e que a paisagem urbana foi construída para ser apreciada, lembrada e contemplada. Nessa situação, Kevin Lynch escreve: “*Neste momento tornar-se-á um verdadeiro lugar notável e inconfundível [...] e as Imagens Públicas, ou seja, os lugares públicos, ruas, praças, são os que estão mais presentes na mente e no maior número de pessoas de uma cidade*”³⁰, e o segundo avalia os aspectos visuais da paisagem, criando o que ele chama de visão serial utilizada na interpretação das praças.

Gordon Cullen estuda, em detalhes, os aspectos visuais da paisagem, na ótica da rua, dos espaços públicos, das praças. Ao percorrer uma cidade, ele considera três aspectos principais: o primeiro, que ele chama de “*óptica, onde a paisagem urbana surge como uma sucessão de surpresas ou relações súbitas, é o que se entende por visão serial*”³¹; o segundo, Cullen chama de “*local, que são as nossas reações perante a nossa posição no espaço*”³², e o terceiro aspecto é o “*conteúdo, relaciona-se com a própria constituição da cidade: sua cor, textura, escala, o seu estilo, a sua natureza, a sua personalidade e tudo o que a individualiza.*”³³

No desenvolvimento do estudo de caso, as praças pelotenses, utilizamos a análise e as relações sobre os conceitos com que Hugo Segawa³⁴ trata o tema

30 LINCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1988. p. 104.

31 CULLEN, Gordon. **Paisagem urbana**. Portugal: Edições 70, 1983. p. 11.

32 Ibidem, op. cit., p. 12.

33 Ibidem, op. cit., p. 13.

34 SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público: jardins no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1996. p.

jardins, principalmente os jardins públicos e seus *links* com os jardins das cidades européias, a forma de urbanização e consolidação dos espaços urbanos, contemporânea ao estabelecimento da ciência moderna e ao surgimento de uma nova sensibilidade de olhar e apreciar a paisagem.

A partir das considerações efetuadas, olharemos as praças como espaços estruturadores das cidades, da sua história, atrelados a valores do passado, mas com novas necessidades impostas pelas cidades modernas. Esses aspectos ricos em formas e conteúdos históricos, sociais e culturais mostram a multiplicidade de ações neles desenvolvidos.

Com o objetivo de estudar as praças centrais da cidade de Pelotas, foram utilizadas fontes primárias, como os **Relatórios da Intendência**, de 1914 a 1928, o **Álbum de Pelotas**, de 1922, os **Almanachs de Pelotas**, de 1922 a 1930, as crônicas de jornais: **Diário Popular**, **Correio Mercantil**, **Zero Hora**, as quais nos forneceram elementos preciosos para a pesquisa sobre a cidade, extraindo os fundamentos das práticas sociais, que vão refletir-se na organização do espaço das praças e de seus usos.

Para o entendimento do espaço físico da região, da cidade e das praças, utilizamos os mapas geográficos, as plantas baixas da cidade (levantamento aerofotogramétrico) e sinopse sobre as concessões das sesmarias.

Valemo-nos das aquarelas produzidas por pintores que, no século XIX, quando estiveram na região hoje cidade de Pelotas, reproduziram, em suas obras, a paisagem da região, a arquitetura, as charqueadas e o modo de vida dessa população.

Das fontes secundárias, utilizamos livros, textos e coletâneas de apontamentos históricos e estatísticos sobre o Município de Pelotas.

As questões estéticas foram consideradas, pois entendemos que jardins são decorrentes de conceitos e valores estéticos. Para isso, valemo-nos de bibliografia sobre a história dos jardins europeus, desde a Renascença até o século XX.

Confirmamos sua utilização nos levantamentos dos traçados das praças e no levantamento florístico das principais espécies vegetais.

Mas as questões estéticas também abarcam a arquitetura dos prédios que ficam ao redor dessas praças e que foram estudadas como um conjunto compositivo.

As representações simbólicas serão estudadas, pois as praças são redutos carregados de simbologias. Os elementos vegetais que são representantes de uma natureza distante e desconhecida para uns e cheios de lembranças e significados para outros. Os elementos arquitetônicos, como sinônimos de memória e sensações subjetivas, constituem um conjunto de representações reveladoras de uma sociedade.

Para atingir os nossos objetivos, baseamo-nos em quatro pilares estruturadores que nortearam nosso trabalho. São eles:

a) estrutural – está relacionado com os prédios formando um cenário arquitetônico, que delimita a praça fisicamente, mas, dentro da análise da representação do espaço, esses elementos, quer sejam edifícios, monumentos ou equipamentos urbanos, têm a finalidade de marcar, na cidade, as aspirações ou as ambições coletivas de uma determinada época, bem como de representar a cultura de uma sociedade, com seu simbolismo de domínio estético e cultural, ou apropriados de modelos estrangeiros (caso de Pelotas) e que são de fundamental importância para o entendimento desses espaços;

b) social – o modo de vida e os hábitos de uma população é que determinam os usos destes espaços e as práticas de sociabilidade. As praças são espaços sociais e assumem múltiplas e importantes significações. Devido à sua função múltipla e coesa, representam o centro de contato social, de intercâmbio cultural e, por vezes, função comercial e até mesmo local de manifestações políticas. Os espaços vão-se configurando de acordo com a vontade imposta pela sociedade, em diferentes épocas, segundo os diferentes códigos, coincidentes com os níveis sociais, principalmente os das classes dominantes que impingem a sua marca nesses espaços arquitetônicos;

c) etnias – as formações étnicas vão definir os espaços e sua utilização. Um povo, saindo do seu *habitat* para outros, leva consigo uma bagagem cultural, como hábitos, religião, ordem social, para esse novo lugar e que vai servir-lhe de nova pátria. Ele tem que se adaptar à realidade física, no caso das fundações das cidades, interferindo no desenho urbanístico, mediante as linguagens simbólicas da sua cultura. Além das contraposições e assimilações dos códigos impostos pelos diferentes extratos sociais, as diferentes etnias que formam o Rio Grande do Sul, como os colonos, os italianos, os alemães, os portugueses dos açores e da metrópole e os negros, serão de grande importância para a estruturação dos espaços urbanos. As migrações européias do final do século XIX e começo do século XX trazem novos códigos, em vigor na Europa, que, muitas vezes, constituem, com sua materialização, corpos estranhos ao traçado original das áreas urbanas;

d) econômico – o fator econômico organiza-se, basicamente, em torno das relações da força de trabalho e dos meios de produção, gerando circulação de riquezas e desenvolvimento para as cidades. O sistema econômico reflete-se diretamente nos espaços de produção e de consumo. O intercâmbio entre os dois é que nos interessa diretamente, pois são os espaços destinados as trocas comerciais, os espaços de suporte, como o sistema de transportes, etc, que têm na malha urbana maior significado.

Os espaços econômicos urbanos têm aspectos espaciais muito claros e estão ligados diretamente aos espaços das praças (no caso de Pelotas), como hotéis, restaurantes, confeitarias, mercado, bancos, etc, e formam uma concentração dos meios de consumo coletivo e que, pouco a pouco, criam um modo de vida e necessidades sociais novas.

Espaços de produção e de consumo urbano misturam-se, propiciando uma riqueza de usos, de forma da utilização, de formas arquitetônicas, gerando novos serviços urbanos, como meios de transporte, saneamento básico, abastecimento d'água, energia, recreação, etc.

Para a escolha das praças contempladas neste trabalho, usamos os seguintes

parâmetros:

a) importância que esses espaços tiveram para a cidade do ponto de vista de uso social;

b) a localização no centro da cidade e a concentração de prédios ao redor das praças, representando os poderes públicos, econômicos, religiosos, educacionais e de lazer;

c) moradias particulares de pessoas com grande poder econômico, que, na maioria das vezes, representavam toda uma população, por volta de 1860 a 1900;

d) o valor arquitetônico das edificações, não só pelo tratamentos das fachadas, mas também pela relação das edificações no seu conjunto e volumetria, como unidade plástica;

e) a alta concentração de massa arbórea, tão importante nos centros urbanos, e interligadas entre si, formando um corredor visual, contrapondo os cheios da concentração dos prédios com os vazios representados pelas praças, atuando como articulações, não só simbólico-formais, mas também paisagísticas, dentro da estrutura urbana.

Fotos e entrevistas com pessoas ligadas à história da cidade foram de grande valia e serviram como subsídios à pesquisa, tendo-se o cuidado de confrontá-los com documentos escritos.

A metodologia de Louis Marin³⁵ será utilizada para a interpretação dos espaços das praças. Ele propõe alguns elementos de reflexões filosóficas para a problemática de representação da pintura e que podemos utilizar como fontes referenciais nas representações do espaço urbano, completando-as e enriquecendo-as com o trabalho de Gordon Cullen. Segundo Louis Marin, há três modalidades para podermos ler e decifrar uma obra de arte e que podemos estender para a análise e leitura de uma praça.

A primeira, “(...) *trata-se do percurso, com o olhar, percurso ordenado, dentro dos limites do quadro, como sistema fechado*”³⁶. Essa primeira modalidade é muito interessante, pois trata-se, em arquitetura, de “visão geral”, segundo Gordon Cullen,

35 MARIN, Louis. *Sublime Poussin*. São Paulo: Edusp, 2000.

36 *Ibidem*, *op. cit.*, 2000. p. 27.

isto é, o percurso de um transeunte ao atravessar um espaço. Ele percebe elementos determinados, em um determinado espaço, sem se preocupar, propriamente, com os elementos que contêm este espaço e com nossas reações perante a nossa posição no espaço e que Cullen chama de “local”, isto é, “como estou fora”, estou a entrar ali, “para dentro”, ou “estou aqui dentro”. É nesse tópico que podemos analisar a apropriação do espaço, território ocupado ou livre, apropriação do movimento, recinto, circulação de pessoas e de veículos, unidades urbanas, pontos locais, paisagem interior e comportamento exterior, recintos múltiplos, delimitação dos espaços e vistas para o exterior, focalização, perspectiva, delimitações, barreiras, pavimentações.

Em uma segunda modalidade, Louis Marin afirma, fundamentado na primeira, “(...) que o olhar reconheça nas figuras expostas a história que ele conhece de outra maneira, como um duplo processo de iconização de um texto escrito e de textualização de uma disposição figurativa”³⁷. Aqui nos transportamos novamente para a arquitetura paisagística com o item “conteúdo”, isto é, a própria constituição do espaço a ser estudado, como sua cor, textura, escala, estilo a que pertence, sua natureza, sua personalidade e tudo que a individualiza, isto é, a que categoria pertence, se é uma praça principal ou de periferia, etc, seus pormenores, como gradeamentos, degraus, etc, objetos significativos, geometria, obras edificadas, como esculturas, contrastes, usos, sua escala em relação e integração com a cidade, sua história e sua vegetação, enfim, todos os elementos que compõem esses espaços e seus significados.

E, como terceira modalidade, a “(...) contemplação torna-se repetição diversificada de percursos de visão e de percursos de leituras”³⁸. Depois da análise feita, da leitura dos espaços, temos condições de voltarmos novamente “passear” por esses espaços e ter uma nova visão e nova leitura, visibilidade e legitimidade, harmonizando-se num sistema fechado.

Assim, a partir das considerações efetuadas, podemos estudar as praças não somente como espaços edificados, mas, como um espaço cheio de significados, de

37 MARIN, Louis, op. cit., 2000, p. 27.

38 Ibidem, op. cit., 2000, p. 27.

história, cenário que a população utiliza para suas práticas sociais. Não somos apenas observadores, mas fazemos parte ativa desse cenário.

O trabalho foi desenvolvido em três capítulos, em que abordamos conceitos teóricos da formação das cidades modernas, a formação da paisagem urbana e os estudos de caso – as **praças pelotenses**.

Na segunda metade do século XIX e primeira do século XX, Pelotas encontrava-se no auge de seu desenvolvimento, devido à riqueza oriunda das charqueadas, que se expandiam nos arredores da cidade, proporcionando o florescimento de novas práticas socioculturais. As praças sendo espaços de sociabilidade e de convivência coletiva refletiam esse momento de opulência, não só pela pluralidade de usos e de elementos compositivos, mas também pela riqueza arquitetônica dos prédios que foram sendo construídos.

A produção organizada das formas urbanas, incluindo aí as praças, foi, nesse período uma preocupação da Intendência Municipal, como forma de demonstrar a modernidade da cidade, em todas as suas representações simbólicas.

O primeiro capítulo refere-se aos conceitos teóricos sobre cidades modernas, bem como às mudanças que geraram a transformação da paisagem européia e dos seus espaços urbanos. As mudanças provocadas pela Revolução Industrial, o êxodo rural, por novos pensamentos filosóficos, pelo avanço do técnico-científico, sociais e políticas, que resultaram nas transformações espaciais das cidades. Há necessidade da criação de jardins e de espaços públicos, trazendo a natureza, agora distante, domesticada para dentro das cidades.

Ainda nesse primeiro capítulo, abordamos o tema paisagem e jardins, analisando os principais estilos e suas peculiaridades formais e representações simbólicas. Um item desse capítulo é dedicado às praças brasileiras e a seus significados dentro do contexto urbano moderno.

No segundo capítulo, fazemos, inicialmente, considerações sobre a construção da paisagem, com ênfase na paisagem da região onde se localizou mais tarde a cidade de Pelotas, através, sobretudo, das descrições de viajantes europeus.

Buscamos, no item seguinte, abordar o processo de ocupação do lugar e retratar a evolução histórica espacial da formação do município, desde seus antecedentes até a primeira metade do século XX, e suas representações, utilizando a cartografia como apoio. Num terceiro momento, descrevemos o crescimento da cidade que correspondeu ao Fin-de-Siècle, época de progresso social e científico, de industrialização e melhora dos transportes públicos, da iluminação e do abastecimento de água. Essas mudanças alteraram o modo de vida da população, como escreveu Fernando Osório: “*O sentido a vida nos electricos e automóveis que attestam a idéia da pressa e da energia*”³⁹. Pelotas apresentava os signos de modernidade.

No terceiro capítulo, começamos destacando o método de interpretação do espaço das praças e desses espaços em relação à cidade. Dividimos o capítulo em cinco partes, uma para cada praça estudada, que são: 1) Praça Coronel Pedro Osório, a principal da cidade; 2) Praça José Bonifácio, que tem a finalidade de adro da Catedral e a mais antiga da cidade; 3) Praça Júlio de Castilhos, praça junto ao bulevar Bento Gonçalves, servindo de limite, durante muito tempo, da cidade e voltada para a recreação; 4) Praça Piratinino de Almeida, servindo de ante-sala para o prédio da Santa Casa, possuindo um belo monumento em ferro, que abastece até hoje a cidade de água; e, 5) Praça Cipriano Barcelos, denominada Praça dos Enforcados, considerada mais como uma praça natural, com grandes árvores e falta de equipamentos.

39 OSÓRIO, Fernando. Álbum de Pelotas, 1922, p. 150.

1 AS CIDADES MODERNAS E OS NOVOS OLHARES SOBRE A NATUREZA: JARDINS E PRAÇAS

Para podermos entender o processo de desenho e ocupação das praças dentro da malha urbana, conhecer e compreender as cidades modernas que geraram esses espaços, suas morfologias e processos de formação e avaliar com objetividade os conteúdos dessas cidades, é fundamental analisar as dimensões física e morfológica, que dependem da sociedade que as produz e das condições históricas, sociais, econômicas, políticas e filosóficas dessa sociedade, que gera o seu espaço e seus hábitos.

Neste capítulo, deter-nos-emos na busca dos fundamentos que originaram essas cidades modernas, os quais constituirão subsídios para uma análise dos espaços públicos urbanos representados pelas praças.

1.1 A modernidade e os espaços urbanos

O século XIX foi o século de grandes mudanças e do desenvolvimento das cidades, principalmente européias que agora são denominadas *cidades modernas*. E é em nome dessa modernidade que se estabelece um novo modo de civilização.

Abordaremos alguns acontecimentos que influenciaram a mudança da paisagem européia das cidades do século XIX, quando começaram a ser cidades modernas.

As mudanças provocadas pela Revolução Industrial, pelo êxodo rural e pelo crescimento populacional levaram à desordem urbana, exigindo repensar a cidade, agora com problemas de habilitação, de higiene e de salubridade, bem como falta de áreas de lazer e áreas verdes e de uma malha viária condizente com os novos

meios de transporte.

Essas mudanças não ocorreram só no campo do espaço urbano, mas em todos os campos – cultural, tecnológico, político e social – resultando, como um todo, nas transformações espaciais das cidades.

A revisão do patrimônio cultural a partir da *Encyclopédie* de Diderot⁴⁰ e D'Alembert, as novas pesquisas científicas e tecnológicas e os novos pensamentos filosóficos mudaram radicalmente, o comportamento social. Mudanças também ocorreram em decorrência dos mecanismos da Revolução Industrial, com o aumento da produção e a mecanização dos sistemas produtivos, bem como com o deslocamento da população ativa do campo para as cidades e o surgimento de novos meios de transporte, devido às necessidades de comunicações e de escoamento da produção.

A necessidade da criação de jardins e de espaços públicos trazendo a natureza, agora distante, domesticada, para dentro das cidades foi um fator importante para essas cidades. Esse é o tema principal deste estudo.

As mudanças não ocorreram só no traçado urbano, na organização espacial, mas também no comportamento dos habitantes dessas cidades, nos novos modelos de organização política e social e na filosofia de novos pensamentos.

Esse século começou com grandes esperanças, em que os homens estavam unidos por uma fé firme, num credo positivo. No entanto, a Comunidade Européia desfez-se em Estados nacionais, e essas nações não conseguiram a unidade desejada, pois fragmentaram-se em grupos sociais hostis, num individualismo anárquico, principalmente na Inglaterra. Nenhuma ciência tinha força suficiente para mantê-los unidos. A Teologia, apesar de se modernizar, perdeu o seu poder; a Filosofia (metafísica) surgiu com vigor, mas cedeu às novas ciências; a Psicologia, antes “filosofia mental” tornou-se autônoma e aspira vir a ser ciência com especificidades próprias. A ciência da natureza quase conseguiu estabelecer uma hegemonia, pois seu prestígio era forte, resultante do movimento positivista e de

40 DIDEROT, filósofo, romancista, crítico de arte e dramaturgo. Editou a *Encyclopédie* junto com D'Alembert no século XVIII.

novas generalizações, como a Geologia, a Biologia e mesmo a Física. Mas a própria ciência fragmentava-se em campos autônomos, e os pensamentos político e histórico deixaram de ter uma linguagem universal. Um fator marcante na vida da sociedade, do final do século XIX foi a velocidade, que conduzia as pessoas a uma aceleração da vida voltada ao prazer em detrimento do lazer, do refletir sobre o valor e a finalidade do que faziam e do que viam.

No domínio da cultura visual, os dois fundamentos da tradição renascentista – a regularidade perspéctica e a conformidade com os modelos clássicos – entraram em declínio. O progresso das ciências como a Matemática, da ótica e das tecnologias instrumentais, permite que a geodésia e a cartografia procedam a um levantamento da superfície terrestre, e fiquem delimitados com rigor os territórios nacionais.

Uma nova modalidade de medida surge, o *metro*, deduzido de uma grandeza astronômica, substituindo as unidades tradicionais associadas à estatura humana – o braço, o pé, o polegar –, e a medida dos espaços deixa de se referir aos movimentos humanos.

No domínio do pensamento, a revisão do patrimônio cultural europeu é baseada na *Encyclopédie*, de Diderot e D'Alembert (1751-1765) que se faz à luz da razão e que reconhece, em todos os tipos de realidade, uma ordem própria, objetiva, contra o sistema tradicional, como Adam Smith propõe no seu ensaio *A Riqueza das Nações*⁴¹, uma ordem natural das relações econômicas, ou quando Goethe exprime seus sentimentos pessoais nos seus escritos, ou no furor fisiológico dos relatos do Marquês de Sade.

Com todas essas novas descobertas e mudanças, o mundo europeu borbulhava, respirava diferentemente do século anterior, e, como não poderia de ser, o mundo do pensamento também acompanhava tais mudanças. Durante o século XX, quatro mundos do pensamento foram determinados, começando pelo romântico (1780-1930), passando para a fase do neo-iluminismo, o evolucionário e terminando com o *Fin-de-Siècle*. Nesses períodos, a natureza foi estudada, e conceito □ sobre ela

41 SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações*. São Paulo: Ed. Hermes, 1981.

foram revisados.⁴²

O mundo romântico do período 1780-1930 foi uma época em que as questões eram examinadas à luz da razão e da imaginação. A natureza foi humanizada e espiritualidade. Os resultados foram desastrosos, pois salientavam mais as diferenças do que as semelhanças entre as pessoas. A maioria dos românticos encontrava Deus na natureza; eram os sobrenaturalistas naturais. Revoltaram-se contra a máquina de Newton, procurando fazer da natureza um lugar de encontro entre Deus e o homem, resolvendo o problema do dualismo que incomodava o homem pensante desde Descartes. Tiveram seguidores como Rousseau, Goethe, Schelling e os pintores paisagistas John Constable, na Inglaterra, e Caspar David Friedrich, na Alemanha, chamando este a natureza de “Bíblia de Cristo”. Esses pintores paisagistas faziam parte dos sobrenaturalistas naturais, divinizando a natureza e baixando Deus dos céus para habitar a terra, e, nessa cumplicidade, qualquer um podia comungar com Deus e vice-versa.

O mundo do neo-iluminismo, que perdurou até mais ou menos 1850, mais otimista, chegou ao seu apogeu, e a ciência era a esperança da humanidade para um mundo melhor. A visão da natureza, não de todo materialista, controlava a metafísica e uma nova religião nascia, no sentido de glorificar o homem, sua antropologia, através do desenvolvimento do pensamento, do conhecimento, da justiça social e da razão. O homem tinha de ter o conhecimento científico proporcional às suas novas necessidades e podia, agora, por meio da criação e da invenção, dar vida a novos mundos. Jules Castagnary, amigo de Coubert e membro do novo círculo realista da França, descrevia o homem, agora perfeitamente consciente de si próprio, dizendo:

“Ao lado do jardim divino de onde saí, construirei um novo Éden (...) À sua entrada, colocarei o Progresso (...) e dar-lhe-ei uma espada flamejante, e ele dirá a Deus ‘Tu não entrarás aqui’. E foi assim que os homens começaram a construir a comunidade humana”.

O homem, então, através do conhecimento da ciência, podia dominar tudo,

42 BAUMER, Franklin. *O Pensamento Europeu Moderno. Séculos XIX e XX*. Lisboa: Edições 70, 1977.

inclusive os fenômenos da natureza e trazê-la, como o a desejasse, para perto de si e moldada à sua vontade.

No século XIX, aconteceu uma série de crenças políticas contemporâneas, desde o conservantismo, ao liberalismo e o socialismo, até ao anarquismo. O mundo passou por nova fase do pensamento com o evolucionismo, que é a segunda fase do Neo-iluminismo, porém, no seu conjunto, foi mais sóbrio do que este. *A Origem das Espécies*, de Darwin⁴³, tornou-se fundamental para todos. Estimulou o pensamento inovador do homem e o comportamento de grupos sociais, mas nem sempre de modo positivo. Ele apresentou aos homens o quadro da natureza, o seu mecanicismo sem alma, agravando o debate entre ciência e teologia. Depois de 1859, o agnosticismo atingiu seu apogeu, embora não seja imputável a Darwin.

O darwinismo ajudou a modelar o *Fin-de-Siècle*, que foi o quarto pensamento do século XIX, o menos unificado. Nele, foram expressas grandes dúvidas sobre Deus – Nietzsche e outros afirmavam a morte de Deus –, mas também sobre a natureza, como os positivistas a descreveram. Nesse ambiente do ceticismo, uma nova cultura da personalidade, do subjetivismo e da experiência pela experiência surgiu. Grupos de psicólogos e pensadores sociais detectaram o papel da irracionalidade e “do mito” na História e na vida política, determinando um conjunto de indicações para o pensamento que surgia no século XX.

Esses quatro mundos se interligavam e colidiam, não testemunhando a multiplicidade de pensamentos do século XIX, mas, neste emaranhado surgiu um tema mais elevado, o “Tema de Devir”. Desse momento em diante, tudo era considerado um processo de devir.⁴⁴

A História era a ciência do devir, a mais importante das ciências. O próprio Deus evoluía junto com o homem e a natureza.

“A história era a ciência do devir. E, como tal, na verdade, vinha a ser, agora pela primeira vez, a rainha das ciências, ou o idioma em que quase tudo era explicado: acreditava-se que agora o próprio Deus

43 DARWIN, Charles. *A Origem das espécies*. São Paulo: Ed. Hermes, 1991.

44 BAUMER, Franklin. *O Pensamento europeu moderno. Séculos XIX e XX*. Lisboa: Ed. 70, 1977.

‘evoluiu’ juntamente com o homem; e também a natureza, especialmente depois de Sir Charles Lyell e Darwin; e mesmo a sociedades, que se compreendia agora mais com uma evolução com um final aberto, ou condicionada por um ambiente mutável. Essa ‘revolução’ no pensamento, como lhe chamou mais tarde Friedrich Meinecke, seguia em paralelo, e sem dúvida refletia em parte, com o novo mundo dinâmico introduzido pelas Revoluções Francesa e Industrial”.⁴⁵

Era o século das grandes revoluções, em todos os sentidos. A profunda revolução, tanto filosófica como política, contra os sistemas de pensamento, político e econômico, deu lugar a ataques contra muitas crenças e instituições que até então eram consideradas intocáveis.

A energia e o poder mundial estavam, no século XIX, centrados em torno da França, da Alemanha e da Inglaterra. A produção massiva de ferro e o invento do aço e da máquina a vapor transformaram o mundo, reduzindo o globo terrestre a um tamanho mensurável. Foi um século predominantemente europeu, sendo o continente considerado o centro do universo. Os europeus carregavam com orgulho o que eles chamavam de “peso do homem branco”.

No mundo das artes, havia uma grande transformação acompanhando as mudanças do pensamento. Em 1828, Hegel julgou ter chegado o fim da arte romântica, para, enfim, adentrar a arte moderna. Mas tal não acontece com tanta rapidez, pois a herança clássica e a neoclássica não acabam, mantendo-se nas concepções estéticas dos pensadores e dos teóricos da modernidade, Hegel, como Marx, Nietzsche e, mais tarde, Freud.

“Hegel prediz o sucesso da estética, isto é, de uma filosofia da arte que – como toda filosofia – chega sempre após os acontecimentos, isto é, tarde demais [...] O filósofo esteta assiste, impotente e às vezes deslumbrado, ao desfile ininterrupto e precipitado das escolas, das tendências e dos movimento ébrios da novidade, da modernidade e de

45 BAUMER, Franklin, op. cit., 1977, p. 21.

rupturas”⁴⁶.

As idéias no campo da arte não permaneciam mais voltadas para o passado, elas orientavam o olhar para o futuro, de um mundo transformado pela ciência e pelas técnicas, seduzido pelo movimento e pela velocidade; os artistas estavam convencidos de que a arte tinha o poder de transformar as relações entre um homem e outro e entre o homem e o mundo.

Essa vontade de transformação, presente no Fauvismo, no Cubismo e na arte abstrata, não tarda a aparecer no manifesto estético e político; Futurismo, Dadaísmo, Construtivismo e outros “ismos” prenderam a arte moderna na espiral das sucessivas vanguardas.

O homem do século XIX era também aquele que remodelou as coisas e o espaço, baseado num pensamento como o de Vitor Hugo, que pregava suas convicções e seu entusiasmo pelos *miserables*, pelos oprimidos, pela exploração industrial, ou de Michelet e sua obra *Le Peuple*, em que dizia que só o povo tinha vitalidade, sabedoria instintiva, capacidade de amar, qualidades necessárias para tornar grande a sociedade. Era uma nova sociedade orgânica, baseada na democracia, com laços com o passado e com fé no jovem país do futuro.⁴⁷

Karl Marx expressava suas idéias de um comunismo científico e organizado do movimento proletário internacional e escreveu *O Capital*, sua obra principal. Emile Zola e Charles Baudelaire, que conceituavam a modernidade como o efêmero, o transitório e o fugidio, descreveram os acontecimentos sociais e políticos com uma visão admirável. Richard Wagner expressou um mundo de sonhos nacionalistas em suas músicas, principalmente em *Weuschwanstein*. O poeta Goethe, com *Fausto*, explorou a mente humana e sua relação com o entorno com amplitude e profundidade e Caspar Friedrich representava o sublime e o não idealizado em suas telas. William Turner e Constable davam o contraponto retratando uma paisagem com forte apela naturalista, onde a natureza era idealizada como querendo eternizá-la, num mundo que cada vez mais tendia para o desaparecimento dessa natureza

46 JIMENES, Marc. *O que é Estética?* São Leopoldo/RS: Unisinos, 1999. p. 276.

47 BAUMER, Franklin, op. cit., 1977.

como tal.

Na França, a arte da pintura era representada por uma série de pintores, que vão desde o começo do século XIX, com o romantismo, até o *Fin-de-Siècle*, como Rosa Bonheur, Gustavo Coubert, Manet, Monet, Renoir, Degas, Van Gogh e tantos outros que retratavam o cotidiano, a paisagem e figuras dessa nova sociedade.

Na Alemanha, o Arquiteto Schinkel expressava suas visões paisagísticas-românticas e sua arquitetura nostálgica do classicismo greco-romano. Labrouste, arquiteto construtor, nascido em Paris (1801-1875), dizia que a vida, o campo social, moral e intelectual estavam necessitando de uma total renovação. Foi o arquiteto do novo modo de construir – o ferro – através das estruturas metálicas. Foi o construtor do Edifício da Biblioteca Nacional de Paris (1858).⁴⁸

José Valadier⁴⁹ (1762-1832), italiano, foi considerado, segundo a Enciclopedia Italiana, a primeira figura na arquitetura moderna da Itália que levou a cabo, como uma ciência a urbanização de cidades, procurando conservar grandes zonas verdes. Foi autor do projeto de remanejamento da Praça do Povo em Roma. Valadier respeitou todos os edifícios monumentais do interior e do exterior da praça e derrubou todos os edifícios sem importância. Transformou a maior parte do jardim do monastério de Agostinos em um parque público que dava acesso ao Pincio. Traçou uma rampa em curva através do parque que servia ao tráfego de veículos, entre a praça e o Pincio. Construiu um terraço junto ao Pincio dando uma relação de importância a este edifício em relação aos outros, sem perder a composição espacial de unidade. Além disso erigiu um pequeno número de unidades residenciais que bordeavam a praça, junto a dois semicírculos que serviam de reguladores do tráfego. E um fato importante do projeto é a grande habilidade que teve ao introduzir zonas verdes no conjunto do projeto. Deixou livre o lado oeste, sem edificações para que o visual fosse livre e pudesse se estender até a zona verde como ocorrera em projetos como a “*Plaza de la Concordia*” e o “*Royal Crescent*” em Bath. A “*Piazza del Popolo*” permanece até os dias atuais como uma das grandes praças modernas das grandes cidades.

48 GIEDION, Sigfrido. *Espacio, Tiempo y Arquitectura*. Madrid: Dossat, 1978. p. 696.

49 VALADIER, José apud GIEDION, Sigfrido, op. cit., 1978. p. 163.

Como vemos, todas as áreas do conhecimento foram contemplados com grandes mudanças no século XIX, porém não sincronizadas.

Benévolo⁵⁰ escreve que a Arte assume a tarefa de transmitir sentimentos numa visão nostálgica, de ordenar uma linguagem que saia da emoção, mas, que por outro lado, o cenário citadino é isolado desse progresso. A arte separa-se da cidade e converte-se numa experiência que vai ocupar espaços apropriados a ela, e essa cidade fica isolada do puro sentimento dessa arte, servindo somente como pano de fundo.

Na construção urbana, os limites de atuação artística são restritos. É impossível pensar na execução de uma obra tão sublime quanto a Acrópole de Atenas nas cidades modernas, pois faltam o ideal estético e uma visão de mundo unânime e vivida da alma de um povo, que pudesse encontrar na obra de arte e sua expressão sensível. Apenas a imaginação ainda é capaz de elevar os problemas cotidianos ao universo do sublime. Quando falamos da Oliveira de Palas Atenas sobre a Acrópole de Atenas, na realidade é de uma simples árvore que estamos falando, mas, na imaginação poética do povo, eles a consagraram. É essa a suma importância do *poético*, do fantasioso ou do pinturesco na construção urbana, e é a maior concessão que o mundo moderno faz a ela, à medida que o nível superior do *poético na construção urbana* é considerado inatingível e, assim, é substituído pelo nível inferior do *pinturesco na construção urbana*.

Em nenhum projeto urbano moderno, os planejadores poupam árvores e prédios antigos, como uma venerável estátua da História ou da Arte. Tudo é tombado em nome da modernidade, do traçado das grandes avenidas ou da remodelação de bairros, o que torna as perdas irrecuperáveis, pois não poderemos criar artificialmente o que foi destruído e que, muitas vezes, é oriundo de um crescimento natural.⁵¹

Há uma mudança considerável quando os edifícios antigos mais importantes que a História da Arte classifica como documentos históricos, são excluídos das cidades e que a consciência coletiva considera indispensáveis para a caracterização desses

50 BENÉVOLO, Leonardo. *A cidade na História da Europa*. Lisboa: Editorial Presença, 1995. p. 146.

51 SITTE, Camilo. *A Construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo: Ática, 1992. p. 171.

locais. Sendo esses edifícios “isolados” e utilizados como focos perspéticos dos novos espaços urbanos, ficam confinados e passam despercebidos dentro do novo desenho de novos e majestosos edifícios. Perde-se a identidade da memória de um povo, separando-se esses monumentos arquitetônicos do ambiente urbano. Nessa situação, a arte começa a separar-se da vida, o ambiente cotidiano começa a ficar mais pobre, e a beleza transfere-se para a esfera do entretenimento do tempo livre.⁵²

Maurice Halbwachs⁵³ tem razão quando estabelece relações entre os grupos sociais e os espaços que eles ocupam dentro dessas novas cidades. Quando esses grupos tomam posse de um território, transformando a sua imagem, a configuração do espaço confirma essas relações sociais, ao mesmo tempo em que são pressionados pela própria materialidade de sua criação. No momento em que esses grupos passam a habitar grandes cidades, eles perdem a visão de mundo unânime, pois têm que resolver problemas, advindos dessa nova situação, como os grandes bairros sem infra-estrutura, sem higiene e, muitas vezes, sem a as mínimas condições de habitabilidade, transformando-se a um nível nunca experimentado antes. Os controles diminuem, enquanto as mudanças aumentam, e dessa combinação nasce a *paisagem caótica* e desconcertante descrita por escritores como Engels. Surgem enormes periferias de casas novas e precárias, misturadas às fábricas, que se tornam inabitáveis pela insuficiência dos espaços públicos e dos serviços de higiene, como esgoto, recolhimento de lixo, etc. Esse cenário gerado pelo desenvolvimento econômico gera a *cidade liberal* e mostra a enorme distância que existe entre o ideal teórico e a realidade.

Essas mudanças ocorreram a partir do século XIX. Com a industrialização e o êxodo rural na época, as cidades cresceram e incharam em demasia. Para resolver esses problemas, foi preciso organizar melhor o espaço urbano, que mudou drasticamente, quando grandes ruas foram rasgadas, e planos de jardins e parques, para o uso da população, foram criados e serviriam de metáfora para uma boa ordem cívica.

52 BENÉVOLO, Leonardo, op. cit., 1995, p. 198.

53 HALBWACHS, Maurice apud LEPETIT, Bernard. *Po uma nova História urbana*. São Paulo: Edusp, 2001. p. 147.

Bulevares são criados, constituindo a mais espetacular inovação urbana do século XIX, decisivos no processo de modernização da cidade tradicional, permitindo o tráfego fluir pelo centro das cidades, em linha reta, e abrindo espaços livres, em meio às antigas e apertadas construções, onde milhares de pessoas se aglomeravam.

A palavra *boulevard* significa, literalmente, um passeio sobre a muralha de uma cidade fortificada. O primeiro boulevard de Paris foi aberto por Luiz XIV, em 1670, e se estendia desde a Porta de São Dionísio até a Bastilha, ocupando o lugar das antigas muralhas que haviam sido derrubadas. Esses bulevares era atalhos traçados como jardins para o passeio da população, em geral, nas horas de lazer. Os bulevares criados mais tarde por Haussmann tinham outra finalidade, constituíam artérias para o tráfego pesado.

Essas medidas, geraram grandes modificações urbanas e afetaram diretamente a vida econômica das cidades, pois eram empregados dezenas de milhares de trabalhadores, pacificando as massas operárias. Nestes novos espaços, eles podiam passear e divertir-se em suas horas de folga do trabalho, diminuindo, assim o risco de tumultos e de desordens.

Dentro desta perspectiva, as ruas, os bulevares e os parques tinham um lugar de destaque na hierarquia do espaço urbano das cidades modernas, e eles é que passaram a dominar e não mais a habitação, que se tornou secundária. Mas a nova configuração espacial não destruiu por completo as formas anteriores, ela estabeleceu uma outra hierarquia, gerando o contraste entre a fixidade das habitações e a mobilidade proporcionada pelo vai e vem das pessoas e dos meios de transporte que surgiram nesta época.

O progresso técnico e o espírito empresarial que dominavam nesse período requereram reorganização e novos meios de transporte. Foi preciso construir vias férreas para suprir a demanda de locomoção. Surgiram as ferrovias, em decorrência do desenvolvimento da infra-estrutura e das necessidades de deslocamento rápido entre as cidades. A velocidade é uma das características mais marcantes da vida nas cidades modernas.

Os homens estavam acostumados a transitar no interior de um *continuum* espacial, a uma velocidade que os integrava à paisagem. A diligência e o cavalo haviam habituado as pessoas contemplarem de perto a natureza envolvente. O trem quebrou essa percepção de continuidade; os espaços locais tornaram-se elementos descontínuos, pontilhados ao longo das viagens. As impressões dos viajantes são, nesse sentido, sugestivas:

“Essas viagens a vapor misturam os objetos do mundo uns com os outros, como um caleidoscópio; na verdade ele agora só se compõe de estações; as paisagens que galopam à frente formam sempre novos rostos, antes que possamos distinguir qualquer fisionomia”.⁵⁴

A velocidade acarretou fluidez e redução do conteúdo dos objetos; estes tornaram-se panoramas e imagens. Ela modificou totalmente a vida das pessoas, aproximou as distâncias, e globalizou o mundo.

A rapidez e a quebra das fronteiras representam o espírito de uma época. Elas expressam aceleração da vida social. Nas artes, os artistas captaram essa configuração da sociedade e o ritmo frenético que a envolve. Os impressionistas buscaram decompor o movimentos nos mínimos detalhes, procurando fixá-los nas suas obras. Também o traçado das cidades mudou, pois, se antes os pedestres tinham prioridades, agora era máquina o seu principal ator. Se, por um lado a velocidade aproxima distâncias, por outro lado, distancia pessoas.

As cidades do século XIX foram também transformadas pela produção direta dos bens, pela criação de novas fábricas, pelos transportes pesados e pela aglomeração desses fatores.

Exposições em nível universal são uma das características das cidades modernas começando com a de Londres, em 1851, vão desde os salões de automóveis, exposições de manufaturas têxteis e de produtos industrializados até a Grande Exposição Universal de 1900, em Paris, sobre arte.

Nessa exposição de 1900, Auguste Rodin ofereceu ao público, que contemplava boquiaberto *L'Homme qui marche*, um gigante de bronze de quase três metros de altura, com os pés solidamente plantados no chão, que parecia avançar, a qualquer preço, para um destino desconhecido, mas, para estupefação de todos que visitaram o salão era desprovido de cabeça. Visto de perfil, a estranheza se transformava em angústia. Seria possível caminhar sem cabeça? E para onde iria? Era uma nova época também nas artes, onde começaram a surgir grandes mudanças, com a arte moderna e as sucessões das vanguardas.

As indústrias que atendiam as roupas fabricadas em série, adequaram-se melhor ao movimento moderno. A Exposição dos Produtos Industriais de 1839, em Paris, construiu sua identidade, com produtos produzidos e manufaturados em massa, para atender a uma grande população, que se preocupava com a aparência, pois o transitar de uma cidade a outra, facilitado pelos novos meios de transporte e em relacionamentos internacionais, utilizando os meios de comunicações, exigia uma maior preocupação com o vestir e o calçar.⁵⁵ O flunar pelos novos espaços públicos também exigia uma nova postura no vestir. Surgiram os grandes magazines.

As manifestações dessa internacionalidade alcançaram o seu maior exemplo nas exposições universais. Elas configuravam um espaço no interior do qual todas as nações do globo eram representadas. Um crítico da época descreveu a Exposição de 1900 como um universo num jardim, um grande território, como a metade da Europa, condensando-se em cinco metros quadrados, um deserto resumia-se a uma palhoça, um mar e uma bacia. O Norte tocava o Sul e o pólo o Equador. "*Uma mesma corrente de ar trazia o odor dos juncos da Oceania e das peles de Kamchatka*".⁵⁶

Composta e inteligentemente inserida no desenho do tecido urbano parisiense, surgiu a extraordinária torre – 300m de altura – de Gustave Eiffel, para marcar a Exposição de 1889, em Paris. Sua torre guardava proporções adequadas ao aço, sua forma era funcional, e seu tamanho era majestoso para o lugar escolhido. Foi

55 ORTIZ, Renato, op. cit., 1991, p. 224-225.

56 Ibidem 1991, p. 246.

uma aventura paisagística surpreendente.

A revolução industrial resolveu e pôs em movimento um sistema circulatório decorrente da necessidade de uma nova malha viária, que atendesse ao fluxo de pessoas e aos transportes das mercadorias provenientes das novas indústrias. A ideologia do engenheiro associaram-se as preocupações políticas, criando a oportunidade e as justificativas para modificar o contexto de antigos bairros, de cidades inteiras, rasgando grandes avenidas, ligando-as com espaços periféricos. É esse o sentido que se atribui à haussmannização, cujo modelo se estendeu muito além da experiência parisiense do período de 1850-70.

As cidades cresceram e tiveram uma nova relação com o campo. A população urbana, antes minoritárias, agora era maioria. As cidades cresciam mais rápidas que o desenvolvimento no campo, e a relação cidade/campo mudou. O homem começou a distanciar-se da natureza. A cidade, símbolo da civilização moderna reproduzia toda uma artificialização entre o homem e a natureza. Criou-se um espaço novo, um meio geográfico artificial.

“As mudanças são quantitativas mas também são qualitativas. Se até mesmo no início dos tempos modernos as cidades contaram com jardins, isso vai tornando-se mais raro: o meio urbano é cada vez mais um meio artificial fabricado com restos da natureza primitiva crescentemente encobertos pelas obras dos homens. A paisagem cultural substitui a paisagem natural e os artefatos tomam, sobre a superfície da terra, um lugar cada vez mais amplo.”⁵⁷

A história da natureza e a do homem estão relacionadas, mas em escalas diferentes. O homem faz parte dessa natureza, representando uma pequena parcela dela, mas, na trajetória de sua história, ao buscar primeiro sua sobrevivência e depois movido por um sentimento de poder, ele ocasiona uma profunda mudança na ordem de relações que sempre existiu entre ele e essa natureza, passando de uma integração para um estágio de dominação do homem e de subordinação dessa natureza a ele. Quebra-se a harmonia; fora da natureza, o homem passa a agir

57 SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1982. p. 42.

sobre ela, e, a partir desse momento (século XIX), cria-se um distanciamento ente os dois. O homem, antes vivendo no campo ou em pequenas comunidades, mantinha um equilíbrio, mas o mesmo não aconteceu quando ele atingiu o seu ponto máximo, com a criação de grandes aglomerações – as cidades.

“Na perspectiva espacial, a cidade é a produção mais acabada do homem, onde a população vive aglomerada e onde tudo é mais intenso, mais complexo, a natureza é substituída e/ou recriada, não sendo portanto percebida como natural”.⁵⁸

O espaço criado pelo homem moderno é cada vez mais culturalizado e tecnificado, onde ele deixa de ter contato com a natureza e tenta recriá-la, de modo artificial através de áreas verdes urbanas.

A criação sistemática de espaços verdes públicos nas cidades europeias é obra da segunda metade do século XIX. É consequência direta da Revolução Industrial e de seu impacto sobre a urbanização e os fluxos demográficos, do crescimento exponencial da população das metrópoles e das cidades industriais, antigas e novas, com a constituição de um proletariado urbano proveniente do êxodo rural e da inadaptação das estruturas tradicionais e degradação das condições sanitárias.

Essas preocupações com a abertura de espaços arborizados se manifesta, também, quando as cidades começam a ficar extensas e seus habitantes ficam longe da natureza, num momento em que os ricos desfrutam egoisticamente de seus jardins particulares. Outrossim, as nascentes noções de salubrismo e higiene, que atribuíam as doenças aos miasmas, levam à prorrogação de espaços abertos e ventilados que, supõe-se, permitem a dispersão desses miasmas. Assim baseados nestes conceitos alguns mecenas ao morrerem deixaram ao povo seus parques, como o caso do Duque de Orleans, que doou os jardins do Palais Royal, onde mais tarde foram instalados os primeiros cafés de Paris. Durante a Revolução Francesa, muitos jardins da aristocracia foram vendidos para burgueses. Os grandes parques da monarquia foram abertos ao público, como o de Luxemburgo, pois a população

58 CALLAI, Helena Copetti. **A Cidade e a (Re)criação da relação Homem-Natureza**. In: Cadernos Ciência & Ambiente, IV, (7) Jul/Dez, 1993, p.

achava ter direitos sobre os bens dessa antiga monarquia. Nessa época surgiram parques de lazer particulares, com entradas pagas.

Depois da Revolução, com a industrialização e o êxodo rural as cidades tornaram-se superpovoadas. Até o final do século XVIII, a população da Europa nunca ultrapassou 180 milhões de habitantes; a partir do século XIX começo do século XX, passou para 460 milhões.⁵⁹

A espécie humana, então duplicada em número de habitantes nas cidades, começou a estabelecer e a impor suas regras por todo o globo. Antes da era industrial, todas as grandes regras de planejamento estavam relacionadas aos sistemas agrários locais e à capacidade dos homens com a ajuda de animais domésticos, mas, depois, com os avanços científicos, essas regras tornaram-se mais amplas e mais trabalhosas. Havia profundas feridas na forma de grandes superfícies de terrenos desertificados, inutilizados pela erosão causada pelas explorações sem critérios e pela devastação das florestas. As cidades havia se expandido além dos limites suportáveis e o ar estava cada vez mais contaminado. O homem da era da industrialização começava a alterar o equilíbrio e os ciclos da natureza em escala global, e suas atitudes começavam a voltar-se para si mesmo, obrigando-o a carregar os problemas, que, agora, ele mesmo, e só ele, podia resolver.

Ao mesmo tempo, essa população começou a ter consciência de sua força revolucionária, preocupando os governantes que se dedicaram a criar um modo de manter ocupadas a grande massa de operários nas suas horas ociosas. Uma das soluções foi a criação de parques com a finalidade de lazer, com a implantação de equipamentos, como prédios que continham salões de festas, casas de banhos coletivos, locais para descanso, locais para ouvir música, ou locais para simplesmente olharem a natureza, agora tão distante deles. Foram introduzidos nesses parques a flora e a fauna exóticas, provenientes, muitas vezes, de longínquos países, demonstrando o poder dos dirigentes não só de fazer valer sua autoridade com o povo, mas também de dominar a natureza.

59 BARDET, Gaston. *O Urbanismo*. Campinas: Papirus, 1990. p. 7.

Londres desenvolveu-se ao redor dos parques reais, desde 1635, com a criação do Hyde Park, depois St. James, ao longo da primeira metade do século XIX, e arrumou o Regents Park, em 1812, para o lazer. Implantou um sistema paisagístico integrando áreas verdes à cidade. Mas, na verdade, esses espaços foram freqüentados mais pela alta sociedade. Esses parques foram os precursores dos subúrbios ajardinados, de que falaremos mais adiante. Jardins como locais de prazer, mais populares, surgiram, como o Vaux Hall, o Ranelagh e Marylebone. Havia em Paris, com as mesmas funções ou homólogos aos de Londres, O Tívoli, o Bagatelle, o Hanovre e os bulevares, e foram implantados, o Passeio da Rainha, doação de Maria de Medicis, único passeio aberto ao público em geral.

O Parlamento inglês promulgou a compra de um terreno para um parque público, que o jardineiro inglês Joseph Paxton planejou e concluiu em 1847, para a cidade industrial de Birkinhead. Paxton planejou esse parque ao “estilo pitoresco”, com caminhos para várias finalidades, como o andar a pé, a cavalo ou de carro, e incorporou ao parque uma zona de jogos, como o cricket e o tiro de arco. Esse parque serviu de modelo para outros das mais diversas partes do mundo, como o Central Park de F. L. Olmsted, em 1840 até Ernout e Alphand, que o reproduziram no seu Art des Jardins de 1868.

De volta do seu exílio na Inglaterra, Napoleão III pretendeu aplicar o mesmo método desse país na França, criando espaços verdes, desde pequenos quarteirões (os *squares*) até grandes avenidas arborizadas, que resolveriam, ao mesmo tempo, o problema do controle dos motins (avenidas retas facilitam o uso do canhão contra barricadas). As alamedas, cujas grandes perspectivas convergiam para o Arco do Triunfo de Etoile, realizavam também os planos da monarquia do século XVIII e de Napoleão I. Mostravam o Segundo Império como o sucessor dos reis que tinham construído a França, transformando a Capital numa *Ville Lumière*.

Dois modelos de espaços verdes urbanos foram elaborados na Europa. O inglês e francês (dois quais falaremos adiante). O Inglaterra fundamenta-se na ambientação rural; o público é convidado a usufruir a pradaria e a cavalgar nos caminhos. O parque é sinônimo de esporte e de jogo, de cultura do corpo.

Em Paris, Haussmann, junto com o Engenheiro Alphand, criou um modelo mais complexo, resolutamente urbano e urbanizado, solidário de sua abordagem global da cidade. Ele o concebe como um conjunto de sistemas interconectados; sistema de vias, de adução de água potável, de evacuação das águas, de respiração (expressão de Haussmann para os diversos tipos de “espaços verdejantes”), divididos de maneira homogênea na cidade: bosques periurbanos (Boulogne e Vincennes); parques intra-urbanos fechados por grades, dos quais o Montsouris e os Buttes-Chaumont em bairro desfavorecidos; 24 jardins, de dimensões modestas, cercados, implantados em espaços residuais, muitas vezes na confluência de vias múltiplas; jardins abertos, entre os quais o Champs-Élysées; praças plantadas e vias arborizadas. A vegetação era cuidadosamente escolhida e utilizada como um design, como um mobiliário urbano, como o são os coretos, os painéis de avisos, as floreiras, as lixeiras, etc. Essas árvores eram “enfeitadas” por cercamentos em ferro rendado, fazendo parte do jogo urbano.

Longo de se reduzir a um dispositivo higiênico, a natureza urbanizada da Paris haussmanniana persegue a tradição do jardim à francesa; ela introduz na cidade um espetáculo inédito: “à grande ópera urbana”.

Em 1867, no Paris Guide, George Sand fez um elogio aos jardins e aos passeios públicos, onde as classes populares poderiam iniciar-se no gosto pela beleza e pela arte. Alphonse Karr viu nas praças lugares de reencontro e de contato, onde se reconstituíam a vida de bairros destruídos pela nova urbanização.⁶⁰

Walter Benjamin, no seu artigo *A Urbanização Parisina, Haussmann e as Barricadas*, captou bem a repercussão que teve o plano de Haussmann para Paris, não só em termos de urbanismo, mas social e econômico para a cidade e seus cidadãos. O ideal urbanístico de Haussmann era a representação da perspectiva por meio de largas fugas das avenidas com monumentos erigidos no extremos dos bulevares, de modo que cada passeio conduzisse a um clímax dramático, utilizando a técnica com finalidade artística. Algumas avenidas eram cobertas com lonas e descobertas na inauguração, como se fossem monumentos.

60 CHOAY, Françoise. *A renda e o modelo: sobre a teoria da arquitetura e urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 1991. p. 61-62.

Hausmann resolve, de uma vez por todas, de maneira firme e segura, o problema da modernização urbana. O empreendimento pôs abaixo centenas de edifícios e deslocou milhares de pessoas para a periferia, destruiu bairros inteiros que ali tinham existido por séculos, mas, em compensação, franqueou ali cidade, pela primeira vez na sua história, para toda a população parisiense. Paris tornava-se um espaço físico e humano unificado. Os bulevares de Napoleão e Hausmann criaram novas bases econômicas, sociais e estéticas, com a finalidade de reunir um enorme contingente de pessoas. As ruas ganharam todo o tipo de lojas, e, em cada esquina, surgiram restaurantes com terraços e cafés nas calçadas. *“Esses cafés, como aquele onde os amantes baudelaireanos e a família em farrapos se defrontaram, passaram logo a ser vistos, em todo o mundo, como símbolos de la vie parisienne”*.⁶¹

As calçadas e os bulevares eram largos, com bancos e muito arborizados. Pela primeira vez, foi pensado nas “ilhas” para pedestres, para facilitar a travessia das ruas separando o tráfego local do de longa distância e abrindo vias alternativas para as caminhadas. Pintores, escritores e fotógrafos modernos, começando com os impressionistas em 1860, nutriram-se de vida e da energia que escoavam ao longo desses bulevares. Por volta de 1880, os padrões de Hausmann foram universalmente aclamados como verdadeiros modelos de urbanismo moderno, sendo utilizados em cidades de crescimento emergente, em todas as partes do mundo. Em 17 anos, unindo a tenacidade sua ampla visão das coisas, Hausmann criou uma grande cidade dos Oitocentos. A rapidez da obra refletiu o ritmo e a iniciativa da expansão industrial que havia na época.

Mas, para todo esse empreendimento, Hausmann contou com equipe técnica de primeira e com a Escola Politécnica de Paris. Os arquitetos da época estavam absolutamente despreparados para resolver os problemas dos novos tempos. O próprio Hausmann teve que se adaptar a essa nova realidade. Arquitetos como Henrique Labrouste não tiveram capacidade para calcular e elaborar seus projetos. Hausmann contratou dois engenheiros como chefes de equipe: Belgrand, que, por suas idéias geniais, conseguiu resolver o problema dos abastecimento d’água em

61 BERMAN, Marshall. *tudo o que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 147.

Paris e tornou-se chefe da Central de Oficinas de Pontes e Estradas; e Juan Alphand, contratado como jardineiro-engenheiro, para substituir o jardineiro paisagista de Napoleão. Alphand passou a ser o chefe dos Serviços de Passeios e Plantações, transformando os antigos lugares de lazer parisienses e criando novos, como o Bosque Boulogne e Vincennes, os Campos Elíseos e o Parque Monceau, a Colina Chaumont e o Parque Montsouris. Esse sistema de passeios de Paris em forma de rins, um tanto distinto de seus contemporâneos ingleses, refletiu sua maestria. Haussmann criou também o novo Serviço Municipal de Direção de Plantas de Paris, no comando de M. Deschamps, que foi o responsável pelo plano regulador geral da cidade e assumiu a maior parte da responsabilidade pelos resultados da modificação da cidade. Esses três departamentos foram os responsáveis pelas obras haussmannianas de Paris.⁶²

A Europa começou na segunda metade do século XIX, a esbanjar seu patrimônio histórico, conservando algumas peças em museus ou nos novos espaços abertos da cidade, que funcionavam como museus ao ar livre. As realizações com sucesso eram aquelas em que se atribuíam lugares diferentes aos novos ambientes e aos antigos, como em Barcelona, onde a cidade antiga ficava isolada no centro da cidade, e Viena, onde o anel das construções modernas estava inserido entre o núcleo medieval e a periferia barroca.

A partir de 1890, começou um novo período, onde o desenvolvimento urbano pôde recomeçar com formas organizadas como a conclusão do Metropolitano em Paris (1900), e o de Berlim (1896) e o de Viena (1904), e os grandes programas de construções populares, para reduzir o déficit entre a procura e a oferta de casas gerado pelo desenvolvimento especulativo.⁶³

Na segunda metade do século XIX, surgiu o planejador urbano moderno, Camillo Sitte, pioneiro na defesa da preservação de centros históricos e cascos urbanos antigos, que estavam sendo arrasados por obras viárias e saneamentos, bem como da preservação das áreas verdes dentro das metrópoles. Sitte influenciou o urbanismo do século XX na Europa, na América e até no urbanismo soviético dos

62 GIEDION, Sigfrido, op. cit., 1978, p. 703-704.

63 BENÉVOLO, Leonardo op. cit., 1995, p. 205.,

anos 1920-29. Propunha soluções de mudanças, que, na realidade, não passavam de reformas superficiais, insuficientes para satisfazer os anseios dessa imensa população citadina, como a descentralização de monumentos ou edificações das praças para as esquinas, e propunha a criação de jardins nos pátios particulares das casas ou de edifícios em lugar de uma única praça. Eles serviriam como refúgios do incessante rumor da cidade, onde, segundo Sitte, os proprietários ou os inquilinos dessas residências poderiam usufruir e viver como no campo, pois o ar puro, a boa iluminação natural e a vista sobre o verde favoreciam a vida dessas pessoas. Esse seria a área verde na metrópole, ainda que completamente alheia ao movimento contínuo das ruas. Ele pregava, também, que existisse uma lei que exigisse a manutenção, no interior dos grandes blocos dos edifícios, de espaços livres para um possível usufruto público.

Os parques de recreio seriam isolados dos ruídos da cidade através de muros elevados, isolando-os também da cidade. Sitte dividiu o verde urbano em verde sanitário e verde decorativo. O verde sanitário não podia estar no meio da poeira e dos ruídos das ruas, mas em um espaço interno protegido, rodeado por blocos de construção fechados, podendo serem abertos às ruas somente os maiores, como o caso dos bairros de *Villas* e *Cottages*. A vegetação desenvolvia-se de forma natural e abundante sem a preocupação com as ruas. O verde decorativo tinha como função ser visto pelo maior número de pessoas e era localizado nos principais pontos de circulação.

“O verde decorativo só oferece efeitos ilusórios, ao passo que o verde sanitário apresenta objetivos reais e palpáveis: proteção contra o vento e a poeira, tranquilidade, sombra refrescante durante o verão. O que é valioso para um, é secundário para outro e vice-versa”.⁶⁴

Ele era contra os *squares*, e as alamedas urbanas utilizadas por Haussmann por achá-los dispendiosos e sem nenhum fundamento. Quando se desejasse criar um jardim público ou um parque infantil, bastaria manter alguns quarteirões vazios e colocar o equipamento ou a vegetação a cargo de um jardineiro municipal e se teria um *square*, exposto ao vento e à poeira, que, para ele, eram a mais terrível praga da

64 SITTE, Camillo, op. cit., 1992, p. 181.

vida metropolitana, além dos ruídos do tráfego. Era a favor de que os antigos jardins de residências nobres fossem abertos ao usufruto da população. Não foram medidas suficientes para os problemas cada vez maiores das grandes metrópoles industrializadas. Em contrapartida, nasceu um novo modelo de urbanização, contrário a tudo que existia até aquele momento que foram as cidades-jardins, que surgiram nos primeiros decênios do século XX, principalmente na Inglaterra, e se propagaram por toda a Europa.

“A cidade-jardim propunha-se a criar um espaço em que seu habitantes vivessem autonomamente, rejeitando a sociedade e a cidade industrial. Os subúrbios-jardins, por sua vez, implantavam-se nos arredores das cidades industriais e sua origem, sobrevivência e desenvolvimento dependiam da existência das cidades da era industrial”.⁶⁵

As cidades-jardins eram núcleos urbanos que procuravam viver independentes de outros núcleos, numa filosofia diferenciada de todas as cidades até aí existentes, principalmente as industrializadas, em que o planejamento social era amplo, sem regras rígidas e principalmente eram munidas de um espírito que buscava reunir cidade e campo num todo orgânico. Almejava-se uma harmonia inexistente na congestionada e ameaçadora cidade industrial. Os subúrbios-jardins caracterizavam-se mais como extensões, conectadas ou não com o tecido urbano, mas viabilizadas pela relação de dependência com uma cidade preexistente da era industrial.

O nome cidade-jardim fez-se presente com as teorias de Ebenezer Howard⁶⁶ e da experiência concreta da cidade de Letchworth, considerada a primeira cidade-jardim da história. Sua proposta de cidade-jardim era uma alternativa para a cidade industrial, com seus desequilíbrios e seu modo de vida.

Nas cidades-jardins de Ebenezer, um dos fatores mais importantes e fundamentais dessa teoria era proporcionar habitações dignas para as classes trabalhadoras. A cidade-jardim deveria ser uma comunidade moralmente equilibrada

65 WOLFF, Sílvia Ferreira Santos. *Jardim América. O primeiro bairro-jardim de São Paulo e sua arquitetura*. São Paulo: Edusp, 2001. p. 23.

66 HOWARD, Ebenezer. *Cidades-jardins de amanhã*. São Paulo: Hucitec, 1996.

e autônoma, na qual as habitações seriam alugadas através de cooperativas. A cidade deveria oferecer recursos industriais e agrícolas. Os jardins deveriam ser hortas para prover alimentação. A dimensão e o crescimento da cidade seria controlado por um cinturão verde, já que a perda da escala humana nas grandes cidades era condenada.

A teoria howardiana era uma utopia, pelos aspectos da autonomia e da dimensão física controlada e do sistema de propriedade compartilhada, não frutificando como se esperava na cidade Letchworth, em 1904. Os Arquitetos Parker e Unwin, co-autores nesse plano, é que deram forma à utopia urbana de Ebenezer. O bairro-jardim chamado Jardim América num subúrbio de São Paulo, foi projetado pelos mesmos Parker e Unwin. Letchworth e sua paisagem urbana influenciaram os subúrbios no século XX, nas formas de ocupação de área, levando em conta as características formais de integração da arquitetura e da paisagem.

Esse modelo de subúrbio residencial foi consagrado para atender às classes pobres, com carência habitacional, e à população das classes médias urbanas, que estavam em pleno crescimento, e quase todos tiveram sua viabilização ligada à existência de ferrovias, ou de linhas de bondes ou metrô. O vínculo com os transportes coletivos esteve presente na elaboração dos planos, em que as estações tinham uma localização articuladora entre outros focos é a estrutura criada e com a incumbência de harmonizar e valorizar aspectos da natureza, como bosques, rios, lagos e a própria topografia. As ruas e os ajardinamentos tiravam partido do potencial paisagístico da natureza e buscavam acomodar-se a ela.

Frederick Law Olmstead, paisagista que projetou o Central Park de New York, exerceu grande influência na relação das cidades com a natureza ao projetar parques, campus universitários e subúrbios norte-americanos. Conheceu e dominou a arte dos jardins e parques ingleses, ao visitar, em 1850, os primeiros parques públicos cercados por ruas residenciais e impressionou-se com a beleza da paisagem e com a valorização dos terrenos vizinhos. Em 1859, ao visitar Paris, entrou em contato com Adolphe Alphand, responsável pelos empreendimentos suburbanos ao redor da cidade, as chamadas *villas*. Ao voltar aos Estados Unidos, projetou o Central Park de New York, uma das bem sucedidas integrações entre as

áreas verdes e as estruturas da cidade. Projetou, ainda, subúrbios de New York e, em Chicago, o Riverside, em 1869, em que as ruas curvas, os amplos lotes, as áreas verdes têm uma relação harmoniosa com a natureza.

Os aspectos que permitem identificar esse modelo urbano, de modo amplo são, do ponto de vista formal, o planejamento de área urbanizadas, com ruas curvas e sinuosas, que hierarquizam as vias conforme os fluxos de trânsito, considerando sempre o pedestre e as edificações implantadas no meio de áreas ajardinadas.

A valorização do modelo urbanístico que integrava a natureza e o crescimento da cidade urbana foi enorme no século XX. Em Porto Alegre, temos, no começo do século XX, o Bairro Assunção, que foi planejado como um bairro-jardim, como também, o Jardim América em São Paulo. Belo Horizonte foi uma cidade-jardim. Verifica-se que esse modelo proliferou por todo o mundo, mas poucas foram de fato as cidades contempladas.

“Casas isoladas, subúrbios, valorização da paisagem, elementos pitorescos, programas habitacionais econômicos, vilas e estâncias balneárias são todos aspectos do quadro de mudanças nas cidades e na arquitetura promovidas pelas transformações aceleradas da sociedade moderna e que ocorreram com intensidade no século XIX”.⁶⁷

O modelo da cidade-jardim somente foi viável em cidades novas, e a implantação de bairros-jardins contemplava áreas distantes dos centros da cidade, onde os modelos antigos predominavam, ou já estavam consolidados, e onde a carência do verde continuava em déficit. Tentavam dessa maneira, minimizar o problema das cidades industrializadas.

1.2 O Espaço urbano moderno: paisagem e jardins

“A cidade é um jardim de granito, composto por muitos jardins menores, dispostos num mundo-jardim. Partes do jardim de granito são cultivados

67 WOLFF, Silvia, op. cit., 2001, p. 43.

intensamente, mas a maior parte não é reconhecida e é negligenciada”.⁶⁸

A arquitetura, os jardins paisagísticos, tanto como a pintura e a literatura refletem certas atitudes básicas, religiosas e estéticas de uma sociedade. O modo com que esses elementos se modelam para proporcionar prazer depende, em parte, das oportunidades físicas, mas muito mais das necessidades espirituais do homem. Na Europa, os ideais medievais encontravam nas catedrais a mais elevada expressão arquitetônica. Os jardins dos mosteiros eram lugares de contemplação. O termo técnico para os jardins fechados dos claustros era paraíso. A fonte no meio do jardim, com seus jatos de água, simbolizava a geografia do éden. Não eram lugares onde as pessoas procuravam vistas aprazíveis e não foram desenhados como um lugar para lisonjear o ego humano.

Segundo Michel Laurier⁶⁹, a origem mais provável da palavra jardim remonta às duas palavras hebraicas: *Gan* = proteger ou defender e *Éden* ou *oden* – prazer ou deleite, ou seja, jardim ou *Garden* (inglês) quer dizer, um recinto de terra para prazer e deleite.

Os jardins são um produto do ócio⁷⁰. Entendemos aqui como ócio um fenômeno moderno e tipicamente urbano, que tem como fim trazer a natureza sintetizada e ordenada para dentro das cidades. Os jardins são uma visão do mundo idealizado pelo homem, e cada modelo de jardim é o reflexo de uma relação concomitante homem/natureza (aqui natureza significa os elementos que o homem utiliza para seu deleite, como, por exemplo, a vegetação) e se pode considerá-lo como uma ordenação dessa natureza, correspondendo a uma imagem do mundo ideal. O modo como esses elementos se modelam para proporcionar prazer depende, em parte, das oportunidades físicas, mas muito mais das necessidades espirituais do homem.

Os jardins, no decorrer dos séculos, refletem o modo de viver de uma sociedade, o poder econômico e a cultura de um determinado povo. Os jardins acompanham o desenvolvimento dessas sociedades. A dualidade do pensamento humano, nas

68 SPIRN, Anne Whiston. *O Jardim de Granito – a natureza no desenho da cidade*. São Paulo: Edusp, 1995. p. 20.

69 LAURIER, Michel. *Introducción a la arquitectura del paisaje*. Barcelona: Gustavo Gili, 1983.

70 CLIFFORD, Derek. *Los jardines, trazados, arte*. Madri: Instituto de Estudios de Administración Local, 1970.

diversas culturas será expressa nas tendências opostas e complementares das formas, retas e curva e norteará os desenhos na ordenação dos espaços. A partir do Renascimento, a criação do sistema de representação em perspectiva ampliou a paixão do homem pelas linhas retas, as quais enganam o olho no desenho, parecendo atravessar o espaço na direção do infinito, dando-lhe a sensação de domínio maior do espaço e do objeto. As linhas curvas ganharam força e vigor no teto da Capela Sistina, nas figuras vigorosas de Michelangelo, o qual conseguiu, com maestria, juntar as partes desconexas da Piazza do Campidoglio num só gesto elíptico do desenho.

A curva foi exaltada no movimento barroco, no *art nouveau*, no traçado dos parques ingleses e nas reentrâncias e saliências arquitetônicas com que Gaudi desenhou o Parque Güell em Barcelona.⁷¹

Os jardins fazem parte da vida dos povos desde as *Villas* da Antigüidade até os jardins públicos modernos, passando pelos jardins à francesa do século XVII, caracterizados por seus grandes *parterres* (patamares) ligados ao palácio ou a uma moradia senhorial, pelos jardins à inglesa do século XVIII, onde a construção arquitetônica e o jardim estão no mesmo plano, aos jardins portugueses com suas escadarias e elementos arquitetônicos revestidos de azulejos, ou aos jardins orientais, com a utilização da natureza em escala diminuída, mas com todo um simbolismo.

Assim, na mais profunda de nossas origens, as lendas que influenciaram as primeiras formas de pensamentos, nas primitivas civilizações, estão associadas aos jardins e às plantas e, até hoje, constituem parte do nosso legado cultural e são responsáveis por atitudes e sentimentos do presente nessa relação homem/natureza.

A história dos jardins como arte começa no Renascimento, mas é somente nos últimos cinco séculos que o jardinismo consegue uma história. Entre os séculos XV e XVI, o homem ocidental teve que voltar a aprender a arte do jardinismo. entre a

71 FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. *Desenho Ambiental: uma introdução à Arquitetura de Paisagem com o paradigma ecológico*. São Paulo: Annablume, 1997.

desintegração do Império Romano e o surgimento da Europa moderna, os jardins desapareceram. O jardinismo, como arte, deixou de existir virtualmente nesse período, na maior parte do mundo ocidental. O que conhecimentos dos jardins dessa época provém de quadros ou de poemas, porém estes eram descrições muito vagas. Nesse período, os homens estavam mais ocupados na sobrevivência do corpo e, mais tarde, na da alma, para preocupar-se com a arte dos jardins.

As bases sobre as quais trabalhava o projetista de jardins no Renascimento eram fisicamente romanas e espiritualmente helênicas. A arquitetura, a pintura e a escultura recomeçaram sua nova vida sob patrocínio da Igreja, é da elite dominante como banqueiros e ricos comerciantes, mas não os jardins.

A origem dos jardins dos séculos XV e XVI é estudada através de três fios condutores⁷²: o físico, manutenção dos modelos das ruínas greco-romanas; o literário, com as descrições dos jardins antigos, particularmente as contidas nas cartas de *Plínio, o Jovem*; e a tradição, através de Bizâncio e dos reis mouros da Espanha. Esses jardins desenvolveram-se sobre as ruínas das vilas romanas e estavam localizados, geralmente, em mosteiros. Eram mais funcionais que ornamentais, com o cultivo de erva medicinais, hortaliças e frutos, e as flores destinavam-se ao adorno das mesas e de altares. Os jardins possuíam fontes, um dos primeiros elementos construtivos a serem utilizados e que serviam para o abastecimento de água para pessoas e para a irrigação do próprio jardim, mas logo passaram a ter a função de elemento ornamental, e sua localização quase sempre era no centro do jardim.

Na concepção estética da Renascença,⁷³ o artista era avaliado pela sua habilidade e capacidade de invenção e até pelo seu temperamento, mas todas essas qualidades deviam responder a uma tripla exigência: imitar a natureza, respeitar as leis da perspectiva e celebrar a Deus. A Renascença foi o período do triunfo do humanismo: onde o homem avaliava o ato criador, e ao mesmo tempo, como artista, era “interprete entre a natureza e a arte”; mas ele ainda não é o senhor absoluto, do homem como sujeito. O desenho dos jardins foi elevado à sublimidade.

72 CLIFFORD, Derek, op. cit., 1970.

73 JIMENES, Marc, op. cit., 1999, p. 51-60.

O artista de jardins concebia suas obras, mas não era capaz de promulgar suas próprias leis; da mesma forma, o público não estava habilitado a julgar e a entender esses espaços, porque ignorava tais regras.

No período Barroco, a evolução e o modo requintado do viver citadino resultaram num novo conceito de jardim. Começou a ser utilizado o elemento árvore nas cidades européias, surgindo novos tipos espaciais, como o parque, a alameda, o jardim, o passeio arborizado. Segundo Lamas,⁷⁴ é no período Barroco que se estruturou a arte do paisagismo como um campo específico da arquitetura e do planejamento urbano.

As formas geométricas herdadas dos jardins italianos, como a *Villa Lante*, ou do jardim francês de *Le Nôtre* começaram a ser substituídas pelas formas orgânicas dos jardins orientais, principalmente na Inglaterra e repercutiram em várias partes do mundo, a partir de projetos de Humphry Repton e John Nash nos EUA no final do século XVIII.

O século XVII definiu-se como a época clássica, a da razão, e o século XVIII, como o século das luzes e dos filósofos, como o da razão esclarecida.⁷⁵ As concepções racionalistas sob influência de Descartes dominavam o conjunto de atividades humanas, como a filosofia, a ciência, as artes, incluindo a arte dos jardins.

No século XVII, com Francis Bacon e com a ciência formulada por Galileu e, mais tarde, por Newton articulou-se uma outra visão da natureza: espírito e matéria tornaram-se entidades separadas; e o mundo mecânico, objetivo e físico passou a ser identificado com a natureza em oposição ao universo do espírito humano. A natureza deixou de ser um princípio tautológico para configurar-se como um corpo construído por fenômenos quantitativamente mensuráveis.⁷⁶

Os ensinamentos de Descartes foram aplicados como um cartesianismo dogmático nos jardins franceses do século de Louis XIV. Le Brum era cartesiano e um dos artistas responsáveis pelos jardins *Vaux-le-Vicomte* junto com *Le Nôtre* e *Le*

74 LAMAS, José M. Sessano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.

75 TOURAINE, Alain. **Crítica da Modernidade**. 5. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

76 ROSSI, Aldo. **A Arquitetura da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Vau.

A partir do século XVII, teve início a abertura de jardins privados ao público. O rei e a nobreza a abriram seus portões ao povo, em Londres e nas grandes capitais européias. Surgia a necessidade de locais onde todas as classes sociais pudessem conviver próximas à natureza, com edifícios contendo obras de arte. Era o parque público, pertencendo ao povo como um direito derivado das solicitações das novas cidades em processo de industrialização.

Até esse momento, os jardins e as praças eram desprovidos de árvores, não havendo a prática do plantio de espécies de grande porte. Porém uma praça ficou na História, a *Place Verte* na Antuérpia, ao lado da Catedral e valorizada por habitações de grandes mercadores europeus desde 1569, como mostram plantas da cidade já ornamentada com árvores.

O século XVIII constitui-se num tempo moderno, regido pela leis da razão esclarecida, pela filosofia do Iluminismo. O espírito iluminista tinha como finalidade terminar com o pensamento metafísico e difundir os ideais liberais. A França fez sua revolução com o ideal universal de liberdade, igualdade e fraternidade. A sociedade foi organizada pela razão. Os iluministas queriam substituir o primado das leis divinas pelas leis da natureza. Essa lei da natureza, evocada por Newton e por Kant (1755), seria a da regularidade na natureza, isto é, nada se faz em vão, pela continuidade, pela conservação; na natureza nada se cria ou se destrói, tudo se transforma e com mínimo esforço, a natureza atuando sempre pelo caminho mais fácil.⁷⁷ Esse naturalismo completou-se tão fortemente que sua união atravessou toda a época moderna até Freud.

O pensamento moral do Século das Luzes estava dominado pela idéia de bondade. O espírito iluminista e esses conceitos de natureza e razão tinham como função unir o homem ao mundo e fazê-lo conhecer, pela razão, a natureza. Essa nova “natureza”, oriunda de um “espírito geométrico”, levantou um problema sobre a natureza humana, mas, ao mesmo tempo, deu ao homem a consciência de seu poder.

77 TOURAINE, Alain, op. cit., 1998, p. 103.

O homem não tinha mais que temer a natureza divinizada, podendo proclamar uma ordem através da razão, desenvolvendo o pensamento social e o sujeito. Ele passou a ser um homem livre e podia conduzir a sociedade, mas, ao mesmo tempo em que ele programava uma ordem, ele tinha que obedecer a essa ordem. Com a construção do Estado nacional, o território foi delimitado não só no plano físico como também pela elaboração das peculiaridades. Assim a paisagem era resultante de representações simbólicas nacionais, explicitadas, também, nas pinturas.

É nessa época que surgem os jardins públicos, ou bulevares, os parques públicos, para uma sociedade com novos hábitos de sociabilidade e de comportamento, os jardins não eram mais para a aristocracia e para o rei, agora pertenciam ao povo. Em contrapartida eles não tinham condições de sustentar os caros jardins reais, que por isto sofreram adaptações de forma, e de equipamentos para se adequarem à nova realidade, tornando-se jardins urbanos.

Em contraposição ao pensamento iluminista, e à valorização da razão e da ciência, surgiu o movimento romântico. Foram abandonadas nos jardins, todas as referências geométricas cartesianas, e foi imitada a “irregularidade” da natureza. Os jardins passaram situar-se entre a tradição do “pitoresco” dos jardins ingleses e a nova sensibilidade naturalista. O Romantismo voltou a cultuar a natureza como fonte de inspiração do homem simples e puro. São valorizadas as paisagens exóticas, o culto do pitoresco, das florestas, das terras selvagens, dos lugares estranhos cheios de melancolia e cor local, evocadores da saudade e da expressão lírica e sentimental. Coleridge, em suas obras sobre paisagens, foi um dos representantes deste movimento.

O jardim inglês, representante do Romantismo, propagou-se por toda a Europa. O relato histórico de Horace Walpole, no seu ensaio *The History of Modern taste in Gardening*, serviu para difundir o gosto pelo jardinismo romântico. Foram criados, nesses estilos os parques do *Petit Trianon* de Versalhes, e o *Parque Monceau* em Paris. O próprio Goethe,⁷⁸ ao descrever o *Parque de Dessau*, captou com extrema inteligência o caráter dessa nova paisagem: “A visão de uma colina não nos impele

78 GOETHE cit. in P. O. Rave, LEIPZIG, Gaerten der Goethezeit, 1941, p. 23.

para uma meta precisa, continuamos a passear sem perguntarmos onde chegamos nem para onde nos dirigimos". Essa descrição corresponde à atenção e à exploração da natureza selvagem não tocada pelo homem.

No período das grandes mudanças, no final do século XVIII, e princípio do século XIX, foram criados novos modelos de jardins. Os jardins, privilégio dos palácios de outrora, passaram a estar disponíveis em formas reduzidas, em faixas de alguns metros que circundavam e isolavam o chalé burguês.

A paisagem emergente dos Grands Travaux parisienses, dos anos 1860-69, revela o resultado concreto que se pretende atingir, e essa imagem da modernidade é um deleite para todo o mundo civil durante três quartos de século.

Desenvolveram-se de maneira sistemática, propostas e movimentos ligados à implantação de parques públicos. A ruptura com os espaços da aristocracia (Vilas Italianas), da nobreza (Versailles) e das grandes propriedades rurais (Inglaterra) trouxe uma nova adjetivação do espaço aberto urbano. A maioria das cidades europeias, no final do século XIX, possuía seus parques urbanos públicos. Nos EUA, nasceu o conceito de sistemas de parques, remetendo aos nomes de Downing, Olmsted e Vaux. As grandes áreas das cidades passaram a receber uso específico de recreação, e teve início a prática dos esportes organizados em alguns parques.

Ampliou-se a escala da intervenção nos subúrbios com os bairros-jardins e até com as cidades-jardins no século XX, com Ebenezer Howard, que já mencionamos anteriormente.

Para complementar a seção sobre jardins, descreveremos as principais características de estilos e épocas dos jardins italianos, franceses, ingleses e portugueses, que influenciaram, esteticamente, todos os demais jardins do mundo europeu e dos jardins do novo mundo, onde estavam sendo criadas novas cidades.

Jardins Italianos⁷⁹

O jardinismo italiano pode ser dividido em três grandes períodos: o primeiro

79 CLIFFORD, Derek, op. cit., 1970. p. 17-45

entre 1450 e 1503, começa com os escritos de Alberti e termina com o plano de Bramante para o Belvedere de Roma. Inspirando-se em Vitruvio, Alberti propôs aos ricos proprietários um modelo de exploração agrícola que propiciasse também um estar agradável. Foi considerado o primeiro dos modernos e estabeleceu os princípios do traçado de jardins. Nos escritos de Plínio encontramos os ensinamentos de Alberti. A teoria propunha que o jardim devia unir-se estreitamente com a casa por meio de *loggias* e de outras prolongações arquitetônicas na paisagem. Recomendava-se o uso de terraços e escadarias para salvar das irregularidades o terreno e o traçado de uma avenida, seria o eixo que deveria servir de norteamento entre todos os elementos e espaços do projeto. A integração entre a idéia (projeto) e a implantação, o jardim-arquitetura, teria uma unidade, e o sítio deveria estar integrado com a paisagem.

No final do século XV, dois modelos competiram para dar nascimento aos jardins italianos: o *Jardim do Éden* (onde dominavam os elementos naturais) e o *Jardim de Arcádia* (onde os elementos mitológicos estão sempre presentes, através de estátuas e de grutas artificiais). A residência situava-se no patamar mais alto, e chegava-se ao patamar mais baixo através de escadarias (elemento recuperado mais tarde pelos portugueses). Esse declive permitia que cascatas e muretas fossem criadas. A vegetação era podada. Surgiu, enfim, um cenário em que a técnica foi utilizada, permitindo domesticar às águas e a natureza. Eram jardins técnicos, onde o homem mostrava seu deslumbramento pelo domínio da água através de órgãos hidráulicos, cascatas artificiais, fontes e chafarizes. Era jardins aristocráticos; expressavam a riqueza dos seus possuidores, o gosto pelas antigüidades, o desejo de distanciar-se dos plebeus.

No segundo período, Vignola elevou o desenho paisagístico ao patamar do sublime, em sua Villa Lante. Essa concepção da paisagem marcou o final de uma era, paralela a ela no tempo, Palladio desenvolveu o projeto da Villa Rotonda, eliminou o jardim ortodoxo e preparou o caminho para a harmonização da geometria com as formas naturais, que serviriam para base da Revolução do século XVIII na Inglaterra.

O terceiro período foi de grande decadência e prolongou-se de 1573 a 1775,

evoluindo para o maneirismo exagerado.

Jardins Franceses⁸⁰

O século XVII pode ser chamado de o primeiro século moderno, pois conduz a uma nova Idade Moderna. Foi assim que Voltaire viu esse século na Europa, principalmente na França no reinado de Luiz XV. Era pautado na *razão*, e podia-se reunir e impor regras e leis em tudo, até na natureza. O espírito da Contra-Reforma e a progressiva afirmação da autoridade monárquica permitiram o surgimento de um modelo original de jardim. Pensava-se que a natureza, viciada desde o pecado original de Adão, tinha de ser corrigida pela razão, para obedecer à ordem imutável do Universo, representado, na política, pelas instituições monárquicas. O mundo, reelaborado pelo homem, seria melhor na medida em que for submetido à ordem física inteligível e compatível com a idade da razão anunciada por Descartes. Pascal, em seu Ensaio sobre as secções cônicas, influenciou mais tarde, na geometria tridimensional de Le Nôtre. A rígida distribuição axial, a simetria, as proporções matemáticas e as perspectivas sem fim dos jardins franceses eram um fiel reflexo da prosperidade, do poder e da inflexibilidade social da França e da idéia da influência que o homem exercia sobre a natureza.

A prática da caça nos bosques que rodeavam os jardins exigia a abertura de caminhos radiais que partiam de um ponto central, os quais determinavam visões direcionais e melhoravam manobras de encaminhamentos. Esse modelo em “*estrela*” somou-se ao desenho dos jardins e às formas urbanas, como as existentes nas avenidas de Versailles, de Paris e de Washington.

Os franceses, nos seus jardins, davam preferência aos grandes espaços planos (os italianos aproveitavam o relevo das encostas), que permitiram a visão do conjunto. Eles criaram artificialmente vastos patamares, levemente escalonados (para que a visão abraçasse o horizonte), cujo alto custo tornava impossível a realização de jardins para simples particulares.

80 CLIFFORD, Derek, 1970, p. 59-82.

O elemento mais importante no jardim francês foi os *parterres* – vem do *parterrae* (sobre o solo); parte do jardim dividido em tabuleiros para flores. Os franceses desenvolveram o jardim visto como um quadro vertical, mas também contribuíram para o desenvolvimento da idéia de um jardim visto como horizontal, e esse aspecto era a essência da natureza de uma *parterre*: ficava em cima da terra para ser olhado de “cima a baixo”.

O comportamento da *broderie* ou *parterre de broderie*, com balaústres, onde utilizavam as plantas em topiaria no desenho de fora e o bordado no meio, com flores de todas as cores, de grande requinte de desenho, foram utilizadas como o máximo requinte.

O jardim é um problema matemático, resultando de um grande acerto entre suas proporções e seus efeitos visuais. O fosso, símbolo de antigas tradições, circundava o perímetro dos castelos. O parque organizava-se a partir do referencial arquitetônico, sendo a frente o ponto de vista preferencial, os passeios principais, retos, divergiam a partir do castelo para corrigir o efeito da perspectiva. Os canteiros perto da casa deveriam ser floridos e complexos, mais longe predominava a grama, segundo a lei da simplificação progressiva da ornamentação. O jardim era concebido tanto para ser visto e dominado desde a residência quanto para ser percorrido.

Aproveitando o conhecimento das leis da ótica de Descartes, André Le Nôtre cumpriu exemplarmente esse programa nos castelos de Vaux-le-Vicomte (1650-1661). (fig. 1) (fig. 2)

O equipamento dos cenários físicos era o terreno, onde um grande número de contributos especializados podiam aliar-se e confrontar-se com os comportamentos pessoais e sociais. Intensificava-se a necessidade de cenários totalizantes, o que exigia uma integração da arquitetura, das artes figurativas e de um projeto ambiental, que ainda não tinha um nome reconhecido. Foi construído na França, o Palácio de Vaux, por Le Vau, Le Nôtre e Le Brun para o riquíssimo Ministro das Finanças Fouguet, entre 1656 e 1660. Le Vau era o arquiteto preferido dos grandes financistas da época. Le Nôtre e Le Brun estudaram e dedicaram-se juntos, à arte se jardinaria. Em Vaux, os três trabalharam juntos, na tarefa de controlar uma paisagem

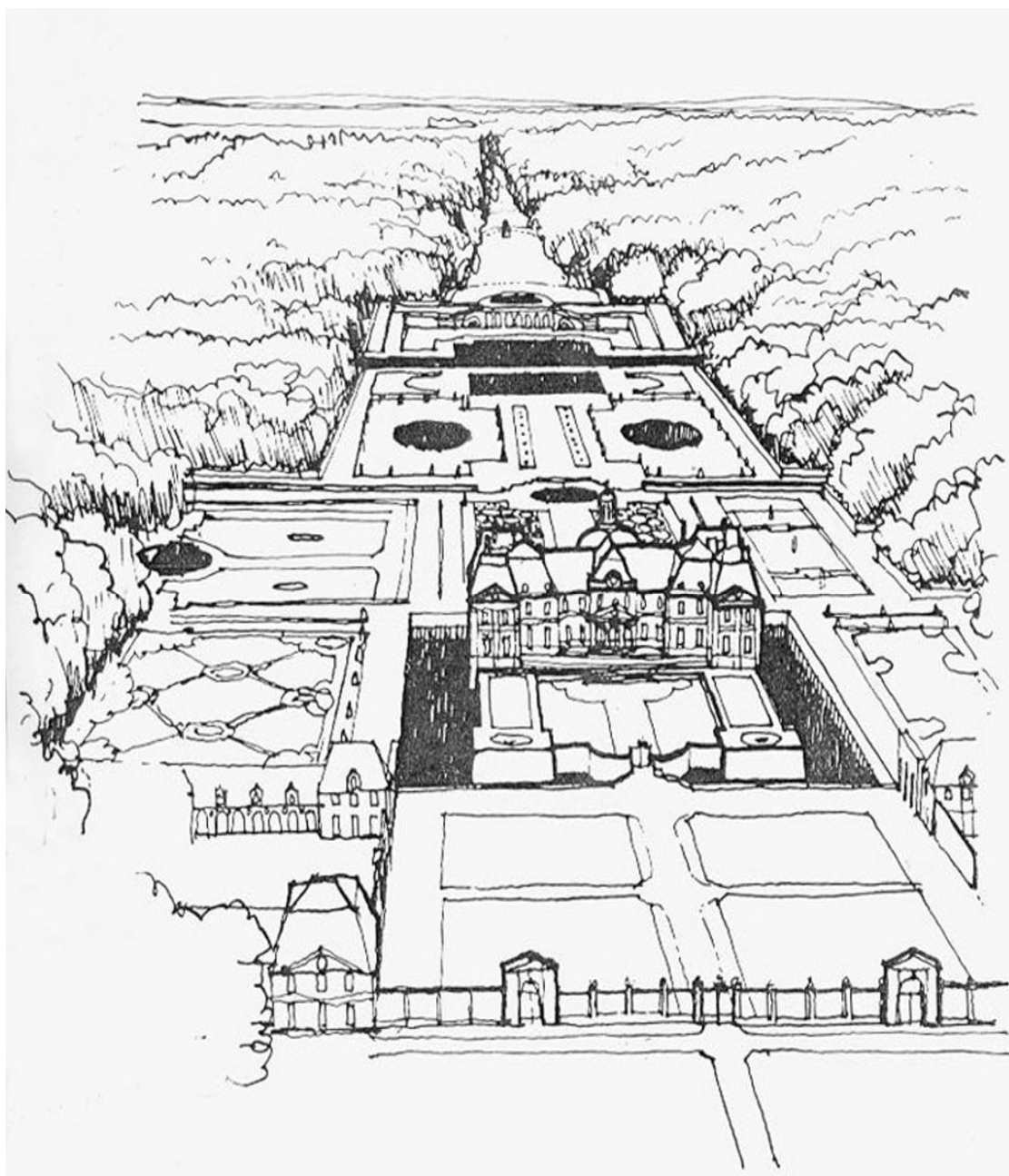


Fig. 1 – Vaux-le-Vicomte (1650-1661)

Planta Baixa perspectiva do palácio e seus jardins

Fonte: Fonte: Laurie, Michael. Introducción e la arquitectura del paisaje. Barcelona: Gustavo Gili, 1982.

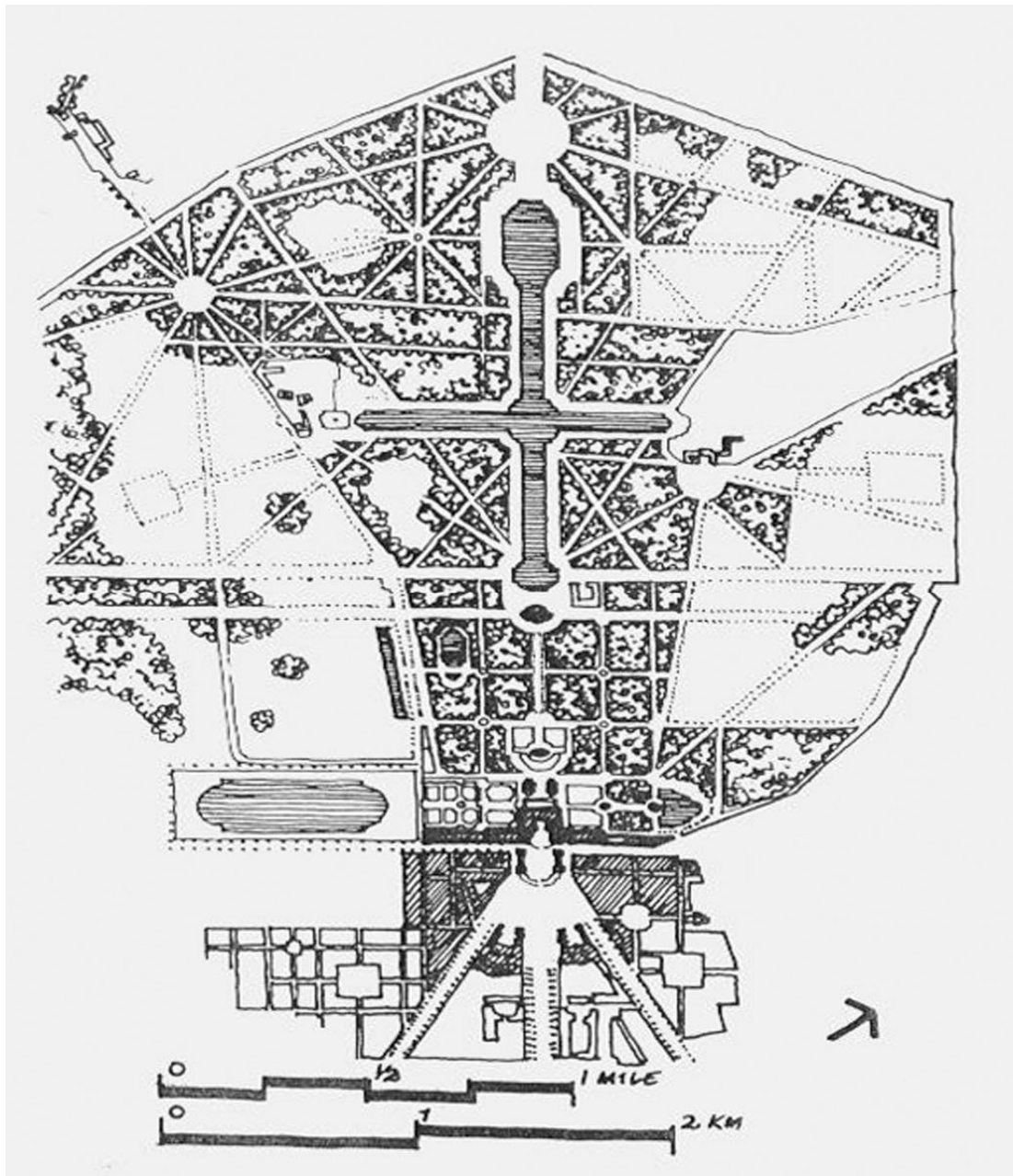


Fig. 2 – Plano de Versailles (1662-1665)

Fonte: Laurie, Michael. Introducción e la arquitectura del paisaje. Barcelona: Gustavo Gili, 1982.

inteira, aperfeiçoando-a às escalas topográfica e decorativa. Essa natureza domesticada e ordenada não era só a representação do domínio do homem sobre a natureza, mas a representação de um modo político, o poder dos reis e dos senhores aristocratas sobre uma classe menos favorecida.

Le Nôtre revolucionou o desenho paisagístico francês, abolindo o conceito de compartimentação, substituindo-a por um espaço globalmente organizado. Seus princípios de composição, em número de nove, eram simples. O jardim deixaria de ser um prolongamento da casa, a qual, por sua vez, passaria a ser só uma parte de uma grande composição de paisagem, a aplicação da geometria do sólido por contraposição, a bidimensional baseada na axialidade em diálogo com um terreno ondulado, a concepção da forma como se estivesse esculpida em bosques ordenados e nitidamente definidos por *Charmilles* (plantas podadas – topiaria), obtenção da qualidade barroca de unidade com o céu e o entorno, mediante os reflexos da água e o traçado de avenidas que conduzissem indefinidamente até o exterior, aumento da escala, quando vai se afastando da casa, introdução da escultura e fontes artísticas para proporcionar ritmo e enfatizar o espaço, emprego da ciência da ótica para dirigir o olho firmemente, sem dar lugar a divagações e ao uso de artifícios de ilusão ótica para romper ou aumentar visualmente a sensação de distâncias, revelação aparente de todo o projeto de um só golpe de vista a introdução posterior de elementos de surpresa e contraste, principalmente em bosquetes íntimos, disposição de todas as partes e, especialmente, de degraus e escadarias para maior dignificação e realce das pessoas em movimento; escadas imponentes, para dar a sensação de estar imenso em uma heróica paisagem dos deuses eram os principais norteadores dos jardins franceses.⁸¹ Le Nôtre utilizou todos esses princípios nos jardins do Palácio de Vaux, que pertencia ao Ministro das Finanças, Fouguet, do Rei Luis XV e era freqüentado pela Côrte, governantes e nobres com seus servos. Era cenário de ostentação e servia para cerimônias, ocorrendo ali muitas festas, concertos, regatas no seu rio, partidas de caça nas áreas ao redor do palácio, e os hábitos sociais ali tinham a categoria dos de um clube de campo privado para a alta burguesia.

81 GEOFFREY y JELLICOE, Susan. *El paisagem del Hombre há conformacion del entorno desde la Présbitoria hastas nuestros dias*. Barcelona: Gustavo Gili, 1995.

O parque e o palácio eram totalmente integrados. O eixo central do jardim, que leva o horizonte, atravessa o quarto de dormir depois Rei Sol, expressão de domínio do homem sobre a natureza e, evidentemente, de um homem sobre os outros, do direito divino.

Todo o âmbito ajardinado voltava-se para o eixo central, com seu *tapis vert*. O espaço era composto por toda a classe de jardins, jogos de água; teatrinhos e engenhosas fantasias serviam para a distração do rei e de seus súditos. Versailles era o centro do Governo, e os jardins proporcionavam um marco em consonância com a grandeza do palácio. Toda essa harmonia era “*acessível ao público*”, pois o Príncipe não tinha vida particular, e quase todos os seus atos podiam ser vistos por todos; ele encarnava a ordem, dentro de um palco magistralmente ordenado. O jardim francês era o grande cenário, representando o poder que se sabe divino.

Em toda a Europa, os jardins franceses foram um sucesso, e muitos príncipes construíram pequenos Versailles para afirmarem seu poder. Até nas Américas do Norte e do Sul do século XVIII, esses jardins foram copiados, trazidos através de livros que ensinavam como conseguir, em espaços menores os mesmos efeitos de grandiosidade dos jardins franceses, com um novo tipo de utilização de ilusões de ótica.

O princípio era simples: o ponto de observação principal era transferido para a entrada do parque, ladeado por alamedas, que iam se estreitando para dar a impressão de que a residência estivesse muito longe e que o caminho fosse maior do que na realidade era. Os canteiros que ladeavam essa alameda também convergiam para este ponto de fuga.

No final do século XIX (1861-1930), nasceu Jean-Claude-Nicolas Forestier,⁸² francês de Aix-les-Bains. Administrador dos jardins franceses de Le Nôtre, seguiu alguns de seus princípios, mas era consciente de que os tempos mudaram e que tinha de seguir uma trajetória evolutiva em favor da simplicidade e de uma atitude aberta a todo tipo de percepção. Seus jardins não eram , segundo ele próprio,

82 FORESTIER, Jean-Claude-Nicolas. 1861-1930 *Du Jardin au paysage urbain*. Actes du colloque international sobre J.C.M. Paris: Picard, 1990.

cenários de teatro. Tinham um estilo eclético, e, em seu ecletismo, mesclava estilos procedentes de distintas épocas e lugares, com tintas do Classicismo, de paisagistas orientais, franceses românticos, etc, num jogo de combinações originais e sugestivas e sempre a serviço de um princípio fundamental, a da adaptação dos seus projetos ao meio, tanto do ponto de vista climatológico como histórico. Ele usou os laranjais pela sua fragrância, usou a água, através de fontes com azulejaria, o pergolado e, de preferência, com rosas. Tinha forte influência do Islamismo e da latinidade, principalmente dos jardins de Alhambra e Generalife em Granada e do Alcazar em Sevilha, nos palácios da Espanha.

Forestier usou as perspectiva abertas, mas também se abandonou às espessuras proporcionadas por uma vegetação serrada, caminhos curvos, cirando, assim, aspectos românticos e, inclusive, paisagísticos. Usou os terracionamentos, enormes, detendo-se em explanadas geometrizadas, possuidoras de uma simetria quase imperceptível, mas real e conscientemente imperfeitas. Sua origem francesa revelou-se nos seus jardins, mas dentro de um conjunto variado inserido nesse ecletismo, que concedia às suas obras uma riqueza criativa, digna de admirar.

Nos livros *Jardins*, *Carnet de Plans* e de *Dessins e Grande Villes et Systèmes de Parcs*, há um tratado completo sobre a arte dos jardins e que foi a expressão do seu próprio universo. Forestier foi o representante mais ilustre da França nessa arte – a de fazer jardins – do século XIX e começo do século XX. Ele tem trabalhos na França, Espanha e América do Sul. Em Buenos Aires, foi o lugar onde desenvolveu um amplo trabalho paisagístico no cais do porto e um sistema de parques para a malha urbana.

Jardins ingleses⁸³

Para os ingleses, a paisagem era de grande importância, e o conceito e as origens dos jardins paisagísticos eram bem claras: o campo inglês, com suas colinas ondulantes, rios sinuosos e arborizados, não era apto para um jardim em estilo francês. Esses elementos naturais eram de grande importância e influenciaram os jardins ingleses. Outro fator dos jardins franceses que não agradava aos ingleses

83 CLIFFORD, Derek, op. cit., 1970, p 83-115.

era que estes possuíam um espírito reto e democrático e não estavam associados a governos despóticos, como os representados pelos reis franceses. Com a expulsão da dinastia dos Stuart da Inglaterra, a influência francesa entrou em declínio.

O rei era uma figura apagada na Inglaterra, e os grandes aristocratas construíram residências que não podiam ter a mesma imponência de um castelo real. Os ingleses não admiravam a razão tanto quanto os franceses. Admiravam as paisagens pintadas por Salvador Rosa, Poussin e Lorrain, paisagens melancólicas e evocadoras de um passado que não voltaria mais. Eles descobriram que as civilizações eram mortais, enquanto a natureza permanecia indestrutível. A organização do jardim seguia as regras da pintura paisagística e tinha como base os quadros de Claude Lorrain. Essas pinturas não eram cópias da realidade, mas composições executadas com elementos selecionados e dispostos enfaticamente, como montanhas, rios, pradarias bucólicas, castelos e monumentos em ruína, lagos e árvores agitadas pelo vento.

Os ingleses, ao visitarem os jardins italianos, com seus monumentos, a maior parte deles em um romântico abandono, começaram a olhar esses jardins com olhos de pintores e perceberam que seus austeros jardins precisavam de interesse e vitalidade. O Oriente, com seu intercâmbio comercial, também teve sua influência desde o século XVIII. Utensílios em porcelana e louça retratando paisagens, influenciaram no desenvolvimento de um novo sistema para a ordenação dos jardins ingleses.

Pope (1713), pintor e paisagista, sugeriu que os jardins deveriam imitar a natureza – mímese – e sonhava com um jardim-paisagem, que fingisse ser natural. O conceito de jardim-paisagens inglês é o da paisagem mais natural possível, retratando o campo com relvado, colinas ondulantes, rios sinuosos e arvoredos dispersos.

O jardim, como imitação da paisagem, foi o produto do movimento romântico, cuja forma se baseava na observação direta da natureza e nos princípios da pintura e da poesia. A simplicidade era preferida à sofisticação e à artificialidade dos projetos de Le Nôtre.

O manejo dos contornos naturais, a articulação da luz e da sombra, baseados nas pinturas holandesas, preocupações básicas da cultura e do bom gosto na Inglaterra do século XVIII, depois no resto da Europa e na América do século XIX, nortearam o traçado dos jardins. Os dois grandes jardins ingleses do século XVI foram NONSUCH e HAMPTON COURT.

Os novos jardins possuíam grandes gramados, que se estendiam desde a mansão até “o *perder de vista*”. Pequenos passeios sem ordem aparente ligavam essas mansões à mata mais próxima. Esses caminhos, tortuosos e sombreados, resguardavam a intimidade do transeunte e impediam que o olhar abarcasse de vez toda a paisagem. Árvores antes majestosas, depois caídas, cobertas por musgos, lembravam que, se todo ser vivo passa, a natureza continuava viva.

Surpresas eram preparadas em cada curva. Lugares em que havia *parterres* (parte do jardim dividido em tabuleiros para flores) e terraços eram substituídos por suaves pradarias, grupos de árvores, lagos, rios com meandros e calçadas sinuosas. Quando possível, recorriam a diferentes motivos, como pequenos templos, pontes e esculturas. Teve muita importância a eliminação de qualquer interrupção visual entre o jardim e a paisagem, rebaixando as cercas arbóreas.

O jardim do início do século XVIII procurava apenas ser pitoresco⁸⁴ (conceito criado por W. Gilpin, expresso por uma palavra derivada de pintura) e logo passou a ser sublime – E. Burke. Para isso: a mata fechada tinha que terminar abruptamente num lugar onde o campo vizinho oferecesse uma vasta extensão aberta; o olhar antes preso à floresta, agora encontrava-se liberado para voar num espaço limitado. O visitante experimentava uma sensação sublime. Os jardins desse período eram chamados de “*Jardins Ah, Ah!*”, perdurando até o século XIX, quando a burguesia não mais pôde sustentar tais jardins.

No final do século XVIII, a moda das *chinoiseries* (ornatos da China), já sensível no gosto pelas cerâmicas orientais (que retratavam flores e cenas campestres), manifestava-se nos jardins através da construção de pagodes, casa de chá, pontes

84 LAURIER, Michel, op. cit., 1983, p. 53-59.

arqueadas, etc, junto com outros edifícios “*pitorescos*”, formando um *patchwork* delirante, chamado de jardim anglo-chinês. Nesse período, o individualismo cresceu, e os jardins não eram feitos para serem percorridos pelo público, mas são reservados aos íntimos. Neles, Rousseau tinha seus devaneios solitários.

Três paisagistas ingleses se sobressaíram no desenho dos jardins do século XVII e XVIII: William Kent, Lancelot Brown e Humphry Repton. No século XIX, foram Sir Joseph Paxton e Frederico Law Olmsted.

O primeiro profissional que desenhou jardins com um contexto intelectual, onde a mitologia e a poesia eram utilizadas, onde a temperatura, a textura, o som dos ambientes com a união dos visuais somavam sensações que, justapostas, proporcionavam uma experiência completa e ímpar ao visitante, foi William Kent (1685-1743) e é considerado o “pai do jardim moderno”.

Na metade do século XVIII surge um novo estilo, com Lancelot Brown, onde as céspedes cresciam em torno dos edifícios, dispensando os terraços. Ele usava cercas rebaixadas e grupos de árvores irregularmente sobre um terreno ondulado e, quando viável, um lago; conhecia bem a natureza e foi o primeiro a utilizar os princípios da Ecologia.

No final do século XVIII, e começo do século XIX, Humphry Repton publicou uma teoria sobre jardins, o *Stetches* e ainda *Hints on Landscape Gardening*, onde preconizava o retorno dos terraços como conectores entre a casa e o jardim. Uma técnica interessante consistia em seus *Livros Vermelhos*, onde expunha suas propostas com desenhos e aquarelas de jardins “antes” e “depois” das intervenções.

Sir Joseph Paxton foi o projetista de jardim mais exitoso de meados do século XIX. Sua destreza em projetar enormes viveiros e por fazer florescer pela primeira vez na Inglaterra, a planta *Vitória Régia*, deram-lhe enorme prestígio. Em 1849, elaborou um plano para a edificação do Palácio de Cristal em 1851, na 1ª Exposição Universal no Hyde Park, lhe dando fama mundial.

Jardins portugueses⁸⁵

Os principais jardins portugueses do século XVII, e início do século XIX, no qual temos o magnífico exemplo dos Jardins de Queluz, tiveram sua concepção atrelada ao modelo dos jardins franceses, ou melhor, da versão francesa dos parterres italianos e dos parques ingleses. Do modelo francês, foi mantida a ornamentação dos jardins com estátuas clássicas, formas geométricas com grandes vasos decorativos. Os jardins ingleses, foram preservados os lagos e os vastos parques arborizados.

Como em todos os jardins franceses a estatuária estava presente, também nos jardins portugueses ela se faz presente, como nos Jardins de Queluz, onde encontramos representações da mitologia greco-latina, como as estátuas de Adonis, Ceres, Vênus, etc, convivendo com figurações da Justiça, da Primavera e do Outono.

O uso das balaustradas nos *parterres*, uma das inovações da arte francesa da jardinagem, denominadas de *parterres de broderie*, tornava-se símbolo de riqueza daqueles que as mandavam construir. Nesses *parterres*, eram plantadas enormes variedades de espécies de flores, formando tapetes de flores multicores. As áreas arborizadas serviam de marcação e para geometrizar às áreas ajardinadas, e muitas vezes, usadas com a técnica da topiaria, como nos Jardins de Malta.

As cascatas, com grandes quedas d'água, eram outro elemento marcante nos jardins portugueses, com uma importância cenográfica, criando uma atmosfera de bel-prazer nas suas imediações. Elas estão presentes nos Jardins de Queluz, em palácios situados nos arredores da Capital e em muitas quintas portuguesas.

Além das estatutárias, *parterres*, os jardins portugueses eram ornamentados com labirintos de Buxus e o com embrechado – local de repouso por excelência, apesar do labirinto também servir como repouso, pois havia no seu percurso, bancos embutidos nas platibandas, que, juntamente com as sebes de Buxus, delineavam esse jardim. Havia, também, grutas que albergavam complicados mecanismos

85 PROUS, André. *Jardins do Ser, Jardins do Estar*. RHAA3, p. 149-162.

acionados hidráulicamente, além de uma infinidade de outras construções destinadas a possibilitar o aproveitamento máximo em diversões e prazeres lúdicos, como pavilhões para jogos, casa da água – forradas por azulejaria branca e azul, servindo para banhos, outras com grandes tanques com cascatas e uma variedade de peixes e casas de música. Outro passatempo utilizando os jardins era o das caçadas e das touradas, estas no lugar chamado Praça de Touros. Surgindo também no Brasil, no século XIX, várias dessas praças.

Os jardins portugueses não serviam só para recreio, simbolizavam, em simultâneo, outra importante norma estética a que obedecia a representação da natureza: a fecundidade, como os jardins hortícolas e os pomares, que serviam tanto para embelezar como para abastecer os palácios nos lautos banquetes.

Outros exemplos são os jardins botânicos, que demonstravam o apreço que os homens do século XVIII tinham pelo mundo natural e pelo exotismo das espécies tropicais que ali eram cultivados. Eles seriam implantados, mais tarde, no Brasil, com a finalidade serem estudadas as plantas nativas economicamente aproveitáveis, e eram as madeiras de lei que interessavam especialmente aos funcionários da Coroa: os jardins botânicos eram empresas com objetivo econômico. A partir de 1796, a mando do rei de Portugal, foram instalados jardins botânicos nas principais capitais regionais do Brasil.

Devemos mencionar os chamados *Jardins Sagrados*, ligados a lugares religiosos. Em seu artigo *Jardim do Ser, Jardim do Estar*, André Proust escreve:

“Em terra portuguesa, nichos ornados e chafarizes enriquecem as escadarias, estreitas porém estruturadas simetricamente segundo modelo italiano, estátuas alegóricas representam as virtudes teológicas, as quatro estações, os continentes; os soberanos lusitanos estão também esculpidos na pedra. Toda a ordem do mundo, tanto política quanto geográfica e religiosa está materializada, de maneira simbólica e, freqüentemente, expressionista. G. Bazin nota que o sangue de Cristo parece jorrar nas encostas do jardim do Bom Jesus de Braga, quando as camélias estão floridas. No Brasil, a realização mais extraordinária é o conjunto de Congonhas do Campo, construídos em

Minas Gerais por um imigrante português: previsto para ser uma pequena réplica do Bom Jesus, tornou-se mercê ao gênio do Aleijadinho uma obra-prima da arte Barroca mundial”.⁸⁶

Ao analisarmos os jardins das praças brasileiras vamos encontrar, no seu traçado e nos elementos que os compõem, conceitos e influências dos jardins franceses, ingleses, chineses e portugueses.

As cidades portuguesas, simbolicamente centradas nas Praças do Comércio, com seus edifícios funcionais, sua igreja e suas casas senhoriais, são o exemplo típico de nossas praças coloniais.

No final do século XIX e começo do século XX, nossas praças passam a designar-se praças modernas, e seus espaços refletem a influência cultural, estética e de novos usos, com um traçado e um desenho refinado, aos moldes dos jardins franceses e ingleses.

1.3 O Espaço da praça, dentro da malha urbana

Para podermos entender os conceitos de praça e jardim, teremos que sistematizar e descrever a trajetória, não no sentido evolutivo, mas no transcórrer do tempo das praças, desde a Idade Média, passando pela qualificação das praças no Renascimento, até as praças com o conceito como hoje as conhecemos, com uma outra prática de sociabilidade, enquanto lugares públicos e valorização dos jardins. Num outro extremo, temos o jardim como espaço estético, servindo sempre como espaço de deleite e de retiro espiritual para o homem, qualificado pela sua procedência conceitual como italiano, francês, inglês, e que é reproduzido, em outra escala e com outra conotação até hoje, em espaços públicos urbanos.

Com o desenvolvimento urbano da Europa entre a metade do século XV e o século XVII, significativas intervenções transformaram as paisagens das principais cidades européias. Os jardins e os parques públicos constituíram criações efetivamente materializadas enquanto espaços públicos urbanos a partir do século

⁸⁶ PROUS, André, op. cit., p. 155.

XVII.

Desde as primeiras aglomerações, o espaço público, seja ele caminhos, lugares de reunião ou de comércio com ligações entre construções institucionais, fez parte do traçado desses povoamentos. Nas primeiras culturas camponesas, as casas estavam dispostas em torno de um espaço de uso público.

A praça poderia ser caracterizada fisicamente como uma manifestação espacial dentro da malha urbana, presente desde a cidade medieval, ou, mais remotamente, a ágora grega ou o fórum romano, assumindo diversas formas, porém sempre com uma determinada finalidade, de caráter civil, militar ou religioso. Ela é o local de reuniões, de notícias, de mercado, de torneios, de competições e de cerimônias públicas.

Na Grécia antiga, havia a ágora, espaço onde todos os acontecimentos administrativos e religiosos aconteciam a céu aberto. Os sacrifícios eram realizados ao relento, diante dos templos, bem como os jogos e as representações de tragédias e de outras obras dramáticas. As casas gregas possuíam um pátio central descoberto, onde se desenvolviam todas as atividades da residência. Para Camillo Sitte⁸⁷, torna-se evidente a mínima diferença entre esses espaços descobertos centrais e as praças urbanas, ainda que, segundo ele, possa parecer estranha essa comparação. Nos dois casos, atividades diversas ocorrem ao seu redor, servindo elas de espaço centralizador, porém em escalas diferentes.

O mercado ocupava uma segunda praça principal da cidade, em quadrado, com colunatas duplas, ornadas por colunas próximas, dispondo galerias sobre a cobertura.

Arquitetura, escultura e pintura uniram-se como uma síntese das artes plásticas, com o mesmo caráter magnífico e sublime da tragédia grega, no exemplo mais perfeito que foi a Acrópole de Atenas. O pensamento e a poesia grega encontravam-se ali representadas espacialmente. Era a materialização da visão de mundo de um grande povo.

87 SITTE, Camilo, op. cit., 1992, p. 17.

Em Roma, na época do Império Romano, havia o espaço do Fórum, local cívico. Vitruvius tratou o fórum como o espaço onde aconteciam as festas religiosas, as pistas de corrida, os espaços públicos para reuniões coletivas ao ar livre. Concebidos como obras arquitetônicas, edifícios públicos ocupavam maciçamente seus quatro lados. O fórum era rodeado por uma colunata em dois andares, permanecendo livre o espaço no centro da praça. Se olharmos hoje, com um conceito moderno, poderíamos dizer que esses espaços são uma grande sala para espetáculos com galerias, mas sem o teto, o que é reforçado pelo fechamento desse espaço pelos prédios. Convém salientar que as fachadas das casas eram bem afastadas e que um número pequeno de ruas desembocava nessa praça, evidenciando um procedimento muito moderno. O fórum romano assim como as praças italianas são construídos segundo os mesmos princípios, o fechamento do espaço feito por prédios monumentais ao longo de suas bordas e escassas ruas desembocando na parte central. Podemos dizer que o fórum está para a cidade inteira assim como o átrio está para uma casa, cuidado e ricamente ornamentado. No fórum, reunia-se uma quantidade de monumentos, colunas, estátuas e outros tesouros artísticos, pois a intenção era criar um grandioso interior hipostilo.

No sul da Europa, principalmente na Itália, onde se conservaram os conjuntos urbanos antigos e se preservaram os costumes da vida pública, as principais praças das cidades mantiveram-se fiéis ao modelo do velho fórum.

Na Idade Média, *“A praça com sua vida, sua localização e sua configuração traz-nos de muitas formas e chave para compreender toda a cultura da cidade campo”*.⁸⁸

Morfologicamente, as praças medievais⁸⁹ eram divididas em praças do mercado, onde aconteciam as atividades de comércio, geralmente eram no centro da cidade, locais de grande circulação de pessoas. Elas, às vezes não se caracterizavam como locais específicos para praças, mas em alargamentos de ruas; de entrada da cidade, em geral eram pequenas praças triangulares, de onde partiam duas ou três ruas para o centro da cidade, eram áreas que se caracterizavam mais como de passagem e distribuição do tráfego; do centro da cidade como o nome indica, eram

88 CORNELL, Elias. *A Arquitetura da relação cidade-campo*. Brasília: Alva, 1998. p. 54.

89 MACEDO, Silvio Soares, ROBBA, Fábio. *Praças Brasileiras*. São Paulo: Edusp, 2002. p. 21-22.

as praças centrais da cidade, a principal, onde as atividades de sociabilidade aconteciam, adro da igreja espaços em frente às igrejas, serviam para reunir os fiéis para atividades religiosas, procissões, missas ao ar livre e para os cristãos novos que não podiam entrar na igreja; ou com dupla atividade; eram pequenas praças com a finalidade de conectar as praças do mercado com os adros da igreja – do mercado e da igreja. Eram, normalmente, espaços cercados por prédios, no restrito tecido urbano do intramuros medieval. Discursos variados evocavam das praças públicas, num linguajar especial, ou incompreensível em outro lugar, completamente diferente do usado na igreja, nas côrtes, nas instituições oficiais. A vida na praça era permeada pelos universos do riso, da festa.

“Nos dias de festa, sobretudo durante o carnaval, o vocabulário da praça pública se insinuava por toda parte, em maior ou menor medida, inclusive na igreja (festa dos loucos, do asno). A praça pública em festa reunia um número considerável de gêneros e de forma maiores ou menores impregnados de uma sensação única, não-oficial, do mundo.”⁹⁰

As piazzas italianas e plaza mayor remontam à Idade Média. A primeira abrigava rituais de variada natureza, religiosos ou seculares, casamentos e funerais, execuções, comemorações, torneios e encenações teatrais. Na Espanha, as *plazas mayores* medievais eram situadas fora do centro urbano e, muitas vezes, eram extramuros. Os juizes tinham seus tribunais nas portas das cidades, nesses locais de *plazas*.

Teoricamente, podemos afirmar que houve, na Idade Média e na Renascença, uma valorização intensa e prática das praças da cidade e uma harmonização entre elas e os edifícios públicos que a rodeavam.

As cidades renascentistas eram concretizadas por um ideal estético-formal, geométrico, já estabelecido num projeto, onde as ruas e os caminhos faziam parte de uma rede geométrica que convergia para um ponto central, ocupado pela praça e pelos prédios do poder.

90 SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: Jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1996. p. 33.

As praças da Renascença caracterizavam-se por remodelamentos artísticos das antigas praças medievais pela nova classe dominante, porém não unificavam os espaços como o faziam as praças medievais. Praça e estrutura urbana passaram a adaptar-se uma à outra, e as edificações davam-se no seu entorno, fechando esse espaço.

As praças européias dos séculos XV e XVI, ostentavam o desejo de unidade. O espaço formado pelas praças era estudado na sua proporção, nos prédios que iriam servir de paredes, proporcionando uma continuidade de fachadas, através da repetição dos elementos arquitetônicos, enfim, formavam um “espaço fechado”, como se fosse um pátio palaciano ricamente adornado.

Temos magníficos exemplos de praças renascentistas como a Piazza di SS. Annunziata em Florença (de Brunelleschi em 1409), a Praça de Campidoglio em Roma (Miguelangelo, em 1538-1546), onde o espaço é geometrizado, valorizado, e, pela primeira vez, é usada a perspectiva com o intuito de valorizar o prédio que representava o poder – o Palazzo dei Conservatori e que fica situado no ponto focal principal da praça. É um novo conceito de praça. O espaço é voltado para o homem e onde os ideais de poder, de sociabilidade são caracterizados pela subjetividade. (fig. 3)

De acordo como o tamanho e a importância da cidade e o tipo de sua administração, serviam às suas necessidades duas a três praças principais, pois existia uma diferença entre autoridade secular e autoridade eclesiástica, distinção que, na Antigüidade, não acontecia dessa maneira. Um dos exemplos mais importantes é a cidade de Florença onde temos a Praça Laica, a *Signoria*, a Praça da Catedral e do Palácio Episcopal, ambas próximas à do *Mercato*. A Signoria de Florença funcionava como átrio da residência principesca, sendo rodeada pelos palácios dos grandes senhores e ornamentada por monumentos e estátuas, como David, de Michelangelo. Quase sempre se encontrava ali uma *loggia*, edifício construído para abrigar o corpo da guarda ou os vigilantes da cidade e onde, geralmente, eram anunciadas as leis e as declarações públicas. A do *Mercato* era ornamentada sempre com um chafariz com seu espelho-d'água, chamado de fonte do mercado. (fig. 4)

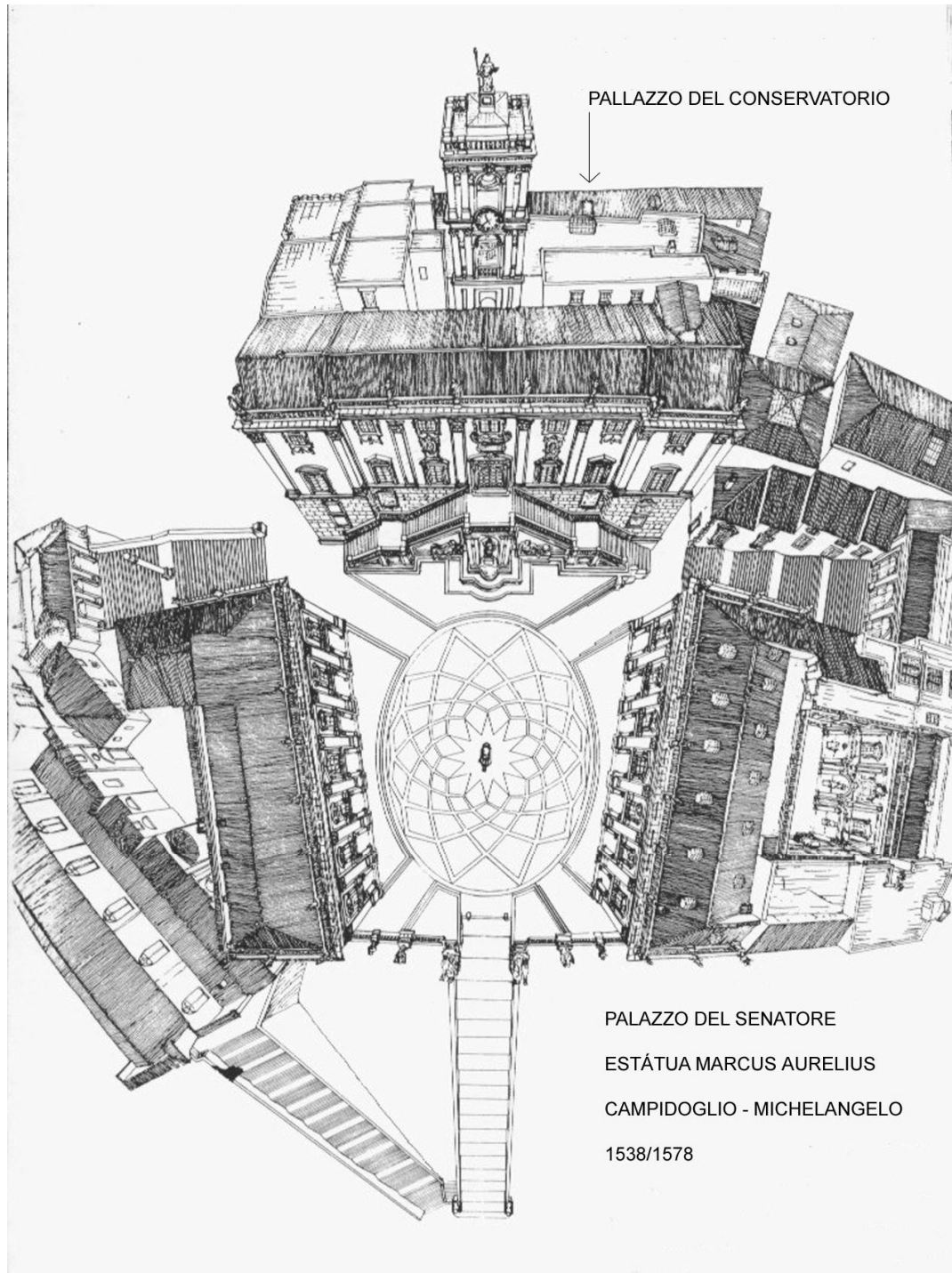


Fig. 3 – Praça Campidoglio, Roma, Obra de Michelangelo, 1538-1578



Fig. 4 – Piazza de la Signoria, Florença, Itália. (Foto da autora, 1998)



Fig. 5 – Plaza Mayor, Barcelona, Espanha. (Foto da autora, 1998)



Fig. 6 – Place de Vosges, Paris, França. (Foto da autora, 1998)

“Ao contrário da cidade medieval, através da qual se deve caminhar lentamente, para apreciar suas incessantes transformações de massa e silhueta, seus detalhes complicados e surpreendentes, pode-se perceber toda uma cidade barroca quase de um só olhar. Mesmo aquilo que não se vê pode-se finalmente introduzir na imaginação, uma vez estabelecidas as linhas de orientação.”⁹¹

Dentro dos princípios urbanos barrocos, que são a centralização, a continuidade e a extensão, como um espírito de síntese, o edifício barroco, representado pela igreja na Itália ou pelas praças e pelos palácios na França, deveria ser o centro, representando particularidades e dogmas aos quais os indivíduos estivessem vinculados.

No Barroco, a praça são produto de planos estabelecidos por eixos de circulação que pela intersecção destes eixos. As formas são geométricas e a escala é enorme. São complementadas por elementos decorativos como estátuas e fontes, geralmente colocadas no centro da praça. Em oposição as praças da Renascença, as praças barrocas abrem-se especialmente para a cidade.

O primeiro grande espaço aberto europeu foi a Piazza Obliqua de São Pedro de Roma, obra de Bernini (1647-51), marco da ruptura da escala renascentista da praça.

As *plazas mayores* medievais eram abertas e centrífugas, mas as *plazas mayores*, a partir do século XVII, passaram a ser lugares centrípetos, um espaço reduzido, formato de um teatro ao ar livre, um ambiente provido de solenidade, no qual se unificava a multiplicidade de vias e prédios circundantes. “*Sua unidade deve ser, pois, total, manifestando-se não só em sua planta, como também nas fachadas, na regularidade de sua área e na uniformidade de seus elementos, portas, janelas, balcões executados com igual modelo [...].*”⁹² Os usos eram diferenciados, dependendo do dia e das horas. Ora servia como mercado, ora para festas reais, proclamações, canonizações ou para corrida de touros e até para execuções de delitos.

91 MUNFORD, Lewis. **A cidade na História: suas origens, transformações e perspectiva**. São Paulo: Martins Fontes, 1994. p. 423.

92 CORREA, Antônio Bonet. **Concepto de Plaza Mayor en Espanha desde el siglo XVI hasta nuestros días**. Barcelona: Gustavo Gili, 1978. p. 41.

No retrato, a *plaza mayor* de Bonet Correa, a síntese do significado da praça espanhola do século XVII poderia ser estendida às demais praças na mesma época.

Exemplos dessas praças, são a *Plaza Mayor* de Madri (1617-21) e a de Segovia de 1624, dentre tantas outras. (fig. 5)

As *places royales* eram formadas por um enquadramento, formado pelas construções que tinham o objetivo de destacar a monumental estátua do rei, geralmente eqüestre e localizada no centro do espaço.

A *Place de Vosges*, em Paris, é considerada um espaço inovador do começo do século XVII, e um modelo perfeito de *place royale*. Surgida da especulação imobiliária por Henrique IV, é formada por um quadrilátero regular, isolada do intenso tráfego, com construções repetidas à sua volta, todas de três andares, formando um pátio, com entrada camuflada. Outro exemplo é a *Place des Victories* de 1697, traçada sobre a linha do antigo limite urbano que se havia ampliado depois da construção do *Palais Cardinal* e de *Las Tulherias*, no século XVI. (fig. 6)

No século XIX, a apropriação do espaço público urbano, produto direto de uma nova situação político-econômica, evidenciou uma nova função, o lazer e a recreação, uma necessidade básica gerada pela divisão do trabalho e oriunda da industrialização e da urbanização acelerada.

Muitos são os conceitos dados sobre este novo espaço urbano ocupado pelas praças, como, por exemplo: praça⁹³ configura-se como lugar público, cercado de edifícios e de ruas por todos os lados; já *largo* designa mercado, circo. Macedo e Robba⁹⁴ conceberam a praça como espaços livres públicos urbanos, destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos.

A praça é o elemento mais distinto da estrutura urbana. Paul Zucker⁹⁵ caracterizou-a como “*lugar de estacionamento psicológico dentro da paisagem cívica*”. Desde as civilizações antigas, as cidades representadas em mapas, em vôo

93 CORONA, Eduardo, LEMOS, Carlos. *Dicionário de arquitetura brasileira*. São Paulo: Edart, 1972 p. 387.

94 MACEDO, Silvío, ROBBA, Fábio. *Praças Brasileiras*. São Paulo: Edusp, 2002. p. 17.

95 ZUCKER, Paul. *Town and Square: from the Agora to the village green*. New York: Columbia University Press, 1959. p. 1.

de pássaro, tinham como espaço principal representada a praça do mercado. As ruas, geralmente convergiam para um ponto focal, a praça principal, e só quando as pessoas chegavam à praça e que realmente haviam “chegado” cidade.

Segundo suas dimensões ou suas formas a praça pode ser dividida em várias zonas de atividades. Essas divisões são determinadas pela introdução de elementos característicos para cada espaço como fontes, monumentos, ou até edifícios arquitetônicos. Dependendo da dimensão, a praça pode proporcionar perspectivas necessárias para admirar edifícios importantes das cidades, como prédios de valor histórico, ou religioso, ou institucional. Quando essas estruturas desaparecem, a praça também sofre um processo de destruição. Ela é indissociável do contexto urbano; as edificações ao seu redor servem-lhe de paredes; a abóbada celeste, de teto, formando um grande salão ao ar livre. De maneira bastante ampla, podemos considerar a praça um espaço voltado essencialmente ao encontro no âmbito da esfera de vida pública. Enquanto espaço, a praça é um conjunto inseparável entre um sistema de objetos e um sistema de ações. Portanto, quando estudamos as praças de uma cidade, é importante não só qualificá-las por sua forma, sua topologia, seu sistema de objetos, mas também pelas atividades que nelas são desenvolvidas, pois são estas que darão um sentido para a existência desses espaços. A praça é indissociável do lugar; torna-se índice de civilidade e de qualidade de vida urbana; ela é um espaço carregado de simbologias, de memórias do lugar; tanto pode afirmar o poder de instituições, como pode ser lugar de críticas e de atos públicos contra ou a favor de um poder.

Os espaços das praças modificam-se, transformam-se, são utilizados de outras maneiras, mas continuam sendo um ponto de referência importante nas cidades. A praça apresenta uma arquitetura própria, uma história ligada a um passado, história de vidas, de transformações até na sua essência. Porém devemos estar atentos aos tempos diferenciados entre a ocupação desses lugares com uma determinada finalidade e os tempos de transformações dessa sociedade.

Para Maurice Halbwachs, quando isso acontece, começa um tempo de evoluções dessincronizadas. Logo, os usos e as formas desses espaços transmitem o peso do passado. Por outro lado, se os grupos não se adaptam ou demonstram

dificuldade de adaptação, é porque antes traçaram seus limites e relações de acordo com determinadas configurações com este meio externo. Isso vai acontecer com as praças estudadas no Capítulo III deste trabalho.

1.4 Praças no Brasil

“Abandonando as varandas e os salões coloniais para expandir a sua sociabilidade pelas novas avenidas, praças, palácios e jardins, com muita brevidade se instala uma rotina de hábitos elegantes ao longo da cidade e que ocupava todos os dias e cada minuto desses personagens, provocando uma frenética agitação de carros, charretes e pedestres, como se todos quisessem estar em todos os lugares e desfrutar de todas as atrações urbanas ao mesmo tempo. Já o dia não bastava para tanta excitação, era necessário invadir a noite, a cuja fruição os novos lampiões a gás e as luminárias elétricas do comércio convidavam.”⁹⁶

Desde o primeiro relato do descobrimento do Brasil até a implantação do Império no século XIX, o que predominava era a paisagem natural e poucos exemplos de paisagem construída. Entre os exemplos que temos de uma preocupação com o espaço tratado está a urbanização da cidade de Recife e Olinda pelos holandeses na primeira metade do século XIX, por iniciativa do príncipe Maurício de Nassau. A partir da metade do século XVIII, quando a capital do Brasil foi transferida para o Rio de Janeiro, surgiram os primeiros jardins, ou praças ajardinadas, mas, desde os tempos de colônia que as cidades brasileiras, possuíam junto com as ruas, um espaço destinado para a praça, embora na maioria das vezes, sem um tratamento adequado. Somente alguns poucos espaços coloniais, que resistem até hoje, possuíam tal estrutura morfológica, como o Largo do Pelourinho em Salvador, o Pátio de São Pedro no Recife, e o Pátio do Colégio em São Paulo.

Os espaços secos das célebres *piazas* italianas ou as *plazas* da Europa, são aqui no Brasil chamados de largos. Estes largos serviam tanto para o comércio (quitanda) como para espaço cívico (milícia e pólvora), e ainda como espaço

96 SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p.

religioso, onde se efetuavam as procissões e as festas religiosas. Podiam circular livremente por elas os escravos e os homens livres, como também as carretas e as carroças. Era o lugar onde aconteciam os conflitos entre a população e a polícia, principalmente para pôr ordem nos conflitos políticos.

A caracterização do largo como espaço livre público⁹⁷ dependia do que acontecia no seu entorno. Quando houvesse uma igreja em frente, configurava-se como espaço religioso e era um atrativo para a implantação de casas residenciais das mais importantes famílias, de casas comerciais e de edifícios institucionais, como Prefeitura, Palácio do Governo e teatros.

A Praça da República, no Recife, e a Praça XV de Novembro, no Rio de Janeiro, são exemplos que subsistem até hoje de praças desse período, onde prédios institucionais, e sedes de governos eram os principais elementos arquitetônicos. Já a Praça Marechal Deodoro em Porto Alegre e o Pátio do Colégio em São Paulo são exemplos em que o elemento dominante era a igreja.

Podemos afirmar que as praças coloniais brasileiras permitiam que todas as funções acontecessem num mesmo lugar, misturando atividades profanas e sacras, militares e civis, todas com a mesma importância, Silvio Macedo, descreve as praças coloniais:

“A praça – até esse momento chamada de largo, terreiro e rossio, era o espaço da interação de todos os elementos da sociedade, abarcando os vários extratos sociais. Era aqui que a população da cidade colonial brasileira manifestava sua territorialidade, os fiéis demonstravam sua fé, os poderosos, seu poder, e os pobres, sua pobreza. Era um espaço polivalente, palco de muitas manifestações dos costumes e hábitos da população, lugar de articulação entre os diversos extratos da sociedade colonial”.⁹⁸

Em 1720, o Brasil foi elevado a condição de vice-reino em 1763, e a sede do Governo foi transferida de Salvador para o Rio de Janeiro. Portugal, nessa época,

97 MARX, Murilo. **Cidades Brasileiras**. São Paulo: Melhoramentos/Edusp, 1980.

98 MACEDO, Silvio, ROBBA, Fábio, op. cit., 2002, p. 22.

era administrado pelo Ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês do Pombal. A organização física das fundações urbanas brasileiras do período decorreu de determinações pombalinas, que visavam, dentre alguns propósitos, à luzitanização da colônia. Com o grande terremoto de Lisboa em 1775, os portugueses tiveram que refazer sua capital, criando um novo desenho urbano na cidade, como o antigo Terreiro do Paço reaparecendo como Praça do Comércio, voltada para o rio Tejo. O Marquês do Pombal deixou evidente que os objetivos da valorização da ordem como meio e da disciplina formal como modo de organização física constituíam claro objetivo das suas proposições. Assim amparadas por sistemas de raízes iluministas, a legislação posta em prática reproduzia ou adaptava espacialmente formas de desenho urbano aplicadas na colônia do Novo Mundo.

O vice-rei Luis de Vasconcellos, em seu governo (1775-90), mandou fazer um saneamento da cidade do Rio de Janeiro, e, entre essas medidas, estava a criação de um passeio público, o que ocorreu entre 1779-83. Mestre Valentim – Valentim da Fonseca e Silva –, importante escultor, arquiteto e urbanista do Rio de Janeiro, foi o encarregado de traçar o inédito recinto ajardinado. O passeio, signo de convivência pública, espaço derivado de democratismo ilustrado, não condizia com os temores da metrópole, e, quando o vice-rei deixou o cargo, o passeio público foi abandonado até a chegada da Família Real portuguesa ao Brasil, no início do século XIX.

O século XIX afigura-se como um dos períodos mais importantes em relação aos espaços abertos públicos com a natureza inserida, uma vez que neles se esboçaram novas mentalidades e novos cidadãos. Um dos aspectos dessa dinâmica era a incorporação de grandes áreas verdes – jardins, praças e parques – e de espaços verdes menores, o que conduzia a uma nova concepção de intercâmbio entre cidade e natureza, reveladora de uma estrutura espacial nova e dos novos usos que dela faziam os diversos grupos sociais. Espaços foram equipados para desempenharem novas funções e necessidades, principalmente as funções administrativas e de ensino, com a abertura de faculdades.

Nesse século, houve uma transformação formal nos antigos largos e terreiros. Espaços modernos foram criados, muitos com ajardinamentos, na maioria em estilo francês, para o uso de uma elite, como os barões do Império, funcionários públicos,

uma classe média emergente, além dos viajantes europeus.

Nesse período, Dom João VI mandou organizar o Real Jardim Botânico (1808) bastante distante do centro da cidade do Rio de Janeiro. Por um período curto, existiu o jardim público no Campo de Santana, destruído em 1821. Outros jardins botânicos foram criados no Brasil a mando da Coroa portuguesa, como o de Belém do Pará, de Pernambuco, de Ouro Preto e o de São Paulo. Passeio Públicos foram criados nesse mesmo período, porém, no começo do século XIX, a maioria estava decadente.

No período da Corte e no decurso do Império (1822-89)⁹⁹, registrou-se um excelente desenvolvimento nas obras de arquitetura, civis e paisagísticas, destacando-se obras de Grandjean de Montigny, arquiteto que fez parte da Missão Francesa, sendo o responsável pelas melhorias do Campo de Santana, no Rio de Janeiro, por ordem de Dom Pedro I, equiparando-a a uma *place royale*, o que nunca se concretizou como *place* por uma série de mudanças. Temos Vauthier em Recife e o paisagista Glaziou, autor do Parque da Quinta da Boa Vista, do Campo de Santana no Rio de Janeiro, e o Parque Farroupilha em Porto Alegre de Agache, entre outras obras.

As transformações ocorridas na segunda metade do século XIX, com o enriquecimento do País pela exportação do café e da borracha, refletiam diretamente nas mudanças urbanas das cidades. As ruas e as praças passaram a receber tratamento de jardins ornados com árvores e flores ornamentais. O sucesso do ajardinamento foi enorme, sendo algumas das praças coloniais contempladas com arborização, perdendo suas características principais. Outro fator importante nas cidades desse período é que as residências das elites desprenderam-se definitivamente das divisas dos lotes, criando jardins ricamente ornamentados. É um período que se caracterizou por uma obra de caráter acadêmico europeu, preocupado em mostrar sincronismo com os centros civilizados e em exhibir a fortuna de uma nobiliarquia recente. No começo do século XX, surgiu uma elite burguesa, ávida por hábitos civilizados, copiando modelos europeus. Surgem construções de

99 MARX, Roberto Burle. **Arte & Paisagem**. São Paulo: Nobel, 1987.

uso privado, coletivo e espaços públicos, usando mão-de-obra de artesãos europeus fixados no Brasil, dentro de novos modelos e recursos caracterizadores da contemporaneidade européia, do período e estilo denominados *art-nouveau*. No Brasil, ficou mais conhecido como “estilo floreal”. Esse período reflete o gosto pela jardinagem e pelo cultivo de flores e plantas exóticas.

Junto à preocupação com a higienização na Europa fundamental, áreas insalubres foram transformadas em espaços urbanizados, integrando as referidas áreas verdes.

Como lembra Maurício Abreu¹⁰⁰, houve no Rio de Janeiro, o alargamento e retificação de várias ruas e a abertura de novas praças e ruas com o fim de melhorar sua condições higiênicas e de facilitar a circulação entre seus diversos pontos dando, as mesmo tempo, mais beleza e harmonia às suas construções (devendo as ruas e praças ficar) dispostas de modo que a ventilação das casas e o escoamento das águas pluviais sejam feitas com facilidade.

Na virada do século XIX para o XX, com influências culturais exercidas pela França e pela Inglaterra, com a necessidade do País de conectar-se com a nova ordem social, econômica e produtiva, surgiram as campanhas de modernização, salubridade e embelezamento das cidades. Grandes reformas foram feitas para transformar a cidade colonial em uma cidade republicana.¹⁰¹

Nesse período de transição do modelo de urbanização colonial para um novo modelo de cidade, bela higiênica e pitoresca, surgiu uma nova tipologia urbana: a praça ajardinada, marco na história dos espaços livres urbanos, com outras funções, não mais de comércio ou de demonstrações militares ou simplesmente religiosas. A praça passou a ser um cenário ajardinado, destinado às atividades de recreação e voltadas para o lazer contemplativo e a convivência social da população, agora sob regras mais rígidas de comportamento e conduta social, resultando num novo modo de vestir, e de comunicar-se, não havendo mais a mistura de classes. A praça

100 ABREU, Maurício. **Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão das favelas do Rio de Janeiro**. In: Revista Espaço & Debates, nº 37. Rio de Janeiro 1994, p. 49.

101 MACEDO, Sílvio, ROBBA, Fábio, op. cit., 2002, p. 27.

principal da cidade era para a elite e para seu prazer.

Com a República, foi introduzido um espaço para demonstrações de civismo, através da representação de monumentos que exaltavam a nova condição política e muitas praças tiveram seus nomes substituídos por outros, ligados ao novo regime.

Na praça projetada foi introduzida vegetação quase sempre exótica. Foi adotado um traçado urbano português, e houve forte presença dos modelos franceses e ingleses na forma de seus jardins, com uma linha de arquitetura paisagística brasileira denominada Historicismo, que lhe serviu de cenário.

As praças brasileiras tiveram como modelo os jardins palacianos franceses – como Vaux-le-Vicomte (1661) e Versailles (1624/1700), do Paisagista André Le Nôtre, com seus grandes eixos, pontos focais e perspectivas infinitas – e os jardins ingleses, com a utilização de elementos como lagos, grutas, etc. É claro que essas diretrizes foram adaptadas aos pequenos espaços das praças brasileiras, mantendo a geometrização e a centralidade. Caminhos dispostos em cruz, com um ponto focal central, onde estaria o principal estar, e sendo este espaço valorizado pela colocação de um chafariz, fonte ou monumento (estilo barroco), além do caminho periférico que contemplava a chamada tríade clássica, que foi o traçado mais comum das nossas praças.

“De maneira bastante ampla, consideramos a praça um espaço voltado essencialmente ao encontro do âmbito da esfera de vida pública. A praça não apenas como forma de paisagem, cenário ou palco, para as ações humanas. Enquanto espaço a praça é um conjunto inseparável entre um sistema de ações. Desta forma, importa qualificá-la a partir da natureza dos eventos nela verificados, tanto ou mais que por seu sistema de objetos. Quem define a praça é o que nela se realiza.”¹⁰²

Muitas foram as praças criadas no novo conceito de praças modernas. A capital da República nesse período – Rio de Janeiro – passava pela mais radical das

102 QUEIROGA, Eugênio Fernandes. **O Lugar da praça e a pracialidade dos lugares**. Periódicos Notícias da ABAP, ano 4, nº 36, Boletim Mensal, 2003.

reformas, sob o comando de Pereira Passos, que se baseava nas reformas do Barão Haussmann em Paris. Essas reformas tinham como objetivo a modernização da capital do País com o fim de criar uma nova imagem e ganhar credibilidade junto aos países do Primeiro Mundo.

Um exemplo dessa mudança foi o do Campo de Santana, que, no decorrer de tempo, sofreu modificações, até que, no período republicano, ganhou o nome definitivo de Praça da República. É uma praça voltada para as novas necessidades do novo regime. Um espaço em que deveria, como todos os outros do mesmo período, ter monumentos de pessoas ligadas a fatos importantes da República ou de exaltação a heróis republicanos.

Hugo Segawa escrevia:

“Na cartografia do séc. XIX, o Campo de Santana foi a articulação entre a cidade velha e a cidade nova, ou entre o núcleo colonial e a cidade imperial, a confluência do espaço religioso, do espaço militar, do espaço mundano, do espaço da realeza. O jardim de Glaziou liquidou essa rica sobreposição: instaurou uma norma, uma disciplina na qual o júbilo das festas, o temor do confronto, o ruído da manifestação popular dá lugar à celebração da natureza domesticada pelo humano”.¹⁰³

O espaço mudou, mas mudara principalmente o comportamento dos usuários das praças e as suas funções. Essa praça passou pela primeira vez, a ser projetada por paisagistas e jardineiros, e na maioria das vezes, por paisagistas europeus, como Glaziou. Ainda no Rio de Janeiro, citamos a Praça Paris, do começo do século XX, que trazia no seu desenho a influência marcante das características da tríade clássica, com algumas variações quanto à forma de seus canteiros centrais. Ela se caracterizava pelo traçado geométrico, com grande espelho d'água marcando o eixo principal assim como a Praça da Liberdade em Belo Horizonte, de Reinaldo Dilemberger. São praças nas quais os usuários caminhavam, passeando e contemplando o cenário naturalista. (fig. 7, 8, 9, 10)

103 SEGAWA, Hugo, op. cit., p. 99-100.

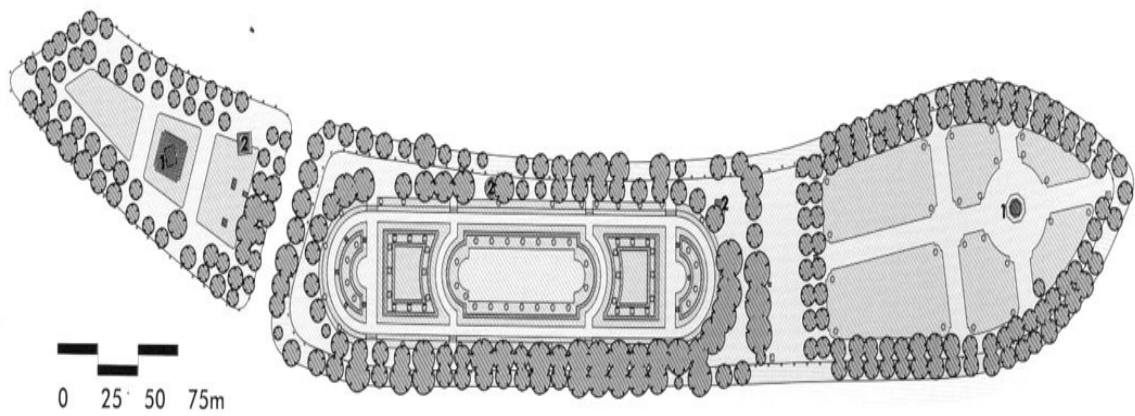


Fig. 7 - Praça Paris / Rio de Janeiro de 1929

Autor: Arquimedes José da Silva

Fonte: Macedo, Silvio Soares; Robba, Fábio. Praças Brasileiras. São Paulo: Ed. Edusp, 2002

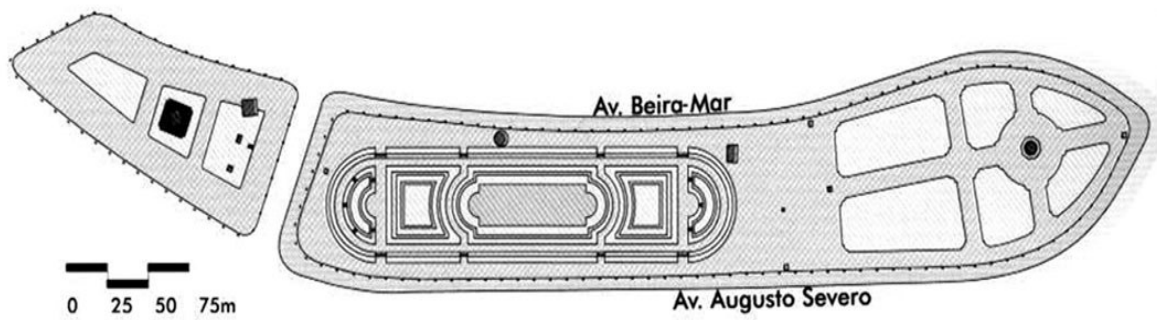




Fig. 8 - Praça da Liberdade / Belo Horizonte/MG de 1920.

Autor: Reinaldo Dierberger

Fonte: Macedo, Silvio Soares; Robba, Fábio. Praças Brasileiras. São Paulo: Ed. Edusp, 2002.

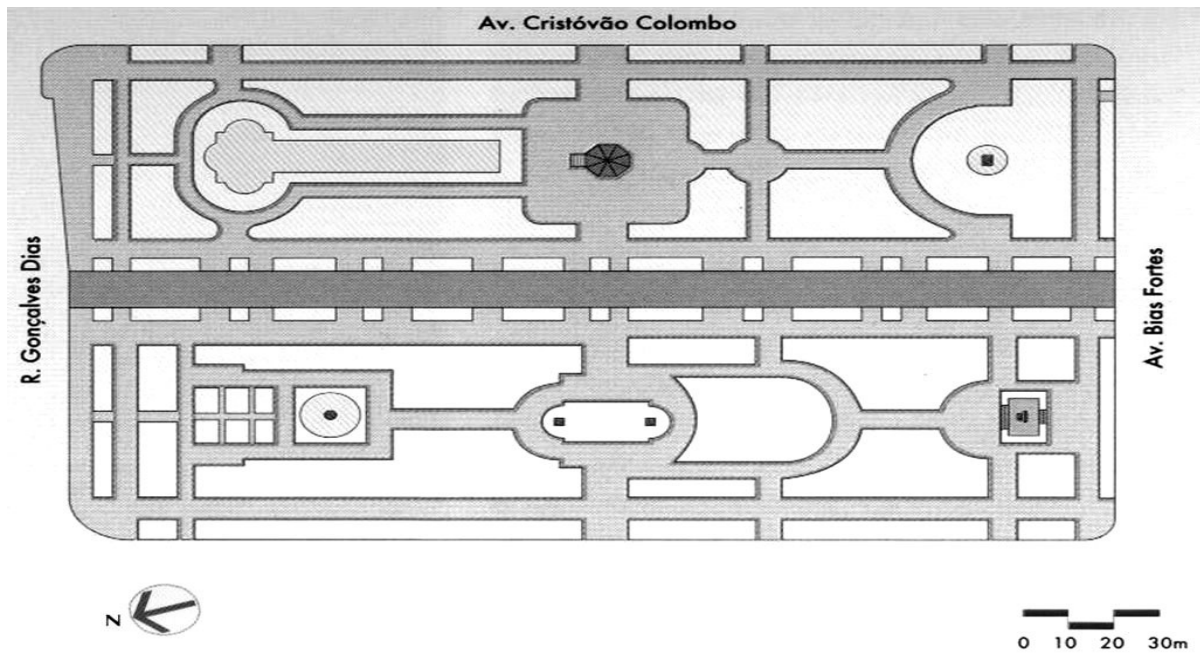


Fig. 9 - Praça da Liberdade / Belo Horizonte/MG de 1920.

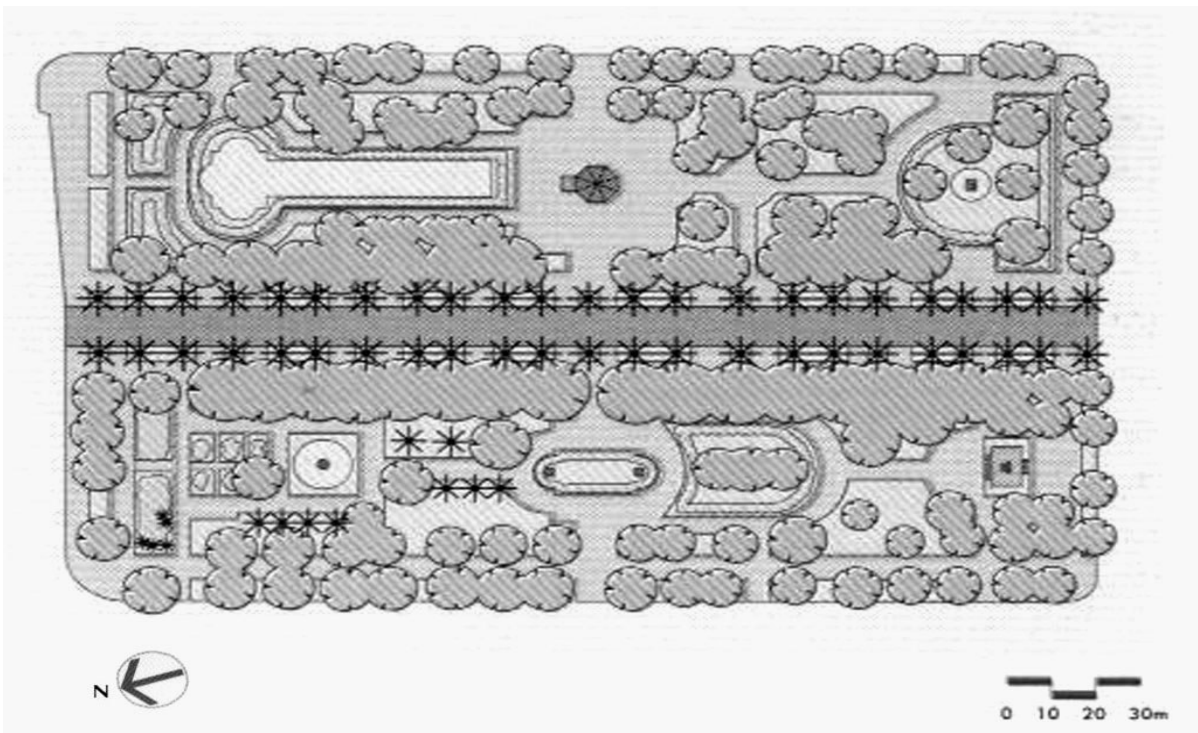
Autor: Reinaldo Dierberger

Fonte: Macedo, Silvio Soares; Robba, Fábio. Praças Brasileiras. São Paulo: Ed. Edusp, 2002.





Fig. 10 - Praça da Liberdade / Belo Horizonte/MG de 1920.
Autor: Reinaldo Dierberger
Fonte: Macedo, Silvio Soares; Robba, Fábio. Praças Brasileiras. São Paulo: Ed. Edusp, 2002.



No século XIX, a Praça da Legião, em São Paulo, com a Proclamação da República em 1889, passou a denominar-se Praça da República. A organicidade do desenho dos caminhos, dos canteiros, do lago, da implantação de equipamentos como coretos, e fontes, são características dos projetos românticos, da influência inglesa, procurando recriar o ambiente natural dentro da proposta de cenarização. É um traçado oposto ao da Praça Paris no Rio de Janeiro, mas do mesmo século. (fig. 11)

Em Porto Alegre, com o Plano Geral de Melhoramentos e Embelezamento da capital em 1914, na administração de Otávio Rocha, criaram-se novas praças para a área central, como a Praça Parobé, que serviria de apoio para as novas avenidas e como ponto de partida dos bondes. A Praça Montevideu, com caráter de praça oficial da Intendência era marcado por um belo chafariz, e ligando esses dois espaços a Praça XV de Novembro, muito antiga no tecido urbano, mas que com este plano sofreria profundas modificações.

“Tratava-se de ordenar os espaços verdes e de lazer cortando árvores antigas e criando *jardins ingleses*. Em uma das faces da praça começariam a correr as novas linhas de bonde que, através da recém aberta avenida São Rafael, ligariam o centro a zona norte.

A Praça XV de Novembro, segundo o imaginário das autoridades públicas, era um ponto tradicional de encontro de ‘vendas’, ‘bêbados’, ‘prostitutas’ [...]. atrás da retórica higienista e estética escondia-se, também, a intenção de afastar aquela ‘gentalha’ do centro da cidade. Os imperativos do desenvolvimento econômico e do crescimento populacional de Porto Alegre exigiam a modernização deste espaço de sociabilidade tradicional [...], os espaços devem ser abertos para que permitam fluir a vida vertiginosa de nossa capital.”¹⁰⁴

No perímetro central, o mais antigo largo da cidade também era modernizado, a importante Praça da Alfândega. A interferência foi no seu ajardinamento e na colocação de equipamentos urbanos, como bancos, lixeiras, pontos de telefones

104 MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre: urbanização e modernidade – a construção social do espaço urbano**. Porto Alegre: Edipucrs, 1995, p. 114.

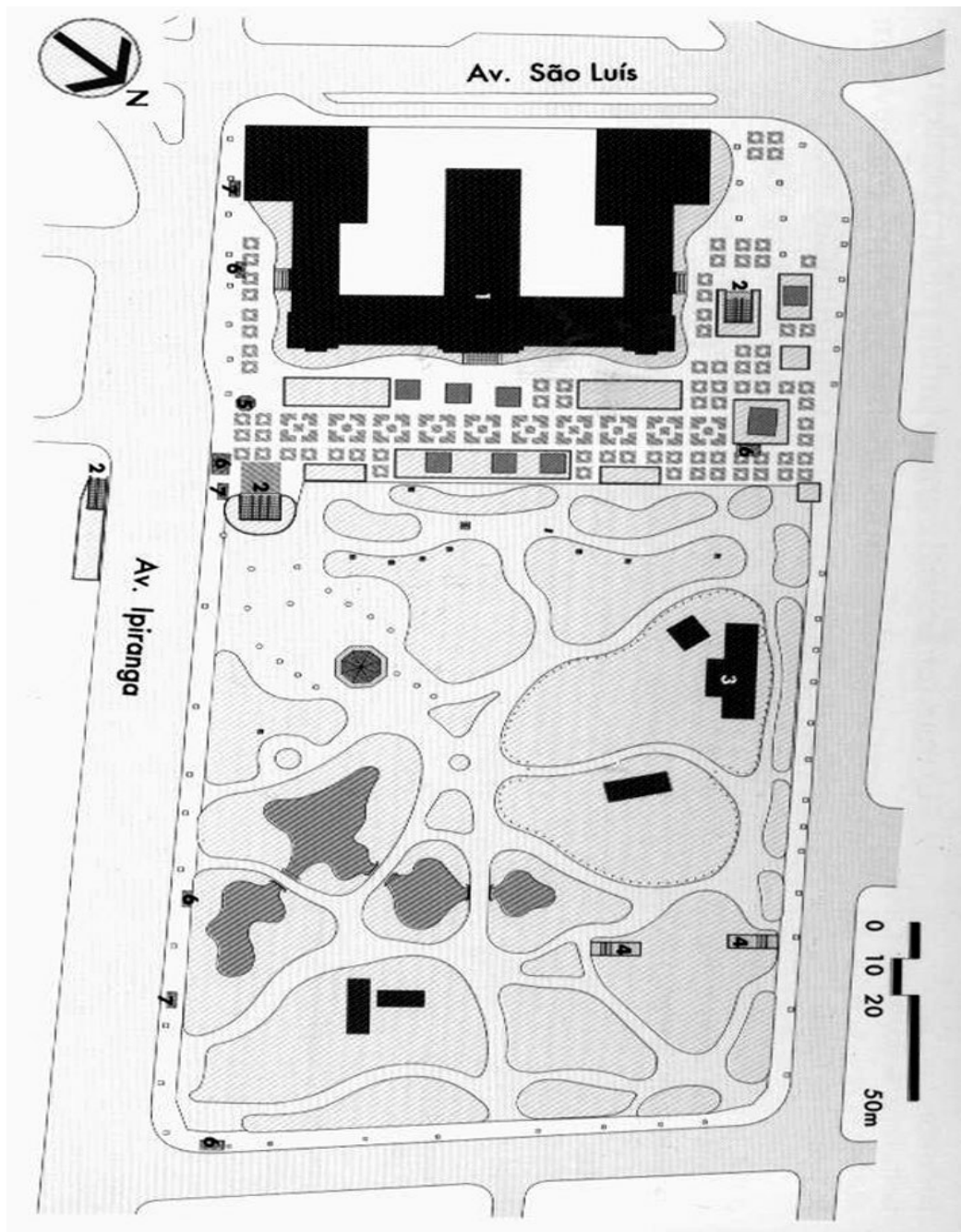


Fig. 11 - Praça da República / São Paulo de 1905
Autor: Administração dos Jardins Antônio Etzel
Fonte: Macedo, Sílvio Soares; Robba, Fábio. Praças Brasileiras. São Paulo: Ed. Edusp, 2002.

públicos e recolocação do antigo mictório público. Era a praça da população que gravitava pelo centro de Porto Alegre, diferente daquela da Praça Marechal Deodoro.

A Praça Marechal Deodoro também sofreria profunda modificação, com cuidadosos ajardinamentos em contraponto com os novos pavimentos, com cuidado nos desenhos que se estendiam pelos estares e passeios. O espaço destinado à Praça de Concertos, projetada fronteira ao Palácio do Governo, na área lateral da Praça Marechal Deodoro, foi o ápice da modernidade, com sua concha acústica e auditório ao ar livre, único no Brasil. Para completar esse sistema de melhoramentos nas áreas de praças, a maior das obras foi, sem dúvida, o embelezamento e o ajardinamento do Campo da Redenção.

O Parque Farroupilha¹⁰⁵ ou Redenção, como é chamado até hoje, teve vários nomes: Várzea do Portão, Potreiro da Várzea, Campos da Várzea, Campos do Bom Fim, Redenção.

O parque foi criado em 1776, por alvará de Dom Pedro I. A mais antiga referência foi escrita pelo viajante Arsené Isabelle, em 1833/34, que fala da transformação da planície em um jardim botânico com um museu.

O primeiro ajardinamento ocorreu em 1901, e, em 1914, o Arquiteto Moreira Maciel retalhou a área em nove quarteirões, prolongando as vias de tráfego no interior do parque. Em 1930, um anteprojeto do Arquiteto Donat Alfred Agache estruturou o parque como tal, com um traçado de estrutura rápida de eixos, à qual se contrapunham formas sinuosas periféricas, e tomava como diretrizes o eixo monumental. Em 1935, o plano de Agache foi adaptado para a grande exposição do Centenário Farroupilha. Desmontada a exposição o projeto de Agache foi complementado e detalhado pelo Arquiteto Armando Gladosch, que acrescentou alguns recantos e jardins, alterando a idéia original.

O eixo do parque foi mantido, organizando-se uma rede de caminhos irregulares

105 LUZ, Luis Fernando da. **Parque Farroupilha: composição e caráter de um Jardim Público de Porto Alegre**. Porto Alegre: PROPAP, 1999.

que levam ao interior do parque, onde diferentes recantos podem ser usufruídos. A essa rede de caminhos agregam-se o lago, os recantos europeu, oriental, alpino, solar e roseiral. *Pitoresco* seria um atributo importante para entender os recantos do parque, pensados como cenários, integrados com elementos de raro exotismo. Isso possibilitou o convívio de dois estilos paisagísticos no parque: o francês e o inglês, ambos preocupados em representar o cenário de uma natureza idealizada.

Vamos encontrar essa mistura de estilos em várias praças e parques do Brasil, inclusive na Praça Coronel Pedro Osório de Pelotas.

Essa rápida visão das praças no Brasil no século XIX e começo do século XX nos dão a percepção de que, de norte a sul o País sofreu uma grande mudança. Os projetos sociais de modernidade que ocorriam refletiam-se na “modernização” dos espaços urbanos. As modificações nas formas de pensar e planejar a organização dos espaços político, social e urbanos e na reorganização das cidades como um todo tiveram reflexo também na cidade de Pelotas.

Não podemos deixar de dedicar uma parte do trabalho aos jardins públicos, espaços dos mais importantes no contexto paisagístico do Brasil, principalmente do Jardim Público no Rio de Janeiro, não só como espaço físico público, mas, também, pela sua representação como imagem de um novo e próspero país.

1.5 Da Praça para o Espaço do Jardim Público

“A praça é um espaço ancestral que se confunde com a própria origem do conceito ocidental de urbano. O mesmo não se pode afirmar do Jardim ou dos Parques Públicos, criações efetivamente materializadoras – enquanto espaços públicos urbanos – a partir do século 17.”¹⁰⁶

Foi na Itália que, provavelmente, nasceu o hábito de passear ao ar livre, o hábito do corso. Os donos de carruagens gostavam de circular pelas vias, junto aos jardins, no intuito de ver e serem vistos, de exibirem seu poder, geralmente, ao cair da tarde.

106 SEGAWA, Hugo, op. cit., 1996, p. 31

Em Paris, mulheres e homens elegantes freqüentavam os jardins públicos à noite com a mesma finalidade dos italianos: ver e serem vistos. Em Londres, a sociedade elegante, num desejo de tomar ar e andar a pé pelo Hyde Park, tornou-se um traço generalizado da vida inglesa, e os parques tornaram-se um cenário-modelo para esses desfiles elegantes ao ar livre.

Nesses espaços, os jogos sociais eram praticados com tácita concordância entre seus praticantes. O *plaisir de la promenade* encontrava nos jardins públicos um palco magnífico.

O passeio público foi um espaço diferenciado dos espaços abertos coloniais, onde se localizava o Pelourinho ou se erguia o Paço, a Câmara, a Cadeia ou o Quartel, ou o espaço que servia de adro ou largo da Igreja Matriz: “O *Passeio Público não se prestava para emoldurar nenhum monumento – ao contrário, como um insubordinado da hierarquia, colonial, era um monumento a si mesmo*”.¹⁰⁷

O mais antigo passeio público de que se tem notícia no Brasil é o do Rio de Janeiro, e sua origem precede a própria constituição do País como nação. Foi criado pelo vice-rei Luís de Vasconcellos em 1783 e concebido por Valentim da Fonseca e Silva, o famoso Mestre Valentim. Obedece a um traçado extremamente geométrico, inspirado na tradição dos jardins franceses. Foi construído numa área alagadiça, conquistado ao mar.¹⁰⁸

Foi um espaço criado para a burguesia mercantil em ascensão, que necessitava de um espaço destinado a demonstrar sua riqueza e poder, como foram as *places royales* e as *plazas mayores* da nobreza. No Brasil, a classe burguesa era praticamente inexistente, levando num primeiro momento, ao fracasso do Jardim Público do Rio de Janeiro.

No mesmo século, mas duas décadas antes em Lisboa, foi criado o Passeio Lisboeta, como parte da reconstrução da cidade depois do terremoto de 1755. Foi o primeiro jardim público da Capital, e seu traçado era no estilo dos jardins franceses.

107 SEGAWA, Hugo, op. cit., 1996, p. 77.

108 MACEDO, Sílvio, ROBBAS, Fábio, op. cit., 2002.

Ele serviu como inspiração para o Jardim Público do Rio de Janeiro, no que toca ao projeto, mas no final do século XVIII, o do Rio de Janeiro estava formado e o de Lisboa era uma tênue materialização, somente alcançando sua finalidade no século XIX, mas por pouco tempo, pois, em 1880, seria transformado na Av. Liberdade, larga via de circulação.

O Passeio Público do Rio de Janeiro, de extrema sofisticação de desenho, tinha como ponto predominante um belo terraço debruçado sobre o mar, uma novidade para a época, pois os outros espaços públicos das cidades desenvolviam-se para seu interior. Essa novidade de voltar o espaço público para o mar tem um significado muito antigo. Os holandeses foram os pioneiros no uso dessa prática, através dos pintores paisagistas na representação das pinturas de paisagens marítimas. O mar representava o desconhecido a se desvendar, o vazio insondável, o não domínio do ser humano; já a paisagem terrestre era de domínio de repouso e de harmonia. O homem podia trazer essa natureza para dentro de seus jardins de modo idealizado e domesticado. (fig. 12)

O Passeio Público foi inovador no século XVIII, com lugares especificamente desenhados para a apreciação da paisagem marítima:

“(...) o surgimento de estruturas chamadas de esplanadas, terraços e Marine Paradas por parte dos ingleses, ou certas práticas mediterrâneas que deram origem a termos como 'Marina ou Montpellier', revelava a nova disposição de permanecer e usufruir as delícias à beira-mar”.¹⁰⁹

John Luccock, em sua viagem ao Brasil, passando inclusive por Pelotas como veremos mais adiante neste estudo, fez algumas observações acerca do Passeio Público do Rio de Janeiro, como “(...) *embora pequeno, perfeitamente plano, construído em estilo muito afetado e negligentemente mantido, reclama para si o primeiro lugar entre os sítios de divertimento do Rio de Janeiro*”.¹¹⁰

Durante a administração do seu criador, D. Luis de Vasconcelos, o Passeio

109 CORBIN, Alain. *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 176.

110 LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Ed. Martins, 1951. p. 59-60.



Fig. 12 – Jardim Público do Rio de Janeiro

Público do Rio de Janeiro teve uma vida de festa do povo, de reuniões de famílias. Foi a grande passarela onde as transformações sociais desfilaram, e uma nova classe emergia, passando de “plebeus” para uma classe de “nobres”. Passada essa administração, o recinto entrou em decadência.

Em 1860, foi assinado um contrato de reforma do Passeio Público, e coube ao paisagista francês Auguste François Marie Glaziou o novo projeto. Ele introduziu no Brasil em estilo jardinístico o que seus contemporâneos Joaquim Manuel de Macedo e Moreira Azevedo chamavam de “jardim paisagístico”.

Macedo descrevia como um jardim do gênero inglês, admitido neste período em todo o mundo, como o mais natural, o mais livre e que levava as mais completas ilusões.¹¹¹ Já Azevedo descrevia como um jardim paisagístico, no qual não predominava o compasso do cálculo e da simetria, como antes, mas a linha curva, a variedade, a imitação da natureza, de modo elegante e gracioso.¹¹²

O passeio público foi contemporâneo ao surgimento dos primeiros jardins públicos europeus na segunda metade do século XVIII, símbolo do pensamento iluminista europeu, como espaço de sociabilidade, porém um tanto deslocado no Brasil colonial. Foi um local destinado ao público, entendendo como público uma sociedade de classe média e burguesa, proibido aos escravos e às pessoas vestidas pobremente. Era um espaço de acesso controlado, de comportamento vigiado. No final do século XIX, tornou-se um recinto como outro qualquer, dentro da malha urbana.

No começo do século XIX, foi criado por D. João VI o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, e, em 1873, o primeiro parque público do Rio – o Campo de Santana.

A necessidade do país de modernizar-se, na virada do século XIX, levou a grandes mudanças nas cidades, como campanhas de modernização, salubridade e embelezamento, sempre sobre forte influência francesa e inglesa. As cidades, antes coloniais, deveriam passar a cidades republicanas.

111 MACEDO, Joaquim Manuel de. **Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1942, p. 18.

112 AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. **O Rio de Janeiro: sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades**. 3. ed. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1969, p. 556. 2. v.

Essas mudanças foram baseadas nas reformas que o Barão George Eugène Haussmann fez em Paris, transformando radicalmente o traçado urbanístico do centro da cidade. Novos parques e jardins públicos, arquitetados por Jean Charles Alphand, foram criados.

“Cidade de movimentos e de fluxos, a Paris de Haussmann é também uma cidade de redes, rede viária realizada pelo Serviço Municipal de Obras de Paris, rede de água e esgotos à qual o nome de Belgrand permanece ligado, e ainda rede de parques e de lugares de passeio, projetada por Alphand como um sistema técnico da mesma maneira que os outros [...] os parques, os squares, as avenidas arborizadas de Paris haussmanniana, essa natureza domesticada à qual os higienistas atribuem virtudes curativas estão entre esses recursos [...] Era necessário antes de tudo, assegurar a livre circulação do ar, da água e da luz a fim de combater as miasmas da cidade grande [...] Do oeste ao leste, da Paris burguesa aos bairros populares, deve então estender-se um único sistema de jardins e paisagismo.”¹¹³

As mudanças não eram só físicas, mas também de comportamento e de usos pela nova classe burguesa que surgia em contrapartida ao crescimento cada vez mais acelerado da população pobre nos centros urbanos.

A cidade relaciona-se naturalmente com a evolução dos valores e das práticas urbanas, evolução que a literatura divulga ao descrever suas tensões, das quais nenhuma composição regular saberia desembaraçar-se. Essas tensões geram um novo prazer, o do caminhante, do *flâneur*, que percebe o urbano como uma paisagem na qual ele aprecia encontrar a variedade e o pitoresco.¹¹⁴ Os romances de Balzac e, depois, de Baudelaire, expressam, em seus temas, essa nova figura e seu modo de comportar-se e sua visão do urbano. Walter Benjamin define o *flâneur* como uma das figuras emblemáticas das cidades grandes do século XIX em todo o mundo.

113 PICON, Antonio apud SALGUEIRO, Heliana A. **Cidades capitais do século XIX: racionalidade, cosmopolitismo e transferência de Modelos**. São Paulo: Universidade de São Paulo/Edusp, 2001. p. 68/86-87.

114 PICON, Antônio, op. cit., 2001, p. 76.

A cidade do Rio de Janeiro, no começo do século XX, passou por uma grande reforma e embelezamento, sob o comando do engenheiro urbanista Pereira Passos, que abriu grandes avenidas e ruas, dignas da capital da recente república brasileira e dos usos da elite burguesa emergente. Foram projetadas e executadas várias praças, sendo as mais significativas a Praça Paris, francamente inspirada nos jardins franceses clássicos, e, num traçado de desenhos românticos do Arquiteto Glaziou a Praça XV de Novembro.

No período de 1926 a 1930, Alfred H. D. Agache, urbanista francês, elaborou então, junto com um grupo de técnicos, também não-brasileiros o primeiro plano diretor para a cidade do Rio de Janeiro. Agache, nesse período em viagem ao sul do Brasil, visitou a convite do poder público, a capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, elaborando o projeto do Parque Farroupilha, junto com Arnaldo Gladosch, estendendo sua visita à cidade de Pelotas, como veremos mais adiante.

No plano de Agache, ele dá ênfase aos espaços livres, avenidas, praças e jardins, que considera os pulmões da cidade, o sistema respiratório. Assim como o sistema circulatório, reparte para todos os pontos do corpo humano a substância necessária à vida, o sistema viário converge para o centro da cidade, o coração urbano, e a rede de esgotos, é o sistema digestivo, portanto, as três devem estar em harmonia para a cidade poder funcionar bem.

Mas os jardins públicos não ficam restritos ao Rio de Janeiro, e, sim, desenvolvem-se de Belém, Recife e São Paulo até o sul do país.

Em sua passagem por São Paulo, Robert Avé-Lallemant (que também visita Pelotas) registrou suas impressões sobre o jardim público paulistano:

“Devo primeiro mencionar um bonito e grande jardim que serve para passeio e para instrução botânica [...] Apesar de muita desordem e falta de cuidado, oferece ele, em alamedas e praças, pontos aprazíveis e bonitos aspectos. Uma lindíssima flora de origem européia medra o lado de eucaliptos da Austrália [...] A própria arte plástica, a mais nobre de todas, tentou embelezar o lugar com estátua”.¹¹⁵

115 AVÉ-LALLEMANT, Roberto. *Viagem pelo sul do Brasil no ano de 1858*. Rio de Janeiro: Ed. IML, 1953. p. 333.

Decorrido meio século de sua abertura, o jardim público era um espaço consolidado, com uma série de melhoramentos. A partir de 1893, a Prefeitura realizou uma grande remodelação no então conhecido logradouro, que, ocasião, era chamado de Jardim da Luz. O Prefeito passou a prestigiá-lo com a presença de sua família nas apresentações da Banda de Música da Força Pública em concertos de música clássica que ocorriam com freqüência, transformando-o num local de encontro da elite paulistana.

Na primeira década do século XX, período de pujança econômica, com o café, cuja riqueza revertia na melhoria das áreas centrais da cidade inúmeras praças foram ajardinadas, e novos logradouros foram realizados com a expansão da cidade.

A passagem do século XIX para o século XX constitui-se num período de transição nas cidades, que deveriam ser belas, higiênicas e pitorescas; surgiu um novo modelo de praça: a praça ajardinada, que iria unir as duas tradições, a da praça e a do jardim.

“O surgimento da praça ajardinada é um marco na história dos espaços livres urbanos brasileiros, pois altera a função da praça na cidade. O mercado foi transferido para edificações destinadas a atividades comerciais, as demonstrações militares de poder perdem força no Brasil republicano, não acontecem mais nos lagos e campos, deslocando-se para as grandes avenidas. Assim a praça-jardim deixa de ser – como eram no período colonial, o largo, o terreiro e o adro da igreja – o palco da vida mundana e religiosa, civil e militar da cidade. A praça agora é um belo cenário ajardinado destinado às atividades de recreação e voltado para o lazer contemplativo, a convivência da população e o passeio”.¹¹⁶

É evidente que esse tratamento paisagístico das praças só ocorreu em localizações mais centrais e importantes da cidade, enquanto as praças periféricas continuaram sem a devida atenção.

No começo do século XX, o modelo de praça ajardinada tornou-se um padrão de

qualidade do espaço livre, como podemos ver na Praça Coronel Pedro Osório, estudada em capítulo posterior.

Esse padrão de qualidade no projeto da praça ajardinada, devido à influência das culturas francesa e inglesa, é dotado de programa e forma quase sempre idênticos, não interessando em que praça e em que cidade seria utilizado, e é típico de uma linha de projeto de arquitetura paisagística denominada de Historicismo. Essa linha de estilo acompanha os jardins desde o final do século XVIII até as praças ajardinadas do começo do século XX.

Não podemos esquecer que essa linha de projetos estava ligada às grandes mudanças urbanas do final do século XIX, e acompanhou sempre o estilo arquitetônico historicista das construções.

A crescente preocupação das pessoas pela natureza foi demonstrada, pelo cuidado que elas tiveram com as praças ajardinadas, em que a vegetação era um elemento dos mais importantes, tentando deste modo, minimizar os efeitos da urbanização intensa dos grandes centros, onde densidade edificável é muito alta. Podemos observar que, na sua grande maioria a partir do começo do século XX, o modelo adotada para as praças, é o das praças ajardinadas.

2 PELOTAS DA PAISAGEM E A CONSTRUÇÃO DE SEUS ESPAÇOS

"O modo de representarmos o ambiente não é uma simples cópia" da "realidade', mas contém em si a própria possibilidade de articularmos livremente essa representação."

Edmund Leach (1985)

2.1 A Construção da Paisagem – Século XIX

Pensar a relação habitante e seu espaço construído, e analisar a forma física da paisagem em que habitam é entender este espaço. Neste capítulo fizemos uma trajetória desde a chegada dos primeiros desbravadores no sul do Rio Grande do Sul, como eles viveram, sentiram e utilizaram estes lugares. Através de documentos, eles nos legaram fontes importantes para podermos avaliar com objetividade os conteúdos destes espaços, transformados em cidades e assim podermos acompanhar sua trajetória e suas modificações ao longo tempo.

A superfície terrestre possui um relevo muito variado, com paisagens de formas muito diferentes e com abundantes formas vivas, mas muito mais distintas são as maneiras com que as pessoas percebem e avaliam esta superfície.

A paisagem é composta não só pelo que se estende diante de nossos olhos, mas também pelo que podemos interpretar de acordo com nosso repertório cultural. Duas pessoas não vêem uma realidade do mesmo modo, nem grupos sociais fazem a mesma avaliação do meio ambiente, porém compartilham de percepções comuns,

em virtude de possuírem estrutura física e sentidos semelhantes, como a visão e a percepção. A percepção é um fator de extrema importância para a definição de um conceito sobre paisagem, pois " (...) *as paisagens revelam-se diferentemente a cada observador, de acordo com diferentes graus de percepção e interesse*"¹¹⁷, porém elas também estão ligadas à cultura de um povo e ao modo como representa. Logo, a paisagem é o resultado dessa consorciação de elementos de representação, de percepção e de interesse.

Psicologicamente, os espaços fechados representam a segurança, a privacidade, a escuridão; já os espaços abertos significam a liberdade, a luz, o domínio público, a beleza formal e imutável. Os elementos verticais da paisagem evocam um sentido de esforço, de desafio; enquanto os elementos horizontais, a aceitação, o descanso.

Desde as primeiras manifestações de organizações espaciais, os espaços abertos como o da ágora ou do fórum romano, significaram o desenvolvimento e o potencial dos homens; portanto, é necessário conhecer a história cultural e as experiências de um grupo de indivíduos no contexto de seu ambiente físico para tentar analisar como esse grupo, ao chegar a uma terra estrangeira, olhou e conceituou esse lugar. Os conceitos de cultura e paisagem superpõem-se do mesmo modo que os conceitos de homem e de natureza.

Os conceitos estéticos não são iguais para cada indivíduo ou grupo; são culturais e estão ligados ao seu mundo particular de valores e conhecimentos. Esses valores, ou padrões culturais, também variam com o tempo e vão dinamizar a paisagem nos diferentes momentos de uma sociedade. Cada indivíduo, dependendo de sua área de formação, "vê" ou "olha" um determinado lugar e aí desenvolve conceitos diferentes do que seja "paisagem", mas é certo que esses conceitos atuam na formação de uma história.

“O olho, pelo qual a beleza do universo é revelada à nossa contemplação, é de tal excelência que todo aquele que se resignasse à

sua perda privar-se-ia de conhecer todas as obras da Natureza cuja vista faz a alma feliz na prisão do corpo, graças aos olhos que lhe representam a infinita variedade da criação.”¹¹⁸

Quando nos referimos ao conceito "ver um lugar", é quando o olhar desliza sobre a paisagem e os olhos a espelham, registram, refletem e grava essa paisagem, porém numa única dimensão, sem relevo, sem contornos, como se fosse uma foto. Com "olhar um lugar" é diferente, ele investiga, indaga, assimila e torna a "ver de novo", atento a todos os relevos de paisagem, as nuances de cor, de luz, aos mínimos detalhes e seus significados. O olho registra em três dimensões, e aí o indivíduo traça paralelos entre essa paisagem e sua vivência, sua formação. Para os cientistas, tais como ecólogos e biólogos, a paisagem é, antes de tudo um perfeito ecossistema; para o antropólogo, o cenário de uma vida; para o arqueólogo, o cenário de uma civilização; para o paisagista, uma paisagem equilibrada, uma mistura de arte e natureza, onde ele pode planejar a paisagem dos espaços habitados; para o artista, o cenário edílico, de uma natureza domesticada; para o estrangeiro, uma paisagem do desconhecido, do achar referencial com sua terra natal, com hábitos e costumes deixados para trás. Aqui convém lembrar Eugéne Walter, autor que sublinha a importância do sentido do lugar para o homem e da famosa pergunta de Édipo: "A que lugar eu pertenço"?

A primeira impressão de uma paisagem ou de um lugar é que vai dar a compreensão das sensações e dos sentimentos que a conformação desse ambiente físico causa no observador, criando, assim, as noções de paisagem real e de paisagem imaginária. Sempre que olhamos uma paisagem, o enfoque enquadra-se em uma dessas categorias. A paisagem real não existe sem a paisagem imaginária e vice-versa. Italo Calvino¹¹⁹ foi um dos que melhor percebeu isso e explora seu potencial em *As Cidades Invisíveis*.

"Paisagem é cultura antes de ser natureza; um constructo da imaginação projetado sobre mata, água, rocha. (...) No entanto, cabe também reconhecer que, quando uma determinação idéia de paisagem,

118 DESCARTES, René. *Meditationes de prima philosophia: meditationes métaphysiques*. 3 ed. Paris; J-Vrin, 1949. p. 22.

119 CALVINO, Italo. *As Cidades Invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

um mito, uma visão, se forma num lugar concreto, ela mistura categorias, torna as metáforas mais reais que seus referentes, torna-se de fato parte do cenário.”¹²⁰

O imenso território brasileiro, principalmente a partir do século XIX, despertou nos europeus curiosidade quanto ao conhecimento da natureza, aliado ao desejo de vivenciá-la, de experimentá-la ou de desbravá-la.

Junto com as expedições científicas, chegaram aqui artistas, profissionais, homens de origem aristocrática e outros humildes, presos, degradados, colonizadores, todos desejosos de fruir esse novo continente. O gosto pelo estranho, pelo inusitado e pelo diverso é inseparável da prática do viajante. Os artistas-viajantes do século XIX eram são analistas meticolosos, observadores de particularidades; eram artistas documentadores, que orientavam seus desenhos e pinturas a partir de interesses científicos.

Esses cientistas e escritores, ao explorarem uma região normalmente faziam anotações sobre as impressões que os lugares lhe causavam, como os escritos de Auguste Saint-Hilaire, Roberto Avé-Lallemant, John Luccock e muitos outros; também artistas, em suas pinturas, reproduziram paisagens, seus habitantes, seus costumes, legando-nos uma história, como Jean Baptiste Debret, D'Orbigny dentre outros.

Numa primeira impressão parece-nos que antigos escritos e pinturas, que incluem paisagens em suas composições, nos dariam uma boa compreensão do meio ambiente existente na época em que foram registradas, mas é difícil interpretar a evidência desses legados, pois dependem de uma série de fatores, dentre eles, os condicionantes culturais a que pertenceram e suas experiências pessoais. As pinturas de paisagem dizem muito pouco sobre a realidade externa, mas podemos tomá-las como referência da época em que foram pintadas.

2.1.1 A paisagem da região

A paisagem da região ocupada pela Freguesia de São Francisco de Paula, hoje

120 SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 70.

cidade de Pelotas, ao sul do Rio Grande do Sul, no começo do século XIX, foi construída no momento em que esses primeiros observadores traduziram em imagens, em pinturas ou em representações literárias, com relatos, a realidade por eles encontrada e contaram uma história, construindo um lugar. Essas diferentes visões são indissociáveis pois nenhum desses relatos poderia sobreviver sozinho, e, mesmo que uma das visões prevalecesse sobre outra, elas seriam incompletas ou não plenamente verdadeiras.

“Não podia ser um simples espectador, mas devia ser um ator de passagem, um observador atento da realidade exercendo diante dela a sua arte de pensar, desprendendo-se do seu mundo imaginário para dirigir a atenção ao verdadeiramente útil.”¹²¹

A paisagem natural dessa região possui uma morfologia de suaves ondulações, com predominância de grandes extensões planas, numa cota zero em relação à cota do nível do mar. A região encontra-se na zona fisiográfica designada de Encosta do Sudeste. É delimitada, a oeste, pela várzea do arroio Fragata; a leste, pelo arroio Pelotas e pela margem direita da Lagoa dos Patos; ao sul, pelo canal São Gonçalo, sangradouro da Lagoa Mirim; e, ao norte, pelas superfícies de terraços de formação “Graxaim” (composição de areia, silte, cascalho e argila não consolidados) e onde especificamente se localizou a povoação. O clima é subtropical, com estações climáticas bem definidas e chuvas bem distribuídas. A vegetação decorrente dos fatores acima descritos é predominantemente de campos (gramíneas, denominadas de gramados, e vegetação de pequeno porte) tanto nas regiões com pequenos relevos, como nas planícies e nos terraços de várzea e de regiões alagadiças, como os juncos e as taboas.

Depois de descrever sumariamente a paisagem natural da região ocupada pela Freguesia de São Francisco de Paula, mais tarde cidade de Pelotas, podemos analisar alguns escritos e pinturas dos primeiros viajantes, em suas passagens pelo sul do Brasil, e traçar paralelos, cruzar dados, buscar sentidos, interpretar suas visões e, assim, identificar a paisagem criada por eles.

121 LEITE, Miriam Moreira. *A condição feminina no Rio de Janeiro: séc. XIX – Antologia de textos de viajantes estrangeiros*. São Paulo: Edusp, 1993. p. 116.

De todos os depoimentos conhecidos, o mais antigo sobre esse lugar, encontra-se publicado no livro *Notas sobre o Rio de Janeiro e Partes Meridionais do Brasil* (1809), de autoria do comerciante inglês John Luccock¹²², quando a Freguesia de São Francisco ainda não existia. Esse autor descreve a região e a primeira charqueada que 30 anos antes ali se estabeleceu.

“A planície de São Gonçalo, que pouco após atravessávamos, é um trecho plano de terras de pastagem. [...] O rio que dá seu nome a essas planícies forma a comunicação entre as Lagoas Mirim e dos Patos, desaguando no porto de Rio Grande (o escritor dá um depoimento correto, e faz mais adiante uma comparação com a sua vivência, sua terra natal). O Rio São Gonçalo é quase tão largo quanto o Tâmisia em Londres. [...] Uma vez transposto o São Gonçalo, encontra-se, rumo ao norte e entre o Passo dos Negros e a Lagoa dos Patos, uma vasta extensão de terreno pantanoso, formado pela acumulação dos sedimentos de muitas eras. Em meio a estes atoleiros existem várias casas e algumas estâncias, entre as quais a Fazenda de Pelotas, que se diz ocupar dez léguas quadradas [...] sua casa é ampla, situada em terras elevadas por detrás do paul (pântano). [...] É toda caiada de branco e, tendo por fundo espessas matas, forma um objeto grandioso quando contemplada do rio. [...] Nossa rota ficava mais para o ocidente, através de uma região essencialmente diversas da margem oriental do São Gonçalo. Em lugar de areiões, em parte consolidadas pela ação do tempo e transformados em cômoros de aluvião, encontramos uma região de superfície gentilmente variegada e com solo rico de argila que produz abundantemente a espécie de relva de folhas largas que no Brasil se chama grama. [...]”¹²³

Uma outra impressão de Luccock é a que transmite a prosperidade da região; a religiosidade é também fator construtivo da paisagem. Afirma ele com surpresa:

“Uma grande extensão de terra é ali designada pelo nome de Charqueadas, sendo famosa sua produção luxuriante e pelo seu gado

122 LULLCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Notas tomadas durante uma estada de dez anos nesse país de 1808 a 1818. Tradução de Milton da Silva Rodrigues. 2 ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1951. (primeira edição inglesa, 1820).

123 *Ibidem*, op. cit., 1951, p. 139-140.

numeroso e nédio. Vêem-se casas disseminadas por ali, muitas delas espaçosas e algumas com certas pretensões de luxo; existem capelas anexas em muitas delas e em volta encontra-se tamanho número de habitações menores que o conjunto bem merecia o nome de aldeia. [...]. As pilhas de ossos que jaziam em suja propriedade ultrapassavam tudo quanto me era dado imaginar, e havia milhares de urubus, o abutre sul-americano, adejando em volta e comendo os restolhos. Durante a época de matança, não é raro aparecerem grandes bandas de cães que auxiliam os abutres e descarnar os ossos, e diz-se que também as onças fazem o mesmo”.¹²⁴

Concluimos pelo descrito acima que o viajante esteve na então Capitania São Pedro do Rio Grande no ano de 1809, que suas impressões são sobre a geografia do lugar e que a descrição corresponde ao começo das charqueadas, as quais irão contribuir decisivamente para a construção da futura cidade de Pelotas.

Por ordem cronológica, Auguste de Saint-Hilaire foi o viajante seguinte. Chegou em 1820 e visitou as terras ocupadas pelas primeiras charqueadas. Era diferente de John Luccock, tanto na origem como na formação, pois este era inglês e comerciante, e Saint-Hilaire era francês e cientista. O primeiro era movido por interesses particulares; e o segundo, especialista em História Natural, interessava-se pela natureza. No seu “olhar” a paisagem tinha outro enfoque; suas observações, sempre dominadas por um vigilante racionalismo, contribuíram para um bom entendimento da paisagem e dos costumes dessa população. Saint-Hilaire é muito preciso em suas narrativas e demonstra uma impressão positiva em relação ao lugar e a seus habitantes. Registrou a seguinte impressão ao chegar pela primeira vez à Freguesia de São Francisco de Paula, na casa do Sr. Chaves, importante charqueador da região:

“A casa está situada do modo mais favorável, pois que os iates podem chegar até bem junto dela. A residência do proprietário é de um pavimento apenas, porém grande, coberta de telhas e um pouco elevada sobre o solo. [...] O Rio Pelotas, que tem quase a largura do Essonne e Pithiviers, passa ao lado da habitação serpenteando em uma

124 LUCCOCK, John, op. cit., 1951, p. 141-142.

vasta planície, tendo ao lado oposto uma pequena encosta onde se vêem algumas casas cobertas de telhas.

“Diante da residência do Sr. Chaves estende-se belo gramado e além vêem-se várias fileiras, compridas, de grossos paus fincados na terra. [...] terminando por pequenas forquilhas. Essas forquilhas recebem varões transversais destinadas a estender a carne, a seca; no tempo das charqueadas”.¹²⁵

Para Saint-Hilaire o aspecto da região lembrava a Europa no seu aspecto mais pitoresco. Para ele, a região lembrava a França, pelo seu relevo praticamente plano como o de Paris e seus arredores, e pelos pomares, hortas e parreirais, pelas casas cobertas com telhas, diferentemente dos demais lugares do Rio Grande do Sul por ele percorridos, em que as casas eram cobertas com palha.

“Nada tão belo como a região por nós atravessada, a qual se compõe de vastas planícies com pontos ligeiramente ondulados. Por toda a parte o terreno apresenta gramado salpicado de bosquetes e árvores, onde pascentam cavalos e bois. [...], continuando com a descrição da paróquia; um grande número de belas casas cobertas de telhas, aparecendo aqui e ali e tendo cada uma um pomar circundado de valas profundas guarnecidas de opuntias ou de bromeliáceas. Algumas cercas são feitas de tufo de ervas, outras com crânios de bois, armados de chifres e apertados uns contra os outros. Nos pomares, na maioria muito grandes, são cultivadas laranjeiras e pessegueiros, parreiras, legumes e algumas flores”.¹²⁶

Saint-Hilaire delimita a região:

“Do lado do poente o horizonte é limitado pela Serra dos Tapes e a leste pelo Rio São Gonçalo, que estabelece uma comunicação fácil entre esta região e todas as partes das Lagoas Mirim e dos Patos, ao norte é limitado pelo Rio Camaquã e ao sul pelo Arroio das Pedras e Rio Piratini”.

125 SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935 (primeira edição francesa, 1887). p. 123-132.

126 *Ibidem*, op. cit., 1935, p. 123-132.

A região descrita situada entre o rio Pelotas, o rio São Gonçalo e a Paróquia de São Francisco de Paula pertencia a charqueadores. Não podiam escolher melhor local, pois recebiam o gado e facilmente exportavam a carne seca e os couros através dos rios.

“As margens do Rio São Gonçalo e Pelotas são muito chatas, o campo é alegre e coberto de bosquetes e de passagem. [...] lates trafegam sem cessar animando a paisagem. Do outro lado do rio estende-se uma orla de mata”.¹²⁷

Em outro trecho comenta sobre a grandiosidade dos pomares cuidados por negros e escravos, que, se fosse na França, necessitariam de poucos trabalhadores e que as frutíferas eram inferiores às da Europa:

“A Freguesia de São Francisco está situada a meio quarto de légua do Rio São Gonçalo e numa vasta planície e apesar de um pouco afastada do rio há um belo caminho ligando o canal à povoação, que possivelmente logo se transformará em rua da aldeia. As ruas são largas e retas e a praça onde fica a Igreja é pequena mas muito bonita. [...]”.¹²⁸

Saint-Hilaire comenta que o clima é parecido com o da Europa e que as plantas trazidas de Portugal se adaptaram bem, que até ficava em dúvida se eram nativas ou pertencentes à flora europeia, com exceção das figueiras de boa sombra e de crescimento rápido.

Notamos em todo o texto que há sempre uma comparação com sua experiência e sua cultura de origem, mas, devido a ser Saint-Hilaire um viajante ilustrado, ele na sua descrição, é o mais preciso possível, deixando de lado na maioria das vezes, o seu mundo imaginário.

Outro viajante que devemos mencionar é Roberto Avé-Lallemant¹²⁹, em viagem ao sul do Brasil e sua passagem por Pelotas em 1858, descritas no livro Viagem

127 SAINT-HILAIRE, Auguste de, op. cit., 1935, p.138.

128 Ibidem, 1935, p. 123 a 141..

129 AVÉ-LALLEMANT, Roberto. **Viagem ao sul do Brasil no ano de 1858**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1953. 2v.

pelo Sul do Brasil. De origem alemã e de formação médica, de espírito irrequieto e aventureiro, ele fez várias viagens pelo mundo, permanecendo por dois longos períodos no Brasil, e, numa das viagens, visitou o sul do País. Meticuloso, procurou dar detalhes da natureza, da flora e da fauna, da vida social e dos usos e costumes, dos habitantes do Brasil. Porém devemos estar atentos, pois ele era um nacionalista extremado, vendo com olhos de juiz rigoroso as pessoas de outras nacionalidades e com condescendência seus compatriotas. Em 18 de maio de 1858 numa linha especial de navegação a vapor, chegou a foz do rio São Gonçalo. Descreve ele:

“Simples e aprazível é a foz do São Gonçalo. Há, à direita e à esquerda, campinas planas, quase pantanosas, onde vivem legiões de aves de todos os tamanhos. Ao lado de galinholas andam grandes garças e mietérias, semelhantes a cegonhas, em original marcha de parada, buscam o seu alimento.

“Pouco depois vimos um grupo mais animado. Um rebanho de gado devia ter passado de uma das margens para a outra antes de ser conduzido para os matadouros, onde o aguardava a faca assassina. [...] Cada vez mais se aproximava a margem do rio; apareciam bonitos grupos de casas e a embocadura de um pequeno rio vindo do norte, o Rio Pelotas, a cujas margens se estendem estabelecimentos, de caráter verdadeiramente romântico, a certos respeitos, mas, por outro lado, realmente repugnante. Em toda a região há um horrível cheiro de carniça! Couros, chifres, cascos, ossos [...] nauseantes massas de sangue em putrefação e, além disso, campos inteiros com carne dependurada, forma um verdadeiro monturo em grande estilo [...] Por mais aprazível que seja o Porto de Pelotas; por mais largas, retas e em parte bonitas ruas que tenha a cidade que fica a um quarto de milha acima, neste matadouro extingue-se qualquer impressão de graça e de limpeza; em toda a parte cheira mal. [...] Por outro lado, com a minha viagem eu visava a fins muito mais pacíficos. Queria visitar, ali, a incipiente colônia alemã. [...]”¹³⁰

Nota-se, no texto do autor, o seu olhar negativo em relação à região de Pelotas,

130 AVÉ-LALLEMANT, op. cit., 1953, 388-391.

e ele exalta a excelente colonização alemã estabelecida no Brasil. É um autor que usou de parcialidades, apesar de sua formação científica.

Antes de falarmos sobre os pintores vale a pena conhecer a frase que abre a *Fisionomia das Plantas* de Humboldt¹³¹:

“Quando o homem interroga a natureza com sua penetrante curiosidade, ou mede na imaginação os vastos espaços da criação orgânica, a mais poderosa e mais profunda de quantas emoções experimenta é o sentimento de plenitude da vida espalhada universalmente”.¹³²

Ele entendia que o observador deve “(...) *abraçar a natureza em um só olhar; sem recortá-la ou fragmentá-la e aquele que indaga também participa da natureza respira a vida espelhada por toda atmosfera*”.¹³³

Ao nos determos nos pintores, devemos observar que foram em grande número as publicações ilustradas de viagem no século XIX e que, uma vez configuradas, começaram a exercer fascínio sobre os viajantes, que se baseavam nesses desenhos para fazer os seus. Exemplo disso são os desenhos de Rugendas (1827-35) e Debret (1834-39), quando estiveram no Brasil; segundo estudos de Ana Maria M. Belluzzo.

“Se existe uma profunda diferença entre a concepção de dois artistas, é porque, para Rugendas, a paisagem natural é a própria instância particularizadora que define o homem local. Na percepção de Debret, são as inter-relações sociais que constituem o lugar, e o espaço não passa de cenário para o encontro e o confronto da sociedade. O foco de Rugendas é a natureza da sociedade, que se mostra nas suas diversas práticas. O centro de atenção de Debret é a sociedade agindo sobre a natureza”.¹³⁴

131 HUMBOLDT, Alexandre Von. **Quadros da Natureza**. Rio de Janeiro: Ed. W. M. Jackson, 1952. 2v.

132 Ibidem, op. cit., 1952, p. 275-283.

133 Ibidem, 1952, p. 283.

134 BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. **O Brasil dos Viajantes**. São Paulo: Ed. Odebrecht, 1994. p. 76.

“Em um certo sentido, a primeira impressão que um país desperta em um estrangeiro equívale à primeira vista ou à sensação da paisagem, sendo sempre uma impressão luminosa. A cor ambiental ou natural constitui um motivo para o pintor e se encontra freqüentemente identificada com a prática do tempo, como se depreende do crepúsculo azul-escuro-violáceo fixado por Jean Baptista Dürand-Braggio na vista da Baía do Rio de Janeiro”.¹³⁵

A seguir, nos deteremos em três pintores: Herrmann Rudolf Wendroth, D’Orbigny e Jean Baptiste Debret.

1º) Herrmann Rudolf Wendroth, soldado alemão, chegou ao Brasil contratado pelo Império para juntar-se ao exército brasileiro na luta contra Rosas, da Argentina. O que o exército não sabia é que, além de soldado, ele era um artista. Wendroth deixou uma coleção de pinturas que retrataram a vida sul-rio-grandense dos anos de 1851 e 1852. Deslocou-se por cidades como Porto Alegre, Rio Pardo, Pelotas das quais deixou preciosos documentos pictóricos retratando a vida e a paisagem dessas comunidades.

Numa de suas aquarelas, o pintor retratou o modo mais comum com que as pessoas atravessavam os inúmeros rios da região. Trata-se de uma pessoa com seu filho numa “pelota”, embarcação de couro usada pelos nativos. Constituíam-se de um couro esticado por quatro varas, formando uma superfície plana, com bordas levantadas. Servia de transporte para materiais, como roupas, armas, ou para pessoas. Era puxada por homens que amarravam tiras de couro à embarcação, e a outra ponta era presa aos dentes. O que nos chama a atenção é o brilho amarelo excessivo da aquarela e da vegetação um tanto densa e com relevos nas margens do rio. (fig. 13) A imagem é de uma paisagem de certo modo irreal, possivelmente do imaginário deste pintor europeu. Essa mesma cena é tema dos pintores D’Orbigny e Debret. (fig. 14)

Wendroth pintou ainda, várias cenas da vida campestre, mostrando nessas paisagens, cenas de caçadas a bois selvagens que seriam, depois, levados para os

135 BELLUZZO, Ana Maria de Moraes, op. cit., 1994, p. 130.



Fig. 13 – A Pelota segundo Wendroth, 1852

Fonte: Reprodução do Acervo do Museu do Charque de Pelotas.



Fig. 14 – Canoa brasileira de couro – Pelota, 1823

Fonte: Debret, Jean-Baptiste. Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil. Tomo I (Vol. II) . Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Livraria Martins, 1940 [Primeira Edição francesa: 1835].

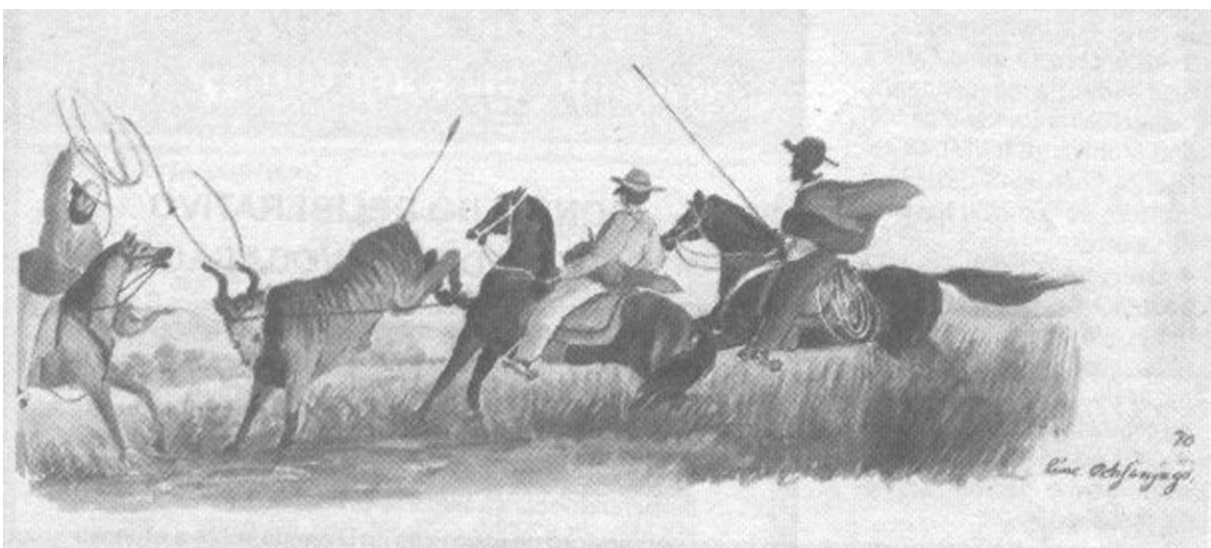


Fig. 15 – Cenas da Vida Campestre de Wendroth

Fonte: Foto reproduzida do Acervo da Zero Hora, Coluna Almanaque Gaúcho de Olyr Zavaschi, 16/09/2002. p. 34.



Fig. 16 – Travessia de um rio numa viagem pelo sul.

Fonte: Voyage dans les Deux Amériques, M.A.. Dorbigny, 1836. (Avé-Lallemant, Roberto. Viagem pelo Sul do Brasil).

matadouros das charqueadas. (fig. 15)

2º) Em 1836 D'Orbigny pintou uma paisagem intitulada *Travessia de um Rio Numa Viagem ao Sul*. O quadro mostra-nos uma cena da visão desse pintor francês, em que a vegetação é retratada em abundância e de modo exuberante, muito perto de uma imaginação européia de que todo o Brasil possuía uma paisagem tropical, enquanto, na realidade, nas margens dos rios havia vegetação formada por bosquetes e pastagens, como descreve o naturalista Saint-Hilaire. Mas não foi só a paisagem natural que ele descreveu, também, o modo de locomoção da época e de uma hierarquia social. Num primeiro plano, um soldado é transportado numa “pelota” puxada por um homem, possivelmente um escravo. Outros soldados o aguardavam na margem com seu cavalo. Mais ao fundo, aparece uma carroça para transporte de material mais pesado, puxada por cavalos e guiadas por uma figura, provavelmente um escravo, pois não possuía chapéu na cabeça. É uma pintura de uma paisagem imaginária, contando uma cena real. (fig. 16)

3º) Dos pintores que estiveram no sul do País, Jean Baptista Debret¹³⁶ foi o que mais pintou as paisagens da região, bem como o cotidiano de vida do Rio Grande do Sul. Debret do Rio de Janeiro (1768-1848) pertencia a uma burguesia francesa esclarecida, amante da ciência e das artes, e foi o inesquecível pintor da vida brasileira durante o Primeiro Império¹³⁷.

A contribuição mais original de Debret está na percepção da paisagem criada pelo homem. Ele gostava de pintar o campo – visão da natureza cultivada e também a paisagem urbana, enquanto lugar de encontro da sociedade brasileira comum, com suas relações cotidianas, com suas festas populares. Retratou também, os negros escravos e os índios domesticados nas atividades habituais.

Dentre esses esboços e pinturas, o autor pintou cenas das charqueadas, da

136 DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica pelo Brasil*. Tomo I (v. II). Trad. Sérgio Milliet. São Paulo; Ed. Martins, 1940 .

137 Veio ao Brasil junto com outros intelectuais, a convite de Lebreton, na Missão Artística Francesa, a pedido de D. João VI e permaneceu durante 15 anos, de 1816 à 1831. Sua formação foi na Academia de Belas Artes de Paris. Suas primeiras obras revelam bem sua formação; porém, depois de anos, ele vai abandonando a rigidez para retratar o cotidiano do Brasil de forma mais livre. No Rio de Janeiro, fundou junto com outros artistas da Academia de Belas Artes. Pintou uma série de retratos dos membros da Família Real, diversos quadros históricos e uma infinidade de estudos e esboços da vida cotidiana, que, mais tarde seriam publicados no livro *Viagem Pitoresca e Histórica pelo Brasil*, no período de 1834 a 1839, pela firma Firmim-Didot-Frères

travessia dos rios com a embarcação “pelota” e da vida cotidiana no sul do País. Escreve:

“Percorrendo-se no Brasil a fértil província do Rio Grande do Sul, não raro entrecortada de lagos e rios, encontra-se o Rio das Pelotas, nome tirado de uma espécie de bote improvisado feito com um couro de boi e que é usado para se atravessar o rio durante as cheias”.¹³⁸

Descreve a seguir a “pelota”:

“É um couro de boi dobrado na sua largura e cozido nas duas extremidades de maneira a formar um saco mais largo do que no fundo, cuja abertura é mantida colocando-se solidamente dois pedaços de pau transversalmente. [...] Basta, portanto, o viajante sentar-se a cavalo na sua bagagem, de modo a que os pés abertos se apoiem no fundo servindo a um tempo de carga e de lastro dessa pequena embarcação improvisada [...] consiste ele em guarnecer a abertura com duas ripas muito flexíveis e cujo afastamento é mantido por uma larga travessa de madeira em forma de rabo de andorinha”.¹³⁹

Têm-se duas de suas aquarelas mostrando essa cena de travessia: na primeira, a paisagem é um rio com margens planas, vegetação de banhado e uma atmosfera com nevoeiro, tão comuns na região de Pelotas; na segunda, a cena é a mesma, porém com uma paisagem tropical, com morros ao fundo, vegetação exuberante com grandes árvores, típica de matas densas. A pessoa transportada é um viajante estrangeiro (segundo relato de Debret) guiado por um peão na travessia do rio. (fig. 17) Nota-se que o viajante é um só, está vestindo o mesmo chapéu e botas, porém este é representado totalmente vestido; o outro, seminu. O “puxador da pelota” é um negro escravo. O que muda drasticamente é a paisagem que forma o cenário, uma é fruto da paisagem natural real; e a outra, de paisagem imaginária. A paisagem tropical é resultante daquela que ele conheceu no Rio de Janeiro e que se mantinha em sua memória. Ele via a paisagem da região segundo esse olhar.

138 DEBRET, Jean Baptiste, op. cit., 1940, p. 240.

139 Ibidem, op. cit., 1940, p. 239.



Fig. 17 – Pelota

Fonte: Debret, Jean-Baptiste. Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil. Tomo I (Vol. II) . Tradução de Sérgio Millet. São Paulo: Livraria Martins, 1940 [Primeira Edição francesa: 1835].



Fig. 18 – Viajantes da Província do Rio Grande do Sul

Fonte: Debret, Jean-Baptiste. Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil. Tomo I (Vol. II) . Tradução de Sérgio Millet. São Paulo: Livraria Martins, 1940 [Primeira Edição francesa: 1835].

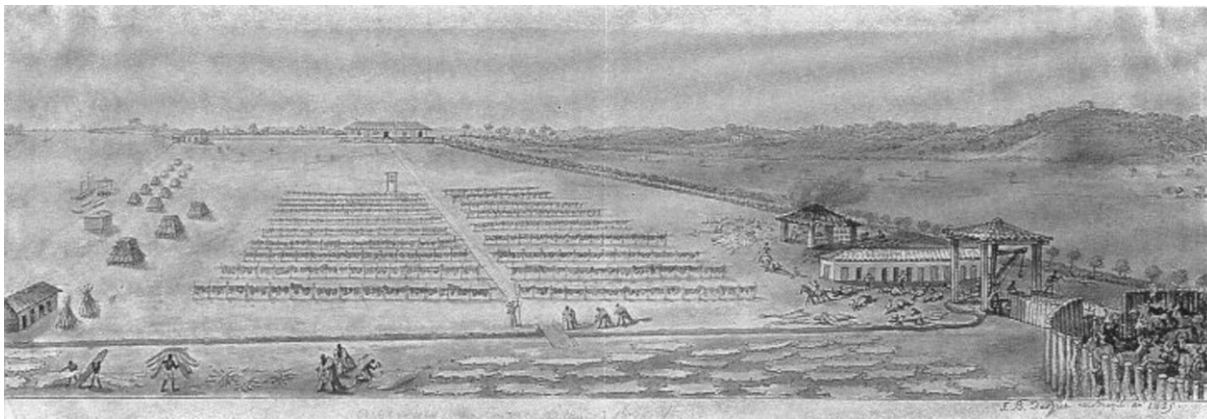


Fig. 19 – Engenho de Carne Seca Brasileira, 1825.

Fonte: (Debret, Jean-Baptiste. Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil, Raimundo de Castro Maia Editor) . Original no Museu Castro Maia/IBPC, Rio de Janeiro.

A charqueada, vasto estabelecimento em que se prepara a carne, salgada e secada ao sol, reúne dentro dos seus muros o *curral*, onde se mantêm os bois vivos, o *matadouro*, a *salgadeira*, edifício de forma oblonga, o *secadouro*, vasto campo erigido de estacas entre as quais são esticadas cordas, e as *caldeiras*, bem como os fornos abrigados sob um barracão espaçoso. Toda essa fábrica é dominada por um pequeno platô no qual se liga o edifício principal, habitado pela família inteira do *charqueadeiro*.

O curral é um cercado de seis a sete pés de altura mais ou menos, e formado pela reunião de uma grande quantidade de troncos de árvores plantados uns ao lado do outro e no qual se abre uma entrada fechada por uma porteira.

Dirigindo-nos para o lado do rio, percorremos o terreno do secadouro para onde se leva a carne depois de dois dias de salgação, sendo estendido nas cordas de couro esticadas entre as inúmeras estacas. {...} Essas pirâmides truncadas, recobertas de todos os lados por couros bem secos, servem de ponto de referência aos navegadores que desejam abastecer-se. (Debret, Jean Baptiste, p. 242-244 – Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil, Tomo I (Vol. II, Tradução de Sergio Milliet, São Paulo, Livraria Martins, 1940).

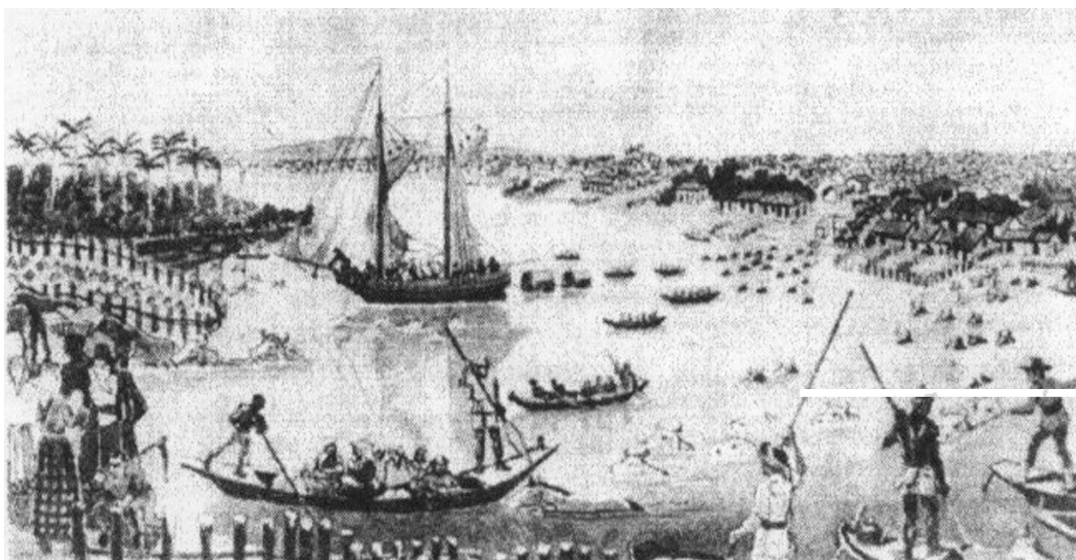


Fig. 20 – Passo dos Negros

Fonte: (Debret, Jean-Baptiste. Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil. Raimundo de Castro Maia Editor) .

Debret (fig. 18) relata também os hábitos e os costumes dos charqueadores e suas indumentárias, quando eles percorrem a galope os imensos campos que habitavam. Na pintura, a senhora está vestida à européia. Usa um chapéu de feltro, traje de amazonas, e botas com longas esporas de prata. O lenço protege a boca contra o vento durante o galope. O cavaleiro também possui trajes típicos dos senhores de posses do sul. Acompanha-o sempre o escravo, coberto com manto comum e montado numa besta. O cenário é completado por campos levemente ondulados e vegetação rala. São cenas comuns, em meio à paisagem natural. Em outras pinturas, Debret detém-se nas paisagens criadas pelo homem, com muita realidade, como na representação das charqueadas localizadas à beira de rios, de vastos campos, onde o olhar se perde no horizonte, numa tênue linha, das casas de charqueadas e da residência dos ricos senhores, do gado atravessando de um lado para outro, deixando os campos, onde viviam soltos, para o matadouro, e de peões a conduzi-los. (fig. 19)

Debret, em outra imagem pinta, o que Luccock já havia descrito: o local chamado Passo dos Negros; o vai-e-vem das embarcações na travessia do rio, por onde os negros chegavam para o trabalho escravo nas charqueadas; a vida cotidiana dos peões levando o gado; as negras com seus tabuleiros; as casas do povoado de um lado e a natureza virgem do outro. (fig. 20) Debret é sempre realista em relação à paisagem criada e imaginativo em relação à paisagem natural. Na percepção de Debret, as inter-relações sociais constituem essa paisagem, e o espaço não passa de cenário para o encontro e o confronto da sociedade. Para ele, a sociedade agia sempre sobre a natureza.

Descrevemos as primeiras impressões expressas pelos viajantes, fossem eles comerciantes, cientistas ou pintores, mas não podemos deixar de relatar alguns trechos escritos pelo comerciante português Antônio Gonçalves Chaves, que chegou ao Rio Grande do Sul em 1805, estabelecendo-se no incipiente povoado de São Francisco de Paula. Espírito culto e empreendedor, tornou-se charqueador. Foi um dos batalhadores pela fundação da Freguesia. Hospedou em 1820, em sua residência, Auguste Saint-Hilaire, a quem forneceu preciosos apontamentos referentes ao período 1805-19. Comunicava-se com Saint-Hilaire em francês e

colocou à disposição deste sua excelente biblioteca. Gonçalves Chaves¹⁴⁰ foi a primeira pessoa que organizou uma estatística do comércio de importação e exportação na Província de São Pedro, para mostrar às autoridades como era mal aquinhoadada a distribuição de graças e favores a região em comparação com outros lugares.

Em suas *Memórias Econômico-Políticas*, escreve:

“Depois de retomada a vila do Rio Grande em 1777 os espanhóis só fizeram alto além do Arroio Grande e Santa Tecla. [...] Convinha que ganhássemos força sobre o terreno desamparado pelos espanhóis e por isso os comandantes consentiam que os indivíduos que tinham posses se estabelecessem nos terrenos incultos e fossem vencendo o agreste da campina somente habitada por feras [...]”.¹⁴¹

Em outra parte do seu trabalho, ele traça um panorama sobre a nova povoação.

“Não há pessoa nenhuma que visite esta povoação sem surpresa, quando sabe que só conta oito anos desde sua fundação em um ermo sua posição geográfica é das mais vantajosas da província: não distando mais de três léguas de confluência do São Gonçalo, que comunica as duas lagoas, dos Patos e Mirim, vem a ser o centro de todo o comércio, e à proporção que as povoações do interior cresceram, ela crescerá sobre todas até ser uma grande cidade. Nas suas circunvizinhanças estão situadas 22 fábricas de carnes-secas (charqueadas) e é destes estabelecimentos que esta freguesia deriva por ora a sua maior riqueza, estabilidade e população. Já se contam dentro da povoação 217 casas, entre as quais há algumas de valor de 40 mil cruzados”.¹⁴²

Em outro trecho, ele descreve a localização da pequena Igreja Matriz:

“Lançaram-se os fundamentos da pequena igreja matriz desta

140 CHAVES, Antônio J. Gonçalves. *Memórias Econômico-Políticas sobre a Administração Pública no Brasil*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1978.

141 *Ibidem*, op. cit., 1978, p. 178.

142 *Ibidem*, op. cit., 1978, p. 179.

freguesia em 1814. [...] situado entre o pequeno rio de Santa Bárbara e o São Gonçalo, em terreno bastantemente elevado para se poderem esgotar e assear as ruas, quando haja polícia: atualmente quase todas são pantanosas”.¹⁴³

Gonçalves Chaves, morador às margens do rio Pelotas, onde estava situada a casa principal de sua charqueada, era um homem culto, grande conhecedor da região, a qual amava como se fosse sua terra natal. Mas, nos seus escritos, notamos que o mais importante para ele era, sem dúvida, a riqueza que a região oferecia, o progresso financeiro da incipiente Freguesia em relação aos demais lugares vizinhos, e o mais brilhante futuro, segundo ele, que a região teria. Não podemos esquecer que ele era antes de tudo um comerciante, e como tal o progresso econômico vinha em primeiro lugar e geraria outros progressos.

Para esses desbravadores, a luta pela posse da terra, desde o século XVIII, foi dramática, pois, primeiro, tiveram que enfrentar a luta entre espanhóis e portugueses, que só cessaria com o Tratado de Santo Ildefonso, com isso aliviando as tensões, depois a vegetação e os animais silvestres eram para eles uma ameaça constante, uma vez que no começo da colonização, tinham dificuldades para dominar esse mundo natural tão diferente da paisagem européia. Mas, como o gado nativo era abundante, em pouco tempo aprenderam um modo de viver e de enriquecer, com a criação das charqueadas.

A nova terra para estes colonizadores, no começo, era promessa de uma vida melhor, não levavam em consideração a natureza, com sua imensa bacia hidrográfica, com o verde da Serra de Tapes ao fundo, ou com as imensas planícies cobertas por uma relva que se renovava a cada chegada da primavera. O colonizador submeteu a paisagem natural a um modelo próprio de projeto espacial, condicionando não apenas a forma pela qual o sítio era transformado, como a escolha do próprio sítio. Para eles, era uma terra estranha, onde deveriam lutar e trabalhar para vencer os inimigos e a natureza e, finalmente, impor sua vontade.

Depois de lermos os relatos desses desbravadores – sejam eles escritores,

143 CHAVES, Antônio J. Gonçalves, op. cit., 1978, p. 179.

cientistas, comerciantes ou pintores – temos uma visão mais detalhada das paisagens encontradas por eles, tanto naturais como criadas (as duas estão intimamente ligadas e são inseparáveis), pois, no momento em que o primeiro homem habitou a região, essas paisagens foram modificadas e moldadas a sua vontade. Apesar das diferentes visões e formações, esses homens criaram, com seus relatos e pinturas uma paisagem em que existia muito de real e de imaginário, porém, como dissemos no começo que essas duas visões não existiam uma sem a outra, podemos afirmar que a paisagem primitiva pode estar definitivamente perdida, mas que a paisagem histórica está registrada através desses documentos, e é ela que importa para nós.

2.2 Processo de ocupação do lugar chamado Rincão de Pelotas e suas representações

“Quando, após treze anos de hostilidades, foram os espanhóis rechassados do Rio Grande (1776) e investiram e destruíram a Colônia de Sacramento, ‘ao sul de nossa mais disputada estremadura’, onde em uma phase dramática se concentravam [...] as palpitações da vida nacional, aquelle e deste lugar chegaram os ilhéus açorianos e madeirenses de que promanaram os primeiros habitantes de Pelotas.

"Sem dúvida, formamos o nosso povo com os elementos mais excellentes da península, quer da aristocracia, quer da plebe. Os açorianos pertencem à nobreza portuguesa."¹⁴⁴

Os desbravadores cruzaram o Atlântico, vindos de um velho continente para um supostamente novo, o Brasil nos séculos XVI e XVII, e para o sul no século XVIII. Conquistadores espanhóis e portugueses perceberam que, no novo continente, as cidades que eles iriam fundar deveriam nascer e crescer sob uma nova distribuição do espaço, que se enquadrasse melhor num novo modo de vida, de novos sonhos, tão diferentes das cidades orgânicas medievais, nas quais eles haviam vivido.

Não só deveriam criar esses novos espaços, como também adaptar, dura e

144 OSÓRIO, Fernando. *A Cidade de Pelotas: corpo, coração e razão*. Pelotas: Edição do Centenário promovido pelo Governo Municipal, 1922, p. 6-7.

gradualmente, os homens que nele iriam viver a um projeto de vida racionalizadora, de forma planejada, em obediência às novas exigências colonizadoras, administrativas, militares, comerciais e religiosas, as quais deveriam obedecer. E é justamente nesse novo continente, cujos valores culturais do povo nativo foram relegado, aplicando-se o princípio da *tabula rasa*, que foi possível realizar materialmente esses sonhos, criando cidades na América, nos novos moldes.¹⁴⁵

O termo mais importante de todo esse sistema é a palavra *ordem*, desenvolvida ativamente pelas três maiores estruturas institucionalizadas: a Igreja, o Exército e a Administração. O resultado, na América Latina, foi o desenho tipo tabuleiro de dama. O quadrado é um índice esquemático do cosmo idealmente representado pelo círculo. Quando a ordem foi trazida à Terra, ela assumiu a forma retangular, mas a maneira mais fácil de dividir uma gleba é o quadrado; logo este foi instituído no traçado urbano. Mais importante que o traçado era o princípio que funcionava atrás dele, através da estrutura social que ele impunha, de Portugal à América, à constituição física da cidade, para que a distribuição do espaço urbano assegurasse e conservasse a forma social. A ordem deveria ficar estabelecida antes que a cidade existisse, para impedir futuras desordens. Uma cidade, antes de sua implantação, deveria existir numa representação simbólica, através dos signos, as palavras, que traduziam a vontade de edificá-las na aplicação de normas, nos diagramas gráficos e na imagem mental dos seus fundadores.

Todo projeto pressupõe um desenho para sua viabilidade, elo entre o conhecimento da realidade e a ação, e ele se dá através de cartas geográficas, corográficas, topográficas, plantas, edificações, desenhos de vilas e de cidades inteiras, que servirão de mediadores desse processo de conhecimento. Mas mais que a estrutura geométrica das novas cidades, a estrutura econômica flutuava sobre a cultural, mantendo o poder e o desenvolvimento dos núcleos urbanos.

Esses primeiros limites do território e posteriormente da cidade chegaram até nós não só através de manuscritos, mas também de mapas e de desenhos urbanos. A cartografia, arte de representar territórios, paisagens, e cidades, é utilizada desde

145 ROMA, Angel. *A cidades das letras*. São Paulo: Brasiliense S.A., 1980.

o século XVI e foi essencial nas operações militares, na demanda de notícias, para o comércio, para nortear a ida e vinda das pessoas, dentre outras razões; foi importante também no estudo e no entendimento da evolução dos primeiros povoamentos da Capitania no Rio Grande de São Pedro, dentre eles o Rincão de Pelotas, que seria mais tarde a cidade de Pelotas e da paisagem da região que circundava esses povoamentos.

Gombrich¹⁴⁶, para explicar a instituição da paisagem como gênero pictórico, observa que a idéia ou as palavras – retóricas – relativas à paisagem sempre precederam a sua invenção como imagem. Norgate continua: “*A paisagem nada mais é que visões ilusórias, um meio de enganar nossos próprios olhos, com nosso próprio consentimento e ajuda e por estratagema de nossa própria imaginação*”.¹⁴⁷ Com essas explicações, falas de imagens paisagísticas, cartografadas, e admite-se similaridade entre elas e a pintura. Essas representações não se constituem simplesmente em mimese da natureza e, sim, numa descrição, não no sentido retórico, mas gráfico no caso dos mapas. Para Norgate, isso é descrição e não narração. Devemos também salientar a importância das paisagens urbanas, que atestavam o poder de uma comunidade e sua importância sociocultural.

Pintores como Jean Baptista Debret, D'Orbigny e Pineau, com sua formação européia, trouxeram, em sua bagagem intelectual toda uma formação de representação pictórica, em que a paisagem estava muito presente. Os desenhos e as pinturas paisagísticas, em que a terra, os costumes, o modo de viver e de habitar são expostos, serviram como balizas não só para guiar viajantes da época, mas também como documentos históricos, os quais chegaram até nós, servindo de suporte para nossa investigação.

Quando analisamos os desenhos de Goltzius e as pinturas de Jean Baptista Debret, fica bem claro que eles estavam empenhados em representar a paisagem da região com fins descritivos. A paisagem, nesse caso, enquanto gênero pictórico, é uma construção estética e convencional. As paisagens de Goltzius não marcam o nascimento do realismo, mas a transformação do modo cartográfico em

146 GOMBRICH, E. H. **Para uma História cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

147 NORGATE, Miniatura, p. 51.

representação paisagística. Dois séculos depois, Jean Baptista Debret aquarela a região das charqueadas, segundo os mesmos princípios, como também demonstram os desenhos de autores desconhecidos representando a cidade de Pelotas, com suas casas e hábitos num desenho de representação realista. Podemos observar que imagens paisagísticas foram efetuadas por artistas que estavam em viagens observando e não desenhando em cima de relatos ouvidos.

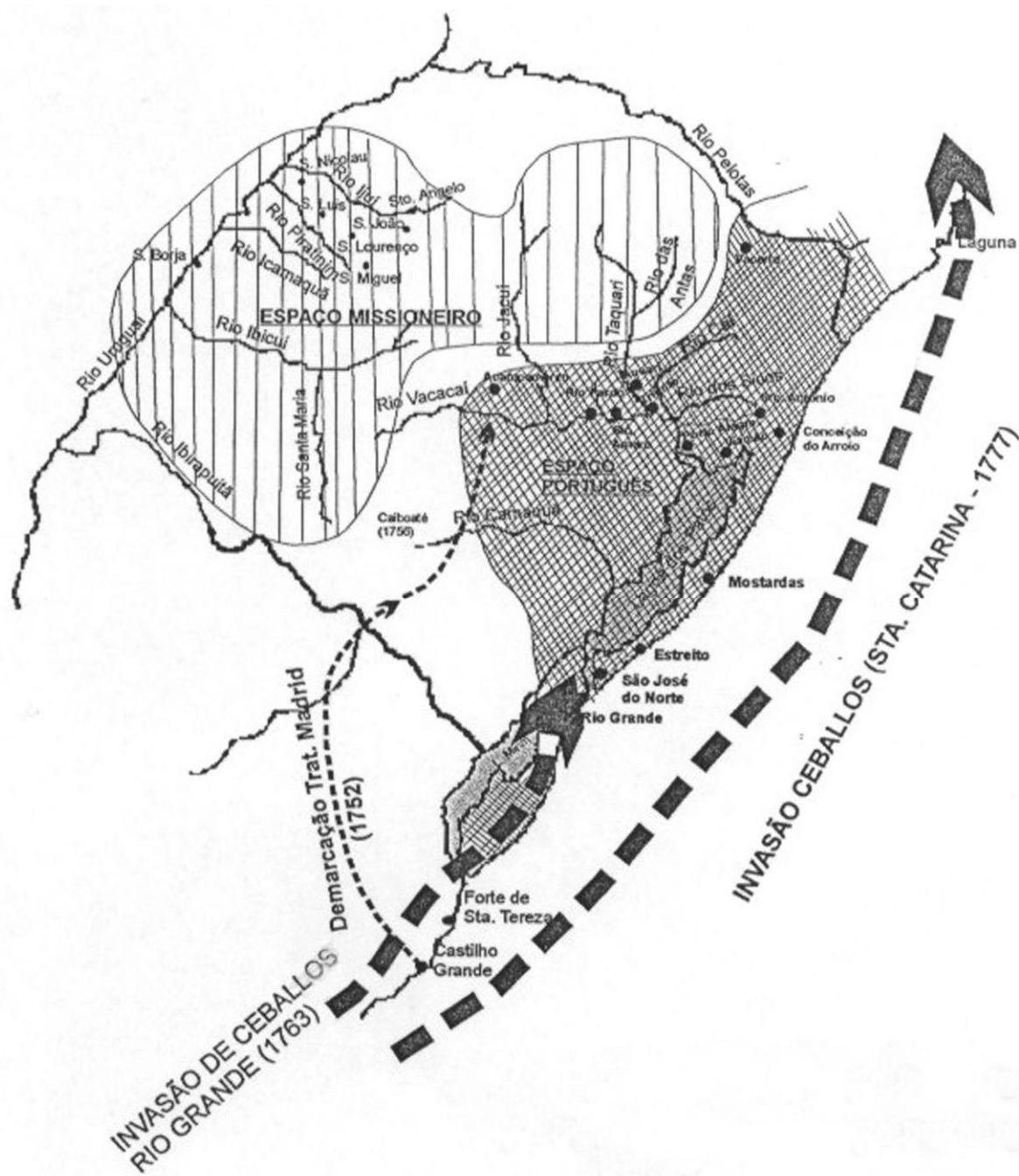
Controlar uma vasta região ainda não habitada era tarefa árdua, pois, sendo uma “área de ninguém”, facilmente abrigaria pessoas não gratas à Coroa. Além disso, as naturais dificuldades de demarcação da vastíssima área também era um problema para os mandatários.

A demarcação começou em 1784 e, em 1786¹⁴⁸, ainda se encontrava nas proximidades de Santa Tecla, chegando, no ano seguinte, ao sítio da atual cidade de Santa Maria. O período de 1771 a 1801 marcou uma relativa paz no território rio-grandense e português, o que propiciou um desenvolvimento econômico baseado no comércio de gado, couros, trigo e, principalmente, charque, este introduzido como produção sistemática nas povoações às margens do rio Jacuí e no canal de São Gonçalo, na região do Rincão de Pelotas. (mapa 1)

A planície do extremo sul do Brasil, onde se situava a região dos Campos das Pelotas, foi no século XVIII, incorporada ao domínio luso, depois da expulsão dos espanhóis.

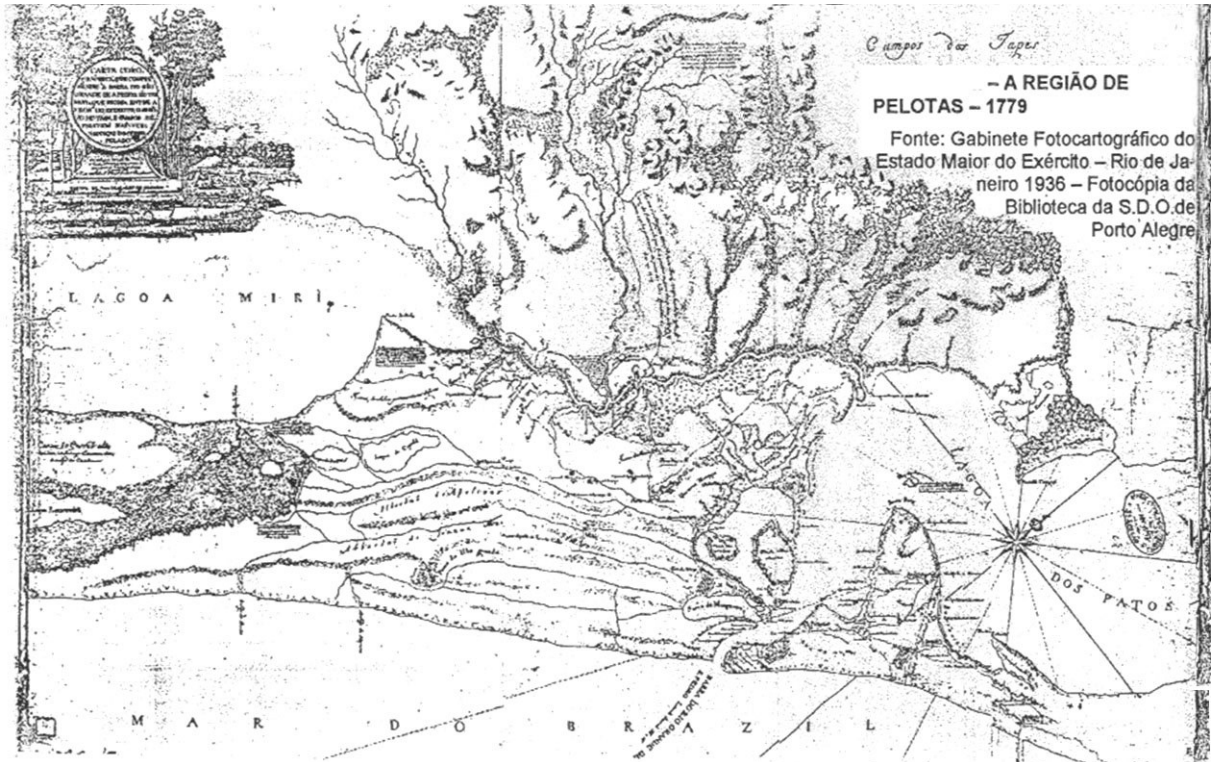
A região hoje conhecida como Pelotas era, até fins do século XVII, habitada pelos indígenas Tapes e Minuanos.

Um dos primeiros mapas da região data de 1779 e retrata não só os limites do território, o relevo da paisagem, o sistema hídrico da região, mas também a flora e a fauna, numa representação simbólica através de desenhos localizados no canto superior esquerdo desse mapa, apresentando, ainda, um texto explicativo dos limites da região, legitimando esse lugar, e, como fechamento, o desenho da Coroa Portuguesa, significando o espaço do poder do rei. (mapa 2)



Mapa 1 – Rio Grande Português – 1801

Fonte: Aurélio Porto. "História das Missões Orientais do Uruguai". Editora Selbach, 1954. 2v.



Mapa 2 – A Região de Pelotas - 1779

Fonte: Carta Corográfica elevada por Manuel Uiz do Couto Reys, Tenente de Granadeiros do Regimento de Infantaria de Santos, no ano de 1779. Copiada pelo ajudante Engenheiro José Correia Rangel em 1792. Gabinete Photocartographico do Estado Maior do Exército. Rio de Janeiro: 1936.



Detalhe do Mapa 2

A possibilidade de utilizar os mapas como fontes históricas permitiu-nos observar que a História se utilizou deles. A cartografia era, nessa época, muito utilizada, e muitas razões podem ser dadas para tal, como o emprego dos mapas auxiliando as operações militares, a demanda de notícias, o comércio e a gestão da água, e como forma de representação para mostrar o domínio de uma nação, como no caso do mapa acima descrito, ou nos mapas que demonstravam as divisões de terras, como o mapa que registra os primeiros municípios do Rio Grande do Sul.

Em 1809, pela Provisão Real, devido às invasões espanholas, às guerras guaranísticas, dentre outros conflitos, resolveu o Governo português criar quatro vilas para demarcar seu território. São elas: Rio Grande de São Pedro, Porto Alegre, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha. “*A divisão do imenso território da capitania em apenas quatro circunscrições representava, na realidade, a criação dos quatro primeiros municípios rio-grandenses*”.¹⁴⁹ (mapa 3)

O Município de Pelotas se estende das mais baixas ondulações da encosta oriental da Serra dos Tapes até a planície sedimentar da margem ocidental do Canal São Gonçalo.

A Vila do Rio Grande de São Pedro compreendia duas Freguesias, três capelas e quatro povoados, sendo um deles o de São Francisco de Paula (depois Pelotas).

Duas paisagens naturais configuram o Município de Pelotas: uma fica no final da Serra do Mar, conhecida como Serra dos Tapes, no Escudo Cristalino; a outra, na Planície Costeira, banhada pelo canal São Gonçalo e pela Lagoa dos Patos. A cidade assentou-se em um terraço plano, entre as antigas matas, no alto; e as charqueadas, nos charcos.

“A paisagem ‘serrana’, mais elevada e ondulada, corresponde à policultura e a colonização alemã, e a paisagem de ‘planície’, mais baixa e plana, que corresponde à pecuária e a orizicultura e de composição étnica variada [...] quanto ao clima de Pelotas está incluída na região do Litoral, que se caracteriza pela regularidade climática e alta

149 COSTA E SILVA, Riograndino. *Notas à margem da História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1968. p. 51.

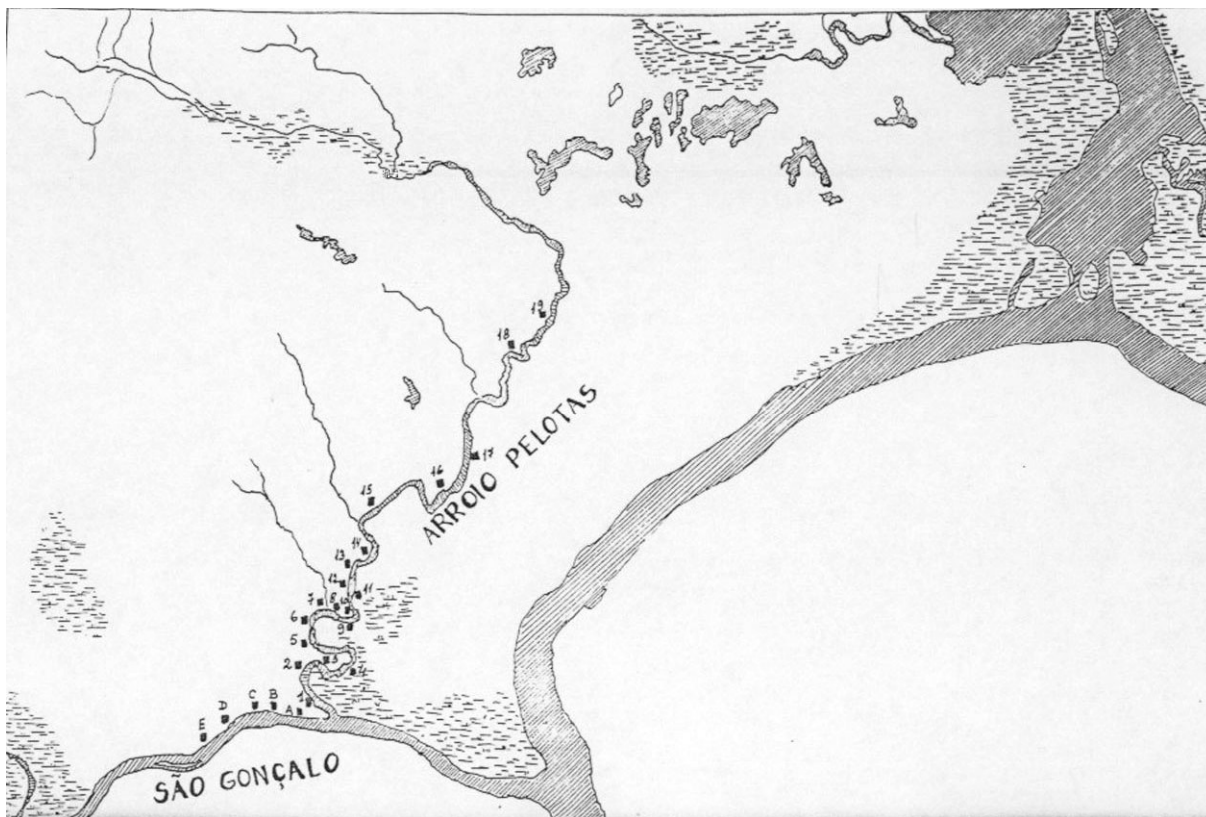
umidade atmosférica. A presença de praia lacustre e de áreas arenosas são outras características litorâneas e de Pelotas.”¹⁵⁰

O território foi dividido em sesmarias. A Capitania Rio Grande de São Pedro foi retalhada em propriedades extensas, desprezando a lei das sesmarias, que concedia três léguas de campo para cada uma. O motivo era que a grande abundância de gado requeria grandes extensões de campo. Todos queriam ser estancieiros. Às margens dos rios Pelotas e São Gonçalo começaram a se estabelecer as primeiras charqueadas, de 1779-1790, de José Pinto Martins, na divisão da Fazenda Monte Bonito, criando, assim, condições para a fixação do elemento humano e o surgimento da povoação. Logo, podemos afirmar que o sítio urbano ocorreu por motivos econômicos e não militares, como a grande maioria das cidades da então Capitania Rio Grande de São Pedro. Como predominavam na região as charqueadas, com alguma olarias e campos com cultivo de trigo e linho, o modo de vida, no início, era tipicamente rural.

Para a fixação e o funcionamento das charqueadas nessa região, foi a possibilidade de adquirir com facilidade a matéria-prima da campanha gaúcha e a facilidade de exportar os gêneros produzidos pelo canal São Gonçalo e pelo arroio Pelotas em direção ao porto de Rio Grande. Porém, com todo o desenvolvimento econômico ocorrido nas charqueadas a partir de 1780, elas continuavam a sofrer a falta de proteção Governo, agravada por uma produção, às vezes, excessiva e sem método e, ainda pela competição dos saladeiros platinos, o que levou 15 charqueadores a se dirigir em 1805, ao Senado Provincial, para reclamar a falta de incentivo ao setor. (mapa 4)

O território onde hoje é a cidade de Pelotas era a primitiva sesmaria de Thomas Luiz Osório, coronel rio-grandense, de origem fidalga, outorgada em 1758 por Gomes Freire de Andrade, então Governador do Rio de Janeiro. Em 1777, a região estava dividida em sete estâncias. A estância de Monte Bonito de Manoel Carvalho de Souza, foi a que abrigou, posteriormente, a área da atual cidade. Ao norte, ela é limitada com São Lourenço do Sul; ao sul, por Capão do Leão; a leste, com a Lagoa dos Patos e Rio Grande; e a oeste, com Canguçu e Morro Redondo, num total de

150 ROSA, Mário. **Geografia de Pelotas**. Pelotas: Ed. Universitária/UFPEL, 1985. p. 11-14.



Mapa 4 – Mapa da Região de Pelotas com a localização das charqueadas pelotenses até 1835. Reconstituição da autora.

Fonte: (Reconstituição da autora)

Rio São Gonçalo

- A – João J. Mendonça
- B – Manoel Teixeira
- C – Francisco Faria
- D – João Bittencourt
- E – José G. S. Calheca

Arroio Pelotas

- 1 – Manoel Soares da Silva
- 2 – Cipriano Rodrigues Barcelos
- 3 – José Luiz da Costa
- 4 – Antônio J. ° Castro
- 5 – Domingos José de Almeida

- 6 – Bernardino R. Barcelos
- 7 – Ignácio R. Barcelos
- 8 – Antônio Gonçalves Chaves
- 9 – Joaquim S. Assumpção
- 10 – Boaventura R. Barcelos
- 11 – José Antônio Moreira
- 12 – José Pinto Martins
- 13 – João Vinhas
- 14 – José I Bernarde
- 15 – Dr. João B. F. Mascarenhas
- 16 – Domingos C. Antiqueira
- 17 – João Simões Lopes
- 18 – Francisco P. Ferreira
- 19 – Antônio J. O. Castro

Esta nova paisagem formada por portos, pontos de passagem – inicialmente como charqueadas, pontos de pouso e mais tarde freguesia, vilas e depois cidade, e que vai sinalizar os percursos que serão assinalados e decodificados na cartografia dos viajantes e aventureiros.

3.530ha, dos quais não são ocupados 475 por serem alagadiços.

João Simões Lopes Neto¹⁵¹, num de seus artigos, descreveu a região exata onde nasceu a cidade de Pelotas como sendo o local onde foram estabelecidas as primeiras casas em meio ao planalto da extensa coxilha, marginada, a oeste, pelo arroio Santa Bárbara; ao sul, pelo rio São Gonçalo, onde veio a erguer-se, depois, a compacta edificação da área urbana atual. O primeiro núcleo urbano deu-se no espaço compreendido entre a Praça da República e a Igreja Matriz.

As charqueadas situavam-se na zona ribeirinha, sujeitas às enchentes, e o grande movimento de gado semi-selvagem, por vezes em disparadas inevitáveis, deixava vítimas fatais. Além disso os charqueadores temiam a rebelião de escravos. Esses foram os principais motivos que levaram os ricos senhores a construir novas casas em local mais alto, mais abrigado e longe desses primitivos locais.

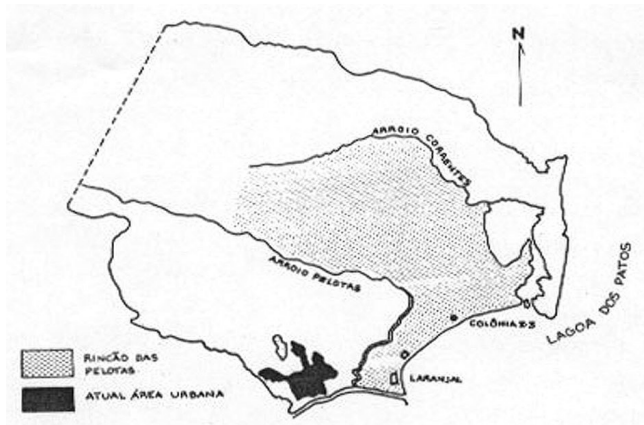
A charqueada, como atividade sistemática, firmou-se nas margens do rio São Gonçalo e do arroio Pelotas, embora tenham assumido grande importância, até a Revolução Farroupilha, os saladeiros das margens do rio Jacuí. (mapas 5 e 6)

Saint-Hilaire registra a existência de 18 charqueadas, situadas às margens do arroio Pelotas e do rio São Gonçalo. Gonçalves Chaves, cujo trabalho data da mesma época, acusa a existência de 22 charqueadas, incluindo as charqueadas de locais mais afastados, mas pertencentes à região de Pelotas.

A indústria do charque proporcionou uma concentração de riqueza nas mãos dos charqueadores, que na maioria das vezes, também eram estancieiros e, portanto, criavam o gado que serviria para as charqueadas.

Nasceu dessa riqueza, já que o charque era o maior produto de exportação do Rio Grande do Sul uma sociedade com características aristocráticas e escravajistas, onde o trabalho escravo era fonte geradora de opulência, sendo, basicamente, todo o serviço feito por negros escravos.

151 LOPES NETO, João Simões. *Revista do 1º Centenário de Pelotas*. Pelotas 1911-1912.



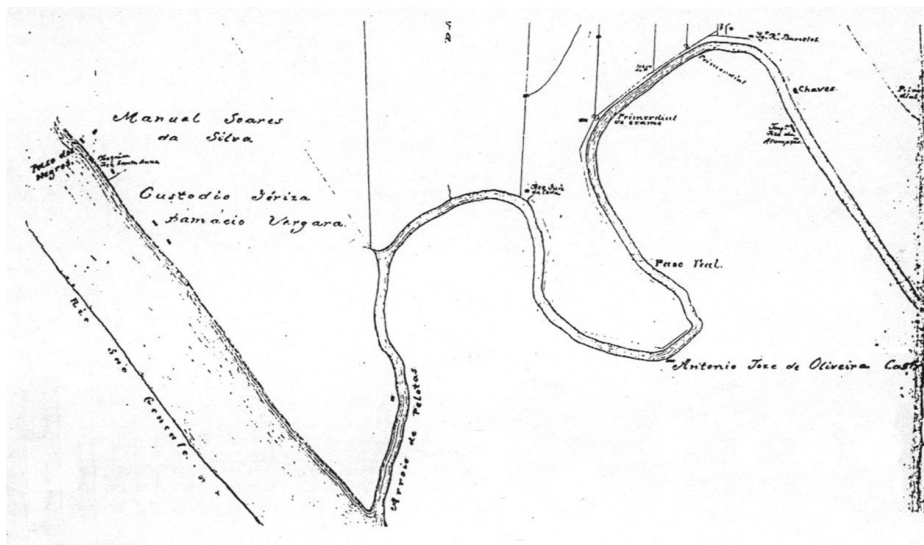
Mapa 5 – Mapa do Município, com localização da sesmaria de Tomas Osório (Rincão das Pelotas) e da área urbana atual.

Fonte: Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Sul: Um estudo sobre a história de Pelotas (1860)

Pelotas . Por carta de sesmaria do Gov. do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrada. Foi feita doação, em 1758, do Rincão de Pelotas a Thomaz Luiz Osório.

Extremado-se no sangradouro de Mirim e arroio Pelotas até topar com o arroio Correntes, e desde a Lagoa dos Patos no lugar de Canguçu.”

Primeiro trato de terra originário do município de Pelotas, “O Rincão” extremado-se no Sangradouro de Merin, nome porque era conhecido o São Gonçalo e arroio Pelotas até topar com o arroio Correntes e deste até a Lagoa dos Patos no lugar de Canguçu (Álbum de Pelotas 1922 por Fernando Osório – Pelotas, cidade em Flor 1758 – 1835, p. 8). A sesmaria tinha 5 léguas de comprimento por uma de largura.



Mapa 6 – Planta do Rio de São Gonçalo e Arroio Pelotas.

Fonte: Biblioteca Pública Pelotense, n.o 92. (Reprodução do Original)

Os charqueadores viviam uma vida de hábitos sociais aristocráticos. Havia um certo refinamento para a época, como relata José Pinto Martins¹⁵² um dos primeiros charqueadores da região. Em relação à moradia esta era construída em pedra e cal, coberta de telhas, forrada e assoalhada. O mobiliário era composto por móveis, geralmente, de jacarandá e cadeiras com encostos de palhinha, cortinado, cristaleiras de cobre e sempre havia um oratório. (fig. 21)

As charqueadas trouxeram não só a riqueza, mas também o adensamento populacional, pois cada estabelecimento contava com mais de 100 pessoas trabalhando. Os donos de charqueadas e o Governo começaram a preocupar-se com o volume de pessoas dispersas por uma área relativamente grande e a pensar na formação de um núcleo urbano. Surgiu, então, a cidade de Pelotas.

Como houve muita circulação de riquezas provenientes das charqueadas, o desenvolvimento da região deu-se de forma rápida, mas ao mesmo tempo ordenado, pois houve um cuidado na implantação da cidade, através de um traçado urbano datado de 1815 e de um código de Posturas Policiais de 1833 para regular a saúde pública, a limpeza da cidade, etc.

Antônio José Gonçalves Chaves, charqueador e morador de Pelotas, refere-se, em suas *Memórias Econômico-Políticas*, à área da Freguesia de São Francisco de Paula, que seria de 15 léguas (98km) de comprimento por 7 léguas (46,2km) de largura, bem como descreve o local onde foi iniciada a povoação: “(...) *em terreno bastante levantado para se poderem esgotar e assear as ruas, quando haja política: atualmente quase todas são pantanosas (...)*”.¹⁵³

Freguesia era um título de autonomia religiosa, pelo qual o povoado passava a dispor de uma igreja paroquial própria. Quando em 1812, conseguiram uma pequena igreja e o santo, São Francisco de Paula, desligaram-se da Freguesia e da Matriz de São Pedro, de Rio Grande, começando um processo de urbanização.

152 MARTINS, José Pinto apud OSÓRIO, Fernando. *A cidade de Pelotas*. Pelotas: Armazém Literário, 1997. p. 62-63

153 CHAVES, Antônio José Gonçalves, op. cit., 1978. p. 138.

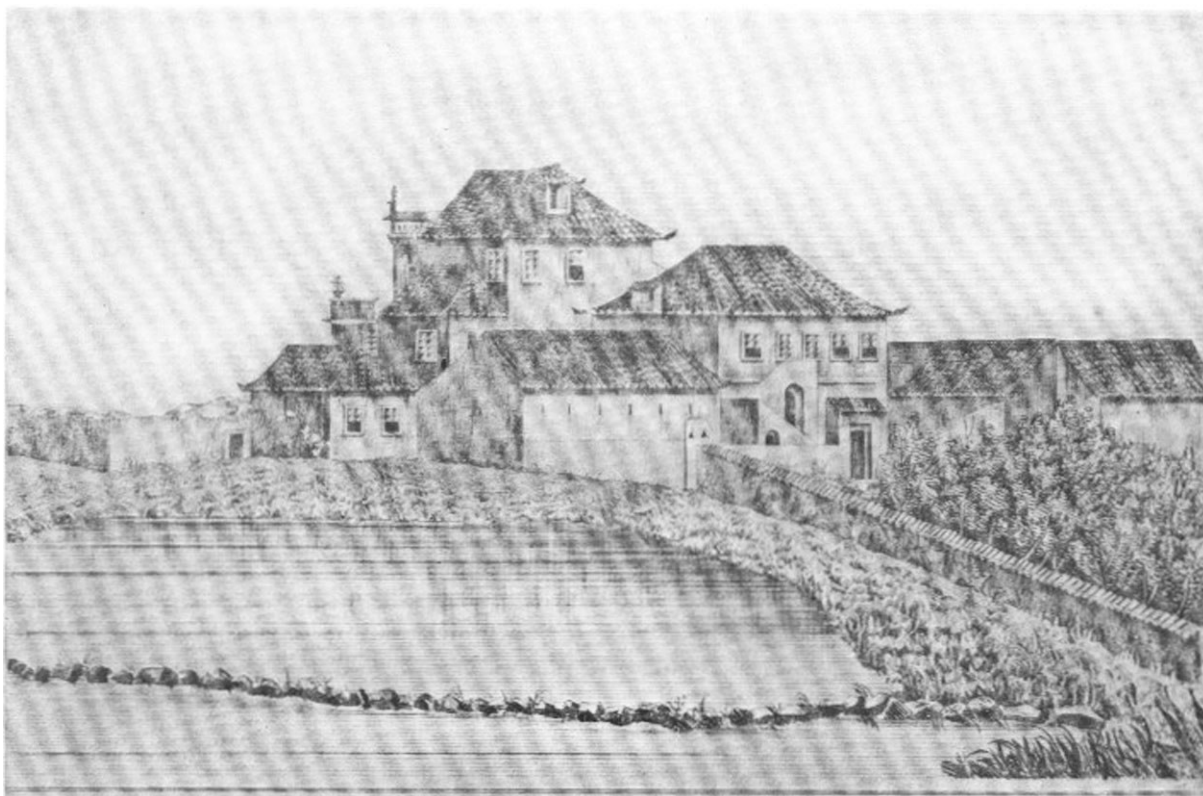


Fig. 21 – “Parte da antiga povoação de Pelotas, subindo pelo caminho do Porto”.

Fonte: De O Constitucional (Avé-Lallemant, Roberto. Viagem ao Sul do Brasil no ano de 1858. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1953. 2 vol.

Vista de casarios no começo da povoação de São Francisco de Paula, onde já se vê pujança e riqueza da freguesia pelas casas de alvenaria e cobertas com telhas de barro, com dois andares. Em primeiro plano vemos o pomar de um lado e o braço do arroio de outro.

2.3 Início da povoação em São Francisco de Paula

A fundação de vilas é parte fundamental da estratégia de posse do território da América Portuguesa. A lenta conquista de terras, onde a posse e a descoberta eram praticamente simultâneas, gerou a necessidade do estabelecimento de povoados e do controle geográfico desses lugares. As aldeias, freguesias, vilas e cidades materializavam a presença do colonizador nas novas terras pela constância com que os nomes dos santos passavam a denominar rios, baías e, principalmente, as vilas, demonstrando a preocupação não só com a posse física, mas também com a cultural, representada, em parte pela religiosidade cristã.

Até o século XVII, Portugal não tinha manifestado interesse nas terras do sul do Brasil. Porém, com o empobrecimento em decorrência da economia açucareira, começou a olhar com outros olhos o imenso rebanho “nativo” que povoava as terras do sul.

Quando o português José Pinto Martins, vindo do Ceará em 1780, fundou às margens do arroio Pelotas, a primeira charqueada, na divisão da Fazenda Monte Bonito, pertencente a Manoel Carvalho de Souza, a área já apresentava sinais de um futuro loteamento, pois, em 1758, foi assinada uma doação de terras ao primeiro donatário de Pelotas, o Coronel Tomás Luis Osório. (mapa 7)

O primeiro nome que a povoação recebeu foi Povo de São Francisco de Paula, santo cujo dia assinalara o da vitória e libertação da Vila de Rio Grande do jugo espanhol, em 1776, e da devoção dos ilhéus que estiveram em combate e que conseguiram fugir para as terras onde mais tarde seria Pelotas protegidos pela serra e pelos esteirais do rio São Gonçalo. A propriedade era incerta e precária em razão das desordens e dos arbítrios de sua concessão. Muitos proprietários de sesmarias nunca foram moradores em suas terras, chegando a conceder a mesma terra a um ou mais requerentes.

Foi em 1810 que os moradores das terras de Pelotas solicitaram a criação de uma Freguesia, pois, desde 1784, eles requeriam a sua constituição paroquial, alegando que, naquele sítio, já habitavam em torno de 150 famílias, das mais



Mapa 7 – Planta do Rio São Gonçalo, na Província do Rio Grande do Sul. Levantada e construída pelo segundo Tenente da Armada, Pedro Garcia da Cunha. 1838.

Fonte: Original na Mapoteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. (Cópia xerografada).

Monte Bonito

É de Alberto Coelho Cunha a seguinte notícia: “Entre os arroios Pelotas e Santa Bárbara, estão situados os terrenos que deviam constituir esta fazenda, que parece não ter tido, desde principio, em caracter de estância, uma existência regular. É de presumir que quando foi requerida a sua concessão, como a de um terreno baldio, por outros não habitado e nem cultivado, já nele existissem, com assento definitivo, posse e cultura, boa porção de moradores que, por livrarem-se da pressão do domínio espanhol, mais forte se exercendo no Rio Grande, para estas bandas houvessem emigrado. Por costas do Pelotas e S. Gonçalo, povoadores disseminados por terras realengas, já existiriam por então.

Manoel Carvalho de Souza pede licença para povoar e cultivar hum rincão que se acha devoluto sito a parte ocidental da Vila de São Pedro do Rio Grande, que se divide pela parte de Norte com o rio das Pelotas, pela do Sul com o Arroio de Santa Bárbara e hum Esteiral, que o forma, pela de Leste com o Sangradouro de Merim, e pela de Oeste com a Serra águas vertentes:.

O mapa nos mostra com maior detalhe o Rio São Gonçalo com seus principais pontos de ocupação de Charqueadas e Olarias, e ao alto a direita a ocupação do primeiro núcleo urbano da cidade de Pelotas, delimitada pelo Passo dos Negros a direita ou leste e a esquerda ou oeste pelo arroio Santa Bárbara e o arroio Fragata um dos mais antigos e populosos da cidade.

abastadas da fronteira, e que havia consideráveis fábricas de carne salgada, que ocupavam cada uma mais de 100 pessoas, mais os empregados no custeio do gado e na lavoura; o local escolhido ficava a 10 léguas da Lagoa Mirim.

Em 1810, o Padre Felício da Costa Pereira foi porta-voz, no Rio de Janeiro para que se criasse uma nova unidade eclesiástica e, com isso, conquistar um *status* religioso e, por extensão, político. Foram utilizados argumentos de natureza fundamentalmente econômica: “Havia dificuldades em conciliar o progresso material e as exigências do espírito”¹⁵⁴, segundo Mário Magalhães, pois os habitantes deveriam, para assistirem aos atos religiosos em Rio Grande, deslocar-se de sua região enfrentando a “Mirim caudalosa e suas margens alagadiças” e no tempo da Quaresma, estação em que havia mais trabalho na fabricação de carnes salgadas. Mas somente foi criada em 1812 com o nome de Freguesia de São Francisco de Paula, quando, então, se desligou da Freguesia e Matriz de São Pedro, de Rio Grande, porém continuando dependente como povoado da Vila e da Câmara.

O Padre Felício foi o primeiro pároco e patriarca da igreja de Pelotas, assumindo em 17 de agosto de 1812. Foi um pertinaz defensor das aspirações locais pela criação da Freguesia e o promotor da construção dessa paróquia, cabendo-lhe o prestígio de ser um dos fundadores deste sítio.

Em 1813, começou a definição da ocupação urbana de Pelotas, com a escolha do lugar onde deveria ser erguida a igreja do santo padroeiro.

O primeiro cronista de Pelotas, Vieira Pimenta, descreveu:

“Anuindo o dito, colônia (homem que possuía a imagem de São Francisco) ao pedido de dona Florência Maria do Pilar e outros, o Reverendo Vigário, junto com José Gonçalves Silveira Calheca, marido da dita senhora, foram no ano de 1813 a Mostardas no iate Argelino, de propriedades do mesmo Calheca, para trazerem o santo, que com efeito veio e desembarcou na charqueada do Calheca e dali veio para a casa do Vigário, onde o reverendo Felício fazia os atos do seu ministério, até

154 MAGALHÃES, Mário. *Opulência e cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a História de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas: UFPEL, 1993. p. 24

que, em solene procissão, foi conduzido em andor à igreja por maiores da terra”.¹⁵⁵

Enquanto não determinavam o local da futura vila, serviu interinamente de igreja paroquial o Oratório de Nossa Senhora da Conceição, existente na fazenda do Serro de Sant’Anna do Pavão, de propriedade do Padre Dr. Pedro Pereira da Costa, conhecido como Padre Doutor¹⁵⁶, figura tradicional na formação da cidade de Pelotas. Ele era tio do Padre Felício da Costa Pereira.

Na residência do Padre Felício, situada no Sítio dos Coqueiros, um rancho coberto de palha, foi instalado o altar para o santo, até o final do ano de 1813, quando foi transportado para a capela ainda inacabada, onde hoje está localizada a Catedral.

Sabemos que no Brasil e na América Espanhola, o local onde é erguida a igreja é onde estão localizadas a administração, o poder econômico, onde se localizam as melhores casas e a praça principal, configurando, assim, a cidade.

“[...] Se deu a ocupação principal, onde se privilegiou a área dos terraços, guardada das cheias dos cursos de águas locais. Foram justamente estes cursos de água, o canal São Gonçalo, o Arroio Pelotas e o Santa Bárbara, responsáveis pelo desenvolvimento de um progresso comercial muito grande. Exatamente na coxilha que fica limitada por estes três cursos de água veio a se formar, mais tarde, a cidade.”¹⁵⁷

Surgiram três locais para a implantação da igreja: no Laranjal, em terras da viúva Isabel Francisca da Silveira; na lomba onde está hoje o Instituto Nossa Senhora da Conceição, na mesma direção norte-sul onde se situa hoje a principal praça de Pelotas, fundada a partir da segunda metade do século XIX; ou no lugar onde hoje está a Catedral, local este vencedor, pois teve o apoio do Padre Felício e do Capitão-Mor Antônio dos Anjos.

155 PIMENTA Viera apud Fernando Osório. **A Cidade de Pelotas**. Pelotas: Armazém Literário, 1997. p. 70.

156 OSÓRIO, Fernando, op. cit., 1997, p. 69.

157 VIEIRA, S. Gonçalves, PEREIRA, O. Ferreira, TONI, J. Silvano. **A evolução urbana de Pelotas: um estudo metodológico**. In: História em Revista. publicação do Núcleo de Documentação Histórica da UFPEL, Pelotas nº 1, Setembro/1994, p. 26.

O terreno onde foi construída a igreja situava-se entre o pequeno rio Santa Bárbara e o rio São Gonçalo, a mais ou menos 1.300m de confluência daquele. O terreno pertencia ao Capitão-Mor Antônio Francisco dos Anjos. Logo depois do lançamento da pequena capela, formou-se, ao seu redor um pequeno grupamento urbano, distendendo-se pelas terras de Dona Marianna Euphrasia da Silveira.

As terras do Capitão destinadas à povoação perfaziam um total de aproximadamente de 2.25ha. Ele doou os terrenos para a construção da capela e da casa do pároco; e Dona Marianna, os terrenos para a futura praça, as áreas para a Intendência, e para a Biblioteca e uma área contígua para a futura Igreja Matriz, que chegou a ser projetada mas nunca executada. A área pertencente a Dona Marianna tinha em torno de 315ha. (mapa 8)

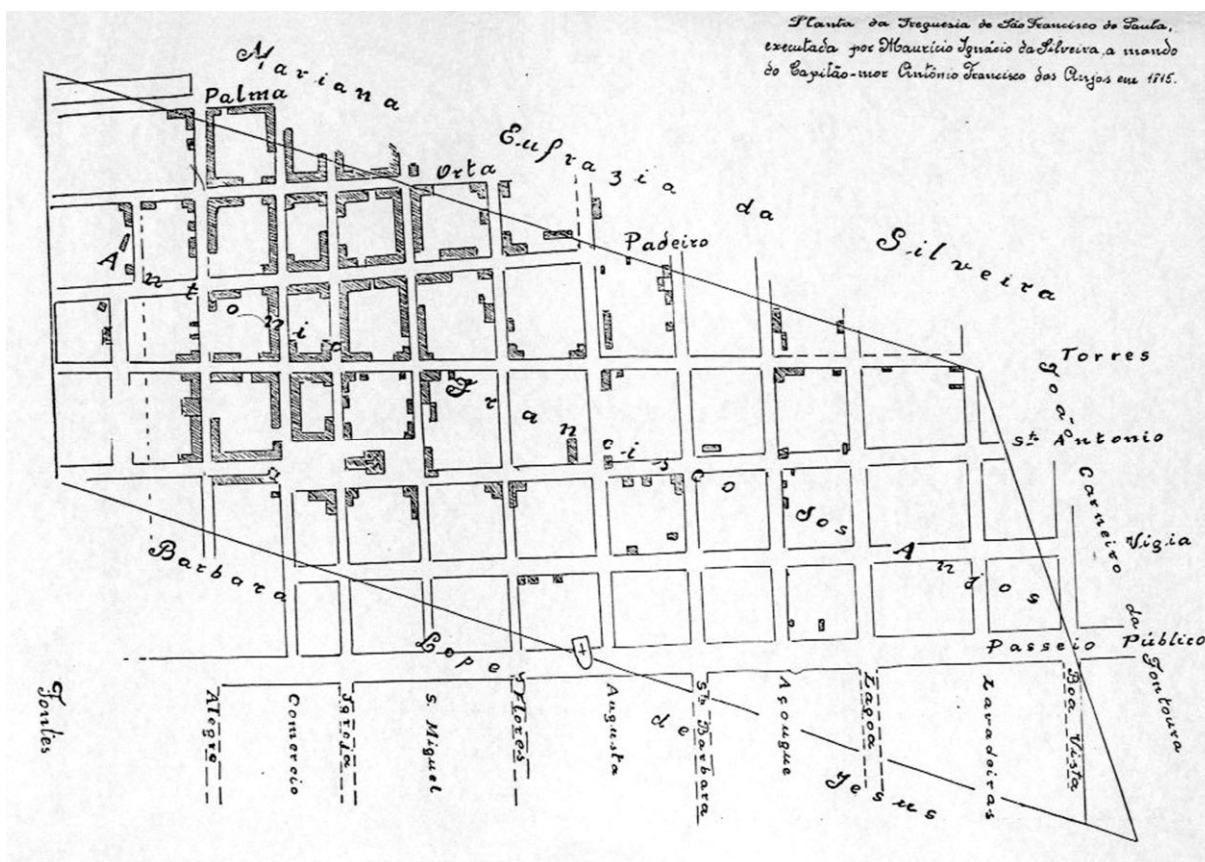
Existiam espalhados pelas terras junto ao núcleo urbano os chamados “arraiais”, ou seja, aglomerados de poucas casas em função de interesses comuns ou das charqueadas, entre eles, o mais importante era o Passo Rico, mais tarde chamado Passo dos Negros, representado em uma aquarela por Debret, onde o gado atravessava o rio, onde de um lado era o campo, para o outro lado, onde estavam as charqueadas, que naquele passo eram vadeadas. Os charqueadores também tinham que atravessá-lo, pois ou moravam na vila de São Pedro, ou tinham ali a sua sede de exportações, forçados a trânsito contínuo entre ela e seus estabelecimento em Pelotas. Essa travessia era paga, o que gerava muito descontentamento. (fig. 15)

Antunes Maciel acrescenta que o Passo dos Negros era o arraial mais importante da Freguesia e constava nos arquivos da Intendência planta dele, no livro cadastral, com arruamento oficial. (mapa 9)

Em 23 de dezembro de 1813, em solenidade, foi São Francisco de Paula instalado na sua igreja e proclamado padroeiro da Freguesia que levou o seu nome, “(...) *sobre imensa chapada, então triste e solitária, mas que haveria de se cobrir de casario e ser, um dia, um formigueiro humano laborioso e progressista*”.¹⁵⁸

Em pouco tempo a Paróquia de São Francisco de Paula progrediu, sendo sua

158 OSÓRIO, Fernando, op. cit., 1997, p. 80.



Mapa 8 – Planta da Freguesia de São Francisco de Paula, executada por Maurício Ignácio da Silveira, a mando do Capitão-mor Antônio Francisco dos Anjos, em 1815.

Fonte: Biblioteca Pública Pelotense, n.o 92. (Reprodução do Original).

A Paróquia e o agrupamento urbano – Igreja e povoado – estabeleceram-se em terras do capitão-mor Antônio Francisco dos Anjos, que os negociou em forma de lotes urbanos, constituindo uma espécie de quadro, em quase perfeito xadrez, que se mantém até hoje e que serviu de padrão, pelo tempo afora, para todos os outros quarteirões do centro da cidade. (Mário Osório Magalhães, p. 27) – *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: Um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)*, Ed. UFPEL, 2ª edição, 1993, Pelotas 312 p. il.

Em 20/05/1815 estes lotes urbanos foram concluídos a sua medição judicial e constituíam-se por 12 ruas longitudinais (norte/sul) e por 7 transversais (leste/oeste) nas quais estavam incluídas as que ficavam adjacentes a Igreja Matriz.

Ruas da Freguesia - Longitudinais

Denominação em 1815	Denominação Atual
Da Boa Vista	Marcílio Dias
Das Lavadeiras	Prof. Araújo
Da Lagoa	Santos Dumont
Do Açougue	Barão de Santa Tecla
De Santa Bárbara	Marechal Deodoro
Augusta	General Osório
Das Flores	Andrade Neves
Seu Miguel	Quinze de Novembro

Denominação em 1815

Da Igreja
Do Comércio
Alegre
Das Fontes

Denominação Atual

Anchieta
Félix da Cunha
Gonçalves Chaves
Almirante Barroso

e as 7 transversais (leste/oeste)

Denominações em 1815

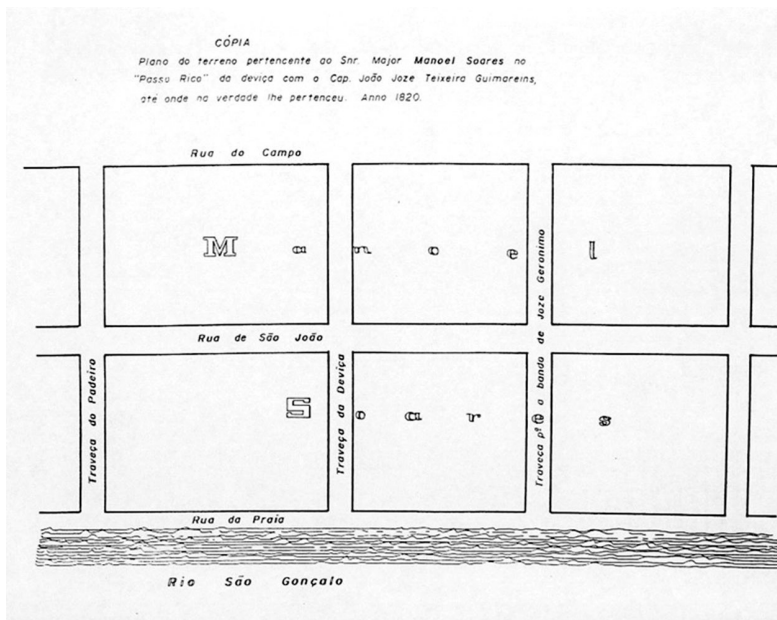
Da Palma
Da Horta
Do Padeiro
Do Torres
Sto. Antônio
Da Vigia
Do Passeio

Denominação Atual

General Neto
Voluntários
Dr. Cassiano
Major Cícero
Senador Mendonça
General Argolo
Av. Bento Gonçalves

(Mário Osório Magalhães – Os passeios da Cidade Antiga, 2ª ed. Armazém Literário , Pelotas, 2000, 102 p.

A igreja da Matriz já estava localizada entre as ruas São Miguel, rua da Igreja no sentido longitudinal e pela rua Sto. Antônio, na transversal. O local da praça da Matriz também está delimitada pelas ruas da Igreja e do Comércio, longitudinalmente e pela rua Sto. Antônio transversalmente.



Mapa 9 – Plano do terreno pertencente ao Sr. Major Manoel Soares no “Passo Rico” da devição com o Cap. João Jozé Teixeira Guimareins, até onde na verdade lhe pertencer. Anno 1820”..

Fonte: Biblioteca Pública Pelotense, n.o 92. (Reprodução do Original).



Fig. 22 – Cenas da vida cotidiana no Passo dos Negros, 1825.

Fonte: (Debret, Jean-Baptiste. Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil, Raimundo de Castro Maia Editor) . Original no Museu Castro Maia/IBPC, Rio de Janeiro.

Rente ao Rio São Gonçalo há um sólido mangueirão, onde se junta o gado que está para atravessar e de onde sai uma dupla paliçada tosca que forma uma espécie de caminho conduzindo para dentro do rio até o ponto em que o gado perde o pé [...]. Uma vez transposto o São Gonçalo, encontra-se rumo ao norte e entre o Passo dos Negros e a Lagoa dos Patos, uma vasta extensão de terreno pantanoso, formado pela acumulação dos sedimentos de muitas eras. Em meio destes atoleiros existem várias casas e algumas estâncias, entre as quais a Fazenda de Pelotas, que se diz ocupar dez léguas quadradas (Luccock, p. 141-142)

Descrição de John Luccock sobre a região das Charqueadas e aquarelada por Debret.

Motas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil tomadas durante uma estada de dez anos nesse país de 1808 a 1818. Tradução de Milton da Silva Rodrigues, 2ª ed., São Paulo, Livraria Martins Editora, 1951.

população avaliada em 2.419 almas, tornado-se a mais próspera Freguesia da Capitania. Como houve muita circulação de riquezas, provenientes das charqueadas, o desenvolvimento da cidade deu-se de forma rápida, mas ao mesmo tempo ordenada, pois houve um cuidado na sua implantação, através de um traçado

urbano datado de 1815 e de um código de Posturas Policiais, de 1º de fevereiro de 1833, que se referia à Saúde Pública, como a higiene de terrenos, o controle de fábricas no que pudessem provocar insalubridade, o controle de cemitérios, a limpeza de praças e ruas, a manutenção de estradas, pontes e polícia nos mercados e casas de negócios.

Em 7 de dezembro de 1830, por decreto, a Freguesia foi elevada à Vila. Decorridos 18 anos da criação da Freguesia, como parte integrante do Município de Rio Grande, competia ao Conselho Geral da Província a conveniência de emancipar Pelotas, elevando-a à categoria de Vila, o que gerou grande descontentamento por parte da Vila de Rio Grande, que lutou para a anulação do decreto que promulgava o desmembramento. Isso durou quase dois anos, e, em princípio de 1832, foram removidos os entraves à realização das aspirações do povo da Freguesia. Em sete de abril, data da abdicação do primeiro Imperador, foi o dia escolhido para a solenidade de inauguração do município. Foi ela realizada ao ar livre, na Praça da Regeneração, perante uma multidão, onde estavam presentes os mais ilustres representantes da Freguesia, testemunhas oficiais do levantamento do Pelourinho, emblema da autonomia que era concedida ao Distrito, cravado sobre a face sul da Praça, fronteira à casa onde devia ser instalada a Câmara Municipal. Era o Juiz de Paz da Freguesia o Sr. Manuel Pinto de Moraes, e o Distrito tinha como seu representante na Câmara Municipal da Vila de Rio Grande o Vereador Antônio José Gonçalves Chaves.

Em 1834, já havia um movimento para conseguir que a Vila de Pelotas passasse para a mais alta graduação, ao *status* de cidade. Com esse feito, a Câmara Municipal mandou fazer um levantamento, acompanhado de memorial, de como a Vila era próspera e de rápido crescimento populacional e econômico e comparou-a com a Vila de Rio Grande, à qual ainda era subordinada. O ato teve êxito e, em sessão de 17 de junho de 1835, o Deputado Francisco Xavier Ferreira mandou a

mesa a seguinte emenda: *“as Vilas de São Francisco de Paula e Rio Grande ficam elevadas à categoria de cidade, com a denominação de cidade de Pelotas a primeira e cidade de Rio Grande a segunda, e terão todos os foros e prerrogativas das outras cidades do Império”*¹⁵⁹. Nascia, assim a cidade de Pelotas, que levou pouco mais de 20 anos para passar de simples Freguesia com poucas casas baixas e uma modesta capela, para uma vila próspera e suntuosa, composta por edifícios ornados com luxo europeu.

A cidade não parou de crescer¹⁶⁰ e nesse período tendeu a se aproximar do rio São Gonçalo. Quando foi construído o cais às margens desse rio, com o qual já estava ligada pelo porto onde as embarcações descarregavam as mercadorias. Pelo Passo Rico ou Passo dos Negros, subúrbio da cidade, Pelotas já tomara lugar entre as cidades mais asseadamente edificadas do Brasil e poderá ser contada como uma das mais importantes praças de comércio desse período.

2.4 O progresso chega a Pelotas

2.4.1 Espaços urbanos públicos de Pelotas

“O progresso de Pelotas é aliás um reflexo do desenvolvimento intenso do país, sob o benefícios do sistema político implantado em 89; devemos, entretanto, as honradas administrações republicanas, que se não sucedida aqui, o resoluta e decidido desbravamento do terreno em que se manifesta de modo deverás admirável [...] E é aqui, entre flores e aromas, que se finda a chronica, pallido penhor do nosso desvanecimento pelo – progresso de Pelotas na actualidade”.¹⁶¹

“A configuração de uma praça não se metamorfoseia com a lenta deterioração de uma de suas edificações ou com sua demolição parcial e reconstrução de outra com aparência similar. É necessário que a aparência de todos seja alterada, assim como o seu desenho, paisagem, mobiliário”.¹⁶²

159 Consta no livro de Registro de Atas da 1ª Assembléia Legislativa Provincial de 18 de maio de 1835.

160 DREYS, Nicolau. **Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul**. Porto Alegre: Ed. Globo, 1961.

161 Escrito numa crônica “*Progresso de Pelotas*” de autor com as iniciais A. H. no Almanach de Pelotas de 1916, p. 227.

162 MELLO, J. A. Gonçalves. **A cartografia holandesa do Recife: estudo dos principais mapas da cidade no período de 1631-1648**. Recife: PHMQ, 1976, p. 15..

Um núcleo consolida-se como cidade quando implanta um lugar para sua praça, e ao seu redor são edificados prédios com as funções de prestígio político, social e religioso. A praça é o centro da vida da comunidade, e, portanto, os mais importantes acontecimentos são ali realizados, tornando-se espaço vital de um núcleo. Não podemos analisar as praças sem analisarmos o contexto urbano no qual estão inseridas.

Segundo Murilo Marx¹⁶³, as cidades coloniais brasileira foram fundadas a partir da doação de uma área de sesmarias, com a edificação de uma capela para um santo, que teria seu nome dado ao povoamento, em seu louvor. O santo escolhido foi o de São Francisco de Paula, dando o seu nome a povoação que atualmente é a cidade de Pelotas.

Segundo Gilberto Yunes,¹⁶⁴ a adoção de traçados reticulares no Rio Grande do Sul deu-se no século XX, na formação das cidades; Pelotas tem o traçado reticular e é considerada uma cidade de capela, isto é, originária do parcelamento de terrenos em áreas de sesmarias, por iniciativa de particulares. Os proprietários de terras doavam terrenos para a construção de uma capela e depois vendiam os lotes vizinhos para a formação do povoamento.

Quando observamos os conceitos e as regras diversas no universo colonial português referentes ao traçado e aos usos das cidades, podemos verificar que Pelotas obedece a quase todas as regras.

Uma regra fundamental é que apenas a urbe com cátedra episcopal tinha a categoria de cidade; as outras, maiores ou não, mais importantes ou não, mas que não possuíam cátedra, eram, por regra, consideradas vilas.

Pelotas passou por todo esse processo, desde que se constituiu como povoado em 1815, até atingir o status de cidade em 1835.

A caracterização espacial da cidade e sua estruturação obedeceu a regras bem

163 MARX, Murilo. **Cidade no Brasil em que termos?** São Paulo: Studio Nobel, 1999.

164 YUNES, Gilberto Sarkis. **Cidades Reticuladas: a persistência do modelo na formação urbana do Rio Grande do Sul.** São Paulo: Tese de Doutorado/FAU/USP, 1995.

definidas quanto ao traçado urbano. Via de regra, eram traçados perfeitamente regulares, em xadrez, salvo se a topografia e o terreno não o permitissem. A vontade de ordenação e a busca de decoro urbano faziam parte, desde o início, das ações dos colonizadores. Temos exemplos por todo o Brasil, do norte ao sul, de traçados regulares; como o de São Luís do Maranhão, núcleo urbano do século XVII, passando por Parati, e ao sul o de Pelotas.

A caracterização espacial de tipos urbanos como das ruas, travessas, largos, praças, praça-adro, ou de simples elementos como chafarizes, fontes, aquedutos, obedece às regras de hierarquização dos espaços, bem como à estruturação cadastral dos quarteirões. A hierarquização rua/travessa, provavelmente, tem uma origem comum aos modelos de povoamento medieval europeu. Advém da consolidação de um tipo de lote, profundo e estreito, o qual, em conjunção com os limítrofes, como que em círculo vicioso, amplia essa hierarquia. As casas ocupavam toda a frente dos lotes no sentido norte-sul, ou seja, as longitudinais eram as de maior gabarito, com calçadas mais amplas e casas de pessoas de maior poder aquisitivo, da elite pelotense, as ruas no sentido transversal, ou vulgarmente tratadas de travessas, eram estreitas, sentido leste-oeste, e as casas eram modestas, habitadas por famílias de baixo poder aquisitivo, como lavadeiras, empregadas do comércio, etc.

Esse tipo de ocupação deu origem a uma extraordinária densidade e seriação das frentes urbanas dos quarteirões. Os fundos dos lotes eram de uso agrícola, os denominados quintais, invariavelmente impostos a todos os lotes, por quase todas as cartas de fundação das cidades do Brasil. Outro fator relevante era a relação de direta proporcionalidade entre as dimensões do lote e a volumetria das edificações e dos elementos arquitetônicos compositivos.

Os monumentos têm um papel importante na estruturação dos assentamentos urbanos. São eles: igrejas, casas de câmara e cadeia, portas, as praças-adros, as ruas (“direita, novas”) que obedecem a um traçado e que configurarão as cidades. Mas devemos observar que mesmo já tendo um traçado pré-concebido de assentamento, através de um sistema completo de traçado e organização, ele poderá mudar pelo interagir dos agentes no processo de sua implantação e

consolidação, como no caso da localização da Igreja Matriz em Pelotas.

No século XVIII, foi encaminhada ao Brasil uma determinação específica para as disposições urbanas, com o título de Provisão Real, e enunciava:

“Para o centro e logradouro público de cada lugar se destinará meia légua em quadro, e as demarcações destas porções de terra se fará por onde melhor o mostrar e permitir a comodidade do terreno não importando que fiquem em quadrados, contando que a quantidade de terra seja a que fica dita. No sítio destinado para o lugar se assinalará um quadrado para a praça de quinhentos palmos de face (110m), e em um dos lados se porá a Igreja, a rua ou as ruas se demarcarão ao cordel a largura ao menor de quarenta palmos (8,80m), e por elas e nos lados da praça se farão as moradas com boa ordem, deixando umas e outras e para trás lugar suficiente e repartido para quintais atendendo assim ao cômodo presente como a poderem ampliar-se as casas para o futuro”.¹⁶⁵

Além do tamanho determinado por lei, o uso é outra característica das praças de origem portuguesa, pois são locais de passagem e de articulação da população.

A estruturação das cidades construídas por portugueses obedeceu, portanto, a uma série de regras funcionais e que definem as singularidades acima descritas, capazes de caracterizar os tecidos urbanos coloniais, como as ruas "direita, nova, de cima ou de baixo". Largos, praças e rossios são constantes no tecido urbano de matriz portuguesa e qualificam a paisagem desses assentamentos.

Em meados do século XIX, as recentes vilas criadas no sul adaptaram-se às novas forma urbanas impostas pelo regimento de 1747.

“As cidades vão ter os cuidados de modernização, predominantemente a partir da metade do séc. XIX. Seja nas expansões dos núcleos iniciais ou nas sedes de novas cidades, persistiu o uso da quadrícula e o agrupamento da igreja e dos edifícios

165 CABRAL, Osvaldo Rodrigues. **Assuntos insulamos: contribuição ao estudo do povoamento de Santa Bárbara por casais açorianos.** Florianópolis: Prefeitura Municipal, 1948.

institucionais ao redor da praça.”¹⁶⁶

Essa cultura urbanística é comum em todo o Brasil e pode esclarecer o fato da existência de traçados tão parecidos em pontos tão distantes do território brasileiro, pois eram feitos geralmente por engenheiros militares, considerados a elite do pensamento técnico-racionalista e adeptos da filosofia ilustrada. Foram os grandes propagadores das idéias iluministas no Brasil, através da racionalidade, ortogonalidade e padronização de seus traçados a serviço da beleza das cidades e do bem-estar dos habitantes.

Na formação do núcleo urbano da Freguesia de São Francisco de Paula e sua concretização como cidade no início do século XIX, vimos o surgimento de lugares físicos típicos das cidades portuguesas – a igreja e a praça, o espaço do mercado atrás das mesmas, o traçado xadrez, o lote individual era importante, com a construção ocupando toda a frente numa arquitetura de volumes retangulares, puros e simples, onde o sentido simbólico das construções não existia, somente quando necessário para diferenciar o público do privado, e a fachada das casas era importante como status social. As praças pelotenses (com exceção da Praça da Matriz) surgiram através de operações de substituição de um, dois e até quatro quadros inteiros.

“Em meados do séc. XVIII, a administração colonial, em um quadro político formado pelas idéias do Iluminismo, passou a aplicar no Brasil políticas urbanísticas de controle mais amplo e diversificado, que incluíam também a padronização das fachadas, com normas técnicas que se assegurassem, nas ruas e praças, uma aparência semelhante à das cidades portuguesas. As casas deveriam ter todas as mesma altura em suas fachadas, com portas, janelas e arremates dos telhados sempre alinhados, de modo que se produzisse a aparência de um conjunto, ainda que as unidades fossem produzidas em diferentes momentos”.¹⁶⁷

Nos desenhos dos primeiros traçados da cidade, estão representados os

166 YUNES, Gilberto Sarkis, op. cit., 1995, p. 29.

167 REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2000. p. 67.

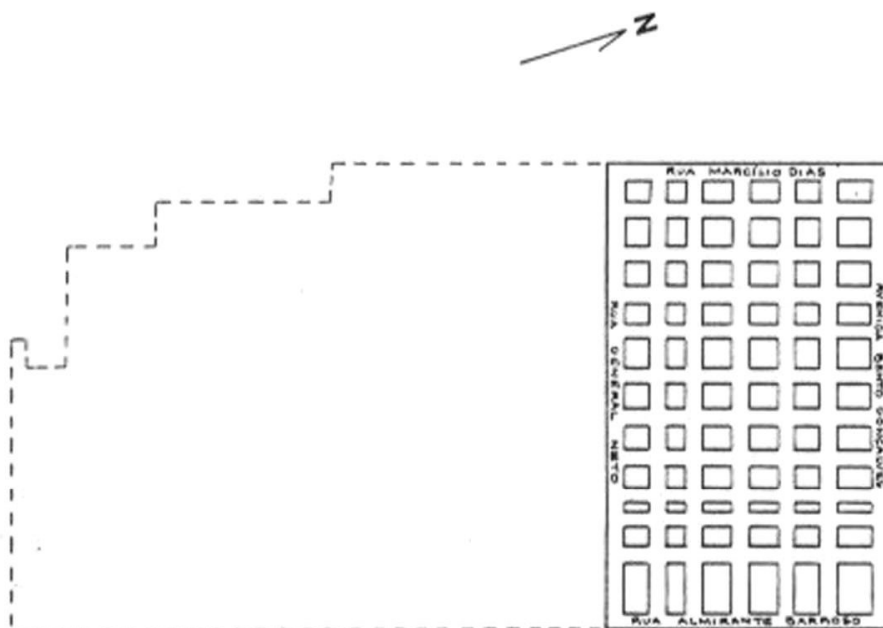
princípios espaciais e estéticos que orientaram a concepção da cidade, no caso planejada, e a arquitetura civil, na qual a simetria era sinônimo de “boa ordem”. O cuidado com o desenho era com a simetria do traçado e a harmonia das edificações, refletindo a cultura do seu povo e facilitando a boa ordem pública.

No seu primeiro traçado de 1815, a igreja e o povoado estabeleceram-se em terras do Capitão-mor Antônio Francisco dos Anjos, que as negociou em forma de lotes urbanos, constituindo uma espécie de quadro em quase perfeito xadrez, que se mantém até hoje e que serviu de padrão para todos os quarteirões do centro da cidade. Em 20 de maio de 1815 estes lotes urbanos foram concluídos com a medição judicial e constituíam-se por 12 ruas longitudinais (norte-sul) e por 7 transversais (leste-oeste), nas quais estavam incluídas as que delimitavam o espaço urbano ocupado pela Igreja Matriz e o adro da igreja e que seria mais tarde a Praça José Bonifácio, primeira praça da cidade. O traçado foi feito por Maurício Ignácio da Silveira. Nessa época, a cidade já contava com uma população de 2.419 almas.¹⁶⁸

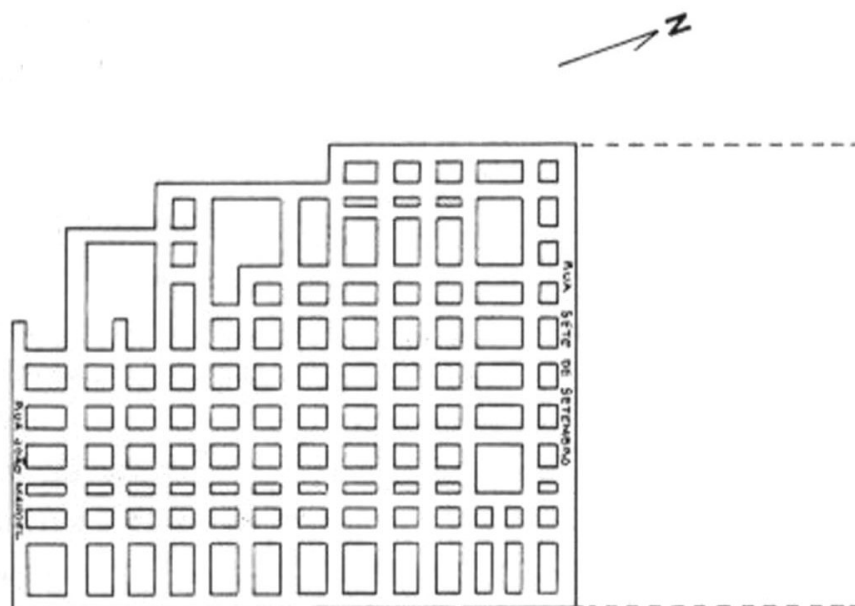
No quarteirão destinado à igreja, havia uma área livre na frente, que seria o adro da igreja, e, nos fundos, na pequena pracinha, em 1820, foi instalado o cemitério; a área foi murada e foram construídas catacumbas ao longo dos muros para evitar os sepultamentos dentro do templo. O cemitério existiu até 1825; depois, para evitar epidemias, foi fechado e feito um jardim no local. (mapa 10)

A “Pracinha da Matriz”, como era chamada, foi a primeira praça de Pelotas. Em 1834, a Vila de São Francisco de Paula começou a ter vida legislativa própria, quando passou a vigorar o Código de Posturas aprovado pelo Conselho Geral e mais elaborado do que o primeiro de 1829. Diversos artigos, mais minuciosos foram abordados, como a preocupação dos limites urbanos, o esgotamento dos pântanos, o tapamento de terrenos abertos, a saúde pública, os cemitérios, o nivelamento e o alinhamento de ruas, a limpeza das ruas e das praças. Percebe-se nitidamente a preocupação com a conduta moral dos cidadãos, a higiene, a saúde pública e os espaços urbanos, que ganharam uma importância fundamental no bom andamento da cidade. As praças começaram a ser tratadas e saneadas, e, evidentemente, a

168 MAGALHÃES, Mário Osório, op. cit., 1993.



- Planta do centro urbano, com a localização dos limites da freguesia.



- Planta do centro urbano, com a localização das 15 ruas transversais de 1832.

Mapa 10 – Primeiros traçados urbanos de Pelotas.

Fonte: Magalhães, Mário Osório. Opulência e Cultura na Província do Rio Grande do Sul: Um estudo sobre a História de Pelotas (1860-1890). Pelotas: Editora UFPEL, 1993, 312 p.

praça principal da cidade, a Praça da Regeneração, recebeu uma maior atenção. O cidadão que fizesse escavações ou buracos nas ruas e nas praças era punido como previsto em artigo do Código de Posturas. Supõe-se que esses atos fossem freqüentes, por serem legislados.

Dona Mariana Eufrásia da Silveira, para receber terras do Governo, em 1829, tinha que cláusula ceder terrenos para a construção de obras públicas. Foram doados terrenos onde hoje se situa a Praça Coronel Pedro Osório, um local para a nova igreja, o quartel e o hospital, sendo loteado o resto das terras. O total das terras doadas para fins públicos era de 80 braças para praça e 20 braças para o quartel e o hospital.

A Vila, elevada à cidade em 1835, já começava a se projetar na direção do canal de São Gonçalo, configurando o centro da cidade nos moldes que até hoje se apresenta. Com esta configuração deslocou-se o eixo central, e, como nas cidades brasileiras a igreja deve ficar no eixo, providenciou-se outro local para a nova Matriz.

Deu-se início à praça, à Câmara Administrativa, fundou-se a primeira escola pública, construiu-se o teatro e algumas casas de importantes charqueadores, mas, com a Revolução Farroupilha de 1835, interrompeu-se qualquer dispositivo de mudanças e de progresso. Quando, em 1846, com a presença do Imperador, foi lançada a pedra fundamental da Igreja Matriz, a antiga igreja já estava configurada e aceita pela população em seu antigo lugar. Com isso, Pelotas é uma das poucas cidades do Brasil em que a Igreja Matriz é deslocada da praça principal.

O terreno doado para a futura Igreja Matriz era lindeiro ao da praça, hoje localizado entre as travessas Conde de Piratini e Ismael Soares, tendo, de um lado, a Rua Andrade Neves e, do outro, a Praça Coronel Pedro Osório. A igreja nunca foi edificada, sendo erigidas pequenas casas no local, no começo do século XX, que serviam para o comércio e atualmente ergueu-se um grande edifício de uso misto, inacabado.

Os terrenos para o quartel e hospital, ficaram por muito tempo ficaram abandonados, sendo erguidos no local os prédios da Escola Eliseu Maciel, da

Prefeitura Municipal e da Biblioteca Pública.

Em 1834, foi feita a primeira planta da Vila de São Francisco de Paula e executada pelo engenheiro norte-americano Eduardo Kretschmer, continuando com o mesmo traçado reticular heterogêneo, agora em direção ao porto da cidade, do primeiro loteamento de 1815. Nesse mesmo ano, foi aprovado o 1º Código de Posturas Públicas. (mapa 11)

Verifica-se que a demarcação dos quarteirões foi feita para uma população bem maior que a da época, pois assinalava nos quarteirões os terrenos já edificados e os espaços em branco, mas, mesmo assim, ela foi ampliada em 1858, em direção norte para formar o Bairro da Luz e, a partir de 1870, na direção leste, com o Bairro da Várzea, sempre obedecendo ao traçado em xadrez. (mapa 12)

Glenda Cruz¹⁶⁹ escreve:

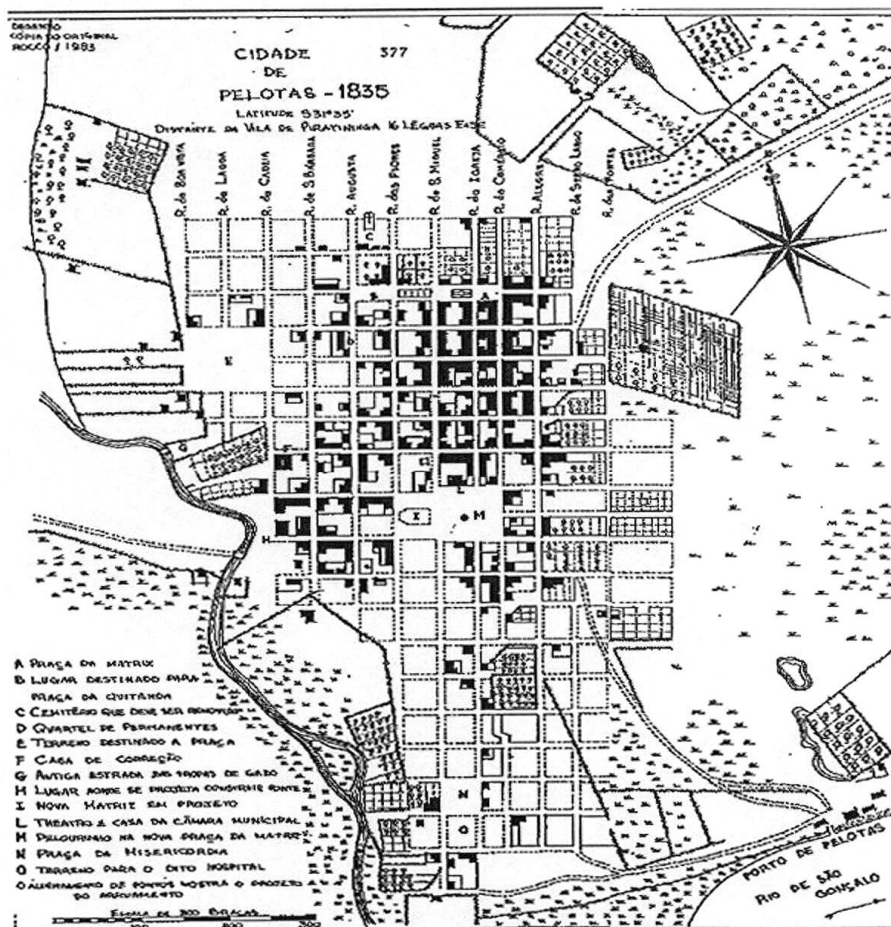
“É interessante observar, [...] as diferenciações em termo de zoneamento de uso nessas ruas: as ruas norte-sul eram denominadas de ‘principais’ e nelas situavam-se os prédios e habitações de maior expressão formal, enquanto que as leste-oeste eram chamadas ‘travessas’ ou transversais e obrigavam habitações e comércio mais populares”.

Assim, a estratificação social do espaço ainda não se dava em termos de bairros ou áreas mais nobres, mas, isto sim, em termos de localização por rua e por eixo.

O principal motivo da hierarquia das ruas norte-sul em relação a leste-oeste era o sentido de escoamento das águas pluviais, como se pode constatar no Art. nº 63 do Código de 1834, 1º Código de Posturas Públicas, redigido pela Câmara Municipal e que consta no relatório da Intendência desse mesmo ano: “*Sendo mais fácil o escoamento das águas da villa pelas ruas que estão de leste ao oeste, conforme o nivelamento dos edifícios e a inclinação dos terrenos (...)*”¹⁷⁰

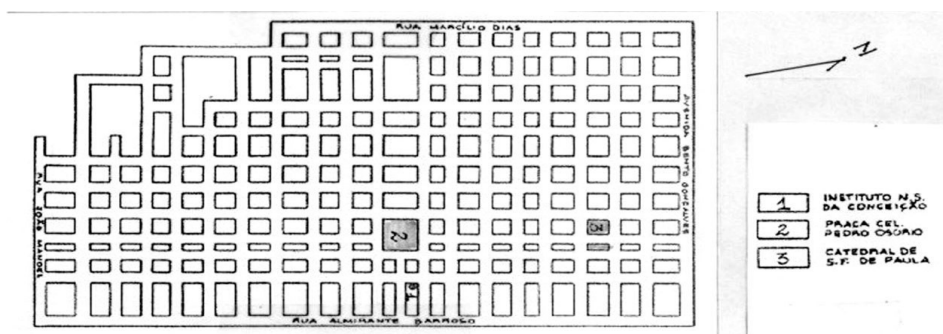
169 CRUZ, Glenda Pereira da, op. cit., 1984. p. 117.

170 Relatório da Intendência 1834. Art. nº 63 do Código de 1834 do 1º Código de Posturas Públicas da Câmara Municipal.



Mapa 11 – Planta da Cidade de Pelotas. 1835

Fonte: Original na Mapoteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. (Cópia xerografada).



Mapa 12 – Planta urbana. 1858-1870

Fonte: Magalhães, Mário Osório. *Opulência e Cultura na Província do Rio Grande do Sul: Um estudo sobre a História de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas: Editora UFPPEL, 1993, 312 p.

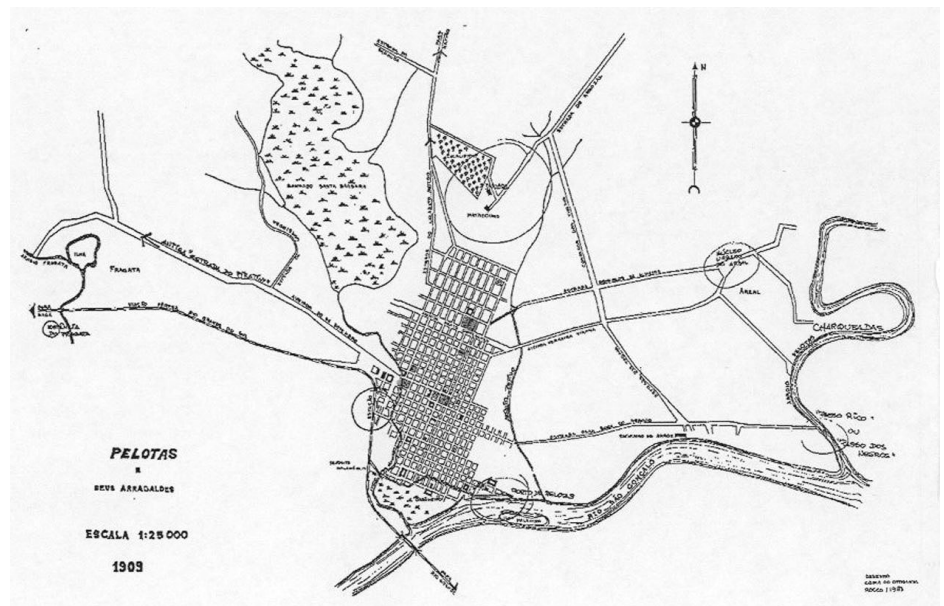
Com efeito, para oeste, situa-se a várzea do arroio Santa Bárbara e, para o leste, o arroio Pepino.

Foram demarcadas mais três praças, sendo que duas foram consolidadas. Uma maior e a principal, onde foi erguido o Pelourinho; a outra, destinada pelos seus loteadores às cavhadas, tornou-se, depois, na década de 1870, a Praça da Caridade. Mais tarde, foram instalados, nesses espaços públicos, um chafariz na primeira e a caixa d'água de ferro na segunda, para abastecimento da cidade. As duas praças estavam resguardadas aos senhores e às suas famílias e caracterizavam a povoação com progresso e desenvolvimento. O local para a terceira praça era um terreno marginal, em terras baixas do antigo leito do arroio Santa Bárbara, a oeste do antigo perímetro urbano. Para um lado, estava a cidade ideal e formal, planejada, legislada, normatizada, decorada, abastecida e segura; para o outro lado, ficava a cidade real, os lugares marginais, literalmente à beira das águas, freqüentada por trabalhadores urbanos e pelos libertos e escravos que a freqüentavam para lavar roupas ou despejar as imundícies da cidade formal. (mapa 13)

Em 1914, Pelotas contava com cinco praças: República (atual Coronel Pedro Osório), Floriano Peixoto (atual Cipriano Barcelos), junto com a Praça da Constituição, Piratinino de Almeida, Júlio de Castilhos e Domingos Rodrigues, além da Pracinha da Catedral, ou 15 de Novembro (hoje José Bonifácio), afora um refúgio no porto e outro na parte frontal da estação da Viação Férrea. Em 1921, Pedro Luis Osório, então Intendente, fundou mais uma praça em terreno doado pela família de Francisco Antunes Maciel, sendo denominada Praça Conselheiro Maciel (defronte à Faculdade de Direito). Em 1929, o intendente João Py Crespo¹⁷¹ afirmava que a cidade possuía 102.000m² completamente ajardinados, incluindo, nessa soma, as ruas e as estradas arborizadas e os 40ha do horto de eucaliptos e o próprio horto municipal. (mapa 14)

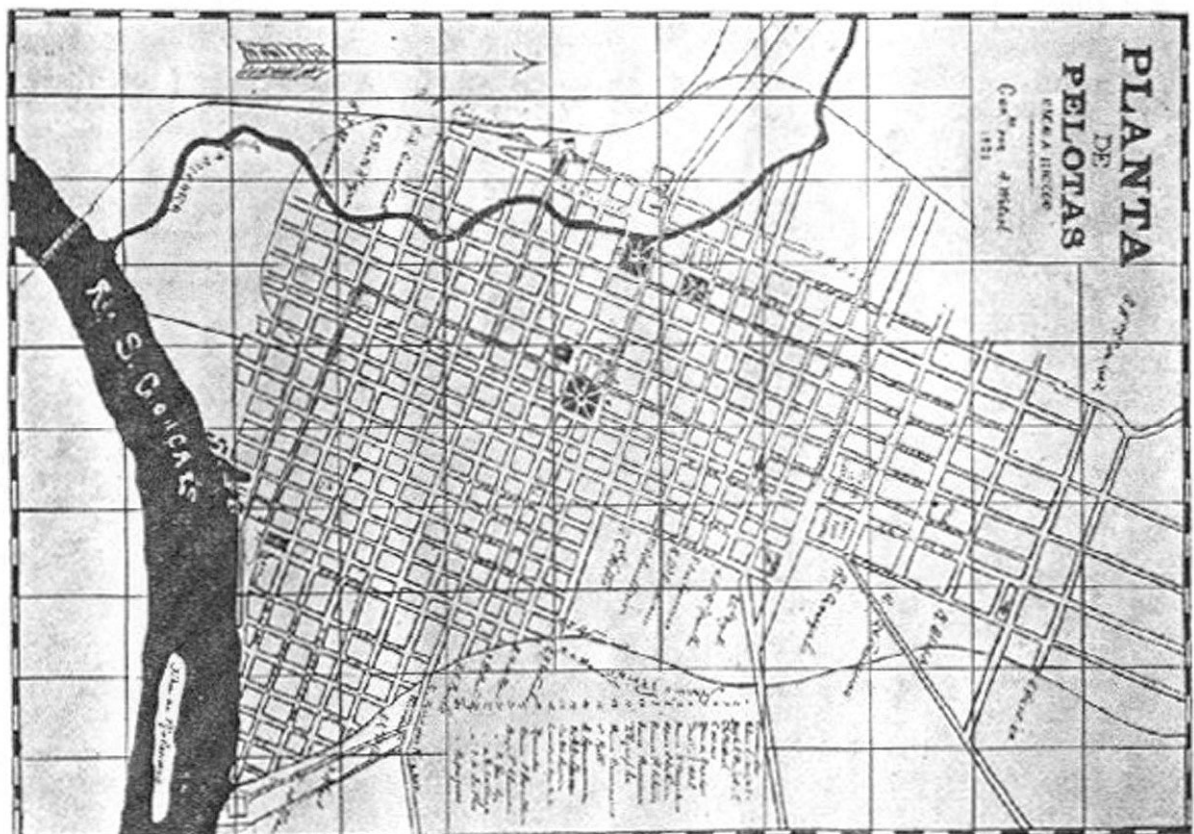
As praças centrais, inseridas no traçado reticulado urbano, têm uma ligação visual muito forte entre si e estão situadas ao longo de dois eixos: norte-sul e leste-

171 Relatório da Intendência de 1929, p. 10-12.



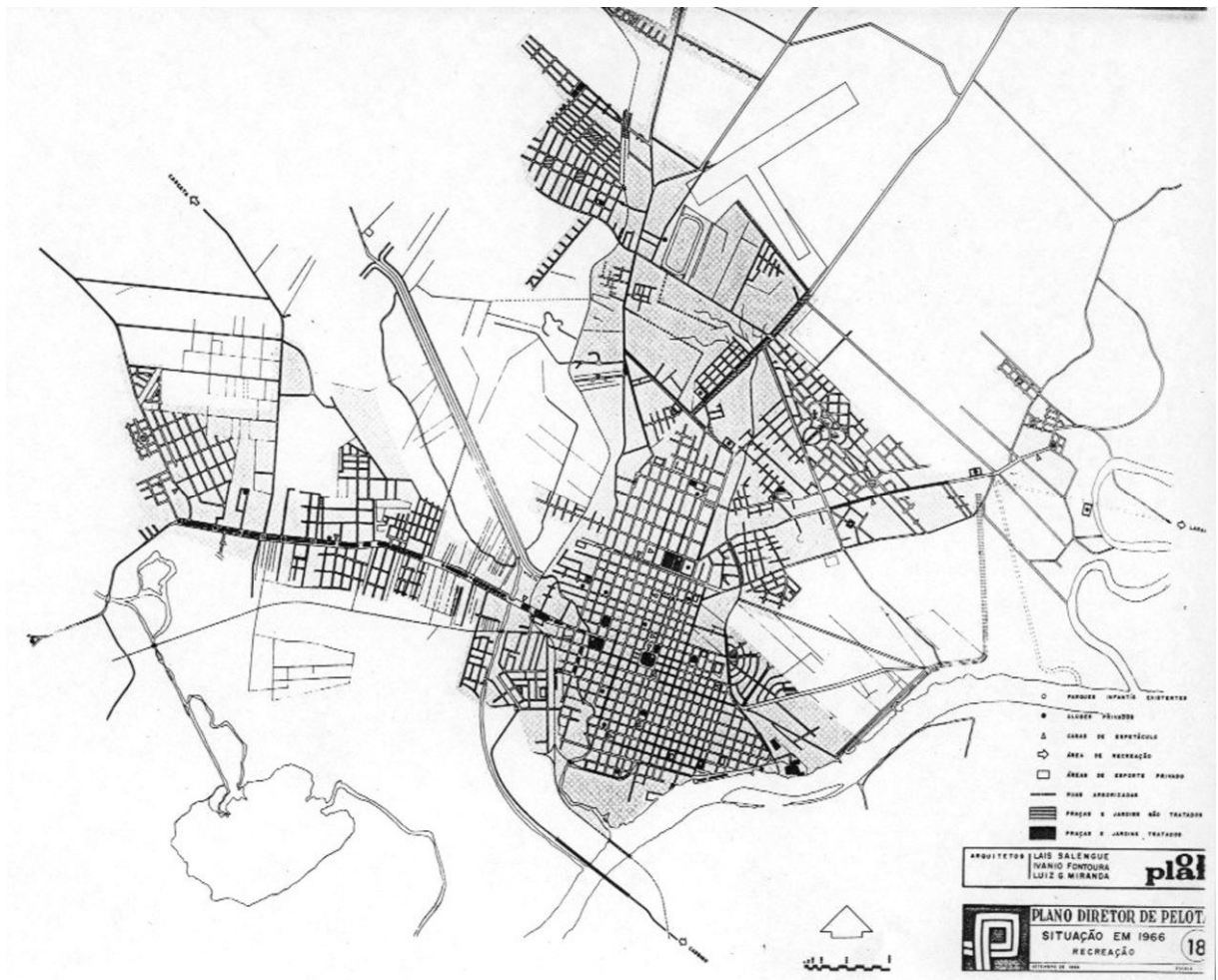
Mapa 13 – Pelotas e seus arrabaldes

Fonte: Acervo de Glenda Pereira da Cruz.



Mapa 14 – Planta de Pelotas – 1921.

Fonte: Osório, Fernando. A Cidade de Pelotas. Pelotas: Edit. Armazém Literário, 1998, 456 p.



Mapa 15 – Plano diretor da Cidade de Pelotas

Fonte: SALENGE, Laís de P. (org.), Plano Diretor de Pelotas, Prefeitura Municipal, 1967, 174 p. il.

oeste. Quando começamos a percorrer esses eixos, não somos apenas observadores desse espetáculo, mas, sim, parte ativa dele. Na maior parte das vezes, a nossa percepção não é total, mas parcial, fragmentária, e cada pessoa pode perceber esta visão serial de maneiras diferenciadas. Assim, a imagem de uma dada realidade pode variar significativamente entre diferentes observadores, mas quando indagados, provavelmente responderão que percebem essas ligações visuais, principalmente pela massa arbórea presente em todas elas. Tal empreendimento vai ser útil para o observador se orientar dentro do espaço onde ele está inserido. Por exemplo, nos deslocamentos para o “bairro tal”, que fica ao longo do eixo norte-sul, e tivermos como referencial a “praça tal”, localizada nesse eixo, ela permitirá ao indivíduo se localizar dentro daquele ambiente de acordo com um limite desejável. O mapa mental organizado com essas referências, exato ou não, deve ser suficiente para uma boa identidade e legibilidade urbana. (mapa 15)

Tomemos a Praça Coronel Pedro Osório como ponto central dos eixos norte-sul e leste-oeste, usando esse ponto como base referencial e começando um processo de deslocamento em direção norte, passamos pela Pracinha da Catedral e, mais adiante, pela Praça Júlio de Castilhos. Essas praças constituíam elementos marcantes no plano visual da cidade nesse eixo. O mesmo se dá em direção oeste, tendo como referencial a Praça Cipriano Barcelos, e numa ligação secundária a Praça Piratinino de Almeida. Os eixos formados por esses espaços urbanos se encontram em artérias principais da malha urbana da cidade de Pelotas. (fig. 23)

Se fizermos um paralelo dos espaços públicos de Porto Alegre e de Pelotas no mesmo período, podemos traçar algumas semelhanças entre as duas cidades: Porto Alegre possuía seis praças centrais; Pelotas, cinco. Todas eram saneadas e urbanizadas. A Praça Marechal Deodoro, em Porto Alegre, era destinada à elite, assim como a Praça Coronel Pedro Osório, e ambas possuíam espaços destinados a exaltar a República através de monumentos (estátua de seus representantes).

Na Capital, Porto Alegre, em 1914, com o plano de remodelação urbana, começam a preocupação com o embelezamento e o ajardinamento de praças e vias públicas e a construção de novas praças. Contava Porto Alegre, na zona central, com seis praças; as Praças Parobé, 15 de Novembro, da Alfândega, Marechal



Fig. 23– Visão serial. Eixos Praça Cel. Osório, Matriz e Júlio de Castilhos. (Fotos da autora – 2002).

Deodoro, General Osório (Alto da Bronze), Otávio Rocha e o adro da Igreja das Dores, denominada Praça Padre Tomé, e um largo defronte à Prefeitura, a Praça Montevideó.

Era preocupação dos dirigentes nesse período demonstrar o espírito moderno que as cidades deveriam ter, imperativos do desenvolvimento econômico e do crescimento populacional, através da modernização dos espaços de sociabilidade.

“[...] modernização deste espaço de sociabilidade tradicional, representado pelos ‘habitués’ que descansavam à sombra das árvores, instaurando uma nova temporalidade na vida urbana, onde não há mais lugar para o repouso, espaços devem ser abertos para que permitam fluir a vida vertiginosa da nossa capital.”¹⁷²

Para chegar a esse fim, eram necessárias algumas medidas, muitas delas drásticas, como o corte de antigas árvores existentes nas praças, mas que impediam a ordenação dos espaços verdes e o ajardinado à moda dos “jardins ingleses”, pois o mais importante era o embelezamento da praça e a introdução de novos equipamentos, visando ao lazer da comunidade. Mas o ponto principal era impedir a permanência de vadios ou de pontos de refúgio para vadiagem e demais mazelas sociais, repudiados e combatidos pelos governos republicanos.

A remodelação das praças teve como procedimento normativo a racionalização do espaço através do ajardinamento calculado e da substituição, ou inclusão, de elementos adequados ao tipo de convivência que se promulgava como sadia e civilizada.

Essas normas foram adotadas em todo o Brasil no mesmo período.

No próximo capítulo, iremos abordar com detalhes o processo histórico, social e espacial de cada praça mencionada que compõe o espaço central urbano de Pelotas.

172 MONTEIRO, Charles, **Porto Alegre: urbanização e modernidade. A construção social do Espaço Urbano**. Porto Alegre: Edipucrs, 1995, p. 114.

2.4.2 Implantação da infra-estrutura: água, esgoto, iluminação

Apoiados na ideologia positivista, os pelotenses, através de seus dirigentes, buscavam o progresso econômico, através da criação do Banco Pelotense e do incentivo à implantação de outros bancos, consolidando o capitalismo, sem alteração da ordem social. Suas idéias eram baseadas no *slogan* “conservar melhorando”. Foram tempos de grandes investimentos em obras públicas. No final do século XIX, a ordem no Brasil era modernizar as cidades, e, para isso, os dirigentes deveriam investir em saneamento básico, na higienização da cidade, no embelezamento de suas praças e ruas e no ensino.

No álbum de Pelotas de 1922, num escrito de Fernando Osório:

"[...] excellencia do calçamento, da iluminação que se generaliza, da arborização [...] no encanto dos jardins, na topografia das ruas rectas, hygienicas, para logo, o ádvana, sentindo a vida nos eléctricos e automóveis que attestam a idéia da pressa e da energia [...]".¹⁷³

Já no Almanach¹⁷⁴ de 1913, no artigo *Pelotas na actualidade* consta:

"Pelotas prepara-se para se transformar n'uma cidade com todos os confortos da hygiene e da civilização: acham-se iniciados os serviços para o abastecimento d'água em maior quantidade: - iniciados foram também os trabalho para collocação da rêde de exgotto e não tardará muito que tenham luz e tracção eléctrica que virão dar às nossas ruas um outro aspecto maior movimento e ruido, pondo-nos ao mesmo tempo em communicação rápida e directa com os lindos e pittorescos arrabaldes da cidade [...]".

Nos dois artigos, nota-se a preocupação em dar um aspecto de modernidade e progresso à cidade. Na década de 1870, Pelotas passou a contar com os serviços de água da Cia. Hidráulica Pelotense com captação no arroio Moreira, num acordo firmado em contrato do Governo da Província com o Sr. Huggino Correa Durão. Três

173 OSÓRIO, Fernando, op. cit., 1922. p. 50.

174 Almanach de Pelotas de 1913, p. 45-47.

anos depois, chegaram da França três ou quatro chafarizes (não se sabe ao certo) e uma caixa d'água em ferro para servirem para o abastecimento d'água na cidade, completando o sistema de abastecimento. Os chafarizes foram instalados na Praça da Matriz, no Largo do Porto, na Praça Dom Pedro II e na Rua São Miguel esquina Santo Inácio; os três primeiros começaram a funcionar em 1874; e o quarto em 1876. A caixa d'água foi instalada na Praça Piratinino de Almeida. Os dois chafarizes que primeiro começaram a funcionar foram os dos pontos extremos, onde o contrato determinava que se canalizasse a água no interior da cidade; o da Matriz (Catedral) e o da Praça Dom Pedro II (Coronel Pedro Osório).

Logo após a colocação desses chafarizes, a Companhia Hidráulica comunicou que, pronta a represa, seus tanques, encanamentos, as torres de depósito, chafarizes, a instalação de água potável para a cidade começaria a funcionar com perfeição desejável. Foram executadas as obras por Carlos Zanotta, empreiteiro contratado da Companhia. Junto às *bornefontaines* (marco da fonte); havia candelabros para iluminação à noite e torneiras de fácil manejo.

Na década de 1920 começaram a ser desativados os chafarizes, sendo remanejados para outras praças, com exceção do Chafariz das Nereidas (Praça Coronel Pedro Osório). Teve início uma nova fase de abastecimento, agora era encanado e ia direto para as casas, pelo menos no centro da cidade. (fig. 24)

Os esgotos sanitários só foram empreendidos a partir do início do século XX e até hoje se percorrermos as ruas de Pelotas, podemos observar as tampas de esgotos das calçadas com o registrado ano em que foram instaladas, variando de 1916 à década de 1920.

No Almanach de 1915, lê-se:

"[...] Embora a crise que assola ainda todo o paiz e que mais se accentuou com a explosão do terrível e lamentável conflito europeu [...] Os grandes empreendimentos municipaes – aguas e exgottos – prosseguiu activamente e ahi esta uma conclusão, preste a serem dado totalmente ao gozo público, pois uma parte deste já os desfructa



Fig. 24 – Antigo bebedouro público instalado na “Ilha” havida no entroncamento das ruas 15 de Novembro com Mal. Floriano.

Fonte: Ferreira & C. Almanach, 1915.

[...]"¹⁷⁵

No relatório da Intendência de 1921, na página 5, lê-se o seguinte:

“[...] realizar, para o calçamento e recalçamento das ruas, praças e passeios da cidade, sua arborização e iluminação, ampliando a rede de exgottos e do caes, as operações de crédito necessárias até ao limite máximo de 10.000 : 000 000 [...] A cobrança relativa ao calçamento das ruas e passeios aos proprietários será facultativa, em prestações [...]”.

Com os dois relatos, verifica-se o trabalho e a visão que os Intendentes tiveram para deixar Pelotas com uma infra-estrutura básica, melhorando as condições de vida da população e mantendo uma imagem de cidade civilizada, e, para isso, não pouparam esforços.

Por volta de 1915, começou a funcionar na cidade a iluminação elétrica, passando a cidade a categoria de moderna. Por muito tempo, a iluminação pública foi à gás, fornecida pelo Gasômetro da Municipalidade. *"Antes de escurecer, os acendedores de lampiões percorriam a cidade. Com a ponta de sua varinha, que parecia mágica, deixavam estrelas luz em pontos de escuridão das ruas de calçamento irregular"*.¹⁷⁶

Era uma iluminação irregular e pouca, acarretando um uso limitado das ruas e praças ao cair da noite. Muitas vezes, os jornais reclamavam, para o bem da coletividade, da falta de luz eficiente, ou porque os combustores eram apagados antes do amanhecer.

A luz elétrica foi instalada quase no mesmo período, tanto na Europa, nos Estados Unidos (1880) como no Rio de Janeiro, onde a primeira iluminação elétrica em local público, foi na Central da Estação de Ferro D. Pedro II. Em Porto Alegre, foi instalado, em 1887, um restrito sistema de iluminação.

Em Pelotas, a 17 de maio de 1912, foi assinado um contrato com a The Rio

¹⁷⁵ Almanach de Pelotas de 1915, 3 ANNO, Ferreira & C. p. 195-196.

¹⁷⁶ NASCIMENTO, Heloisa Assumpção. *Nossa cidade era assim*. Pelotas: Universitária/UFPEL, 1999. p. 39.

Grandense Light & Power Syndicate Limited, para a iluminação pública elétrica que foi inaugurada dois anos mais tarde e restrita ao centro da cidade. Em 1921, o Intendente Pedro Osório acordou com a empresa ampliar os serviços para outras partes da cidade. A inovação era o tipo americano de iluminação, a "Nova Luz".

No Almanach de 1928, no artigo *O Progresso de Pelotas*, consta o seguinte:

"O ajardinamento e a arborização foram completadas com o aumento, deverás sensível, da iluminação, que já era abundante e excelente. De modo que em nossas ruas e praças foram instalados cerca de mais 350 columnas e braços de moderno estylo, artisticas mesmos, representando um aumento de alguns milhares de velas na iluminação pública. Em alguns locaes, como na praça da República, a iluminação é surpreendente e bem pensado, foi o aumenta-la pois esse logradouro é o preferido por todos nas noutes estivaes. Ali foram collocados mais algumas centenas de bancas".¹⁷⁷

Segundo o relatório da Intendência em 1928, foi contratada a Light para:

"[...] iluminação pública das praças Julio de Castilhos, Conselheiro Maciel, Domingos Rodrigues, Piratinino de Almeida, Rio Branco, Av. Saldanha Marinho e Av. Bento Gonçalves e a completa remodelação da iluminação da Praça da República, já inaugurada [...]".¹⁷⁸

A primeira iluminação da Praça da República ocorreu em 1912, e era iluminada por focos de luz de 1.000 velas, cada um, mais tarde substituídos por lâmpadas de menor intensidade luminosa e em maior número; eram as lâmpadas incandescentes de 250 velas internacionais, do sistema denominado de "Nova Lux". Essas lâmpadas ficavam a uma altura de 3,70m acima do passeio, o que tornou necessário suspender um pouco o poste, colocando-o sobre um pequeno pilar. Algumas das antigas lâmpadas de 1.000 velas foram conservadas na praça, no lado que dá para a frente do Mercado.

¹⁷⁷ Almanach de Pelotas de 1928. Direção Florentino Paradedda. XVI Ano, Pelotas, p. 69-79.

¹⁷⁸ Almanach de Pelotas de 1928. Direção Florentino Paradedda. XVI Ano, Pelotas, p. 79.

2.4.3 Novas Imagens nas ruas de Pelotas: transportes

As cidades do começo do século XX, precisavam adaptar-se as novas concepções da vida urbana e da moderna configuração das cidades, expandiram-se rapidamente pelo excesso de população vindas do êxodo rural. Era preciso dar condições para estas pessoas de circularem com maior rapidez da periferia onde moravam para o centro onde geralmente trabalhavam. Começam a surgir os transportes coletivos ligando bairros ao centro da cidade.

Mas não é só dentro da cidade que se moderniza os meios de transportes: é preciso dar condições para exportar mercadorias principalmente o charque, com rapidez e eficiência e neste começo de século o transporte fluvial e ferroviário é incentivado e modernizado e mais tarde na década de 1940 as estradas de rodagem.

"O desenvolvimento dos transportes urbanos (representado pelo bonde a burro) é importante para explicar a expansão da cidade. A idéia de regularização começou a aparecer tanto no alinhamento das ruas como na criação dos jardins públicos de traçado geométrico à moda francesa".¹⁷⁹

Uma cidade cresce, e tem ascendência na região onde e está implantada quando possui importantes e variadas formas de transportes. Pelotas precisava de um ponto para exportar os produtos das charqueadas, o que acabou acontecendo só em 1928, quando o Governo Federal autorizou a construção do porto de Pelotas, que foi utilizado, durante a década de 1930, para a exportação de carne para os frigoríficos americanos. A Praça e o Largo do Porto Domingos Rodrigues tiveram seu auge nessa época.

A principal linha da estrada de ferro partia de Rio Grande, passava por Pelotas e ia até Bagé.

Com todo o investimento que o município despendeu em infra-estrutura,

179 SOUZA, Célia Ferraz de apud PESAVENTO, Sandra Jataby. **O espetáculo da rua**. Prefeitura Municipal/Ed. Universitária/UFRGS, 1992. p. 12.

melhoramentos, embelezamento e saneamento para a cidade, os Intendentes tiveram que fazer grandes empréstimos, num momento em que o mundo enfrentava uma crise com a Primeira Guerra Mundial; e Pelotas sentiu os reflexos dessas crises, tendo dificuldades para o pagamento de seus empréstimos. O fator a favor da cidade de Pelotas, é que não aconteceu com o Rio de Janeiro, no Governo Pereira Passos, em sua drástica remodelação urbanística, ou com Porto Alegre, no plano de Moreira Maciel, foram interferências e mudanças lentas, não precisando "derrubar para implantar", não foram impostas, foram acontecendo gradativamente.

"[...] O que ocorreu em Pelotas não foi um fato em si e de imediata identificação, mas o resultado da comunhão de interesses daqueles que pensavam e agiam sobre a cidade, daqueles que os adjetivaram publicamente, que escolhiam os seus designatários e traçavam seus desígnios".¹⁸⁰

Em 1914, com o Plano Geral de Melhoramentos de João Moreira Maciel, Porto Alegre teve uma mudança drástica, implicando projetos prioritários. Em Pelotas, nenhum Intendente recebeu o título de "demolidor". Isso se deu devido ao fato de que nenhum espaço urbano necessitava de tal medida. Havia muita coisa por fazer e erguer, porém nem tanto para derrubar; havia, é claro, muito a fazer, como iluminação, modificação de ruas muito estreitas e seu calçamento, melhoramento nas praças, aberturas de vias de escoamento, mas todas essas providências não necessitavam de demolições do espaço urbano, mas sim de ajustá-lo, o que diferenciou Pelotas das outras cidades do Brasil.

O Governo Federal, em 1914, concedeu a exploração do ramal férreo Pelotas-Monte Bonito. A Viação Férrea era voltada para a ligação com cidades do Interior. A ligação com a Capital, Porto Alegre, dava-se através do transporte 1940.

Deter-nos-emos um pouco mais nos meios de transporte dentro da cidade.

"No tempo em que Pelotas era vila, a Câmara Municipal, presidida por Manoel A. de Moraes, lutava para que as tropas de gado, que se

180 MICHELON, Francisca Ferreira. **Cidade de papel: a modernidade nas fotografias impressas em Pelotas (1913-1930)**. Porto Alegre: Tese de Doutorado no curso de Pós-graduação em História PUC, 2001. p. 502.

dirigiam à charqueadas ou vinham e iam para as estâncias, não passassem pelas ruas centrais, evitando estouros de boiada, correrias de animais xucros, pondo vidas em perigo".¹⁸¹

Vimos que em 1820, Saint-Hilaire visitou a rede da Freguesia num cabriolé pertencente ao Sr. Gonçalves Chaves.

Na última década do século XIX, veículos de tipo europeu demonstravam o luxo dos que tinham posses. Eram os *faltons*, chamados de aranhas, puxados por cavalos, fazendo a alegria das famílias em passeios de verão ou dos médicos que as utilizavam para visitarem seus pacientes.

Na primeira década do século XX apareceram os primeiros automóveis na cidade. Eram velozes, chegando a 30 km horários. A partir de 1920, começou a aumentar o número de automóveis, implicando uma nova infra-estrutura viária e, uma mudança de hábitos da população. Até o momento do surgimento do carro, os passeios eram feitos a pé, à volta da praça ou nas ruas, numa velocidade de tempo que dava oportunidade às pessoas de pararem e conversarem. Com o advento do automóvel, o passeio era feito à volta da praça, numa outra velocidade de tempo, não propiciando o convívio pessoal. Era só para ser visto e para demonstrar seu *status*. Escreveu Fernando Osório em 1922: "*Sentido a vida nos electricos e automoveis que attestam a idéia da pressa e da energia*".¹⁸²

Em 1873, teve início o trânsito de carros de passageiros (puxados por animal) da Companhia Ferro Carril e Cais de Pelotas, pela linha construída na Rua Félix da Cunha (ex-Imperador), do Porto (Praça Domingues Rodrigues) à estação central, onde terminavam os trilhos. A estação ficava num prédio defronte à Praça Dom Pedro II (Coronel Pedro Osório); portanto o término da linha era na Praça. A segunda estação ficava na Praça da Constituição (20 de setembro). Em 1897, foi ampliado o trajeto, fazia-se uma volta pelo centro, indo-se até o Parque Pelotense; e havia uma linha para o arrabalde da Luz. A partir desse momento, o modo de locomover-se mudou, a cidade passou a ter ares de metrópole, as pessoas podiam

181 NASCIMENTO, Heloisa Assumpção, op. cit., 1999, p. 299.

182 OSÓRIO, Fernando, op. cit., 1922, p. 150.

circular pela cidade com mais facilidade e, com maior velocidade. Nota-se, mais uma vez, que o ponto de referência para o trajeto dessas linhas era as três praças, sendo a principal a praça central da cidade. (fig. 25)

No dia 20 de outubro de 1915, dava-se em Pelotas a inauguração dos bondes elétricos da Empresa Concessionária Light and Power. "*Foi, de fato, um soberbo acontecimento para a cidade que, até então, contava com bondes de tração animal, como transportes coletivos [...]*".¹⁸³ (fig. 26, 27) (mapa)

A imprensa denominou de *trans ways*, e os futuros usuários foram as ruas para vê-los, já que representavam o símbolo do progresso e uma perspectiva de maior conforto e velocidade “tempo é dinheiro”, lema que imperava naquela época.

“Desde as treze horas, o povo enchia a Praça da República (Coronel Pedro Osório) na parte fronteira à Intendência (Prefeitura) e as calçadas e sacadas da Biblioteca Pública. A multidão avolumara-se consideravelmente quando por volta das quatorze horas, chegava ao edifício da Intendência o primeiro carro elétrico. Ostentava, triunfalmente, as bandeiras brasileiras e inglesas. Vinha ornamentado por profusas e coloridas flores artificiais e seguido de mais três veículos, também enfeitados”.¹⁸⁴

Nesse dia de inauguração, todas as autoridades fizeram viagens de ida e volta, da Praça da República à Usina, onde tinha sido armada uma grande mesa em forma de M, onde os convidados eram recebidos. Os jornais “*davam a nota chique às famílias do Set pelotense*”, na inauguração dos bondes elétricos. Logo após, os convidados tornavam a ocupar os bondes que tinham feito o trajeto até o porto, na praça, regressando à Intendência. Durante todo o dia, houve novas conduções, que transportaram as pessoas até as 23:00 horas, num montante de, aproximadamente 3.800 pessoas.

Os bondes elétricos foram se consolidando como transporte, deixando de lado o tráfego dos bondes de tração animal.

183 NASCIMENTO, Heloisa Assumpção, op. cit., 1999, p. 303.

184 Ibidem, op. cit., 1999, p. 303.



Fig. 25– Bonde puxado a cavalo.

Fonte: Imagens da Cidade: Catálogo Fotográfico – Séc. XIX/1930. Acervo do Museu Histórico da Biblioteca Pública Pelotense. Projeto Memória Fotográfica de Pelotas Século .XIX. Organização: Francisca Ferreira Michelin e Anaizi Cruz Espírito Santos, Pelotas, 2000. Editora UFPEL.



Fig. 26 – Bondes Elétricos. Cartão Postal.

Fonte: Cartão Postal, 1917, pertencente a Magalhães, Nelson Nobre. Edição Original: A MISCELÂNEA.. Divulgação; Projeto Pelotas Memória.



Fig. 27 – Bonde – Mercado Público, Pelotas.

Fonte: Cartão Postal, anos 20. Edição Original: CASA KRAHE. Divulgação; Projeto Pelotas Memória.

Circulavam cinco bondes, tipo fechado, entre a Praça da República, a estrada de ferro e a Praça ou Largo do Porto.

Mais tarde, foram adicionados mais cinco bondes tipo “Imperial”, de dois andares, que faziam o trajeto da Praça da República ao Cemitério e ao Parque Souza Soares.

No traçado da planta de 1909, já aparecia o traçado de trilhos dos bondes, mudando o desenho da cidade, pois, além dos trilhos, as ruas deveriam receber pavimento para poder suportar o peso e o tráfego dos bondes e as linhas aéreas com o posteamento.

Nos anos seguintes, o número de bondes elétricos aumentou consideravelmente, mas não o suficiente para a demanda, pois esse meio de transporte não era só para uma elite passear aos domingos, mas sim para o operariado ir e vir do seu trabalho.

“Em substância, esses novos veículos conjugaram ordem e progresso no movimento do ir e vir da cidade e estabeleceram sua presença na indiscutível proeminência dos mecanismos que servem, que se designam indispensáveis e que dominam a paisagem e a corrente da vida forjando, de progressiva e discreta maneira, a impressão de que a existência não é imaginável com eles.”¹⁸⁵

2.4.4 Pavimentação e arborização das ruas

[...] Em seguida com a inauguração do systema moderno e rapido no arborisamento da cidade, n'elle enxergamos. O homem resolutivo (Coronel Guilherme Echenique) o esthela reunindo n'um só gesto o útil ao agradável, embellezando a urbs e dando-lhe mais um elemento de salubridade [...] Entretanto sua atenção não foi jamais desviada de outros ramos da administração, cuidando de modo louvável do calçamento geral da cidade, com especialidade em torno da Praça Piratinino de Almeida, de viação urbana prejudicada grandemente com

a ultima invernada; [...] dos jardins, cada dia mais bellos,; das avenidas que se ostentam soberbas de arborização luxuriante, a Bento Gonçalves modificada e ampliada e a 20 de setembro criada e prolongada [...] iluminação elétrica actualmente circumscripita ao centro.”¹⁸⁶

Nota-se o orgulho dos pelotenses pelas melhorias na cidade, com nova arborização e calçamento das ruas principais, utilizando o padrão de calçamento lisboense chamado de *petit-pavé* e principalmente com a abertura e os melhoramentos de dois *boulevards* da cidade, tão em voga na Europa. A Av. Bento Gonçalves, fronteira à Praça Júlio de Castilhos e uma das primeiras ruas traçadas, fazendo parte do primeiro mapa da cidade de 1815, agora com um perfil amplo, com arborização, não ficava a dever nada aos *boulevards* europeus. A outra, a Av. Vinte de Setembro, no local onde antes ficava parte da Praça da Constituição, tomou nova forma para valorizar o bairro Fragata, considerando a promessa de um lugar de prestígio para a sociedade pelotense, o que não veio a acontecer; os dirigentes achavam que não poderia haver a formação de um bairro da classe média, com habitações modestas, pois estas iriam descaracterizar o bairro, que perderia sua elegância como conjunto urbano.

Com essa idéia, em 9 de novembro de 1928, aproveitando a passagem do Professor Agache, Secretário Geral da Sociedade Francesa de Urbanistas e autor do Plano de Melhoramentos do Rio de Janeiro, de 1926, o famoso “Plano Agache”, pediram para que este fizesse uma análise sobre Pelotas. Agache, visitando a Av. 20 de Setembro, encontrou razões para prever que essa avenida seria o futuro bairro aristocrático de Pelotas, porém, com o decorrer dos anos essa percepção do urbanista não se confirmou, e o devir reservou-lhe numerosos conjuntos de habitações populares, que foram surgindo nas proximidades da indústria e do comércio ali implantados ao longo das décadas seguintes. A Praça Cipriano Barcelos que serviria de porta de entrada desse bairro encontra-se até hoje em estado de semi-abandono.

186 Almanach de Pelotas, 1920. Direção Florentino Paradedda. VIII ANO, Pelotas, p. 275-279.

Outro diagnóstico proposto por ele era para a Praça Júlio de Castilhos, que segundo Agache, teria potencial para tornar-se uma importante área pública, com um traçado francês, o que também não chegou a se concretizar. Mas foi louvável o esforço e a visão dos dirigentes pelotenses ao convidar um tão ilustre urbanista para trocar algumas diretrizes importantes para a cidade, naquele exato momento de grande mudanças ideológicas nas cidades brasileiras.

O fato de pavimentar ruas e praças de Pelotas não implicava só no embelezamento da cidade, mas a pavimentação era necessária para um bom escoamento das águas da chuva e para cobrir as obras dos esgotos que estavam sendo implantadas. A pavimentação também era necessária para o bom funcionamento do tráfego, tanto de carros como para a colocação dos trilhos dos bondes, além, é claro, das pessoas – que podiam transitar sem o inconveniente lodaçal dos dias de chuva – e da própria limpeza da cidade. A pavimentação representava a imagem da salubridade, do conforto e da modernidade da cidade, apesar de ser, nas décadas de 1920 e 1930, restrita somente ao centro da cidade.

2.4.5 O carnaval do povo e da praça

O carnaval foi sempre uma festa eminentemente pública, comemorada principalmente nas ruas, nas praças e em alguns ambientes fechados, como clubes, mas predominando as festas ao ar livre, para o povo, para todos.

A praça, sendo um espaço de sociabilidade, serviu durante muito tempo, como espaço para as manifestações carnavalescas, sendo o carnaval um período de grande liberdade de costumes, em que as posições sociais trocavam de papéis, tanto nas diferenças de raças como de camadas sociais. A praça era um lugar ideal, pois, sendo um espaço urbano público, nesse período de liberdade, qualquer pessoa, rica ou pobre, negro ou branco, podia usufruí-la de modo igualitário.

O carnaval no Brasil passou por três fases: o *Entrudo*, festejos até metade do século XIX; o *Carnaval Veneziano* até meados de 1920; e o *Pequeno Carnaval*, depois de 1920. Nesses três períodos, as ruas e as praças eram utilizadas como lugares de festejos.

“A designação Carnaval no séc. XIX não tinha a amplitude tão grande que hoje lhe é dada, restringindo-se às novas formas de se festejar os dias de Momo. Eram os folguedos de origem européia, mas não portuguesa, geralmente copiados dos festejos italianos e franceses. Eles representavam uma nova maneira mais "civilizada" de festejar, de origem citadina burguesa, que se exprimia em desfiles em préstitos realizados pelas sociedades carnavalescas, que percorriam as ruas e praças principais das cidades e em bailes masqué realizados nos salões de hotéis, teatros e clubes.”¹⁸⁷

Há registros de que, em meados de 1870, principalmente no Rio de Janeiro, grupos de negros e mulatos, reunidos em "cordões", festejavam a Semana do Momo nas ruas e principalmente nas praças.

No período de 1890-1906 as manifestações da folia momesca deixaram as ruas e voltaram-se para os salões, mas, logo depois, o carnaval de rua ressurgiu-se as categorias populares eram os principais agentes da folia.

Em 1º de fevereiro de 1891, na página 1 do Diário Popular de Pelotas, encontra-se a seguinte crônica:

“Há bons nove ou dez anos a deslumbrante e catita Sultana do Sul era, nem mais nem menos, uma traquina de força; travessa e inquieta, como poucas, ao avizinhar-se esta época. Ninguém se continha: moços e moças, velhos e velhas – de acordo – reuniam-se na praça. [...] e numa intimidade doce, invejável, numa confiança cega – se atiravam todas às delícias do Entrudo. [...] Nas ruas, nas casas de negócio, nas particulares e nos clubes, em toda parte, enfim, havia uma palestra única, tema obrigatório: o entrudo à noite na praça e os preparativos para o Carnaval”.

Era o preparativo para o Entrudo, com brincadeiras de água em canecas e baldes, mais tarde substituídas pela “civilidade” de água perfumada, jogada através de bisnagas e limões de cera.

187 SIMSON, Olga Von apud BARRETO, Álvaro, *Dias de folia – carnaval pelotense de 1880 a 1937*. Pelotas: Educat, 2003, p. 13.

“Embora ainda realizado na rua São Miguel (atual 15 de Novembro), nas proximidades e no interior da Praça Coronel Pedro Osório (na época Praça da Regeneração), esse Entrudo saudoso também está perdido porque a cidade cresceu, tornou-se mais cosmopolita e o livre jogo de água ficou inadmissível, pois descamba para a violência e o abuso.”¹⁸⁸

No ano seguinte, confirmando essa expectativa, quando o jornal fala em Entrudo, refere-se ao jogo de confete e serpentina e não mais ao jogo de água.

“A Rua 15 e a Praça da República (atual Praça Coronel Pedro Osório), por certo nunca viram tantos confetes e serpentinas. A brincadeira, por vezes tomou proporções de delírio [...] Muitos carros particulares e da praça, ocupados por famílias e alegres rapazes, faziam constantes voltas pelas ruas centrais. [...] Belo de ver-se pela Rua 15, nas calçadas, os longas filas de cadeiras, tomadas por galantes jovens e senhoras, em toaletes vistosos [...] Também na Praça da República, suas adjacências, jardins e redondo essa animação se manifesta mais fortemente.”¹⁸⁹

“O confete é anunciado na cidade em 15 de fevereiro pela Casa Colombo indicando como “jogo delicadíssimo para os gentis jovens. Última novidade em Paris. A Casa Colombo fica em posição estratégica para qualquer folião: na Praça Regeneração esquina com São Miguel (atualmente Praça Coronel Pedro Osório) com 15 de Novembro, ponto de maior animação, historicamente, no Carnaval pelotense”.¹⁹⁰

Observa-se, pela descrição das crônicas, que o carnaval era realizado no centro da cidade, entre a rua 15 de Novembro e ao redor da Praça Coronel Pedro Osório, ponto de encontro e do apogeu da festa de momo. A elite pelotense predominava e impunha as ordens da festa, apesar de existirem os “pulhas”, elemento indispensável à folia, presente em todos os carnavais, com fantasias muito pobres e com alguma falta de higiene, apresentando-se individualmente ou em pequeno grupo. “[...] *pulhas, bexigas e princezes repelentes, a exalar mau cheiro e a amolar*

188 BARRETO, Álvaro. *Dias de Folia – carnaval pelotense de 1880 a 1937*. Pelotas: Educat, 2003, p. 21.

189 Crônica da cidade de Pelotas: Diário Popular. 18 de fevereiro de 1896 nº 1.

190 BARRETO, Álvaro, op. cit., 2003, p. 34.

os ouvidos de humanidade com sua gritaria desenfreada".¹⁹¹

No Correio Mercantil de Pelotas do dia 24 de fevereiro de 1903, p.1, portanto 10 anos depois que o Diário Popular falou dos "pulhas", também tem uma crônica que diz:

"A 15 animou-se ao anoitecer. Pulhas, bexigas, princezes, roupas de saco, de cobertores [...] dois ou três mascarados bizarros [...] Ao redondo da praça afluir bastante concorrência, por ali passando mascarados. A concorrência e movimento na Rua 15 durou até às 23 horas, quando uma parte do povo ainda foi estacionar em frente ao teatro para assistir ao baile mosqueado no salão daquele edifício".¹⁹²

No começo do século XX o carnaval mudou o seu modo de brincar, começou o apogeu do carnaval veneziano, com recepção ao Rei Momo, desfile de carros alegóricos, participação de corso e muita música nos salões e teatros.

A figura do Rei Momo era neste período, muito importante, como descreve Barreto:

"As informações jornalísticas dizem que o Rei Momo 'chegaria' via marítima, por isso a recepção se inicia no porto de Santa Bárbara, nos arredores da cidade, de onde o Rei e sua corte são conduzidos pelos Diamantinos até o centro da cidade, ao som do Zé Pereira, em passeio burlesco. Na altura da Praça da República, acontecem diversos discursos humorísticos e de crítica. [...] Em 1909, novamente Momo chega a Pelotas nos primeiros dias de novo ano, via marítima. Desta vez aporta pelo Arroio Pepino, sendo recebido pelo Diamantinos, logo depois, na Praça da Matriz [...] Em 1912, a recepção volta a ser realizada no dia primeiro de janeiro, com o Rei Momo chegando na Ponte de Pedra (atual Praça Cipriano Barcelos) [...] Em 1920 o ilustre visitante chega num biplano, aterrizando no Mercado Público, e dali vai diretamente para a Praça da República, onde realiza seu discurso

191 Crônica da cidade de Pelotas: Diário Popular de 3 de fevereiro de 1892, p. 2.

192 Trecho referido era o Sete de Abril, junto a Praça da República. Correio Mercantil de Pelotas, 24 de fevereiro de 1903, p. 1.

satírico e apresenta a plataforma para a folia”.¹⁹³

Fica bem clara a importância que os locais das praças tiveram no período de carnaval, pois a chegada da figura mais importante desse evento, era sempre em alguma das praças centrais, para daí partir, depois de seu discurso, para algum clube ou dar prosseguimento aos festejos. Chama-nos atenção o fato de que, no ano de 1909, é utilizada a Praça da Matriz ou a da Catedral de Pelotas – espaço destinado a festividades religiosas e como concentração de pessoas antes e depois das missas, nos casamentos, de onde partiam e chegavam as procissões, da Semana Santa ou de finados ou do padroeiro da cidade – como palco para a maior festa profana, o Carnaval.

A Praça da República era, sem dúvida, o lugar de maior importância para os festejos, pois não só o Rei Momo utilizava esse espaço para seus discursos satíricos, mas também a elite pelotense (século XIX) e, depois, a gente do povo (século XX). Porém é difícil resgatar essas manifestações dos grupos populares, com sua cultura, na maior parte das vezes, africana, pois a imprensa os ignorava, fazendo sempre menção à elite, com seus belos carros alegóricos e os grandes bailes. Em 1896, o Diário Popular¹⁹⁴ relata:

“(…) é lá de longe em longe um grupo de pretos minas, como os chamam, a cantar num diapasão infernal umas monótonas toadas, que sempre principiam por – aioê! aiuô! E a largar um perfume que nada tinha de Pinaud nem de Lubin ... depois o batuque. Oh! Isso era de escangalhar a alma do próprio Satanás!”

Esse costume perdurou até a década de 1930, ocorrendo no centro da Praça da República, ao redor do Chafariz das Nereidas que o povo chamava de “redondo”.

Segundo os relatos,¹⁹⁵ os negros e os mulatos, gente humilde, do povo, usavam o centro da praça para dançarem, sempre em círculos, ao ritmo dos tambores, os famosos “batuques”, uma estranha dança de origem africana, entoando a mesma

193 BARRETO, Álvaro, op. cit., 2003, p. 47-48.

194 Crônica da cidade de Pelotas: Diário Popular, 2003, p. 83-84.

195 Relatos de Heloísa Assumpção Nascimento e de Dona Maria de Lourdes Matos.

canção por horas à fio; era o famoso “redondo”. Somente nesse período é que essas pessoas podiam usar este espaço, destinados nas épocas normais, às elites das famílias pelotenses; porém, nessa época de carnaval, a elite não podia freqüentar o “redondo”.

A partir de 1930, “os cordões” assumiram um papel importante no carnaval pelotense, como menciona a crônica a seguir:

“Esplêndido e muito movimentada estava a noite de Domingo. Por todas as ruas da nossa adorável Princesa o movimento era desusado. A pitoresca Praça da República regurgitava ... Estava ao ‘gran complet’ ... Bandos garrulos de gentis senhoritas faziam o footing na Rua 15, deslizando nos passeios como bandos de pombinhas rolas ruflando as asas no espaço [...] Era o Clube Brilhante que se dirigia no Teatro Sete de Abril (defronte a praça)”.¹⁹⁶

Nessa crônica, fica bem claro que as gentis senhoritas usavam o espaço defronte à praça para assistirem ao Teatro Sete de Abril e à Rua 15 de Novembro, entre a Marechal Floriano e a Voluntários, para seu *footing* de carnaval. Uma linha imaginária na 15 de Novembro separava esse mundo da elite, do mundo dos negros, gente do povo, “pulhas”, mascarados, bêbados, que circulavam também na Rua 15 de Novembro, mas em direção ao Mercado Público, com outro tipo de comportamento, mais livres das condutas sociais. Divertiam-se livremente, sem regras, utilizando, além da rua, a Praça da República. Nessa época, a praça era do povo.

2.4.6 Salubridade versus estética

Para Michel Foucault, o conceito de salubridade como:

“[...] base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos. E é correlativamente a ela que aparece a noção de higiene pública, técnica de controle e modificação dos elementos materiais do meio que são suscetíveis de favorecer, ou ao contrário,

196 CORREIO Mercantil . Pelotas: crônicas da cidade de 26 fevereiro de 1930.

prejudicar a saúde”.¹⁹⁷

Na virada do século XIX para o XX, o cenário da cidade moderna cabia bem a Pelotas, pois estava de acordo com os padrões de salubridade, projeto de todas as Intendências cujas políticas apresentavam a visão historicista, a urbanização, de uma arquitetura supostamente neoclássica ou renascentista, portentosa, com uma visão europeia e de um comportamento social dito “civilizado”, onde a elite pelotense representada pelas senhoras “chiques”, desfilava com roupas dos últimos lançamentos da Europa, enquanto os homens discutiam sobre política e negócios, em âmbito internacional, como, por exemplo, sobre a exportação de carnes.

Os equipamentos urbanos eram colocados na cidade, tais como postes de iluminação, bancos, floreiras e até bebedouros públicos. A respeito dos últimos, segundo relatório de 1925, o Intendente Augusto Simões afirmava que, além de sua utilidade prática, tinham grande importância no aspecto higiênico da cidade; com isso, queria dizer que o município dispunha de água tratada e bebível, o que estava associado às idéias de salubridade e progresso.

Os conceitos de cidade moderna e a visão de organização da cidade eram compartilhadas por todos os Intendentes e por particulares, baseados no Código de Construções promulgado no Governo de Cypriano Barcellos – 1916 a 1920 até a reforma do Intendente Py Crespo – 1928-32, passando pelo projeto de Pedro Luis Osório – 1920-24, denominado *A Cidade do Futuro*, que, na verdade, não era um projeto, mas o Acto nº 1145, no qual o Intendente aprovava um esboço de ampliação da cidade, elaborado pela segunda diretoria da municipalidade, no ano de 1925.

Muitos anos se passaram até Pelotas ter verdadeiramente um Plano Diretor, o que veio a acontecer em julho de 1967, com o Prefeito Dr. Edmar Fetter. Nesse período, as praças já se encontravam muito deterioradas, decorrentes em parte pelo empobrecimento da população e do município.

Em nota no Diário Popular, argumentava o administrador, Intendente Augusto Simões Lopes:

197 FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 5 ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1985, p. 93.

“Com o traçado do seu desenvolvimento a cidade há de evitar os defeitos das sinuosidades anti-estéticas que enfeiam a mór parte das nossas cidades. Pelotas, graças a intelligencia de seus delineadores escapou a regra geral de nossos agglomerados urbanos. Dupla é portanto a nossa obrigação de conservar-lhe e augmentar-lhe a belleza. Aqui, como em todos os países cultos a melhor maneira de preservar a Prinzeza do systema chamado de crescimento natural, que se opera discricionariamente, sem observancia de qualquer preceito esthetico ou hygiênico é traçar-lhe a planta de sua expansão”.¹⁹⁸

Na continuação da crônica, comentava sobre as tipologia das residências, sustentando que onde se situassem casas residenciais de alto luxo, deveria o espaço conservar esse aspecto, de modernidade e progresso.

Em 1928, o Intendente, em relatório escreve:

“Baseados em dois princípios directrizes-esthetico e hygiênico – o esboço de Pelotas, organizado com a immediata preocupação do estudo "in loco" é uma garantia bem alta e segura de que a cidade do amanhã, além de conservar o aspecto encantador que a orientação governativa está lhe dando, será sempre o ponto maravilhoso do Rio Grande, que a justiça de um poeta sagrou como "A Princeza do Sul".¹⁹⁹

Esse texto mostra as duas preocupações básicas dos dirigentes da cidade: a estética e a salubridade, obedecendo à ordem imposta pelo projeto, com a funcionalidade ideal que facilitava a administração e o controle social. Há um lado positivo nesse pensamento, que é a preservação cultural da cidade, representada pelos seu magníficos prédios e pelo espaço de suas praças. Um fato a ser observado é que o prédio, sede da Intendência, hoje Prefeitura, não sofreu interferências externas, mas o que está a sua volta sim, como a reformulação da praça, seu embelezamento, a colocação de iluminação e pavimentação e de uma nova arborização. O poder era estável, imutável. A administração de 1914 a 1928 permaneceu como Partido PRR; portanto, sem mudanças num longo período.

198 Crônica da cidade do Diário Popular de 15 de maio de 1942, p. 1 – Pelotas.

199 Relatório da Intendência de 1928, p. 24.

Mas os espaços urbanos públicos deveriam mudar, para mostrar o progresso da cidade e a preocupação de seus dirigentes com a modernidade e o progresso da cidade.

3 ESTUDO DE CASO

Ao longo do séc. XIX, relatos são produzidos de forma a se constituírem a memória de grupos sociais pelotenses. Maurice Halbwachs estabeleceu uma analogia entre território do grupo e sua memória, a partir da qual destaca três questões:

- 1) as formas organizadas do espaço não são apenas um quadro ou um suporte da lembrança ou o meio de sua cristalização;
- 2) o grupo mantém com seu espaço o mesmo tipo de relação que mantém com seu passado;
- 3) o que vale para a produção de memória vale para a produção do espaço e reciprocamente.²⁰⁰

Valendo-nos desses conceitos, utilizamos a memória para procurar reelaborar os espaços e desses espaços recriamos a memória. As sociedades urbanas procedem continuamente a uma reatualização e a mudanças; o passado não ressurgem idêntico, mas, a cada etapa de seu desenvolvimento, as sociedades remanejam as suas lembranças de forma a adequá-las às condições do momento de seu funcionamento.

Entendemos como lugares de memória a crônica e a história social, cultural e política de uma sociedade. Elas tecem uma relação com o espaço e a memória de um lugar, estabelecendo territórios e tempos.

200 HALBWACHS, Maurice apud LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história*. São Paulo: Edusp, 2001. p. 147-153.

Maurice Halbwachs, no obra *A Memória Coletiva*, escreve:

“O espaço possui, em relação à memória, um duplo estatuto. Primeiramente, ele inscreve-se na mesma relação dialética do social em geral: por um lado, a memória coletiva apóia-se em imagens especiais; por outro, desenhando sua forma no solo, os grupos sociais definem seu quadro especial, nele inserindo suas lembranças. Em segundo lugar [...] apenas a imagem do espaço, graças a sua estabilidade, é que nos dá a ilusão de não mudar através do tempo e de reencontrar o passado no presente”.²⁰¹

O espaço urbano e a memória coletiva dos grupos sociais que o ocupam estão ligados e comportam uma mesma análise. A memória expõe o passado com base no presente e o espaço ocupa seu lugar, mas não de forma idêntica. A sociedade remaneja suas lembranças de modo adequá-las às condições do momento e para satisfazer suas necessidades.

Baseados nesses conceitos, procuramos analisar os espaços das praças centrais de Pelotas, tendo por base tanto a história e a crônica como os levantamentos e as análises físicas desses espaços.

3.1 Método de interpretação dos espaços públicos em relação à cidade

Para estudarmos as praças, alguns pontos são fundamentais para podermos entender esses espaços.

Em primeiro lugar, devemos conhecer a história da formação dos espaços, as mudanças sofridas ao longo do tempo e as razões das mudanças, ou seja, a história desses espaços através do tempo. Como a praça vincula-se fortemente ao lugar ao qual ela pertence, é fundamental a compreensão desse lugar, mais do que a da forma ou da paisagem em si, senão estaremos estabelecendo um sistema fechado de análise.

201 HALBWACHS, Maurice apud LEPETIT, Bernard, op. cit., 2001. p. 148-149.

Em segundo lugar, estudar os monumentos (prédios) e as ruas que delimitam esse espaço e que lhe servem de cenário e os visuais decorrentes da formação destes espaços.

“As fachadas arquitetônicas são as divisórias entre o espaço particular (do proprietário) e o espaço comum (espaço urbano), o limite entre o privado e o público, entre o individual e o social. Essas fachadas, porém não só determinam esses dois espaços distintos – espaço interior arquitetônico e espaço urbano – mas os qualificam, valorizam e caracterizam. [...] Também atuam como reflexo da mentalidade de uma sociedade, de uma determinada época e local, quando analisada em seu conjunto.”²⁰²

Em terceiro lugar, conhecer a história dos usos dos espaços delimitados por uma sociedade em um determinado tempo e de seus comportamentos sociais, através das crônicas, que são histórias narradas e derivadas da percepção do viver cotidiano desses grupos, num certo lugar, num ir e vir do passado/presente. Margarida de Souza Neves escreve: *“Na forma como no conteúdo, na seleção que efetua como na linguagem que emprega, a crônica é sempre e de forma muito distinta, um texto que tematiza o tempo e, simultaneamente, o mimetiza. Tal como a história, aliás”*.²⁰³

E, por último, o estudo do espaço físico da praça desde a sua implantação até o começo do século XX. O período analisado estende-se de 1860 a 1930, correspondendo o apogeu da cidade, tanto na economia como na cultural. Para tal análise, aplicaremos a metodologia que Louis Marin utilizou para “ler” um quadro e que podemos utilizar para “lermos” os espaços das praças, como seu traçado, o estilo dos seus jardins, seus equipamentos e monumentos (estatuária) e a vegetação existente.

Assim, com essa análise, podemos ter um entendimento do espaço físico ocupado pela praça e do perfil dos grupos que a utilizaram e que fazem parte da história da cidade.

202 SANTOS, Carlos Alberto Ávila. *Espelhos, Máscaras, Vitrines: História urbana*. São Paulo: Edusp, 2002, p. 36-37.

203 NEVES, Margarida de Souza. *História da crônica. Crônica da História*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympo, 1995, p. 17.

3.1.1 Método de leitura do espaço da praça

“O homem tem em todos os momentos a percepção de sua posição relativa, sente a necessidade de se identificar com o local em que se encontra, e esse sentido de identificação, por outro lado, está ligado à percepção de todo o espaço circundante.”²⁰⁴

Louis Marin²⁰⁵ parte de critérios que possibilitam a transposição do registro da imagem ao registro da fala e da escrita. Segundo esse autor, há três modalidades para se “ler” e “decifrar” uma obra de arte, ou, no caso, a praça. Na primeira, trata-se do percurso com o olhar, realizado num trajeto ordenado, dentro dos limites do quadro, como sistema fechado. Esta primeira modalidade constitui, na arquitetura, a “visão serial” segundo Gordon Cullen, isto é, a visão do percurso de uma pessoa ao atravessar determinado espaço de uma cidade pela primeira vez. Ela percorre ruas que desembocam nos espaços de praças, que darão em novas ruas, e assim sucessivamente.

A paisagem urbana surge, na maioria das vezes como uma sucessão de surpresas ou revelações súbitas, ora agradáveis, ora não, e essas sensações primeiras são as que ficam gravadas na memória das pessoas em relação a uma determinada cidade ou lugar. A isso chamamos de “visão serial”, e ela vai ajudar a decifrar e gravar na memória os espaços de uma cidade.

Numa perspectiva visual, temos dois pontos a considerar: a imagem existente, aquela que vemos, que é real; e a imagem emergente, que é uma sucessão de acontecimentos fortuitos, e suas ligações não passam de mera coincidência. Da junção das duas, isto é, a partir da realidade inerte, podemos criar uma situação intensamente emotiva, como quando olhamos um quadro, representação inerte e ao mesmo tempo dinâmica, pois tem o poder de mexer com o sentimento das pessoas que o olham.

Ele, o usuário, percebe elementos determinados, em um demarcado espaço sem se preocupar propriamente com os elementos que esse espaço contém e com

204 CULLEN, Gordon. *Paisagem urbana*. Lisboa: Ed. 70 Ltda., 1971, p. 14.

205 MARIN Louis. *Sublime, Poussin*. São Paulo: Edusp, 2000. p.

nossas reações ante a nossa posição nesse espaço, que Gordon Cullen chama de “*local*”, isto é, como “*estou fora*”, estou a entrar ali “*para dentro*”, ou “*estou aqui dentro*”. É neste tópico que podemos analisar a apropriação do espaço, território ocupado ou livre, apropriação do movimento, recinto, circulação de pessoas e de veículos, unidades urbanas, pontos focais, paisagem interior e comportamento exterior, recintos múltiplos, delimitação dos espaços e vistas para o exterior, focalização, perspectivas, delimitações, barreiras, pavimentações.

Numa segunda modalidade, segundo Louis Marin, fundamentada na primeira, o olhar reconhece, nas figuras expostas, a história que ele conhece de outra maneira, como duplo processo de iconização de um texto escrito e de textualização de uma disposição figurativa. Aqui nos transportamos novamente para a arquitetura paisagística, com o item “*conteúdo*”, isto é, a própria constituição do espaço a ser estudado, como sua cor, a textura, a escala, o estilo a que pertence, a sua natureza, a sua personalidade e tudo o que o individualiza, isto é, a que categoria pertence – a praça central, a de periferia, etc., seus pormenores (gradeamento, degraus, etc), objetos significativos, geometria, obras edificadas, como esculturas, seus contrastes, seus usos, sua escala em relação à cidade, sua história e sua integração com as árvores, enfim todos os elementos que compõem esses espaços e seus significados.

Na terceira modalidade, a contemplação torna-se repetição diversificada de percursos de visão e percursos de “leituras”. Novamente, nos transportamos para os espaços abertos.

A cidade passa a ser uma experiência eminentemente plástica, percurso através de zonas de compreensão e de vazios e contrastes entre espaços amplos e espaços delimitados.

Depois da análise feita e da “leitura” dos espaços, temos condições de voltar novamente a “passear” por esses espaços e de ter uma nova visão e nova “leitura”, visibilidade e legibilidade, em harmonia num sistema fechado.

3.2 Praça Coronel Pedro Osório

“É importante, para a compreensão do processo, reconstituir a

história da Praça (e dos prédios do entorno), que já foi da Regeneração, D. Pedro II, outra vez da Regeneração, durante o Império, da República e Coronel Pedro Osório, durante a República.”²⁰⁶

Em 1829, foi destinado um local para a construção da praça central da recém criada Freguesia de São Francisco de Paula. Embora mesmo ainda não possuindo a configuração de praça, a população já a chamava de Praça da Regeneração. Em 1865, quando da segunda visita de D. Pedro II à cidade, a praça recebeu o nome do Imperador como forma de homenageá-lo. Nesse período, não ostentava nenhum atrativo e era intransitável no seu percurso. Em 11 de outubro de 1889, 35 dias antes da Proclamação da República, a Câmara de Pelotas, que tinha maioria liberal, conseguiu substituir o nome da praça, de D. Pedro II passou ao antigo nome de Praça da Regeneração (Atos da Câmara Municipal, ano de 1889 – manuscrito). Não foi só o nome da praça que mudou, foram substituídos os nomes de todas as ruas e logradouros ligados ao Imperador. Foi assim que a Rua do Imperador virou Félix da Cunha; a Rua 24 de Outubro, data que assinalava a chegada de D. Pedro II a Pelotas em 1865, por Tiradentes. Em 1895, foi novamente rebatizada, desta vez com o nome de Praça da República, homenageando o regime político que se consolidava. Com a morte do Coronel Pedro Luis da Rocha Osório em 1831, militante da ala republicana, Coronel Comandante Superior da Guarda Nacional e, em 1903, Vice-Presidente do Estado, além de maior produtor de arroz e charqueador do município, o Intendente da época, João Py Crespo, através de decreto, substituiu o nome da Praça da República pelo de Praça Coronel Pedro Osório, que se conserva até os dias atuais. Pedro Osório não era pelotense de nascimento, pois era originário de Caçapava, onde os pais tinham uma estância. No entanto, dedicou parte de sua vida pública ajudando a população como homem público e com seu império econômico, trazendo riquezas e prestígio para a cidade de Pelotas. A estátua em homenagem ao Coronel Pedro Osório, voltada para a Rua XV de Novembro, foi inaugurada no ano de 1954.

O quarteirão que foi destinado à principal Praça da Povoação, por ocasião da doação de terras por Dona Mariana Eufrázia da Silveira, no ano de 1829, tinha 80

206 MAGALHÃES, Mário Osório. *Opulência e cultura da Província de São Pedro do RS – um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas: Ufpel, 1993. p. 98.

braças²⁰⁷ em “quadro”, ou seja, um quadrado de 176m de lado, num total de 30.976m² ou, aproximadamente, 3ha; hoje com cerca de 2,2ha, efetivamente se tornou a praça central e de maior importância para a cidade, com o nome de Praça Coronel Pedro Osório.

“Estavam, assim criadas as condições materiais e físicas para que a povoação de São Francisco de Paula atingisse uma situação de fato para pleitear a instalação da vila [...] medidas eram tomadas para resguardar os Logradouros Públicos os Poços d'água; Praças surgiam, espaços eram demarcados para futuras construções [...]. O povoamento e a urbanização tendiam, pela nova organização social e tipos de atividades, a tornar-se urbano.”²⁰⁸

A partir do momento em que a Vila se configurou como urbana, através da criação de instalações de órgãos administrativos, de locais públicos, como o recém-criado espaço para uma praça, novos valores e determinações passaram a reger a vida da população – que gira em torno de 4.000 habitantes em 1834 –, de modo mais rígido e disciplinado.

A primeira planta da cidade de Pelotas data de 1815, como já referimos antes, e abrangia a área ao redor da Praça da Catedral. Em 1835, foi desenhada outra planta, abrangendo novos quarteirões em direção à nova Praça da Matriz.

“Vários quarteirões ao redor da nova praça contavam com uma quantidade relativa de recentes prédios. Ao seu redor já estava estabelecido o Teatro e a Casa da Câmara Municipal, estando demarcado o local para a edificação da nova Igreja Matriz. Nessa planta vinham demarcados os locais para as futuras praças. Desde cedo foi preocupação das autoridades municipais a criação de locais destinados ao público em geral. Na sessão realizada em 14 de maio de 1832 o vereador Viana propunha que fosse designada a Praça da Regeneração para o uso dos carros e a Matriz para as quitandeiras, atendendo assim

207 Braça – unidade de comprimento equivalente a 2.2m.

208 ARRIADA, Eduardo. *Pelotas – Gênese e desenvolvimento urbano (1780-1835)*. Pelotas: Armazém Literário, 1994. p. 101.

as determinações do art. 35 e 36 das Posturas de 1829.”²⁰⁹

Logo que ficou determinado o espaço público da praça central, então Praça da Regeneração, também ficou estabelecido seu uso. Nela foi instalado o Pelourinho, sinônimo de autonomia municipal da recém-criada vila. No centro da praça estava colocado esse patíbulo, onde eram amarrados e publicamente castigados com açoites, os delinquentes e os criminosos.

“Até 1872 ou 1783, antes da primitiva autorização dessa praça e do levantamento do chafariz no ponto indicado, existia ali, visível, à superfície do solo, a laje ou alicerce desse 'monumento erguido ao martírio'. Esse alicerce era feito de tijolo, em forma circular, devendo ter dois metros de diâmetro.”²¹⁰

Ao redor da Praça começaram a surgir os locais onde funcionariam o poder político e da cultura, tão prestigiada pelo povo pelotense desde sua fundação. Esses prédios obedeciam aos códigos formais do Período Colonial. A carência de materiais e as primitivas técnicas construtivas resultavam em construções semelhantes, não importando se seriam de uso público ou privado, variando somente na proporção, no número de pavimentos e no uso.

Espaços culturais e espaços do poder público

“Por ser 7 de abril uma data nacional, de gala, ainda recém decretada para comemorar a abdicação do primeiro imperador, foi esse dia o escolhido para a solenidade da ereção do município. Foi, com aspecto festivo, ela realizada ao ar livre, na Praça da Regeneração, perante compacta multidão, em cujo seio se encontravam cidadãos dos mais conspícuos e representativos da freguesia, que foram as testemunhas oficiais do levantamento do pelourinho, emblema da autonomia que era concedida ao distrito. Há muito desaparecido, foi esse padrão cravado sobre a face sul da praça e erguia-se fronteiro a casa em que devia ser instalada a Câmara Municipal.”²¹¹

209 Ibidem, op. cit., 1994, p. 129

210 OSÓRIO, Fernando. **A Cidade de Pelotas**. 3. ed. Pelotas: Armazém Literário, 1997. p. 129.

211 Ibidem, 1997. p. 92.

As primeiras construções em volta da praça, logo após a instalação da vila, foram o Teatro Sete de Abril, a Casa da Câmara Municipal e a primeira escola pública, lado a lado. Em 1820, deu-se a primeira aula pública em prédio à esquerda do terreno do Teatro Sete de Abril, em frente ao local da praça da nova Igreja Matriz. (fig. 28)

Arséne Isabelle, quando visitou a Vila em 1834, ficou impressionado pelo crescimento e desenvolvimento da cidade e escreve: *“Há um teatro muito bonito, realmente elegante e cômodo. [...] É fácil, prever que, dentro de poucos anos, ela será a segunda cidade da Província”*.²¹²

Logo que foi instalado o município, foi inaugurada a Câmara Municipal, num prédio defronte à Praça, que pertencia a dona Rita Leocádia de Moraes, que o alugara para a Câmara. Situava-se à esquerda do Teatro Sete de Abril. À direita do Teatro, onde, no final do século XIX, foi instalado o Hotel Brasil, funcionou a primeira aula de instrução primária, sob o comando do Professor João José de Abreu, até meados de 1868, sendo, mais tarde, a Câmara Municipal transferida para esse prédio.

Na primeira metade do século XIX, toda a vida da cidade girava em torno da praça e do seu principal prédio que era o Teatro Sete de Abril. Esse teatro, um dos mais significativos documentos arquitetônicos existentes, expressava a grandeza de uma época da história de Pelotas, em que havia opulência econômica, proporcionada pelas charqueadas. O Teatro teve uma vinculação forte com a praça, pois esta, praticamente, servia-lhe de ante-sala. Chegadas e saídas do teatro aconteciam pela praça, pois ainda não havia as ruas, como hoje as temos, bem delimitadas. O projeto do Teatro, em estilo renascentista²¹³, foi assinado pelo Engenheiro Eduardo Von Kretschmer²¹⁴ em 1833, construído em lote de meio de quadra, com 16m de frente por 45m de profundidade.

212 ISABELLE, Arséne. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Trad. Dante de Laytano. 2 ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983 (1ª edição francesa, 1835). p. 296.

213 Segundo Gilberto Sarkis Yunes, era um prédio renascentista mas para Andrey R. Schlee não passava, como a maioria das construções coloniais, de um prédio pesado e maciço, como todos dessa época.

214 Kretschmer foi o autor da retificação e ampliação da planta do Rio de Janeiro em 1820, da planta de Pelotas em 1834, dos três primeiros projetos de estudo para abertura da Barra do Canal São Gonçalo em 1833, dentre outras obras. Dados sobre autoria do projeto constou do livro de Carlos Alberto Ávila Santos, *Espelhos, Máscaras e Vitrine*. Pelotas: Educat, 2002. v. 4.

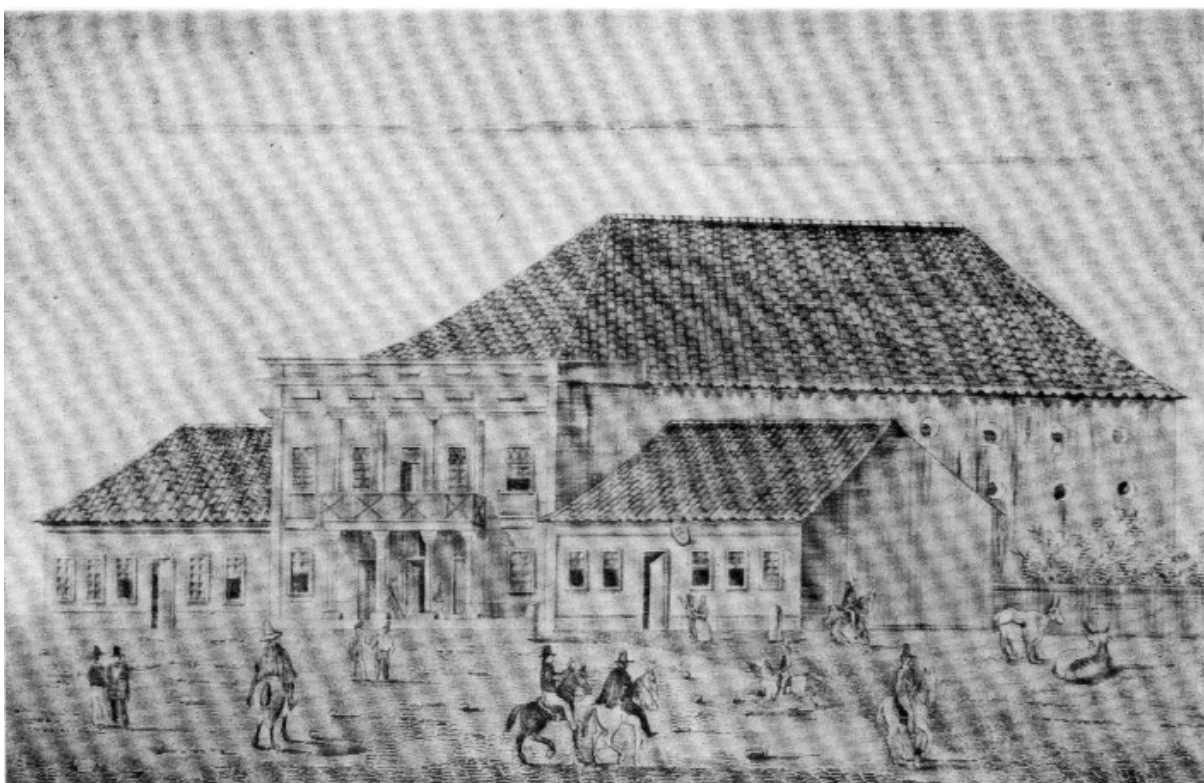


Fig. 28 – Teatro São Francisco de Paula, em Pelotas, Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.
Fonte: O Constitucional

Executado a mando da Sociedade Scenica de Pelotas, a qual foi fundada em 1831, na época da abdicação de D. Pedro I, com grande influência européia, e como uma iniciativa concreta, que era a difusão da arte. A execução da obra coube a José Vieira Pimenta²¹⁵.

A primeira apresentação artística no teatro ocorreu em 2 de dezembro de 1833, data do aniversário de D. Pedro II, com o espetáculo dramático *Desertor francês*. De 1835 a 1845, no decênio da Revolução Farroupilha, seus mirantes serviram de base para a vigia da cidade. Sofreu duas grandes modificações em 1869 e 1915, quando seu diretor, Coronel Guilherme Echenique, propôs melhorar suas acomodações, dando-lhe um aspecto mais atraente, condizente com o progresso da cidade na época. (fig. 29)

Em 24 de setembro de 1865, D. Pedro II visitou Pelotas, vindo de Jaguarão, no vapor de guerra APA, com sua comitiva e a Imperatriz Maria Cristina. Um de seus compromissos era assistir a uma representação no Teatro. “*Apesar da chuva, multidão de jovens comerciantes, vestidos à maneira da corte, antecidos pela Bandeira Nacional e por uma banda de música, veio acompanhar o Imperador até a Casa de Espetáculos.*”²¹⁶

A reforma do teatro, em 1915, foi radical tanto interna como externamente, de acordo com os princípios ideológicos do positivismo de Auguste Comte, conferindo-lhe uma fachada em linha do estilo art nouveau, que se conserva até hoje. O projeto da fachada coube ao Arquiteto José Torrieri; e a execução, aos empreiteiros Pedro e João Rodrigues, Rodrigues & Cia, segundo projeto da firma Peres, Monteiro & Cia:

“Respeitando os vãos originais, modificando o restante dos elementos existentes, introduzindo ornamentos diretamente relacionados com a função do prédio (máscaras, liras, violas e um tarol) criando um frontão em forma de pórtico e arco abatido e transformando

215 José Vieira Pimenta. 1º cronista de Pelotas, português de nascimento, brasileiro de adoção, foi um homem de espírito empreendedor, trabalhador infatigável administrador metódico. trabalhou além do teatro, na construção da Santa Casa de Misericórdia, da Beneficência Portuguesa, ao cemitério público e na construção da ponte de alvenaria sobre a Santa Bárbara. dados retirados do livro *A Cidade de Pelotas* de Fernando Osório, p. 85.

216 NASCIMENTO, Heloisa Assumpção. *Nossa cidade era assim*. Pelotas: Universitária/UFPEL, 1999. v. 3. p. 53-54.

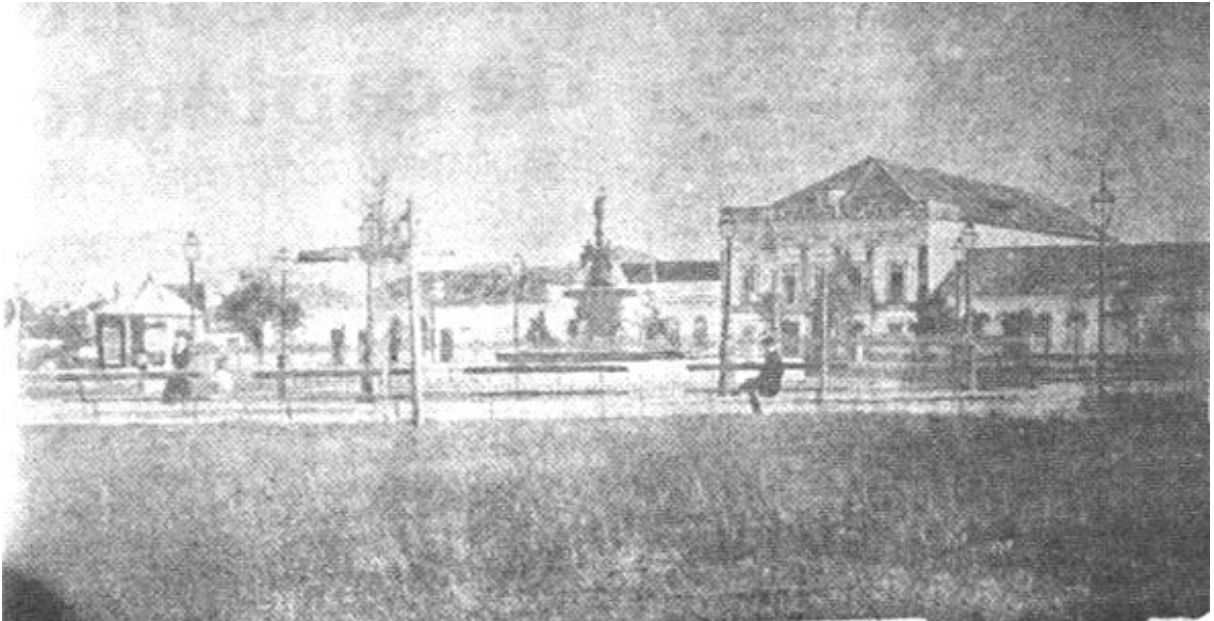


Fig. 29 –Teatro Sete de Abril, Pelotas, Cartão Postal, (18--)

Fonte: Coleção de Flávio Azambuja Kremer



Fig. 30– Teatro Sete de Abril

Foto Neco Tavares, 2002

a própria fachada como um todo em um espetáculo luminotécnico”.²¹⁷

Quanto à simbologia pelo nome de Sete de Abril, foi para prestar homenagem a D. Pedro I, monarca nascido em solo pátrio, dito na época como data da verdadeira independência. No ano seguinte em 7 de abril a então Freguesia de São Francisco de Paula foi promovida à condição administrativa de vila, aumentando a simbologia política para a comunidade local. (fig. 30)

Cinquenta anos mais tarde, em 1880, ergueu-se, à esquerda da nova Câmara Municipal, hoje Prefeitura, a Biblioteca, que ampliaria, assim, a diversidade cultural da cidade.

“Nessa ocasião garantiu-se para a cultura, em Pelotas, sua posição de relevo, inclusive no plano topográfico. Mantendo-se na praça principal e ao lado da administração pública, reocupou um lugar correspondente, na planta urbana, ao que assumira, desde sempre, no interior das almas (...).”²¹⁸

A Biblioteca Pública foi fundada em 1875 por Antônio Joaquim Dias. Segundo Magalhães:

“Em 14 de novembro de 1875, foi fundada a Biblioteca Pública Pelotense, por iniciativa de um grupo de cidadãos, liderados pelo redator do Correio Mercantil, Antônio Dias.

“Não era ainda no local onde hoje está localizada.

“Em 7 de setembro, João Simões Lopes, Visconde da Graça, inaugurava os alicerces de uma construção própria, na Praça Pedro II (Coronel Pedro Osório).”²¹⁹

A inauguração do primeiro Salão da Biblioteca deu-se em 12 de março de 1881, mas somente em agosto de 1888, foi concluída a obra.

217 SCHLEE, Andrey Rosenthal. *O Eclétismo na arquitetura pelotense até as décadas de 30 e 40*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado//UFRGS, 1994. p. 65.

218 MAGALHÃES, Mário Osório. No Diário Popular de 4 de agosto de 2002. Pelotas na seção variedades com o título "O Exemplo de Pelotas".

219 Ibidem, 2002.

A autoria do primeiro projeto foi o do Engenheiro Dominique Pineau e o segundo projeto do Arquiteto José Izella, que acabou vencendo, com algumas modificações impostas pela diretoria da Biblioteca.

Em 1911, com o acréscimo de um pavimento, o antigo prédio se transformou em sobrado.

Na década de 1880-89, foi erguido o Paço, depois Intendência, depois Prefeitura Municipal de Pelotas; portanto do mesmo período da Biblioteca. Seu projetista, não se tem certeza, envolveu dois nomes: José Izella e Romualdo de Abreu e Silva. (fig. 31, 32, 33, 34, 35, 36)

A Biblioteca era dirigida pela intelectualidade local e tinha, continuamente, outra função: a de legitimar os preceitos de um ambiente cultural progressista e moderno; serviu também como local para os mais diversos cursos.

Esses prédios foram construídos para um uso específico, conservando-se até hoje com a mesma finalidade. Quanto ao estilo arquitetônico dos dois prédios, podemos considerar seu estilo como historicista eclético, estilo predominante, predominantemente historicista, durante o século XIX e começo do século XX. A maioria dos prédios existentes ao redor da praça também se enquadram nesse estilo.

Data, ainda, da primeira metade do século XIX um importante casarão, situado na esquina da Praça com a Rua Félix da Cunha. Sua importância não se dá por sua beleza ou importância arquitetônica, mas pelos fatos nele ocorridos durante a Guerra dos Farrapos.

“A entrada, em 1836, na cidade de Pelotas, de Lima e Silva, comandante das armas nomeado pelo governo revolucionário e de Netto, foi triunfante. No prédio histórico à Rua Félix da Cunha nº 603, canto a Praça da República, os farrapos sitiaram e aprisionaram, com toda a força que comandava, o então major legalista Manuel Marques de Souza, mais tarde tenente-general Conde de Porto Alegre.”²²⁰ (fig. 37)

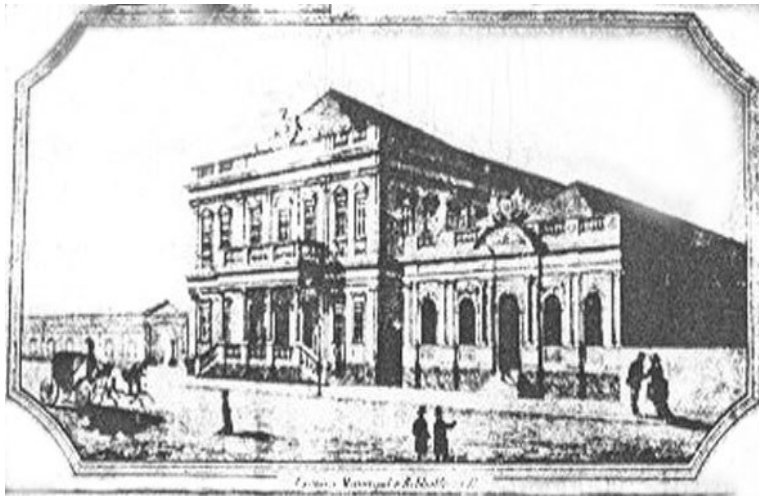


Fig. 31 – Câmara Municipal e Biblioteca Pública, aquarela de Dominique Pineau, 1883

Fonte: Acervo Família Osório.

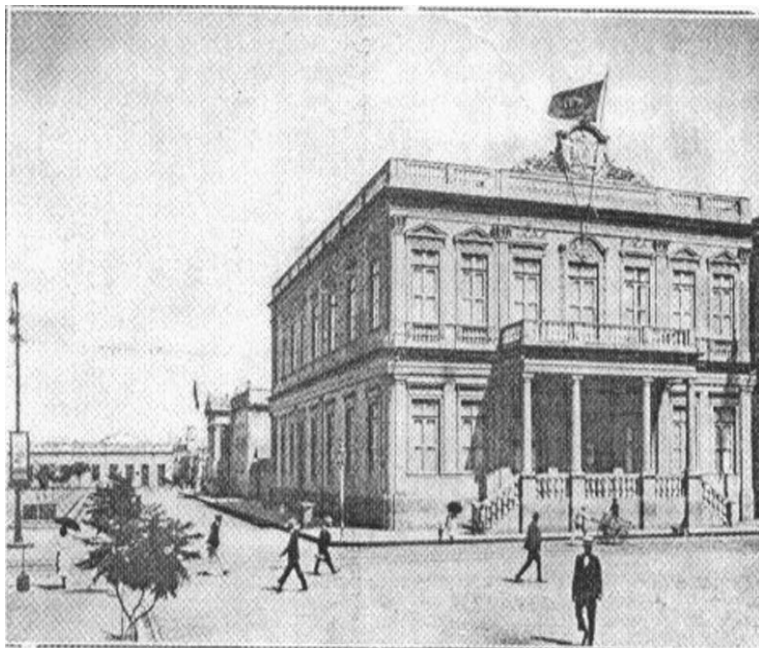


Fig. 32 – Edifício da Intendência Municipal, Pelotas.

Fonte: Álbum de Pelotas, 1922.



Fig. 33 – Prefeitura Municipal, Pelotas

Fonte: Foto de Neco Tavares, 2003



Fig. 34 – Biblioteca Pública, antes da reforma.

Fonte: Álbum de Pelotas, 1922.



Fig. 35 – Palacete da Biblioteca Pública de Pelotas.

Fonte: Álbum de Pelotas, 1922.



Fig. 36 – Biblioteca Pública de Pelotas

Foto: Neco Tavares. 2003



Fig. 37 – Rua Félix da Cunha, casarão do século XIX em primeiro plano. Foto de 1916

Fonte: Reprodução do original, acervo Pelotas Memória

O Dr. Francisco de Paula Chaves Campello deu um depoimento ao Sr. Fernando Osório, escrito de seu próprio punho e dizia:

“Foi aí na Praça da República que se formou o regimento do comando de meu tio, o tenente-coronel Camilo dos Santos Campello, sendo meu pai (o capitão de milícias Manuel dos Santos Campello) comandante do 1º Esquadrão, e puseram cerco ao sobrado da esquina formada pela praça e a atual Rua Félix da Cunha [...]”.²²¹

Esse prédio serviu de quartel-general na Guerra dos Farrapos, foi Câmara Municipal, redação e oficinas do jornal *Diário de Pelotas*, foi colégio, foi sede da União Republicana, sede do Clube Demócrito, carnavalesco, foi quartel de polícia e prisão dos chefes federalistas. Foi um prédio de muitas funções, mas todas com marcante relação com o espaço da praça.

Havia, ainda, um sobrado na esquina da Rua Lobo da Costa com a Praça, em estilo colonial, que seria mais tarde reformado, podendo integrar o conjunto de prédios historicistas. A quadra que fora destinada a Igreja Matriz possuía apenas um poço, que servia de bebedouro aos escravos.

Observa-se que, até meados de 1850, o espaço da Praça possuía, em seu entorno, pouco prédios, mas todos numa ligação muito forte com o Teatro, com a Câmara, com o Casarão descrito acima e com o Pelourinho no seu centro. Esse logradouro, orgulho dos pelotenses, não foi urbanizado em curto espaço de tempo, ou embelezado de repente. Fernando Osório Magalhães relata que obteve do mestre e pintor Frederico Trebbi a informação de que:

“Cerca de 1870, era um sítio inculto, cercado por pequenos moirões ligados por correntes de ferro e, à noite, alumado por lamparina de óleo de mocotó presa a uma estaca cravada ao centro da área imensa. Mais tarde, foram feitas as calçadas do lado da Rua Félix da Cunha e XV de Novembro, e o prédio da Biblioteca Pública estava longe de existir. No seu lugar, havia, apenas uma cerca de arame. Nem existia o Mercado Público, mas o velho prédio colonial do Teatro Sete de Abril. Do Paço

221 OSÓRIO, Fernando, op. cit., 1997, p. 118.

Municipal (hoje Prefeitura) até a residência em construção dos Barões de Arroio Grande, o que se avistava era Campo Limpo”.²²²

Mas o que é importante é o elo de ligação que estes prédios possuíam com o entorno e que serviam de paredes e limites à Praça D. Pedro II (atual Coronel Pedro Osório). A grande maioria das manifestações políticas ali ocorreram, como mostra a foto de 29.10.23, quando da Revolução Rio-grandense, homens de Zeca Netto e o povo se apropriaram do espaço em grande manifestação pública, ou na chegada do Dr. Flores da Cunha, em 30.12.23, ou em 27 de julho de 1935, para comemorar 100 anos da fundação da cidade, quando desfilaram garbosamente pelas ruas principais, repletas de alegre multidão, o 9º R. I., o 4º Batalhão da Brigada Militar, o Tiro de Guerra 31, a Escola Técnica Profissional e os Ginásios Pelotense e Gonzaga, com esplêndida formação disciplinar. A importante parada prestou continência às autoridades civis e militares reunidas no jardim da Prefeitura. (fig. 38, 39, 40)

Espaço religioso

Em 1845, o jovem Imperador D. Pedro II, logo após a pacificação, veio à Província pela primeira vez, oportunidade que a cidade esperava para lançar a pedra fundamental da nova igreja, na então Praça da Regeneração, ficando a Irmandade do Santíssimo Sacramento de São Francisco de Paula de posse da quadra onde ela se situaria. Presentes no ato estavam o Conde Caxias, Presidente da Província, o Ministro do Império, Almeida Torres e o bispo diocesano, Conde de Irajá. Foram levantados os seus alicerces, cuja linha emergia a mais de um metro do solo e marcava o quarteirão entre a Praça da Regeneração e a Rua das Flores (atual Andrade Neves), e dois becos, mais tarde as Travessas Conde de Piratini e Ismael Soares.

A projetada catedral não passou da pedra fundamental, ainda que tivesse um projeto de Robert Offer que “(...) apesar de não ser construído, acabou por introduzir em Pelotas e no Rio Grande do Sul, uma arquitetura eclética baseada sobretudo na recuperação de elementos renascentistas”²²³.

²²² OSÓRIO, Fernando, op. cit., 1997, p. 170.

²²³ SCHLEE, Andrey Rosenthal. op. cit., 1994. p. 59.



Fig. 38 – Tomada da Intendência, Praça Cel. Pedro Osório, 29/10/1923.

Fonte: Biblioteca Pública Pelotense.



Fig. 39 – Entrada de Zeca Netto, 24/10/1923. Vê-se o Mercado Público / Intendência pela Rua 15 de Novembro

Fonte: Biblioteca Pública Pelotense.



Fig. 40 – Praça Cel. Pedro Osório

Fonte: Biblioteca Pública Pelotense, Foto de L. Lauzetta (19__)

Espaços de serviços e comerciais

Como dissemos antes, todo o espaço urbano português tinha junto ou atrás de sua praça principal o Mercado. Também em Pelotas, registra-se a construção do Mercado Público, característico espaço de intercâmbio econômico e social no período de 1840-50, atrás da Praça da Regeneração. Seu primeiro projeto foi de 1846, de autoria de Manoel Mendes de Carvalho, mas a Câmara aprovou a planta oferecida por Robert Offer, com algumas modificações. Teodolino Farina foi o construtor, e José Vieira Pimenta construiu a cisterna, situada no seu interior. O Mercado Público de Pelotas, como também o de Porto Alegre, ocupava todo o quarteirão. Tinha as esquinas em ângulos chanfrados e um pátio central, onde se localizava a cisterna, que serviu por muito tempo para abastecer a cidade. (fig. 41, 42, 43)

Em 1911, começaram as reformas que se estenderam até 1914. A planta baixa foi conservada, acrescentando os quatro torreões das esquinas e uma torre metálica com relógio e farol no centro de edificação.

A partir da segunda metade do século XIX, foi concluído o Mercado Público, e o próprio interior da Praça foi arborizado e ajardinado. Até 1870, a Praça permaneceu intransitável em todo o seu percurso, cercada por um alambrado, tendo ao centro uma lagoa de águas paradas, mas, nas últimas décadas do século XIX, a modernização era uma prioridade para a cidade, que se dizia culta e civilizada.

Começaram a implantar a infra-estrutura básica na cidade, ou seja, água, esgoto, iluminação e transportes, intimamente relacionada com a melhoria do nível de vida da população.

Até o final do século XIX, existiam as “negras minas”, que transitavam pela praça, vendendo seus quitutes, feitos nas cozinhas das casas das sinhás.

Não eram muitas as casas de comércio em volta da Praça, pois elas se situavam mais na Rua Félix da Cunha (do Comércio) ou na Rua XV de Novembro (São Miguel). Mas existia uma casa comercial muito famosa na época: A Casa Comercial

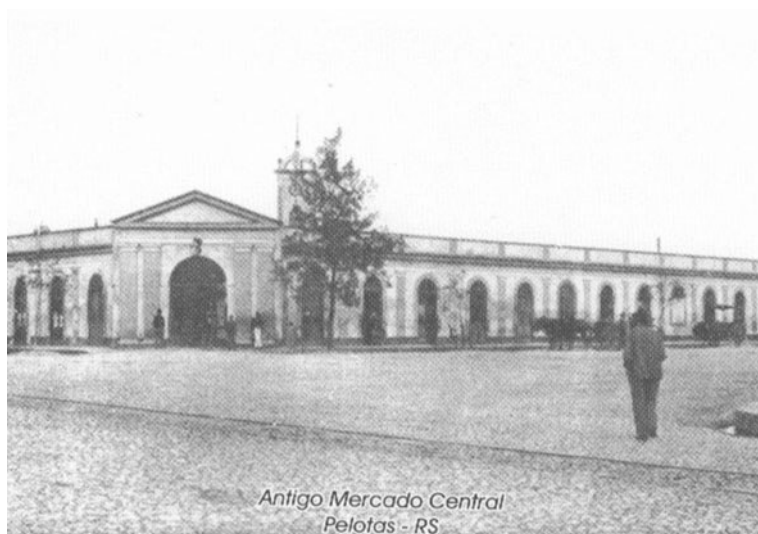


Fig. 41 – Antigo Mercado Central, Pelotas.

Fonte: Acervo do Pelotas Memória.



Fig. 42 – Mercado Público Municipal, Pelotas.

Fonte: Álbum de Pelotas, 1922.

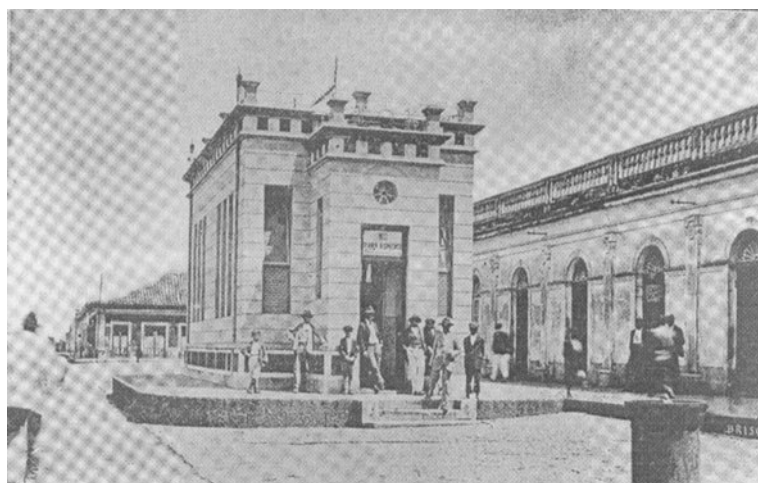


Fig. 43 – Mercado Público, "Water Closet", Pelotas

Fonte: Álbum de Pelotas, 1922.

Torre Eiffel. A construção de propriedade de Antônio Raimundo Assumpção, situava-se na Rua Marechal Floriano, esquina com XV de Novembro, num ângulo aberto para a esquina da Praça. O edifício era construído no alinhamento da via pública e dispunha de três aberturas para a Rua Marechal Floriano e dez para a Rua XV de Novembro. Todos os elementos compositivos das fachadas, como platibandas com balaústres, pilastras e frontões com grandes medalhões, eram bem característicos das construções do Arquiteto José Izella. Esse prédio diferenciava-se dos demais por ser de uso misto. A residência ficava no andar superior, e o térreo servia para comércio. Por muito tempo, a casa comercial Torre Eiffel, especializada em tecidos e aviamentos finos vindos de Paris, atendeu às senhoras da alta sociedade, trazendo a moda da Europa para Pelotas. (fig. 44,45,46)

Outro prédio com finalidade comercial e de serviços era a empresa de pompas fúnebres. Inaugurada em 1882, a casa de pompas fúnebres ocupou uma das casas de meia morada no entorno da Praça Coronel Pedro Osório, com características do estilo colonial, pelo telhado abaulado e telhas em capa e canal, beiral saliente à parede. As construções tiveram suas fachadas reformadas em 1922, quando receberam novo tratamento ornamental, estruturado no estilo art nouveau. Atualmente, continua com sua finalidade de serviços, com o nome de Funerária Moreira Lopes. A casa lindeira de meia morada era residencial, bem como a da esquina, hoje não mais existindo.

Nas esquinas das ruas com a Praça, foram construídas grandes edificações, com a finalidade de serviços, principalmente o bancário.

Por outro lado, evidenciou-se, nas grandes edificações comerciais, como as sedes construídas pelas redes bancárias, o gosto pelo estilo clássico francês. Majestosas e imponentes, as fachadas dessas edificações, dentro de uma filosofia comteana, propagandeavam aos possíveis clientes a qualidade, a importância e a solidez dessas casas comerciais. Localizadas estrategicamente em esquinas, as construções possibilitaram projetos que exploravam suas duas fachadas com altos embasamentos e caprichosos coroamentos, cujos eixos de convergência foram aproveitados como suntuosos pórticos de acesso aos interiores dos edifícios, emoldurados ou sustentados por imponentes colunas, com tetos pontiagudos,



Fig. 44 – Rua Marechal Floriano, Pelotas, foto da década de 40

Fonte: Acervo Pelotas Memória.



Fig. 45 – Rua Felix da Cunha

Fonte: Foto da autora, 2003

ESTABELECIMENTO DE POMPAS FUNEBRES

Incontestavelmente é esta a melhor casa no seu genero nesta cidade.

Fundada em 1882, pelo saudoso cidadão Joaquim Moreira Lopes, passou por fallecimento deste, em 1907, á viuva **Moreira Lopes & Filho** e em 1919 assumiu a responsabilidade de todos os negocios, sob sua firma o distincto moço **DARIO MOREIRA LOPES**.

Installada em vistoso predio recentemente reconstruido e no melhor ponto da cidade a conceituada casa **MOREIRA LOPES** conserva magnifica exposiçõ permanente de artigos concernentes ao seu ramo. Pela sua escrupulosa correçõ, pela seriedade e pelos seus actos de caridade, goza o **Estabelecimento de Pompas Funebres** de real prestigio em nosso meio commercial.

A photographia mostra o bello e moderno edificio, a pouco reconstruido á Praça da Republica ns. 62 e 64, onde está luxuosamente installada a casa **MOREIRA LOPES**.

VISTA DO ESTABELECIMENTO DE POMPAS FUNEBRES

Fig. 46 – Propaganda funerária

Fonte: Álbum de Pelotas de 1922

cobertos por folhas de chumbo, com mansardas, torreões e cúpulas, utilizando elementos construtivos e ornamentais muitas vezes importados.

O prédio da Praça Coronel Pedro Osório, nº 51, foi construído em 1928, pelo engenheiro Paulo Gertum, e foi edificado para sede do Banco do Brasil. Sua localização é na esquina em diagonal com a Prefeitura Municipal, ou seja, na Rua XV de Novembro com a Lobo da Costa, sendo hoje a Secretaria de Finanças do Município. Outro prédio no mesmo estilo, o do Banco da Província do Rio Grande do Sul, hoje o Banco Itaú, é o da esquina da XV de Novembro com a Rua Marechal Floriano Peixoto. (fig. 47, 48)

Espaços residenciais

Os terrenos ao redor da praça, que, por tanto tempo, foram grandes extensões de campos, começaram a ser ocupados no final do século XIX. Como o Teatro, a Câmara, a Intendência, a Biblioteca e o conjunto de prédios de estilo historicista eclético, pertencentes ao Barão de São Luis, ao Conselheiro Maciel, e o casarão colonial, mais tarde reformado, de José Vieira Vianna, e a de Antônio Raimundo Assumpção.

Todos eram palacetes pertencentes à elite pelotense, configurando a praça como lugar de maior prestígio do final do século XIX. Se fizermos uma comparação com as demais residências da cidade nesse mesmo período, vamos observar que a maioria eram construções características do estilo colonial, baixas e geminadas, bem diferentes das casas ao redor da praça.

As residências dos irmãos Maciel, Barão de Cacequi em 1878 e Barão de São Luis em 1879, foram atribuídas a José Izella²²⁴, porém seus projetos não foram encontrados. (fig. 49, 50, 51, 52, 53, 54)

A residência de Francisco Antunes Maciel, o Barão de Cacequi, edificada por José Izella em 1878, está localizada na Praça Coronel Pedro Osório, nº 8, esquina com a Rua Barão de Butuí, apresentando duas fachadas distintas, estando a

224 CHEVALIER, Ceres. Vida e obra de José Izella. *Arquitetura em Pelotas na segunda metade século XIX*. Pelotas: Livraria Mundial, 2002.



Fig. 47 – Banco do Brasil, atual Órgão da Prefeitura.
Fonte: Foto de Neco Tavares, 2003



Fig. 48 – Banco da Província, atual Banco Itaú.
Fonte: Foto da autora, 2003



Fig. 49 – Conjunto de casarões da Praça Cel. Pedro Osório
Cartão Postal, Acervo do Pelotas Memória.



Fig. 50 – Conjunto de casarões da Praça Cel. Pedro Osório
Cartão Postal, Acervo do Pelotas Memória.



Fig. 51 – Casarão do Barão de S. Luiz,
1870

Cartão Postal, Acervo do Pelotas Memória.



Fig. 52 - Visual Sul-norte da Rua Félix da Cunha

Fonte: Foto de propriedade de Joaquim Luis Ribas de Azevedo, 1904



Fig. 53 - Visual Norte-sul da Rua Félix da Cunha

Fonte: Álbum de Pelotas de 1922.



Fig. 54 – Visual Norte-sul da Rua Félix da Cunha

Fonte: Foto Neco Tavares, 2002

principal voltada para a praça e possuindo maior riqueza decorativa. Está localizada sobre o alinhamento da via pública e possui dois jardins (não comum para a época), um para cada fachada, e um pátio nos fundos. Os jardins permitem a ventilação e a iluminação para toda a casa. O jardim lateral divide a residência em bloco social e de serviços. O prédio guarda uma certa distância da construção vizinha, através do jardim lateral, que dá acesso ao interior da residência. Uma pequena parte da casa tem dois andares e provavelmente no segundo andar ficavam os quartos. A construção é embasada por um alto porão que lhe dá grande imponência, e que em Reis Filho²²⁵ aponta como peculiar à transição das edificações assombradas e típicas do período colonial e das casas térreas posteriores a esse período.

A fachada principal é bastante ornamentada, com elementos como sacadas em ferro forjado, gárgulas, frontões triangulares, frisos, janelas encimadas por almofadas como decoração. Na fachada lateral do principal bloco, são repetidos os arranjos decorativos, mas de forma mais simples, e o bloco de serviços possui uma decoração muito simplificada.

O prédio que serviu de residência ao Barão de São Luis, Dr. Leopoldo Antunes Maciel, também construído por José Izella em 1879, é lindeiro com o descrito acima. É um prédio mais sóbrio e poderia ser mais identificado como neoclássico. A construção divide-se em três blocos, sendo o do meio recuado, formando um jardim que dá acesso ao interior da residência, através de uma bela escadaria com degraus de mármore e corrimãos de ferro forjado. Os blocos laterais estão no alinhamento da calçada e na divisa do terreno. Os elementos da fachada como os frontões que encimam as aberturas, as pilastras que arrematam os cunhais, os arcos romanos sustentados por colunas de capitel compósito, as platibandas vazadas, com balaústres, onde se encontram estátuas clássicas de louça, somam-se o frontão principal em e as escaiolas que cobrem os fustes das colunas imitando mármore. Essa mescla de ornamentos leva-nos a classificar esse prédio como historicista eclético.

Para completar o quarteirão, formando um conjunto de belo feito arquitetônico e

de demonstração de poder o prédio nº 2 da Praça Coronel Pedro Osório, pertencente ao charqueador José Vieira Viana, construído em meados de 1830, guarda peculiaridades do seu estilo colonial, do início de sua construção. Em 1880, sofreu reformas feitas por Izella, contratado pelo seu novo morador, José Antônio Moreira, o Barão de Butuí, buscando se adequar aos dois prédios vizinhos.

As residências nº 1 e nº 3 da Praça Coronel Pedro Osório eram casas geminadas, num único prédio e pertenciam à família da historiadora Heloísa Assumpção Nascimento²²⁶. (fig. 55,56)

“Apesar de apresentarem um predomínio dos estilos arquitetônicos Renascentista ou Neoclássico [...] trazem presentes, também, elementos ornamentais típicos do Maneirismo e Barroco [...] Destacamos também a presença do Art Nouveau nas linhas sinuosas das venezianas e janelas [...]”²²⁷

Para Santos²²⁸ o período compreendido entre 1870 e 1900 era identificado como estágio clássico e estava exemplificado pelo conjunto arquitetônico localizado à volta da praça principal. Já de 1900 a 1930, quando foram acrescentados novos elementos ornamentais nas fachadas das casas, passou para o estágio barroco do historicismo eclético pelotense.

Espaços de Sociabilidade

“A partir de 1875, com o incremento da iluminação a gás hidrogênio, os hábitos de diversão e a sociabilidade dos pelotenses alteraram e o espaço público foi redescoberto.

[...] É nas duas últimas décadas do séc. XIX, portanto, que a noite pelotense na Praça D. Pedro II, café, restaurantes e confeitarias aproveitam a claridade proporcionada pelo gás hidrogênio líquido e o

226 A historiadora Heloísa Assumpção Nascimento na década de 1920, passou sua infância e adolescência, até casar-se neste casarão. como a residência não possuía jardins, ela e suas primas, acompanhadas pelas mucamas, brincavam na praça e a consideravam como o jardim da casa.

227 SANTOS, Carlos Alberto Ávila, op. cit., 2002, p. 55-56.

228 Ibid., 2002, p. 59-61.



Fig. 55 – Casarão Residencial da Família Assumpção

Foto da Autora, 2003



Fig. 56 – Rua Mal. Floriano. Recreio Pelotense na Praça Cel. Pedro Osório, Século XIX.

Fonte: Álbum de Pelotas de 1922

pelotense aumenta seu tempo de viver em público”.²²⁹

Somente na primeira década do século XX, a iluminação elétrica é instalada. Em Pelotas, os velhos lampiões foram substituídos por combustores a gás hidrogênio líquido.

O fim do século XIX foi marcado pela modernidade. Nas ruas e nas praças, as senhoras “chiques” desfilavam as roupas dos últimos lançamentos da Europa na cidade de Pelotas. Homens discutiam política e negócios; jovens flertavam nas tardes de lazer, outros sorriam gasosas nos estabelecimentos comerciais, defronte à praça. Pelotenses elegantes olhavam e eram vistos, era um jogo de sociabilidade. Mas segundo Pesavento²³⁰:

“[...] por mais que o novo imaginário urbano se povoe das figuras de homens e mulheres bem vestidos, a flunar pelas ruas, existem outros personagens neste cenário urbano. A rua é também meio de vida, onde cangueiros, biscateiros e vendedores ambulantes transitam diariamente, entrecruzando-se com carroceiros, amas secas, motoristas, motoneiros e free-lances de toda ordem. Neste sentido, a rua é o povo, onde se misturam operários, professores, caixeiros de loja, bancários, negociantes, (...) porque não dizer vagabundos, desocupados e larápios”.

Agora, os pelotenses já podiam usufruir dos espaços públicos à noite, como nos saraus da Biblioteca Pública ou no Teatro Sete de Abril e, antes dos espetáculos, percorriam os espaços da Praça D. Pedro II para assistirem às retretas, ou simplesmente para conversarem. Na última década do século XIX, Pelotas modernizava-se, seus espaços públicos recebiam tratamento de pavimentações, iluminação e ajardinamento.

Os espaços de sociabilidade à volta da praça eram representados por hotéis, confeitarias, cafés, locais de eventos festivos.

229 ANJOS, Marcos Hallal dos. **Estrangeiros e modernidade: a cidade de Pelotas no último quartel do séc. XIX**. Pelotas: Ufpel, 2002. p. 49.

230 PESAVENTO, Sandra J. **O Espetáculo de rua**. Porto Alegre: UFRGS, 1992. p. 64.

Em 1887, o Hotel Brazil, localizado na Rua Marechal Floriano, defronte à praça, de propriedade do italiano Antônio Scotto, convidava o público para "*conhecer os melhoramentos feitos no caramanchão e jardim ali preparados, para receber as exmas famílias que durante as tardes e noites calmosas queiram servir-se de fiambres e gelados*".²³¹

Os espaços públicos desta época eram o Jardim Ritter, o Parque Pelotense e o Recreio Pelotense, localizado este último na Praça D. Pedro II, em frente ao Hotel Brazil que também pertencia ao Sr. Scotto. Recebia as ilustres famílias para à tarde, saborearem "gasosas" e doces variados.

Quando de sua inauguração, assim se referiu o Correio Mercantil:

"Na tarde do último Domingo foi inaugurado o pitoresco quiosque 'Recreio Pelotense', de propriedade do Sr. Antônio Scotto. A influência do Zé-povinho foi enorme e o local apresentava um aspecto deslumbrante. À noite maior imponência notava-se no elegante quiosque e suas adjacências. Em minha opinião de simples burguês não há no município local algum mais pitoresco do que os jardins da Praça Pedro II, em um dos quais está instalado o Recreio Pelotense".²³²

Nas tardes de sábados, domingos e feriados, eram constantes as bandas musicais no Recreio Pelotense, alegrando o ambiente.

Na virada do século, tem-se a construção da sede do Clube Caixeiral, edificada por Caetano Casaretto Scotto em 1903. Prédio com fachadas ornamentadas com pilastras, capitéis, portas-janelas com bandeiras em arcos plenos, dando para sacadas em ferro, e a parte inferior da fachada é em granito, demonstrando riqueza de construção. Quatro estátuas na fachada principal enriquecem o prédio. Elas representam figuras mitológicas gregas: Hefesto, deus da metalurgia; Hermes, deus do comércio; uma musa com livro e outra tocando uma lira, significando a cultura. O prédio passou por várias reformas, sendo retirados as torres da fachada principal. Esse prédio sempre serviu à população pelotense para grandes festejos sociais. (fig.

231 Correio Mercantil de 22 de novembro de 1887.

232 A Ventarola, 09/12/1888.

57,58,59)

A Confeitaria Brasil, localizada na Rua XV de Novembro, defronte à Praça, foi fundada em 1915 por Manoel Leandro Gaspar & Cia. e serviu, durante muitos anos, como ponto de encontro da sociedade pelotense. (fig. 60,61)

No Álbum de Pelotas²³³ de 1922, página 61, em página inteira, um anúncio da Confeitaria Brasil chama a atenção. Diz ele:

“Casa de 1ª ordem especialidades em doces para casamentos, baptizados e banquetes. É a única depositária da afamada Guaraná Espumante e do excelente chocolate Lacta, fabricados em São Paulo pelos Zrs. Zanotta Loureiro & Cia. A confeitaria Brasil fabrica diariamente as especiaes e procuradas ballas de Ovos, Nozes e Amêndoas.

Annexo à Confeitaria está installada com luxo e gosto a sala especial para famílias, onde tem sempre variedades de finos bom-bons, licores doces, sorvetes e gelados. A Confeitaria Brasil esta installada em amplo prédio à Praça da República, lugar de maior movimento na cidade [...] O negócio é dirigido pessoalmente pelo Sr. Gaspar, que é um cavalleiro de fino trato e amena convivência que naturalmente capta a sympatia de todos quantos com elle tem o ensejo de privar”.

No mesmo quarteirão, localiza-se a Confeitaria Dalila, que funcionava na década de 30 como casa de chá.

Como ponto máximo de espaço de sociabilidade, tem-se o Grande Hotel. Antes da edificação do Grande Hotel, existia um teatro, pomposamente denominado de Politeama, em oposição a um Coliseu que já existia, velho e tosco. Eram barracões de madeira com acomodações para mais ou menos 100 pessoas e que marcaram época em Pelotas. Em 1916, deveria ser demolido:

“Não devia ficar madeira sobre madeira do arcaico barracão, à frente da Praça da República, em torno da qual haviam erguido nobres

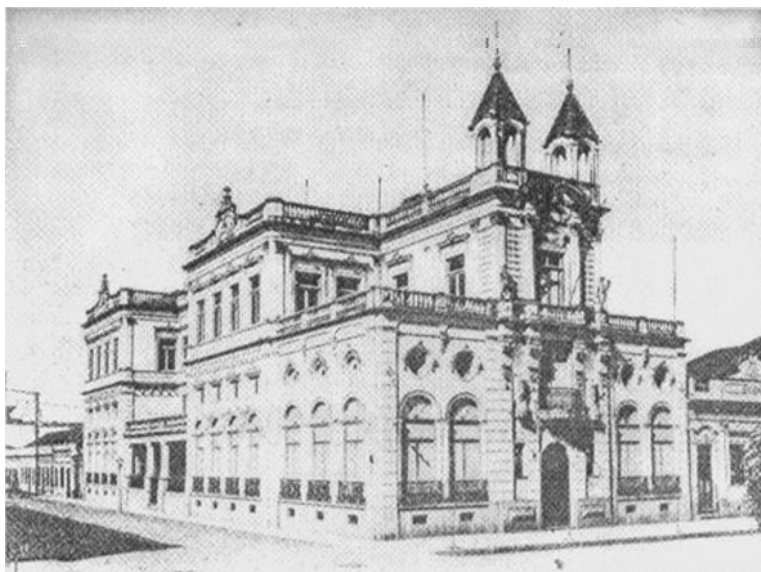


Fig. 57 – Palacete do Clube Caixeiral na Praça da República
Fonte: Almanach, 1920



Fig. 58 – Praça Cel. Pedro Osório.
Ao fundo, o Clube Caixeiral, fundado em 1879.
Fonte: Pelotas Memória, foto da década de 20



Fig. 59 – Clube Caixeiral
Foto de Neco Tavares, 2002



Fig. 60 – Praça XV de Novembro, Confeitaria Brasil ao fundo.

Fonte: Álbum de Pelotas, 1922



Fig. 61 – Confeitaria Brasil

Fonte: Álbum de Pelotas, 1922

casarões. Mas tal demolição não aconteceu [...] Muitos anos depois é que demoliram o arruinado pavilhão do Politeama. O terreno vazio passou a ter destino humilde. Abrigou circos [...] A iniciativa progressista da gente da cidade não haveria de permitir que, frente à Praça Principal, orgulho da urbe, ficasse um terreno baldio, destinado a raros espetáculos circenses. Não passou muito tempo, e nele se ergueu, majestoso, com sua cúpula de cobre brilhando ao sol quente, o Grande Hotel".²³⁴ (fig. 62)

Em 1924, com a idéia de progresso que impulsionava a urbe, havia necessidade de um novo hotel à altura do Clube Comercial, com a imponência dos prédios ao redor da praça e de acordo com a cultura e os hábitos sociais dos pelotenses. O terreno vago, onde outrora funcionava o Teatro Politeama, era ideal para tal empreendimento, e, em fevereiro de 1924, a população acompanhava com alegria o erguimento do edifício. O projeto era de autoria do Engenheiro Dr. Teófilo de Barros,²³⁵ titular da Diretoria de Obras Públicas do Estado, membro do PRR e positivista, autor de inúmeras obras de mérito no Estado. Foi formada uma Companhia Incorporadora Grande Hotel, da qual nomes representativos da sociedade faziam parte. A construção causou grande polêmica entre Republicanos (responsáveis pela obra) e Libertadores (oposição), devido a sucessivas crises econômicas, levando a Companhia a quebrar, sendo, então, o hotel municipalizado pelo Doutor Simões Lopes, Intendente na época.

Para a época, era um edifício elevadíssimo, pois atingia, até sua cúpula de cobre a altura de 40 metros, e de onde se podia descortinar a vista da cidade. O edifício tem características *art-nouveau*. É dividido em quatro andares, com todo o moderno e perfeito serviço de água, calefação e instalações sanitárias. Possui um magnífico hall de entrada, com uma bela clarabóia. No primeiro pavimento do pavilhão lateral esquerdo da fachada voltada para a Praça, está situada nova porta de acesso ao restaurante, independente da entrada do hotel. A elite pelotense utilizava esse serviço sem precisar ser hóspede do hotel; era mais um ponto de sociabilidade da cidade.

234 NASCIMENTO, Heloisa Assumpção, op. cit., 1999, p. 23-24.

235 SCHLEE, Andrey Rosenthal, op. cit., 1994, p. 121.



Fig. 62 – Grande Hotel

Fonte: Foto de Neco Tavares, 2002

“O ‘Grande Hotel de Pelotas’ solenemente inaugurado em presença de autoridades civis e militares e conspicuos representantes de todas as classes, desde logo começou a ser objeto de preferência dos integrantes e ponto de ‘rendezvous’ predilecto da primeira sociedade.”²³⁶

Dona Heloísa escreve:

“Enquanto a 'belle epoque' estava morta e enterrada na Europa pelas mudanças drásticas da Primeira Guerra Mundial e pela terrível crise que a seguiu, nestes confins do Brasil, por circunstâncias econômicas, influências e repercussão do velho mundo quase desconhecido pelas distâncias e poucos meios de comunicação, a Princesa do Sul vivia as últimas agonias de um passado morto, que não era o seu [...] A estrutura social também estava a mudar. Predominavam, na cidade de antanho, as classes mais altas, a quase não existência da classe média e a bem numerosa dos que trabalhavam. Ainda permaneciam conseqüências funestas do período escravagista solidificado por mais de um século.”²³⁷

O espaço ao redor da praça, onde estavam situados os magníficos prédios que acabamos de descrever, demonstravam a opulência e o poder que a cidade tinha no período de 1860 a 1930 e que seu uso era voltado para uma elite dominante, em que o povo, representado por pequenos burgueses, comerciantes e escravos libertos, era meros observador desse espetáculo de sociabilidade que ocorria nos finais de tarde nos quiosques e nos jardins da Praça, ou nas confeitarias e casas de chá situadas no espaço de domínio dessa praça e que lhe serviam de paredes de fechamento.

3.2.1 O Percurso do observador pelas ruas que delimitam a Praça Coronel Pedro Osório

“O design de uma cidade é uma arte temporal, mas raramente pode

236 Almanach de 1929. Direção de Florentino Paradedda. Artigo “O Progresso de Pelotas” p. 68-78 na gestão do Intendente Augusto Simões Lopes.

237 NASCIMENTO, Heloisa Assumpção, op. cit., p. 105-106.

usar as seqüência controladas e limitadas de outras artes temporais. Em ocasiões diferentes e para pessoas diferentes, as seqüências são invertidas, interrompidas, abandonadas, anuladas. Isto acontece a todo o passo. A cada instante existe mais do que a vista alcança, mais do que o ouvido pode ouvir, uma composição ou um cenário à espera de ser analisado.”²³⁸

O percurso periférico de um extremo a outro de uma praça a passo uniforme revela-nos uma sucessão de pontos de vista, da direita para a esquerda, do norte para o sul, ou do leste para oeste, a partir dos quais não podemos ter a visão completa da paisagem urbana, mas podemos perceber o cenário composto por esses espaços.

No caso da Praça Coronel Pedro Osório, principal corpo de espaço, o usuário, ao deslocar-se pela parte externa, aqui representada pelas ruas XV de Novembro (em 1815, chamava-se Dos Canários e, em 1854, São Miguel), Rua Lobo da Costa (em 1832, a oeste Hércules e a leste São Paulo), Rua Félix da Cunha (em 1815, do Comércio) e pela Rua Marechal Floriano Peixoto (em 1832, São Jerônimo), vai vislumbrando, sempre a sua direita, uma moldura, rica em detalhes e texturas, representada pelos prédios que lhe servem de fechamento, como as paredes de uma casa. (mapa 16) (fig. 63)

As edificações urbanas, implantadas nos limites do lote com a rua, na maioria em estilo historicista eclético (como já descrevemos anteriormente), com suas fachadas portentosas, com adornos em sacadas, com grades de ferro fundido de procedência estrangeira, com estátuas de louçado português, contrastando com recursos de construções típicas locais, como janelas de guilhotina e caixilhos da região, demonstravam uma arquitetura própria e exclusiva da cidade.

Carlo Aymonimo²³⁹ escreve: “... o poder apresenta sempre a necessidade de assumir um espaço determinado de representação”, portanto, a arquitetura de um lugar representa o status econômico e cultural desse lugar, e, em Pelotas, o poder

238 LINCH, Kevin. *A Imagem da Cidade*. São Paulo: Ed. 70 Ltda, 1988. p. 11,

239 AYMONIMO, Carlo. *El significado de las ciudades*. Madri: Blume, 1981.



Mapa 16 – Planta baixa da Praça Cel. Pedro Osório.

Fonte: Desenho de Joana Paradedda, baseado em plantas atuais da Prefeitura Municipal de Pelotas, 2003



Fig. 63 – Vista aérea da cidade, vendo-se ao centro a praça Cel. Pedro Osório.

Fonte: Acervo do Projeto Pelotas Memória.

econômico esteve sempre acima dos poderes político, administrativo ou religioso.

O usuário, ao deslocar-se no sentido norte-sul, entrando pela Rua XV de Novembro (antiga São Miguel), vai deparar-se hoje com algumas edificações em estilo Art Deco, mas, no século XIX, ao percorrer essa rua, ele tinha, no ângulo de cruzamento da Rua XV de Novembro (antiga São Miguel) com a Rua Marechal Floriano (antiga São Jerônimo) e a praça, um prédio de dois andares, onde embaixo funcionava a famosa Torre Eiffel, casa de fazendas, modas e novidades e, em cima casa de família. À direita da rua, num correr de prédios baixos em estilo colonial, encontrava-se uma série de serviços e espaços de sociabilidade, como a Confeitaria Dalila na esquina com a Rua Marechal Floriano, e, logo depois, a Confeitaria Brasil, o retratista Delfiol e uma série de outras casas em fita.

Já no século XX, foram sendo demolidas estas casas e construídos pequenos edifícios, a que, mais tarde, foram acrescentados mais andares. Os edifícios começaram a modificar a horizontalidade, tão presente nas casas em fitas de uma arquitetura colonial, pela verticalização, tornando a imagem urbana descontínua e segmentada tanto na volumetria quanto na forma. Logo, em questão de espaço, perdeu-se a unidade, o ritmo e a harmonia com o resto do espaço da rua/praçã. (fig. 64)

Continuando o percurso ainda pela Rua XV de Novembro (São Miguel) entre os dois vazios representados por duas vielas, hoje Ismael Soares e Conde de Piratini que ligam a Praça à Rua Andrade Neves, uma das principais da cidade, existiam, como no trecho anterior, pequenas casas em estilo colonial, hoje um grande edifício em estilo pós-moderno, de uso misto. Um fato curioso é que nesse local, em 1846. Dom Pedro lançou a pedra fundamental da Igreja Matriz, porém nunca passou disto, pois a Igreja foi erigida em outra praça, a da Matriz, distante alguns quarteirões, num mesmo eixo longitudinal da cidade, e o referido edifício até hoje nunca foi concluído.

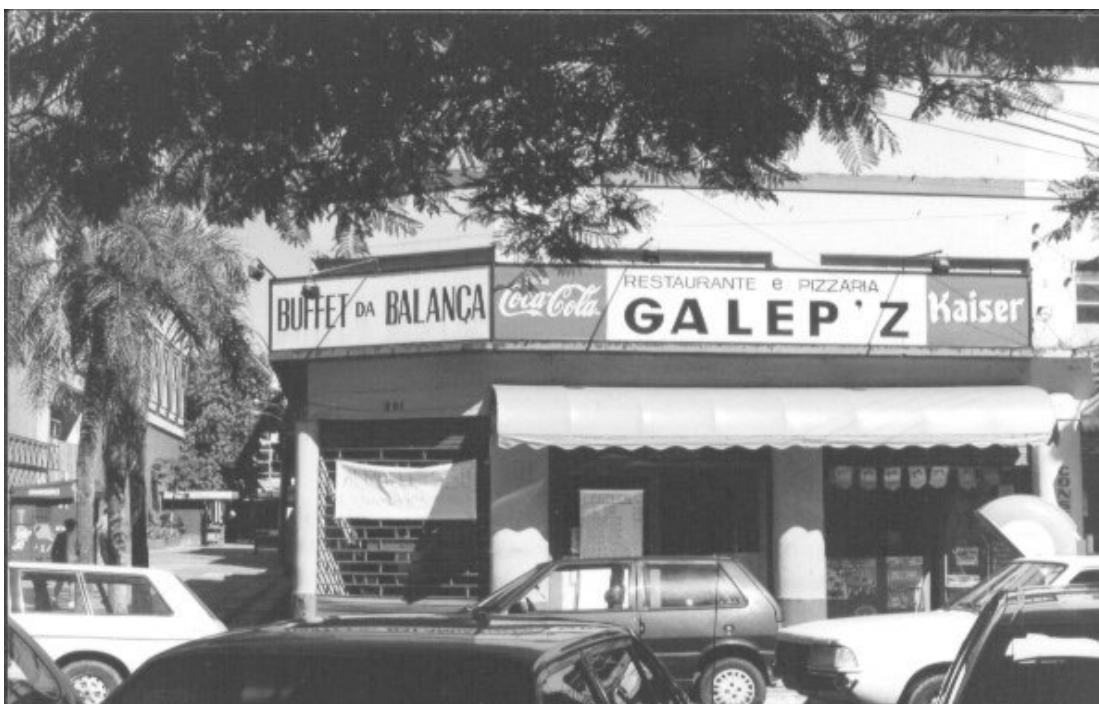
No último trecho da rua, encontram-se os dois prédios de maior importância: o da Biblioteca Pública e o da Prefeitura, antiga Intendência.

O prédio da Prefeitura, quando foi construído, possuía um só pavimento, sendo



Fig. 64 – Praça Cel. Pedro Osório com Rua XV de Novembro, Pequenos edifícios do século XX.

Fonte: Fotos da autora, 2002



mais tarde acrescentado outro, mas com o cuidado de não ultrapassar em altura o prédio vizinho, antigo Paço Municipal, construído em 1879. Esse prédio representa o poder da burguesia local, das aspirações liberais, com importação de uma arquitetura historicista eclética européia.

Apresenta especial importância o vértice que se abre para o Mercado Público, pela fluidez visual que proporciona esse ângulo visual.

O usuário não participa do alto índice de fruibilidade visual oferecido pela Rua XV de Novembro (São Miguel) e Rua Marechal Floriano (São Jerônimo) em virtude da organização da Praça e da posição de suas ligações com a mesma. (fig. 65,66)

Mudando de direção em 90°, agora a oeste-leste, entramos na Rua Lobo da Costa. Como tinha a Praça da Regeneração (Coronel Pedro Osório) de permeio, dividiu-se em duas denominações: Hércules, a oeste, e São Paulo, a leste. A Rua São Paulo, no período monárquico, chamou-se Conselheiro Maciel e na República, voltou a chamar-se São Paulo e, somente em 1934, foi que recebeu o nome de Lobo da Costa. Nesse trecho, a rua lindeira à praça abrange dois quarteirões. O primeiro, que fica entre a Rua XV de Novembro (São Miguel) e Rua Anchieta (antes da Igreja, pois no seu percurso ficava a Capelinha de São Francisco de Paula e depois recebe o nome de General Vitorino em homenagem ao militar Vitorino Ribeiro Carneiro Monteiro, que, na época, era combatente na Guerra do Paraguai, que estava em pleno andamento) e a Rua Félix da Cunha (antiga Rua do Comércio, pois ali concentravam-se as primeiras “casas de negócios”).

O primeiro quarteirão, no século XIX, era desprovido de uma diversificação de leitura, pois era preenchido por casas em estilo colonial, de arquitetura simples, baixas e em fita, de uso residencial. Na esquina com a Rua Anchieta (da Igreja), localizava-se o velho Teatro Politeama, um barracão de madeira, rústico de duas águas. Era um quarteirão cujo visual destoava do resto do entorno da Praça. Mais tarde, já no começo do século XX, as casas vão sendo substituídas por um conjunto de prédios historicistas ecléticos, com um certo refinamento, sendo alguns de dois pavimentos. As esquinas são ocupadas por dois prédios no gosto ao estilo clássico francês, mas com funções bem diferenciadas. O primeiro foi feito para ser a sede do

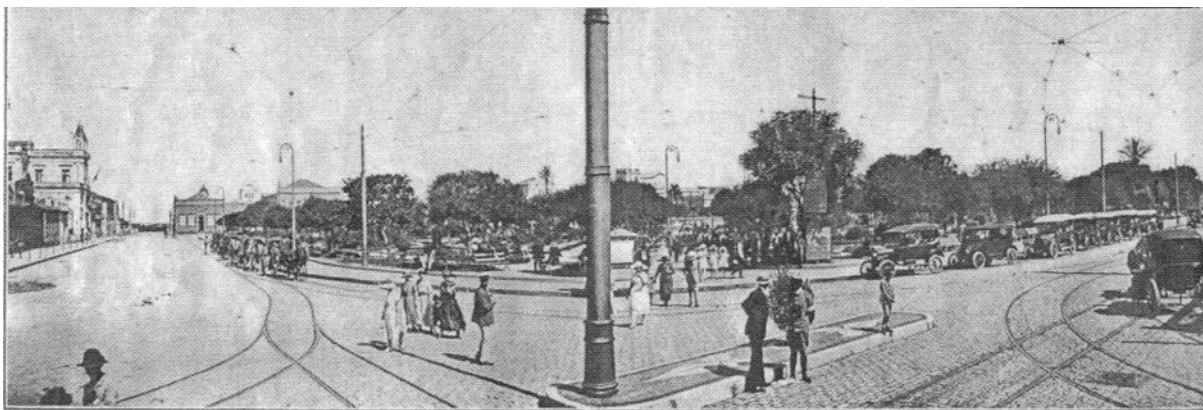


Fig. 65 – Visual da Rua Marechal Floriano com a Rua XV de Novembro

Fonte: Álbum de Pelotas, 1922

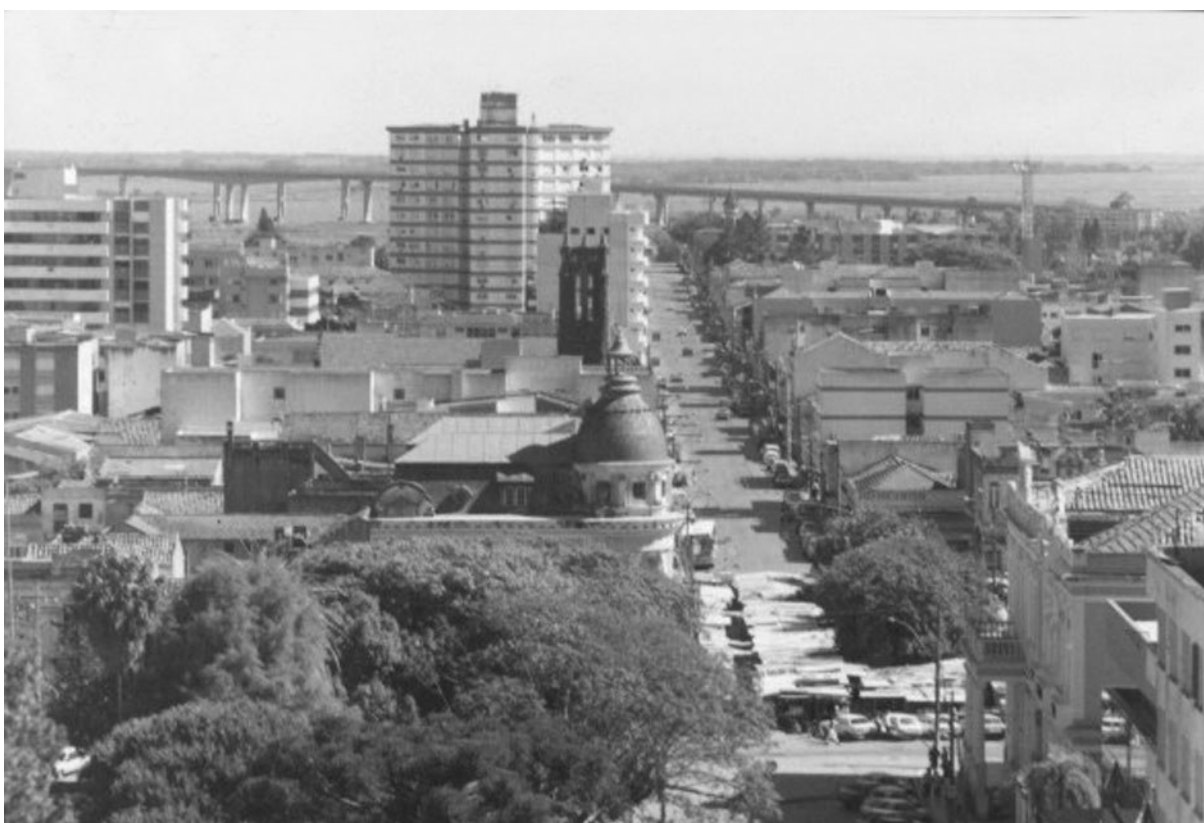


Fig. 66 – Visual da rua XV de Novembro

Banco do Brasil, e o segundo como hotel (já descritos anteriormente), atingindo uma altura de 40m até o ápice de sua torre. As formas visuais mudam, há uma maior diversidade de formas, texturas e cores. O espaço enriquece pelo intenso movimento de pessoas que circulam pelo hotel, ou que usam o Banco do Brasil, marco financeiro importante.

Os prédios do segundo quarteirão da Rua Lobo da Costa e do primeiro quarteirão da Rua Félix da Cunha (antes do Comércio e depois Imperador) com a Praça, formando um ângulo de 90°, é sem dúvida o mais importante conjunto arquitetônico que serve de moldura para a Praça, tanto pela sua arquitetura historicista eclética, pela riqueza de detalhes, texturas e formas. É um conjunto harmônico, de alturas uniformes, sem, contudo, perder o interesse ou importância, tanto que hoje é tombado pelo Patrimônio Histórico. Esse conjunto representava a elite pelotense, pois nele moraram pessoas de vida pública da cidade no século passado, como o Barão de São Luis e o Barão de Cacequi. Ambos, os prédios, têm, no frontispício, respectivamente, as datas de 1878 e 1879. O visual de quem entra na rua nessa direção (norte) é aberto e fruído. Na esquina da Rua Lobo da Costa com a Rua Félix da Cunha, a visão é levada ao longo da rua em direção leste, vislumbrando o Teatro Guarani.

Temos ainda nessa rua (Félix da Cunha) um segundo quarteirão-composto no começo do século XX por construções de estilos que variavam do colonial ao estilo historicista eclético, num descompasso de alturas, entre casas baixas com beirais, casas mais altas com frontispícios, mas ainda de um pavimento, a casas com dois pavimentos e frontispício. Em 1922, as duas casas modestas que compunham o quarteirão foram modificadas, assumindo um novo tratamento ornamental, estruturado no estilo *art nouveau*, enriquecendo, assim, o conjunto, e, portanto, mantendo a fluidez de visuais.

Hoje, esse quarteirão está bastante modificado, pois resta pouco dos antigos prédios. Foram erguidos edifícios, com exceção do prédio da empresa Pompas Fúnebres Moreira Lopes e do prédio de dois andares, que na década de 80 incendiou, restando somente a fachada, com os vãos das antigas portas, criando uma fluidez da rua de trás, onde está localizada a Capelinha do Pão dos Pobres. Foi

erguido, no vértice das Ruas Félix da Cunha/Marechal Floriano com a Praça, um moderno edifício residencial, sobressaindo-se, em altura, e destoando do conjunto.

Finalmente, completando o percurso externo e ingressando na Rua Marechal Floriano (São Jerônimo), podemos vislumbrar prédios de extrema importância, tanto histórica como arquitetônica. No século XIX, os dois quarteirões eram ocupados por prédios de estilo arquitetônico colonial, na maioria baixos, ou de dois pavimentos, sendo o Teatro Sete de Abril o mais antigo, primitivamente de estilo colonial. A rua começou a se transformar já em 1869 com as reformas do teatro. Em 1879, com o objetivo de atender problemas sociais do trabalhador do comércio, chamados de caixeiros, foi erguido o prédio do Clube Caixeiral em estilo historicista eclético, apresentando duas torres, diferenciando-se no plano vertical, pela altura com os demais prédios. Rico em detalhes, como belíssimas cariátides e balaústres, frontões e relevos, o que o torna de uma beleza arquitetônica e de uma importância visual bastante significativas.

O primeiro quarteirão é formado pelo Clube Caixeiral e por dois sobrados em estilo colonial que se mantém até hoje, *“Modesta, ignorada e até destituída de beleza existe, à esquerda da Rua Félix da Cunha com a Praça Coronel Pedro Osório, construção comum a determinada época”*²⁴⁰.

No segundo quarteirão, com exceção do Teatro Sete de Abril, foi todo substituído por grandes prédios em altura alguns em estilo Art Deco, ou em forma de caixa, denominados “arranha-céus”. Finalizando a volta à Praça, tem-se o belíssimo prédio da esquina da Rua Marechal Floriano com a Rua XV de Novembro, originalmente feito para o Banco da Província do Rio Grande do Sul, ao gosto do estilo clássico francês. Possui majestosa e imponente fachada e um esmerado trabalho de cantaria em granito, com magníficas portadas em madeiras maciças. São construções localizadas estrategicamente em esquinas valorizando suas fachadas, geralmente com uma quebra de 45° na esquina ampliando as visuais de quem percorre as ruas.

A leitura de moldura da praça está feita, agora o usuário poderá entrar e apreciar

e analisar o interior da Praça propriamente dita.

3.2.2 Processo de transformação do espaço da Praça

“A Praça Coronel Pedro Osório, principal corpo de espaço apresenta uma linguagem bastante rica, não fôra o desligamento entre o quadrilátero central e a ambiência dos passeios juntos à edificação causados pelo sistema viário e pela massa verde que intercepta a abrangência visual”.²⁴¹

O lugar destinado à praça já estava delimitado desde o ano de 1835. Eram 80 braças em quadro ou um quadrilátero de 176m x 176m, doado por Dona Mariana Eufrásia da Silveira. Não havia ainda o traçado das ruas delimitando e separando os prédios do lugar da praça.

A praça não surgiu de repente como hoje a conhecemos. No começo da povoação, em 1835, o centro da Praça era ocupado pelo Pelourinho, onde os delinqüentes e os criminosos eram castigados com açoites, em público, geralmente negros escravos – penalidade oficial do Código de Posturas. Nessa época, já existia o velho prédio colonial do Teatro Sete de Abril e a Casa de Câmara Municipal. No lugar que foi destinado à Igreja Matriz, havia apenas um poço, que servia de bebedouro para os escravos. O resto da praça era um grande descampado, sem cuidado ou provido de qualquer vegetação, deixando o olhar do transeunte divisar o horizonte ao longe.

Em 1870, ainda era um sítio inculto, intransitável em todo o seu percurso, cercado por um alambrado, para os bichos não entrarem na praça, tendo, ao centro uma lagoa de águas paradas e, à noite, era alumiada por lamparinas de óleo de mocotó, presas a uma estaca, ao centro da imensa área.

Mais tarde é que delimitaram e calçaram as Ruas XV de Novembro e Félix da Cunha. Ao calçarem as duas vias, levantaram o nível do brejo que era a praça, deixando escorrer suas águas para a sarjeta e daí para o Arroio Santa Bárbara. Depois do ano de 1870 é que a Intendência providenciou a primeira arborização da

241 Plano Diretor de Pelotas de 1967, p. 104, org. por ORPLAM – Porto Alegre.

praça.

Quando de seu traçado, um jardineiro francês de nome Aquiles Beauvalet²⁴² solicitou à Câmara a importação de um chafariz da França, para colocá-lo na praça central da cidade. A partir desse fato, começa o traçado e a elaboração da praça como lugar construído.

Os chafarizes nasceram da necessidade de suprimentos de água à população, quando ainda não havia encanamento. Vieram, trazidos de navio, da França, encomendados pela Companhia Hidráulica Pelotense em 14 de abril de 1873. Eram quatro; nenhum se encontra no lugar de origem.

Em 25 de junho de 1873, começou a ser instalado o chafariz da Praça Dom Pedro II, em frente ao Teatro Sete de Abril. Fora adquirido em leilão, após concurso, onde obtivera o primeiro lugar em Paris. Tem o título de Fonte das Nereidas, e seu autor foi o artista francês A. Durenne-Sonnevoire²⁴³. Há uma inscrição no chafariz com o nome do autor A. Durrene e, possivelmente, o nome Sonnevoire seja a firma que executou o chafariz. Com o advento da água encanada, ele foi transferido para o centro da praça, local onde primitivamente existiu o Pelourinho. Na época, o povo ia buscar água em baldes e pipas e pagava por ela. Junto à *bornesfontaines*, havia candelabros para a iluminação à noite e torneiras. (fig. 67,68)

Entre os anos de 1876 e 1877, o terreno recebeu, no seu entorno, um gradil de ferro com o objetivo de evitar a entrada de escravos e futuros libertos. Na Ata 55 de outubro de 1879, a Câmara resolveu a despender mais dinheiro para o aumento do lago, que estava sendo construído e, no ano seguinte, Ata 74, de 5 de fevereiro de 1880, anotava que, por indicação do Vereador Major Machado Filho, chamariam concorrentes para a construção de um gradil de ferro em volta da parte exterior do lado, segundo a planta organizada pelo respectivo engenheiro. Também a ilha do lago sofreu reformas e melhoramentos, bem como a gruta ali existente, e, mais tarde, foi dotada de *Water-Closet* e mictórios. Na Ata nº 85, de 15 de março de 1880, assinalava que, Manoel Theodorio Gonçalves, dando parte à Câmara que o gradil

242 MAGALHÃES, Mário Osório, op. cit., 1993, p. 100.

243 LEON, Zênia de. *Pelotas: sua história e sua gente*. Pelotas: UFPEL, 1996. p. 53.



Fig. 67 – Chafariz - Fonte das Nereidas
Fonte: Foto da autora, 2002.



Fig. 68– Detalhe do Chafariz
Fonte: Foto da autora, 2002.

estava pronto onde existe o lago e oferecendo-se para colocar, ao redor dos jardins da mesma praça, os bancos de ferro, ao preço de 50 mil réis cada.

Em artigo do Almanach de Pelotas²⁴⁴, de 1914, sob o título *Praças Ajardinadas*, consta o seguinte:

“Todos os estes jardins públicos, que enchem a cidade de saudáveis ilhas de verdura, estão sendo remodelados, obedecendo ao estyllo inglez.

“Porém, onde mais notáveis são os trabalhos de remodelação é na Praça da República, a mais central.

“Em torno d’ella feito bellíssimo passeio de mosaico, com cordão de pedra e o asphalto das oito entradas foi reformado por completo.

“Os grandes eucalyptus e as paineiras bojudas que povoavam o terreno, tirando a vista a todos os importantes edificios circumvizinhos, foram derrubados e substituídos por arbustos ramalhudos, que darão magnifica sombra, e por flôres fragrantes”. (fig. 69)

Para os burgueses mais simples no final do século XIX, as alternativas de lazer eram variadas, desde as corridas de touros na Praça das Carretas, as retretas da banda, os bailes de máscaras no Teatro Sete de Abril, os passeios na praça à noite e tantas outras atividades simples, como sentar na frente das casas.

Na década de 1880-89 inaugurou-se, quase ao mesmo tempo, dois *rinks* de patinação, um na Rua XV de Novembro, o Americano, e o da Praça, defronte ao Teatro. Nesse espaço da Praça, além da patinação, apresentavam-se companhias de ginástica e eqüestres, mágicos e ilusionistas, e bailes carnavalescos.

No ano de 1875, o jornal Correio Mercantil, noticiou um baile que houve na casa do Comendador Mâncio Ribeiro, quando regressou de uma viagem. Mas antes do baile, foi ele saudado com uma “serenata” na Praça. Tocaram três bandas de música ao mesmo tempo, e mais de mil pessoas ali acorreram.

244 ALMANACH de Pelotas. Direção Ferreira & C. Artigo *Praças Ajardinadas*, p. 226-227.



Fig. 69 – Jardins da Praça da República, 1919.

Fonte: Reprodução do original no Relatório do Intendente Cypriano Barcellos.

Em 1888, num dos recantos da Praça, o Recreio Pelotense foi inaugurado. Era um ponto de encontro, onde podiam freqüentar as duas camadas sociais, como eram classificadas: de um lado, a nobreza e as pessoas da sociedade; e, de outro, as demais classes sociais, inclusive a burguesia mais simples.

A população usava, nessa época, a praça, com todos os seus atrativos, como o circo, o rinqe de patinação, o carnaval e as retretas, porém, geralmente à noite, pois o comércio funcionava até aos domingos e mais no verão; nessa estação, eram maiores do que as impostas pelo rigor do inverno. Confirmava isso um anúncio de 15 de janeiro de 1882 que saiu num jornal da cidade, chamado Onze de Junho. Dizia: *“A Loja Flor Cubana abria das 12 as 4 e das 8 às 12 para vender refrescos, cervejas e gasosas e assim mitigar o calor nas calmas ardentes do estio”*.

Na virada do século XIX para o século XX, mudaram os hábitos sociais e o modo de pensar da elite dirigente. O embelezamento, a ordem, a salubridade eram questões importantes para a imagem de uma cidade que se dizia moderna, que acompanhava os acontecimentos mundiais e que estava à altura das cidades européias.

Começaram as reformas urbanas e, principalmente, nos locais de convívio público, de lazer. O povo, ou os pequenos burgueses, eram convidados a não mais participarem dos locais da praça principal, até porque não havia mais notícias de festas para o povo na praça, enquanto a elite poderia, com tranqüilidade, passear e ser vista nas tardes ensolaradas, na praça.

As famílias nobres, que moravam ao redor da praça, mandavam as mucambas levarem as crianças para brincarem na praça, como se fosse o jardim de suas próprias casa.

“A praça era para a elite.”²⁴⁵

“A esthetica em tudo lucrou e já os pessimistas ou sentimentaes amigos da árvore reconhecem a vantagem da substituição, pois isto foi o que se fez e não uma supposta devastação.

245 Afirmação de Dona Heloísa A. Nascimento em entrevista em maio de 2003 em sua casa em Pelotas.

A Praça da República, se já não é, há de ser uma das mais famosas do Estado, e até porque não? – do paiz.

Os trabalhos tem sido dirigidos em pessoa pelo Dr. Cypriano C. Barcellos, intendente, que encontrou bons auxiliares no Dr. Cezar Campos, Jorge Schury, Carlos Bacchettini e no hábil jardineiro japonês Yota Saito”.²⁴⁶

Vê-se pelo artigo que a praça sofreu nesse ano, uma remodelação total, desde à implantação da nova arborização, com a retirada da existente, plantada 44 anos antes, ao lugar do chafariz, que passou para o centro da praça, com pavimentação principalmente o do “redondo”, à sua volta, todo em tijolo mosaico, chamado de ladrilho hidráulico, e com o aprimoramento da iluminação pública. (fig. 70)

Era época das grandes reformas urbanas, como já vimos em capítulo anterior, e Pelotas não podia deixar de seguir os novos modelos determinados pela modernidade. Entre os anos de 1880 e 1930, os Intendentes, como o Dr. Cypriano Barcellos, o Dr. Pedro Luis Osório, o Dr. Augusto Simões Lopes, consolidaram seus projetos políticos e econômicos vinculados à cidade, com bancos, comércio e serviços, atraindo pessoas do Interior, fazendo com que a população urbana crescesse, além dos negros agora libertos. A Praça Coronel Pedro Osório, portanto, sofreu essa grande reforma para atender aos novos usos da população. (fig. 71)

Em 1917, o Mercado Público já estava remodelado, e sua praça, com forte ligação com a Praça Coronel Pedro Osório, lhe servia de apoio. A feira externa acontecia na praça do Mercado. Mas, como ficava junto ao ponto central da cidade, ela estava sujeita às rígidas leis tanto de trânsito como de asseio público implicando pesadas multas. A ordem prevaleceu. No relatório apresentado ao Conselho Municipal da Intendência em 1917, na página 23, consta:

“§ 1º – Na praça do Mercado Central é proibido o uso e collocação de objetos que emborace o transito e compromettam o asseio da mesma. Multa: 5\$000 à 10\$000.

“§ 2º – É também proibido o transito de vehiculos que venham

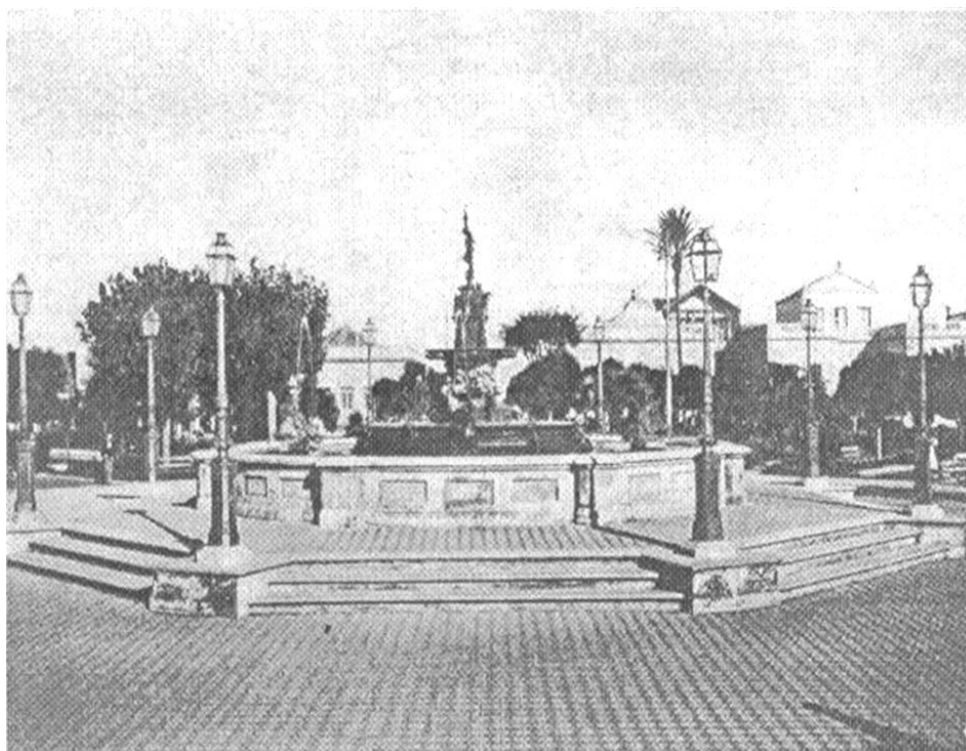


Fig. 70 – Chafariz das Nereidas, 1919.

Fonte: Almanach de Pelotas, 1920.



Fig. 71 – Jardins da Praça da República, década de 20.

Fonte: Cartão Postal edição de Nelson Nobre Magalhães.

interrromper a feira que funciona no exterior do Mercado. Multa: 10\$000 a 20\$000.”

No mesmo relatório, na secção Directoria de Obras na página 57, lê-se:

“Jardins – Está chegando a bom termo o trabalho de remodelação das nossas praças ajardinadas, atendido e dirigido com carinho, sem interrupção.

“Todos os jardins públicos, assim cuidados e reformados, oferecem, a par de elegante aspecto, refugios e recreios à população que tem se habituado a freqüentá-los e a zelar pelas suas variegadas e viçosas plantas e seus revaldos, o que anteriormente não se dava, obrigando a Administração a tel-os rigorosamente fechados.

“Na Praça da República, a mais importante e central, conclui-se a reforma do lago, o melhoramento da ilha e o reparo geral da gruta. (fig. 72,73,74,75)

“Junto a esta, em local apropriado, foram installados mictórios e water-closet.”²⁴⁷

Outro escritor pelotense Abadie Faria Rosa, no Almanach de Pelotas, em 1918, escreveu, depois de dois anos ausente da cidade:

“É no coração da urbe a Praça da República, que sempre fôra um encanto na formosa Pelotas, desdobra-se ainda mais bella, como se a vara mágica das Fadas houvesse operado o milagre de embellezar a propria belleza. Nem os squares do Rio, onde o tapete verde das pelouses estende-se quadras e quadras, aqui e alli rebentando em tufos de flores, são na sua expressão exacta um jardim, como a nossa linda praça. Fica-se encantando. É toda uma colossal vitrine de joias, de pedrarias raras, de opalas, de rubis, de saphiras, de granadas, topazios, agathas, sardonias, um turbilhão de pedras preciosas abertas em flores, desabrochadas em corollas transformadas em cravos, em rosas, em violetas, em camelias, em jasmims, papoulas, hortencias, adhalias,

247 Almanach de 1917, p. 57.



Fig. 72 – Lago da Praça da República
Fonte: Acervo Pelotas Memória, década de 20.



Fig. 73 – Lago da Praça da República
Fonte: Edição Original: A Miscelânea, 1927. Acervo Pelotas Memória.



Fig. 74 – Lago da Praça da República.

Fonte: Edição Original: A Miscelânea, 1927

Acervo Pelotas Memória



Fig. 75 – Lago da Praça da República.

Fonte: Foto de Neco Tavares , 2002

fulgindo ao sol no fundo verde das ramagens”.²⁴⁸

O artigo demonstra bem o sentido metafórico em que o escritor quis expressar e externar seus sentimentos, que eram, aliás, os mesmos da maioria dos cidadãos pelotenses pela bela e próspera cidade.

Já na administração do Dr. Pedro Luis Osório, em 1920, a atenção da Intendência voltou-se para a continuação do calçamento da praça, para a iluminação e para o policiamento.

“Assim é que, de prompto, atacou-se o calçamento da Praça da República, o mais bello dos nossos logradouros públicos, alargando-se os seus passeios e novos trechos de ruas foram revestidas, facilitando o transito e o escoamento das águas pluviais. [...] E, então, os que desaprovam tal idéia, há de, como os outros que bradaram contra o ‘sacrilegio’ de deitar abaio os eucalyptus da Praça da República, applaudir sem reservas e enlevados aquelle que engalanou com os ramos e as copas viridentes os extensos passeios as vias públicas, tornando estas mais alegres.”²⁴⁹

As ruas começaram a ser calçadas com paralelepípedos, e as praças com um pavimento denominado ladrilho hidráulico. Geralmente, as praças do começo do século XX eram pavimentadas em pedra de basalto ou granito, com detalhes em mármore, porém, como esses materiais eram escassos na região de Pelotas, os ladrilhos hidráulicos, por serem feitos de cimento e corantes, tornaram-se mais práticos e econômicos para a pavimentação de ruas e praças. É um pavimento de texturas, desenhos e cores variadas, embelezando e, assim, alegrando a cidade, que no inverno era bastante úmida e sombria. Os mosaicos eram fabricados em Pelotas, pela firma Nogueira & Filhos. Em Porto Alegre, na mesma época, era usado o calçamento tipo pedra portuguesa ou *petit-pavé*, feita de pequenos cacos de basalto e mármore, mais abundantes em regiões próximas à capital.

248 Almanach de Pelotas de 1918. Direção de Ferreira & Cia., p. 180.

249 Almanach de Pelotas de 1922. Direção Florentino Paradedda. Artigo *Progresso de Pelotas*, p. 283-284.

Mais tarde, mas ainda na década de 1920-29, a praça ampliou alguns canteiros e, junto aos postes de iluminação, pela primeira vez, foram colocadas caixas de ferro para a coleta de lixo.

Como comentamos em capítulo anterior, o Professor Agache visitou a cidade e fez vários comentários que seriam redigidos e publicados no Relatório da Intendência²⁵⁰, de 1929.

“Sabendo-se que se encontrava na cidade do Rio Grande o competente urbanista, convidei-o (Intendente Dr. João Py Crespo) a vir a nossa cidade, que percorreu, em minha companhia e na de outras pessoas.

“A Praça da República despertou a sua atenção, por achar bem proporcionada [...]”.

Era o aval de um especialista para a praça de que tanto os pelotenses se orgulhavam, e isso, incentivou os Intendentes a cada vez mais investirem no aprimoramento de seus espaços. A praça foi fotografada de todos os ângulos, pois era sinônimo de modernidade, do ideal de espaço público de convívio e de ócio. Ali estava o homem em domínio com a natureza, ordenada, criando um cenário ideal. Era o espaço representante da eficiência e do progresso material e tecnológico, pois foi no seu entorno que, pela primeira vez, foi implantada a iluminação pública, a energia elétrica, e serviu como terminal para os bondes elétricos chegarem e saírem para outros pontos da cidade. Foi também o primeiro lugar onde havia um espaço destinado para o estacionamento de carros de aluguel e de particulares. Foi, ainda, o primeiro espaço da cidade a receber pavimentação de mosaicos, na época uma avançada tecnologia em pavimentos, e foi também, o primeiro local a receber jardinagem estudada, sendo destinadas para tal as espécies vegetais mais raras, adquiridas pelo município. Mas não foi só no seu espaço físico que a praça era sinônimo de algo moderno. O seu entorno atingia mais de dois quarteirões, onde eram colocados os principais edifícios, os mais majestosos bancos, a Intendência,

250 Relatório da Intendência de 1929, Intendente Dr. João Py Crespo, p. 24.

hotéis, biblioteca, teatro e mercado. No seu entorno, aconteciam os desfiles das escolas e as paradas militares, as manifestações populares, os desfiles de misses, as batalhas de flores e de confete, em inesquecíveis carnavais. Houve tempo em que até cavalhadas, em honra de Osório, ali se realizaram.

O cuidado com a praça era tão importante que o Intendente Cipriano Barcelos lhe legou em testamento quantia em dinheiro para ser despendida em compra de roseiras, vindas da França, para enfeitar seus canteiros. As roseiras plantadas na praça tinham procedência francesa, e a maioria possuía nomes de mulheres famosas.

No Almanach de Pelotas, de 1932, há um escrito sobre o recanto da praça que serviu para homenagear uma de suas ilustres filhas: o roseiral Yolanda Pereira, eleita Miss Universo de 1930. Também em seu livro Heloísa Nascimento escreveu:

“A pedra fundamental do futuro roseiral devia ser depositada no lugar escolhido, no dia 7 de setembro, data da proclamação de Miss no Concurso Internacional de Beleza de 1930, e seria de rosas rubras. As Quintas Bom Retiro e da Concórdia ofereceram muitas roseiras, logo plantadas no recanto dos jardins, frente ao Clube Caixeiral [...]”²⁵¹

A singela solenidade aconteceu em 11 de outubro de 1931, estando presentes autoridades, o Cônsul de Portugal, da França, da Itália, da Espanha e do Uruguai, a imprensa local e a de Porto Alegre e uma multidão de admiradores da Miss Universo. Foi colocado numa urna, que era uma caixinha de ferro, esmaltada de azul e ouro, um retrato de Yolanda Pereira autografado e clichês de moedas de prata, com a efígie de Yolanda, representando a Segunda República, número de jornais locais e um exemplar do Almanach de Pelotas. Foi colocada uma laje sobre a urna, houve discurso, banda tocando e muitas rosas. O roseiral teve solenidade de inauguração no dia 7 de novembro do mesmo ano, com coluna votiva erguida no jardim das rosas, no canto da Praça Coronel Pedro Osório. (fig. 76,77)

E para alegrar a praça, as “negas-minas” percorriam-na com seus tabuleiros de

251 NASCIMENTO, Heloísa Assumpção, op. cit., 1999. p. 87.

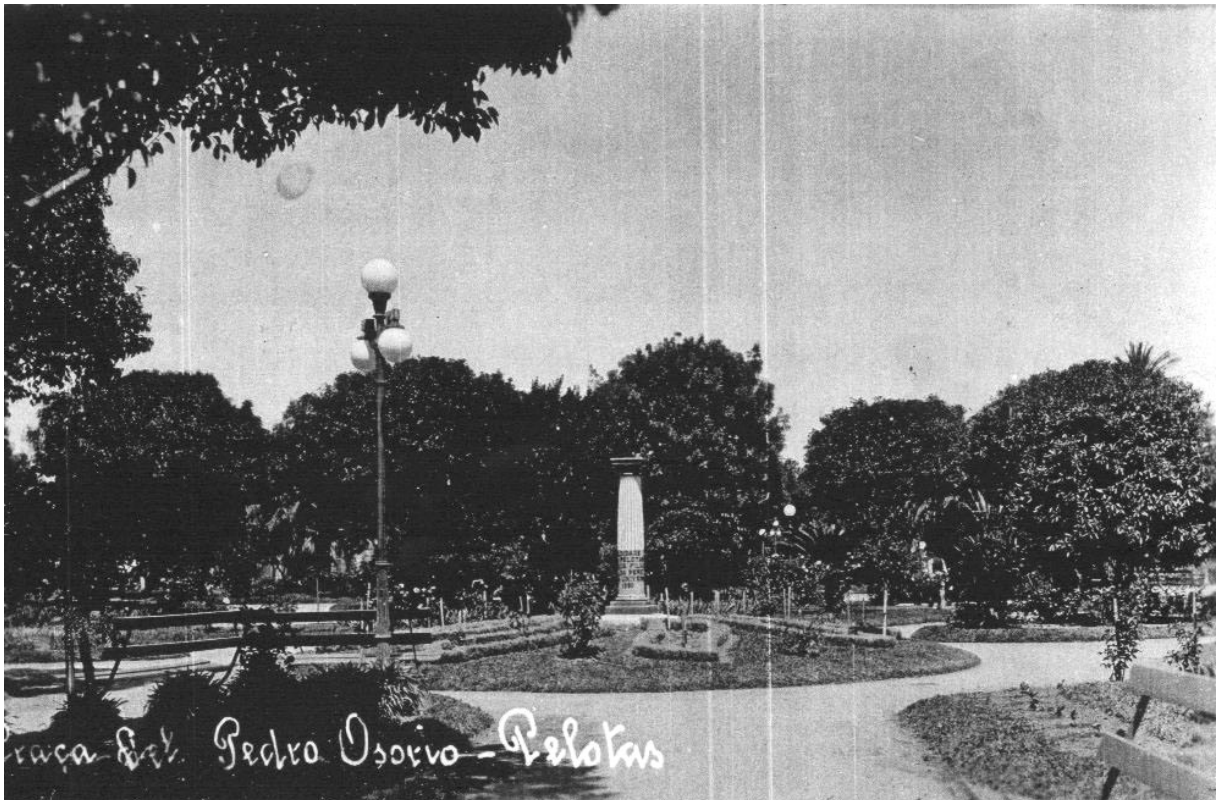


Fig. 76 – Monumento a Yolanda Pereira
Fonte: Foto década de 30, Acervo Pelotas
Memória.



Fig. 77 – Monumento a Yolanda Pereira
Fonte: Foto da autora, 2003

doces e suas vestes coloridas, num vai-e-vem, vendendo seu produto. As crianças com suas dengosas mucamas, iam também à praça brincarem por entre seus floridos jardins, e as famílias, nos finais de tarde, iam sentar-se à sombra das magnólias floridas.

Era a vida e a alegria a palpitar no coração da urbe. Mas na praça também havia manifestações de tristeza; quando da morte do Coronel Pedro Osório, cobriram-se seus lampiões com esvoaçantes crepes de luto.

3.2.3 Estudo do traçado e os estilos de seus jardins

Para podermos fazer o estudo do espaço físico e do traçado da Praça Coronel Pedro Osório vamos considerá-la em várias camadas (*layers*).

A primeira camada é a do espaço destinado à Praça em relação à malha urbana. É um espaço, sem dúvida, português (vide espaços urbanos portugueses), pela sua implantação dentro da malha urbana, pelas edificações ao seu redor e pelo seu uso.

A segunda camada é a do traçado da Praça. Os caminhos dispostos em cruz ou dupla cruz, conduzindo a um estar central marcado por um ponto focal, geralmente um elemento verticalizado ou imponente, que, no caso da praça em estudo, é a Fonte das Nereidas, tudo isso envolto por um passeio periférico caracterizam a chamada Tríade Clássica Básica. Esse traçado foi o que predominou nas praças do final do século XIX, entre elas, a Praça da Alfândega em Porto Alegre, a Praça da República do Recife, a Praça Paris no Rio de Janeiro dentre tantas outras.

A Praça Coronel Pedro Osório é um exemplo claro do traçado Tríade Clássica Básica, pois possui traçado em dupla cruz (grandes eixos), com ponto focal bem caracterizado com a plataforma onde está o chafariz, lembrando os *parterres* franceses, com todo um caminho largo periférico acompanhando o quadrilátero da praça. Além disso possui elementos ecléticos pitorescos, como o lago com gruta, monumentos e bustos, outra das características da tríade, além de possuir muita vegetação arbustiva e forrações, dispostas em canteiros cuidadosamente desenhados e grande utilização de vegetação exótica européia e poucas espécies

nativas. Por último utilização da vegetação podada em topiaria, formando desenhos nos canteiros. Hoje já não existem.

A terceira camada é a do desenho dos jardins e dos elementos presentes na Praça, como o desenho dos pisos e dos equipamentos urbanos, tais como bancos, lixeiras, etc. Poderíamos dizer que esses jardins são ecléticos historicistas ecléticos, como a arquitetura ao seu redor, pois possuem elementos dos jardins franceses, ingleses e portugueses.

Alguns dos ensinamentos de Lê Nôtre e alguns elementos utilizados por ele são observados na Praça, é claro de modo mais simples e em outra escala, mas com o mesmo espírito dos grandes espaços.

O traçado em dupla cruz, convergindo para um centro, levando sempre o olhar do observador para um ponto único, onde se ergue uma monumental fonte, com um espelho d'água na sua base, refletindo o céu são característicos dos jardins franceses. O conjunto todo está colocado em um patamar mais elevado, sendo necessário subir alguns degraus para se chegar junto à fonte. É uma imitação de *parterre*, onde se podem vislumbrar os encaminhamentos que saem em todas as direções. Foi usado do artifício de ilusão de ótica para aumentar a sensação de distância entre o começo da entrada na Praça até o chafariz. Oito largas escadarias com postes de ferro para iluminação completam o conjunto, dando a ilusão de estar imerso o ponto focal numa heróica paisagem dos deuses. A Fonte das Nereidas é composta por figuras eqüestres montadas por deusas segurando potes de onde saem jatos de água e que parecem flutuar nas águas do grande lago circular. Belíssimas e artísticas figuras que sobressaem da peça central, encimada por figuras femininas empunhando potes donde jorra água zenital. O conjunto tem um tom de marrom ferruginoso.

No relatório da Intendência de 1914, na página. 57 diz: *“Em torno d’ella foi feito bellissimo passeio de mosaico com cordão de pedra e o asphalto das oito entradas foi reformulado por completo”*.

Os passeios periféricos na praça também eram de mosaico, porém em uma só

cor e finalizados com baldrame de pedra, de acordo com a lei. Os caminhos secundários entre os canteiros eram recobertos por finas camadas de saibro, em cor areia, contrastando com o verde dos canteiros.

A introdução de monumentos, o cercamento com grades e pilares de cimento com luminárias (depois retiradas) e canteiros com flores, como as rosas, e plantas em topiaria, faziam parte dos jardins franceses (estes já explicitados no Capítulo I).

Em estilo de jardim inglês, temos o quarteirão da praça localizado entre as ruas Félix da Cunha (Rua do Comércio) e Rua Marechal Floriano (São Jerônimo). Nele está localizado o lago com formas sinuosas, livres, como se fosse feito pela natureza, com uma ilha no centro. Nessa ilha está localizada uma espécie de gruta. Em 1914, o lago foi reformado e, melhorada a ilha. Foram realizados reparos na gruta e instalados mictórios e um *water-closet*; jardim com imensa árvore completa esse recanto. A ilha é ligada à Praça através de uma ponte de alvenaria com grades de ferro; estas também compõem o cercamento do lago. Figuras mitológicas, como deusas, enfeitam o lago.

Com a reforma da Praça por Cypriano Barcelos em 1914, os canteiros passam a ser em *estyllo inglez*, como ele denominava. A substituição das árvores existentes por arbustos “ramalhudos” e desenhos de canteiros de linhas ondulantes como o da esquina da Rua Lobo da Costa (São Paulo) com a Rua Félix da Cunha (do Comércio) em forma de uma grande flor, como nos jardins de Bernath Hall, Conway são modelos ingleses, onde predominava o jardinesco. (fig. 78,79)

Os monumentos presentes na Praça foram sendo colocados ao longo dos anos e homenageiam cidadãos que contribuíram para o engrandecimento da cidade. Atualmente, são em número de nove e muitos foram feitos pelo escultor pelotense Antônio Caringi, como o monumento em bronze do Coronel Pedro Osório, situado na frente da Biblioteca Pública e de Prefeitura. Mas esta homenagem ao homem que empresta o seu nome à praça só aconteceu em 1954. (fig. 80)

A maior parte dos monumentos hoje localizados na Praça foram colocados em 1950, 1960 e 1970, e são eles: o monumento ao Dr. Amarante, em 1950; ao Dr.

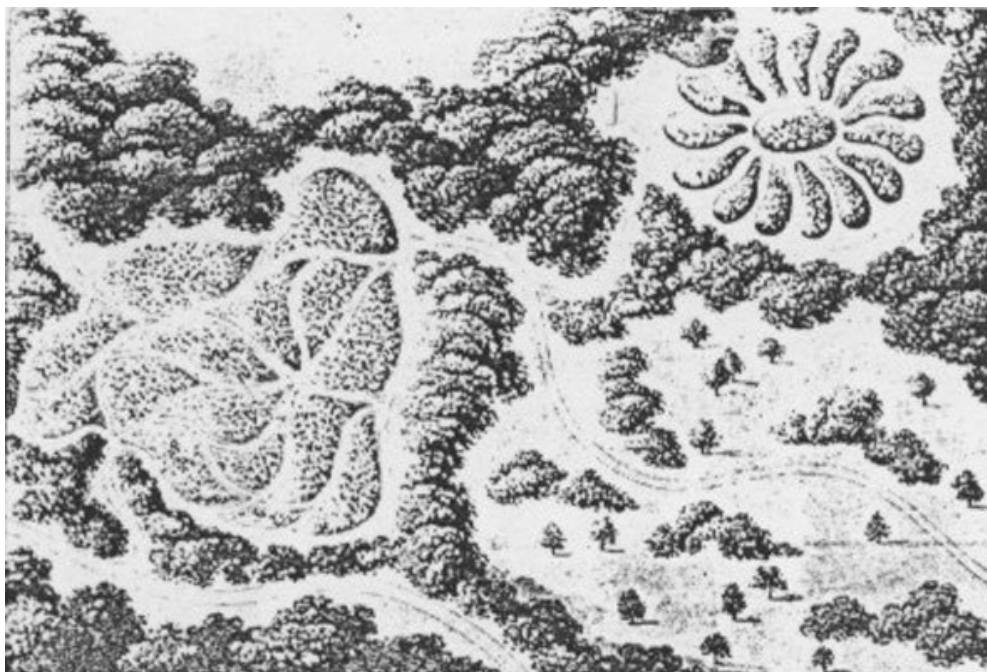


Fig. 78 – Jardins de Bernarth Hall, Conway, Inglaterra
Fonte: Foto do livro de Derek Clifford, Los Jardines, Historia, Trazados, Arte...

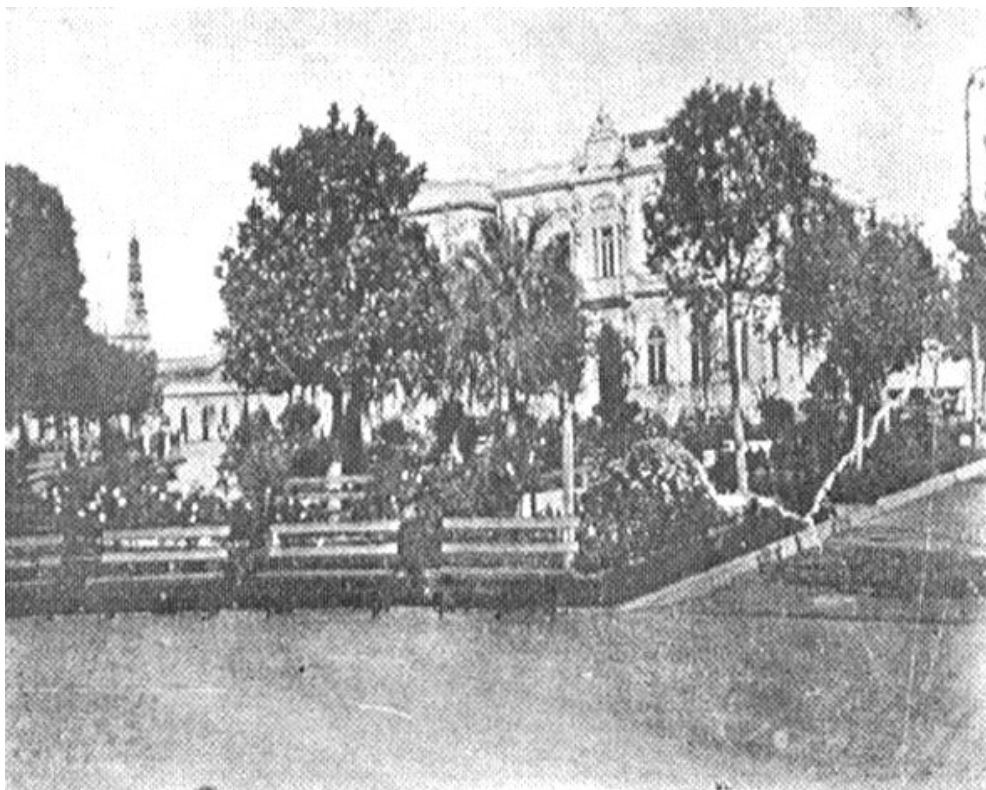


Fig. 79 – Trecho da Praça da República.
Fonte: Almanach de Pelotas de 1920.



Fig. 80 – Monumento ao Cel. Pedro Osório
Fonte: Foto da Autora, 2002



Fig. 81 – Monumento a Domingos José de Almeida
Fonte: Foto da Autora, 2002



Fig. 82 – Monumento a Dr. Urbano Garcia
Fonte: Foto da Autora, 2002

José Brusque Filho, em 1962; às mães, cujo modelo foi a poetisa Noemi Carangi e feita por seu marido; ao relógio do sol, em 1976, contendo especificações da orientação solar de Pelotas, altitude e longitude.

O monumento mais antigo da Praça é o do Dr. Miguel Barcelos, de 24 de maio de 1913, médico, cujo apelido era Pai dos Pobres, por sua benemerência. Por serviços prestados, o Governo do Império concedeu-lhe o título de nobreza de Barão de Itapitocaí. O autor da obra em bronze é o escultor Antônio Campins.

O monumento de Domingo José de Almeida é de 5 de março de 1921, de Antônio Campins. É composto por um busto sobre coluna de mármore, adornada com detalhes em bronze. Domingo era mineiro de nascimento, mas se estabeleceu em Pelotas com charqueada e olaria. Deu apoio à Revolução Farroupilha, fornecendo gado, armas e, ferramentas para os revolucionários. Ajudou na construção da primeira barca a vapor da Província. (fig. 81)

A escultura homenageando o Dr. Urbano Garcia, localizada em frente ao Grande Hotel, foi colocada em 13 de abril de 1936 e é de autoria do escultor Leão Veloso, do Rio de Janeiro. O Dr. Urbano foi médico da Santa Casa de Misericórdia, onde prestou inestimáveis serviços. (fig. 82)

Mas o mais prestigiado monumento, com direito a discurso e festa, foi o de Yolanda Pereira, colocado defronte ao Clube Caixeiral, no dia 10 de setembro de 1931. É uma artística coluna dórica, projeto do Sr. Sylvio Barbedo, Diretor da Escola Técnico-Profissional e executada por Martins & Companhia. A coluna com 2m de altura, talhada em granito de duas variedades de cinza, extraído das pedreiras de Capão do Leão, assenta sobre embasamento com 1m de face e encimada por capitel em granito róseo, também polido. O fuste possui 22 caneluras e contém a inscrição em bronze: “*A cidade de Pelotas à sua filha Yolanda Pereira, Miss Universo de 1930*”.

E, por último, a análise da vegetação que compõe o espaço, que é um dos elementos mais marcantes de uma praça. Quando olhamos a praça de cima de um edifício, o que aparece em primeiro plano são as copadas das árvores e arbustos,

numa rica textura proporcionada pelas diversas alturas e variações de formato das copas, pela variedade de tons de verde, amarelados ou cor de bronze das folhas e das mais variadas cores da florada; mais abaixo, os maciços de flores como roseiras, hortênsias e flores anuais.

Pela remodelação da Praça em 1914, os grandes eucaliptos e paineiras foram retirados e plantados, em seu lugar, palmeiras, juniperos, ciprestes, ligustros, acácias, jacarandás, ipês, magnólias, dentre tantas outras. Devemos destacar as duas tamareiras plantadas pelo Imperador Dom Pedro II, por ocasião de sua visita a Pelotas. Temos espécies botânicas interessantes como um pé de café e um exemplar de Pau Brasil (*Caesalpinia echinata*).

“Pau Brasil Verdeja, sem piterno, num dos jardins da Praça Coronel Pedro Osório, quase a beira do ‘redondo’. Uma pequena tabuleta revela-lhe o nome botânico: *Caesalpinia echinata* no idioma luso-brasileiro simplesmente PAU BRASIL”.

“Abriga as crianças que, por ali, brincam, dá asilo aos pardais irrequietos, voejando de galho em galho e a todos sombra magnífica nas soalheiras do verão”.²⁵²

Apesar da grande diversidade de espécies de plantas existentes na Praça, são, na maioria espécies exóticas, tão ao gosto do começo do século XX, e fiéis ao estilo do jardim inglês. As espécies nativas são poucas, principalmente as nativas de ocorrência regional. É compreensível, hoje, entendermos os motivos dessas escolhas. Espécies nativas eram consideradas mato, e os magníficos e bem cuidados jardins da Praça deveriam ter a imagem de “civilidade”, de natureza ordenada, além de proporcionar aos visitantes um lugar de tranquilidade, segurança e beleza. Hoje conhecemos o grande potencial que a nossa flora oferece e a beleza de formas e cores que ela possui e as utilizamos, largamente, na construção de jardins e praças.

O primeiro levantamento de identificação da flora da Praça ocorreu em 1977, realizado por Carvalhal e publicado na forma de artigos jornalísticos. Foi atualizado

252 NASCIMENTO, Heloisa A., op. cit., 1989.

por Mattos & Mattos em 1978, identificando 140 espécies botânicas sendo 76 exóticas e 59 nativas, destas últimas, 30 de ocorrência regional. Esses dados mostram a influência européia na escolha da vegetação.

Em 1997, foi feito um novo levantamento florístico e a identificação das espécies arbóreas e arbustivas pelo Acadêmico e Engenheiro Aponômica Dorival de Oliveira Júnior, registrando 412 indivíduos, sendo a maioria de plantas exóticas.

Por documentos e fotos da década de 1920-30, podemos observar alguns exemplares de palmeiras como o *Butia capitata* (butiazeiro) e o *Syagrus romanzoffiana* jerivá, plantas nativas do Brasil, a *Livistona chinensis* (leque-chinês), da China, a *Archontophoenix cunninghamiana* (Seafortia), da Oceania, e muitas espécies européias, como o *Cupressus sempervirens* (cipreste), a *Magnolia soulangeana* (magnólia roxa), o *Quercus robur* (carvalho europeu) a *Olea europaea* (oliveira), dentre outras, as Africanas como as tamareiras: *Phoenix canariensis* – falsa – tamareira, *Phoenix reclinata*, tamareira-do-cabo e *Phoenix dactylifera* – tamareira além do magnífico Flamboyant – *Delonix regia*. Supõem-se que as sementes de tamareiras tenham sido trazidas pelos escravos negros, tão numerosos em Pelotas, como forma de lembrarem um pouco a sua terra natal.

Do Brasil, temos, dentre outras, os floridos jacarandá, (*Jacaranda mimosaeifolia*, ou ipês – *Tabebuia chrysotricha* e *Tabebuia avellanadae*) ipê roxo, a *Tibouchina granulosa* – quaresmeira e o magnífico Umbú – *Phytolacca dioica* da ilha do lago. Temos muitas espécies da Ásia e do Japão introduzidas nos jardins quando da influência oriental nos jardins ingleses.

A relação completa seria extensa e não cabe nos objetivos do presente trabalho.

Heloísa Assumpção Nascimento escreve:

“Gerações e gerações de crianças pelotenses brincavam por entre seus floridos canteiros, nas tardes de verão e, nos dias de inverno, aqueceram-se ao sol ao pé de seu esplêndido chafariz de musas e náiades. Bebês adormeceram no regaço das mães, à sombra das magnólias de alvas flores monstruosas, dos jacarandás com seu tapete

roxo ao pé do tronco e de ipês com sua florescência cor de ouro”.²⁵³

3.2.4 Conclusão e nova leitura do espaço

Depois de percorrermos com o olhar o quadro, representado pelo corpo dos edifícios existentes nos quarteirões lindeiros à Praça e que formam a moldura e o cenário, depois de analisarmos em todos os detalhes, conhecermos sua história, suas representações e, seus ícones, voltamos novamente à Praça e a percorremos, agora, com uma bagagem de informações que nos fazem “ver” e “reler” o espaço.

Percebemos a natureza geométrica dos edifícios em oposição à modulação dos pavimentos, muito mais primitiva e mais sutil, pois se trata de um “folheado” em material resistente, que cobre o elemento mais natural e forte da paisagem urbana: a modelação da superfície terrestre.

O ambiente da praça arborizada é construído com o objetivo de atender aos princípios benéficos à saúde – melhorar as condições de poluição do ar, amenidades, o convívio e até locais de privacidade –; é o lugar de lazer da população, da sociabilidade, do descanso, da representação dos espaços criados, cheios e vazios, sendo de fundamental importância para a cidade.

O “estar dentro” ou “estar fora” desses espaços dá ao ser humano o domínio e a consciência do seu caráter e de sua representação e ao compreendê-los tem o domínio dessa estrutura dentro de um determinado tempo e de um determinado espaço.

Podemos perceber, agora, o pensamento de Maurice Halbwachs em relação ao espaço:

“Quando um grupo toma posse de um território, transformando-o à sua imagem – o espaço ratifica relações sociais – e, ao mesmo tempo, é pressionado pela própria materialidade de sua criação, à qual acaba obedecendo: ele se fecha no interior do quadro que construiu”.²⁵⁴

253 NASCIMENTO, Heloisa Assumpção. **Nossa cidade era assim**. Pelotas: Universitária/UFPEL, 1989. v. 1. p. 85.

254 HALBWACHS, Maurice apud LEPETIT, Bernard, op. cit., 2001, p. 147.

Verificamos que a praça central de Pelotas deveria representar toda a cultura, os poderes econômico e político que a cidade e seus dirigentes tinham em relação a outras cidades do Brasil e mostrar uma modernidade vinda da Europa, modelo ideal da época estudada, ao qual acabaram obedecendo, criando um cenário do qual nem todos participavam.

Exemplos europeus dessa época são o Jardim do Trián de Hardouin Mansard, o Parque Monceau, a Praça Châtelet, o Bosque de Bolonia, a Praça da Concórdia, o Bosque de Vincennes, parques, jardins e praças do século XIX, de uma Paris moderna. Depois das reformas de Haussmann e do começo do século XX, os projetos de Forestier, como o da cidade de Buenos Aires, onde o arquiteto utilizou os conhecimentos de Le Nôtre e adaptou-os aos novos tempos. Na Inglaterra, temos os Park Crescent e o Regent's Park, de Juan Nash, de 1830, cujos objetivos eram assegurar o máximo rendimento a coroa, acrescentar as belezas da Metrópole e atender tanto à higiene como à comodidade do público. A Praça de Kensington, de 1840, de grande beleza, com suas formas orgânicas novas para a época e de uma proporcionalidade de dimensão.²⁵⁵

È com essa visão que relemos o espaço e temos, então, a consciência de ter contribuído para o levantamento deste espaço urbano e da memória coletiva que ele representa dentro do mundo subjetivo da paisagem urbana. (fig. 83)

3.3 Praça da Matriz

“Setembro. Praça da Matriz. Um vento doido faz o galo enferrujado e torto do cata-vento da igreja bater com irregularidade. Do alto da torre vem o seu tantã surdo [...] O vento varre a Praça. Folhas dançam ao redemoinho, pungindo dele, amontoam-se nas sarjetas dos becos estreitos que ladeiam a Matriz [...] o sol se derrama em estrias de ouro pelo chão pedrento do largo [...] As pombas são o maior toque de beleza [...] bicando aqui e ali, bebericando a água irisada de sol, que os

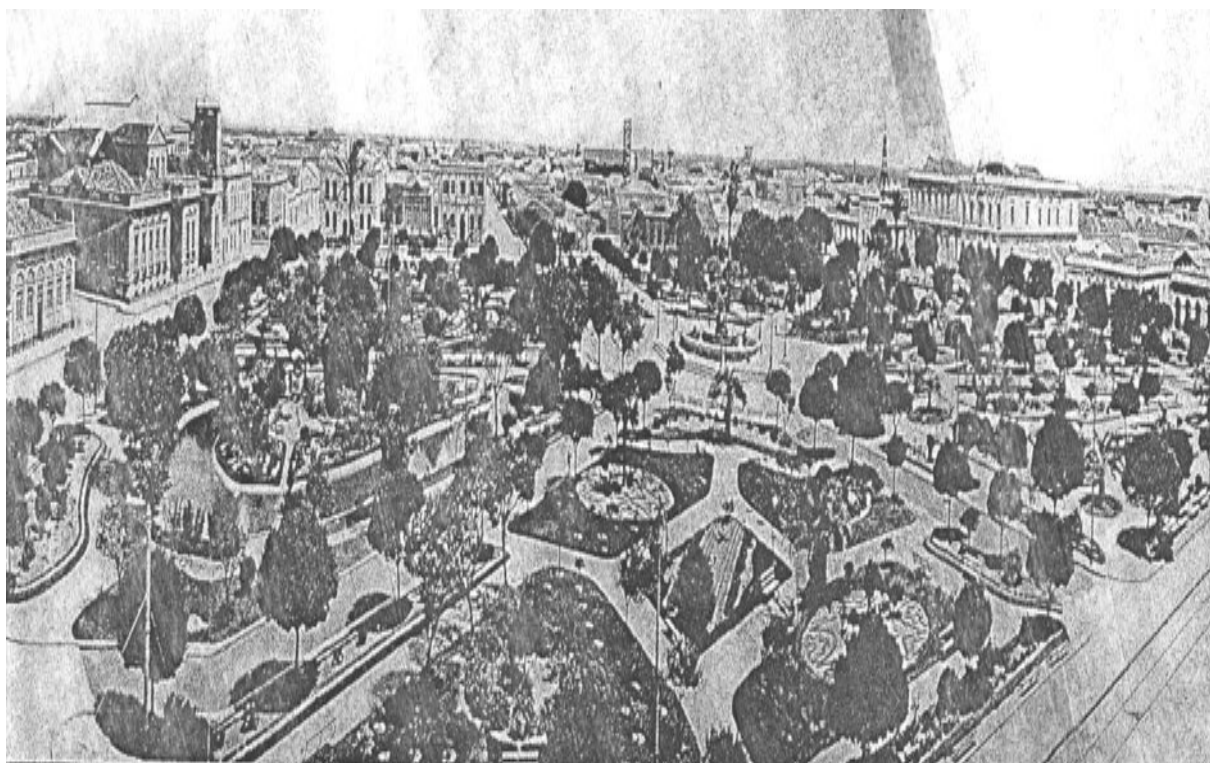


Fig. 83 – Vista panorâmica da Praça Coronel Pedro Osório
Fonte: Álbum de Pelotas de 1922.

canos do velho e complicado chafariz de bronze fundido, vertem constantemente”.²⁵⁶

A definição pelo lugar onde a igreja seria erguida era tão importante como a ocupação urbana da cidade, pois como era usual no Brasil, em torno da igreja é que se erguiam a praça, as melhores casas, os prédios públicos, o centro da urbe.

Como já exposto no Capítulo II, foram três os locais para a localização da Igreja Matriz: no Laranjal, no local onde hoje está o Instituto Nossa Senhora da Conceição e no lugar em que morava o Capitão-mor Antônio Francisco dos Anjos, Boaventura Rodrigues e pouca pessoas mais. Segundo expressão de José Vieira Pimenta, primeiro cronista de Pelotas:

“Nestas decisões se levou de outubro até fevereiro de 1813; mas o capitão-mor, junto com o reverendo vigário sem esperarem por decisão final deram andamento primeiro à igreja, abrindo os alicerces e principiando-a ... Principiada a igreja, foram concordando alguns opositores da localidade e foi-se fazendo a obra, sendo os alicerces de 1 a ½ tijolo e as paredes da grossura de um tijolo”.²⁵⁷

3.3.1 A Configuração do espaço da Praça e seu principal espaço arquitetônico – a Catedral

A Praça José Bonifácio, originalmente, chamou-se Praça da Matriz, depois Princesa Isabel, Conde d' Eu', 15 de Novembro e, hoje, é mais conhecida pelo apelido de "Praça da Catedral" do que pelo nome oficial. É a mais antiga da cidade. Antes de ser praça, era o largo da Igreja Matriz, fundado em 1813. Foi ali que a cidade nasceu, com uma igreja humilde e com algumas casas ao seu redor.

José Caetano da Silva Coutinho, em 1815, escreveu:

“A igreja é uma barranqueta de tijolo, nova e ainda inacabada, o que não importa, porque para receber todo o povo, que já anda por mais de 4.000 almas e cedo subirá muito mais, precisa-se de uma grande igreja,

256 NASCIMENTO, Heloisa Assumpção. **A Praça da Matriz**. Porto Alegre: Editora Globo, 1964. p. 3.

257 PIMENTA, José Vieira apud Fernando Osório. **A Cidade de Pelotas**. 3. ed. Pelotas: Ed. Armazém Literário, 1997. v. 1. v. 1. p. 74-75.

de pedra e cal, que podem muito bem fazer se quiserem, porque são muito ricos [...] Vi um grande concurso de homens e mulheres, vestido com riqueza e luxo”.²⁵⁸

Saint-Hilaire, referindo-se à povoação, cinco anos depois, relata:

“[...] As ruas são largas e retas. A praça em que fica a igreja é pequena, porém, muito bonita. A frente da maioria das casas é asseada. Não se vê em São Francisco de Paula uma palhoça simples e tudo aqui anuncia abundância”.²⁵⁹

Foi entre os anos de 1813 e 1814 que começaram a surgir os primeiros prédios ao redor da igreja, casas de tijolos, cobertas de telhas, quintais divididos por taipas, com mudas de hortaliças e raras flores, caminhos de chão batido. Foram, assim, sendo construídas as casas e erigida a primitiva igrejinha para servir de abrigo à imagem de São Francisco de Paula. Em 23 de dezembro de 1813, foi inaugurada a igreja com toda a pompa para esta ocasião, com banda de música, toda a população dos arredores e a estátua de São Francisco de Paula. A igrejinha foi construída sobre uma imensa chapada, antes triste e solitária, mas que se cobriria de casarios num curto espaço de tempo. Era uma pequena capela, com apenas uma nave de 6,60m por 13,20m, incluindo a capela-mor, construída em alvenaria de tijolo de barro e coberta com telhas. Em 26 de abril de 1826, deu-se o começo do corpo da igreja atual, por fora da existente, sendo em 27 demolida a do centro. Em 31 de julho de 1835, foi concluída a construção da capela-mor. De 1845 a 1854, foi obtido o dinheiro para construir o consistório da face norte e reconstruir o do sul, foram reformados o frontispício e o arco cruzeiro, levantada a torre sul, é colocado em 1852, o relógio e concluída a ornamentação da torre norte. A igreja, então, tem mais ou menos 40m de comprimento por 20m de largura. Sua figura em planta baixa era de uma cruz.

A frente da Igreja, havia um vasto terreno que serviria de praça da povoação e, aos fundos, um outro terreiro que era destinado ao cemitério. Fechado o Cemitério de Santa Cruz, que a Irmandade do Santíssimo e Padroeira tinha a seu cargo, teve

258 NEIS apud Pe. Rubem. *Pelotas em 1815*. In: Correio do Povo, Porto Alegre, 08/07/1972.

259 SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. São Paulo: Ed. Nacional, 1939, p. 70. (primeira edição francesa, 1887).

iniciou este outro, nos fundos da Igreja Matriz, aberto em 1º/01/1820 e que existiu até 1825. Foi murada a pracinha atrás do templo e construídas catacumbas ao longo dos muros, para evitar os sepultamentos dentro do templo.

A Rua Santo Antônio, hoje Dr. Miguel Barcelos, vinda do leste desembocava na porta do templo, quebrando a direção, ela acompanhava a Igreja ao norte e prosseguia até encontrar o arroio Santa Bárbara.

Em 1826 começou a edificação de Igreja Matriz, como já dissemos, edificada por fora da primeira igreja, maior e já com a fachada atual.

"Em meados do séc. XIX, a Catedral de São Francisco de Paula já apresentava a fachada atual (nunca modificada), com seu pórticos e terraço, com seu jogo de ordens superpostas [...]; com sua platibanda e pequeno frontão; com suas duas torres sinaleiras e com suas duas cúpulas características".²⁶⁰

Não se sabe se o projeto foi de Robert Offer ou de José Vieira Pimenta.

Com a nova Catedral, a Praça da Matriz também começou a ter um novo aspecto. Antes, as pessoas iam se abastecer d'água na praça e o faziam através de canos de bronze presos em pilares de alvenaria; agora, a água jorrava de um belo chafariz.

A localização dos chafarizes obedecia à designação da Câmara Municipal. O chafariz da Praça da Matriz foi colocado em 11 de junho de 1873 .

"Antes não havia calçamento. O largo ficava embarrado com o transitar dos escravos equilibrando vasilhas na cabeça, ou pelas grosseiras rodas de pesadas pipas transbordantes, a se enterrarem fundo no chão sempre úmido. Nos tempos do vilarejo, o chafariz, então apenas bica, era ponto de encontro da gente do lugar. Ali se contavam novidades, se tramavam intrigas, segredavam-se os mexericos da povoação, depois da vila florescer, e por fim da cidade. Dali os escravos levavam essas novidades, intrigas e mexericos para a casa dos

260 SCHLEE, Andrey Rosenthal. op. cit., 1994., p. 59-60.

senhores, fresquinhas como a água da fonte que carregavam em vasilhas equilibradas na cabeça, ou transbordando das pipas sacolejadas pelas irregularidades dos caminhos mal-empredados.

“À tarde, para conversar, apareciam as pessoas respeitáveis, as mais importantes da terra e que moravam no largo.

“Senhoras elegantes desfilavam nas ruas, dirigindo-se para a praça da Matriz, onde com o pretexto de rezar desfilavam seus trajes recém chegados da Europa, jovens 'flertavam', senhores discutiam política, pois até eleições se realizavam na Matriz. Delas saiu muito vereador do Império, mas não só de pessoas elegantes vivia este espaço”.²⁶¹

Em 1846, a iluminação era feita com lampiões, o que deixava a desejar a iluminação à noite, sendo a Praça pouco utilizada, pois era associada ao medo e ao perigo. Somente em 1912, é que efetivamente começou o trabalho de iluminação com energia elétrica, mudando o uso e os hábitos da população quanto à utilização dos espaços públicos, que começa a ser no tempo noturno. Também se deve esse uso ao crescimento e urbanização da cidade. (fig. 84)

Depois, veio o encanamento d'água, e o chafariz perdeu sua utilidade e passou a constituir decoração. Os tempos foram mudando, e, as pessoas também. As pessoas importantes que habitavam ao redor da praça foram, gradativamente, transferindo suas residências para outros locais. A praça perdeu sua importância social e política, apesar de continuar o mesmo espaço e com a mesma aparência. O lugar ficou intacto. De cada lado da igreja, os dois becos pitorescos, onde se ouvia antes o patear dos cavalos, dos cupês e das caleças nas pedras da rua, aguardando os donos que iam assistir as festas solenes passaram a ficar silenciosos desertos.

Os espaços públicos de sociabilidade de Pelotas funcionavam principalmente durante o dia, aos feriados e domingos. A diversão nas festas do padroeiro São Francisco de Paula, de Corpus Christi, do Divino Espírito Santo acontecia no largo da Igreja.

As festas religiosas eram organizadas pelas famílias importantes de Pelotas,

261 NASCIMENTO, Heloisa, op. cit., 1964, p. 5-6.



Fig. 84 – Praça da Matriz
Original Aquarela de Pineau, 1883.
Fonte: Fernando Osório, A Cidade de Pelotas, 1998.

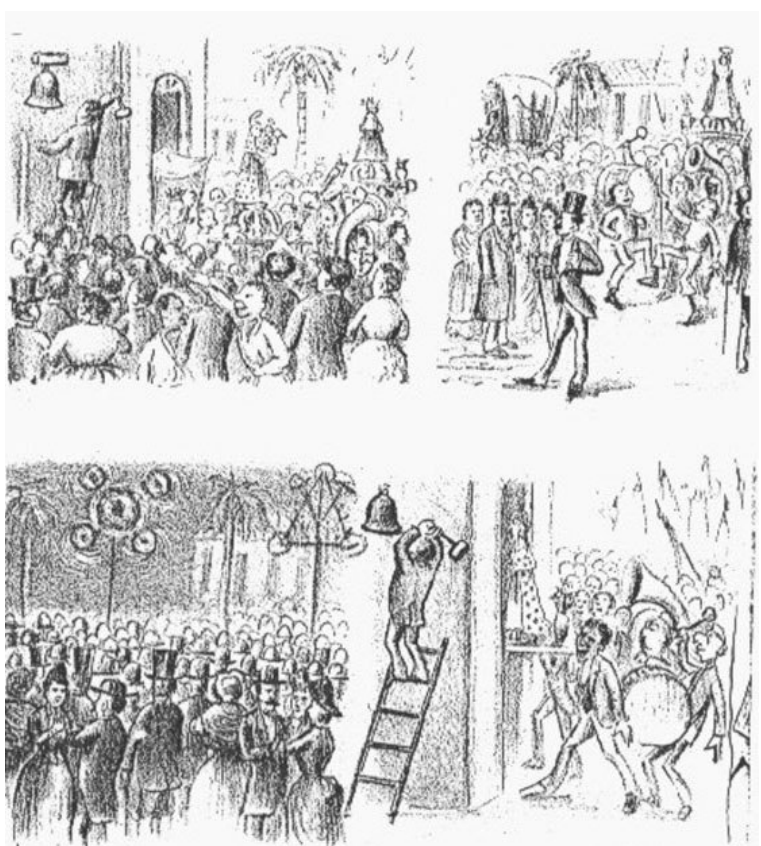


Fig. 85 – A Festa da Luz
Original A Ventarola, 17/02/1889
Fonte: Mário Magalhães, Opulência e Cultura da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, 1993.

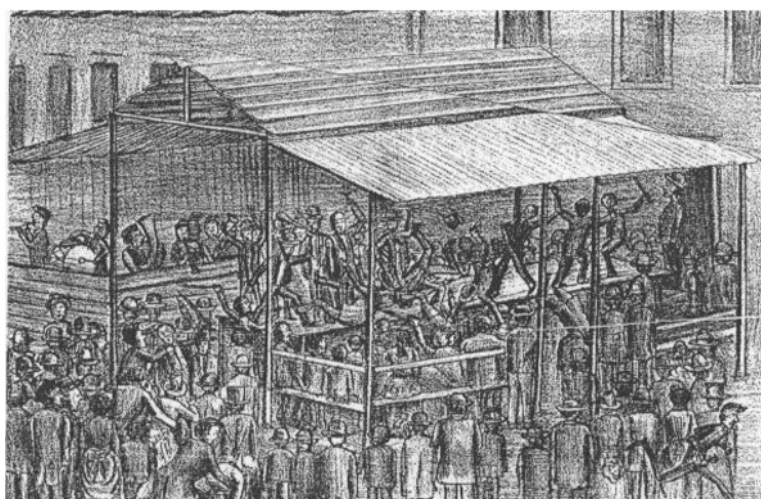


Fig. 86 – Os Leilões do Divino Espírito Santo
Original A Ventarola, 2/10/1887
Fonte: Mário Magalhães, Opulência e Cultura da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, 1993.

principalmente pela matriarca da família, ajudada pelas moças casadoiras. A festa principal e a mais concorrida era a de São Francisco de Paula, no dia 02 de abril, quando, a cada ano, se revezava um casal de festeiros. Mandavam confeccionar medalha de prata com a efígie do padroeiro e, ainda, o santo em madeira, ou em gesso, para serem oferecidos ou leiloados durante a festividade. Havia a Festa da Luz, acontecia na da Igreja da Matriz também na Igreja da Luz; a festa de São Francisco, a Festa dos Reis, a do Rosário, a do Espírito Santo e a de Corpus Christi.

Um cidadão com o sugestivo nome de Francisco de Paula Sacramento era o que organizava e dirigia muitas das festas, ajustando armações, músicas, sacerdotes e os famosos fogos de artifício, daí o apelido de “fogueteiro contratado”. A Festa da Luz era, no final do século XIX, a mais concorrida.

As quermesses eram outra diversão da elite pelotense. Na verdade, poucas das antigas festas eram distrações tão encantadoras, como as quermesses; fizeram a alegria de muitos dos nossos antepassados. (fig. 85,86)

Dom Antônio Zattera, bispo de Pelotas até a década de 1970-79, escrevem agradecendo o dinheiro que propiciou o término das obras da Catedral em 19.03.50: *“(...) angariada do generoso povo pelotense por donativos e quermesses na Praça da Catedral”*.

A palavra quermesse lembra os famosos quadros de David Tenier, descrevendo, com figuras e paisagens, a tradicional feira paroquial realizada nos Países Baixos, no século XV, em que o povo se divertia ao ar livre, bebendo, comendo e dançando. O termo, de origem holandesa, passou ao francês e chegou ao Brasil e à cidade de Pelotas, onde marcou época no começo do século XX até meados de 1920, principalmente na Praça da Matriz. Armavam-se tendas, onde eram vendidos doces, licores, chás e cafés; em outras vendiam-se os trabalhos manuais feitos pelas moças casadoiras da cidade. Havia, ainda, a procurada tenda dos bilhetes, em que mensagens de amor eram enviadas, assim como eram exibidos os escritos literários e poéticos dos mandantes. A renda das quermesses era sempre beneficente.

Algumas casas em torno da Praça, muitas abandonadas pelos seus donos, são

mal conservadas, outras transformaram-se em casas de comércio, rasgando portas onde antes não existiam. Foram instalados o armazém do seu Juquinha e a farmácia do Belisário. Os habitantes da Praça não são mais aristocráticos.

“Maria Alice ama aquela Praça [...] conhece-lhe todos os segredos, que são os de origem da cidade, os de cada um dos moradores do largo e os seus próprios. O cenário querido participa deles [...] a praça antiga, com seu chafariz de bronze fundido, com suas ruas de calçamento irregular, e com suas mais amáveis freqüentadoras – as pombas – tornou-se um pedaço do seu próprio ser.

“Seu Chico sacristão mora num quartinho da torre [...]. filho do Chico Sineiro [...] Lembra-se de quando a Praça da Matriz era ainda o ponto mais importante da cidade. Viu crescer os arranha-céus lá longe, de tamanhos desiguais e 'feios como caixas de fósforos postas em pé'. Do alto da torre onde toca o sino, viu muitos crepúsculos descenderem sobre a Praça.

“Seu Juquinha do armazém, Toledo, Pedro Belisário, Mingote reúnem-se para conversar de política e criticar a administração [...] Mas a cidade cresceu muito desde aquela época [...].”²⁶²

A Praça da Matriz, ficou outra vez, como de costume com gente passando, entrando no templo, comprando na farmácia e no armazém.

No começo do século XX, o espaço mudou. A fonte não tinha mais o mesmo significado. A população reclamava da água sempre escorrendo, das poças de lama que se formavam no chão. O chafariz foi retirado, e teve início um novo conceito do espaço.

3.3.2 O Percurso do observador pelas ruas que delimitam a Praça

A Praça José Bonifácio, principal corpo de espaço, delimitada na orientação norte-sul pelas ruas Félix da Cunha, antiga Rua do Imperador, no começo do século XIX (1815), Rua do Comércio, e pela Rua 15 de Novembro, antiga Rua São Miguel (1854), no início do século XIX, Rua dos Canários. A Rua Anchieta, antiga Rua

General Vitorino, no começo da Igreja, é interrompida pelo largo da Igreja. As ruas em direção leste-oeste são limitadas à Rua Dr. Miguel Barcellos, que se divide em duas ruas, abraçando a Praça e tomando o nome num dos lados (leste), o nome de Senador Mendonça, antes Rua Santo Antônio e, seu primeiro nome, o de Da Igreja.

O usuário ao colocar-se na boca da Rua Dr. Miguel Barcelos (leste-oeste), tem uma visão total da Praça pela fluidez visual que esse ângulo proporciona. Até meados do século XX, a visão do ponto de fuga, com a Catedral no seu ponto focal principal, era livre de qualquer obstáculo. Hoje, o arvoredo impede essa visão total. O usuário não participa do alto índice de fruibilidade visual oferecido por esse ângulo. O prédio principal da Praça, a Catedral, agora, fica como pano de fundo, sendo o primeiro plano tomado por uma nuance de texturas, cores, formas e tamanhos no plano vertical obtido pelas várias espécies vegetais que povoam a praça. Na primavera ela toma as cores arroxeadas dos jacarandás para, logo depois, ser pintada pelo amarelo das flores da canafístula. (fig. 87) (mapa 17)

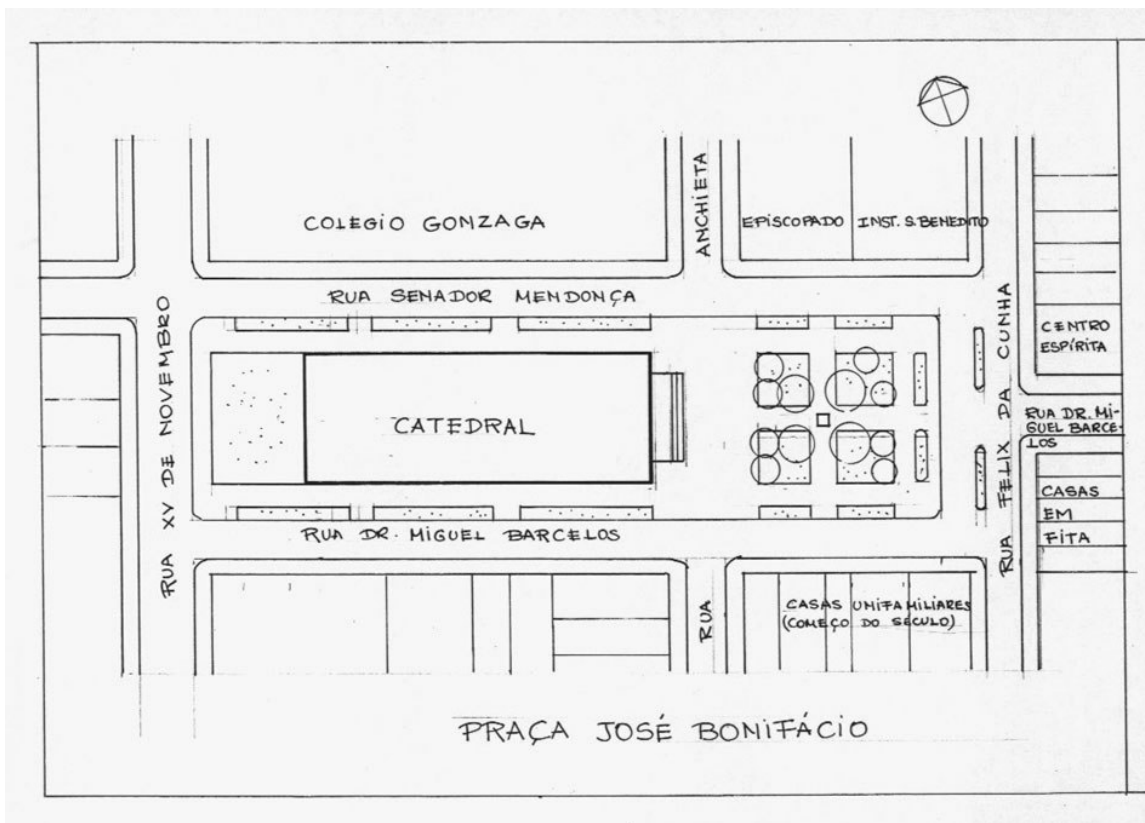
Nosso percurso começa na Rua Senador Mendonça. Projetada em 1815, no primeiro loteamento urbano, e recebeu o nome de Santo Antônio. Como o meio da Praça ficava bem na sua direção, dividiu-se em duas ruas: a oeste, a Senador Mendonça e, a leste, a Doutor Miguel Barcelos. Nesta última, ficava a taverna onde o poeta Lobo da Costa, em 1888, tomou a seu primeiro gole de uma série que lhe seria fatal e derradeiro.

Na Senador Mendonça, em frente ao Colégio Gonzaga, desde o início do século XX até a ditadura militar de 1964, os jovens divertiam-se numa passeata dos alunos do Colégio Gonzaga, “os galinhas gordas”, e dos alunos do Colégio Pelotense, “os gatos pelados”. Eram feitas brincadeiras humorísticas sobre o ensino, a cidade e temas da atualidade. Toda a população participava.

Ao nos deslocarmos pelo lado da Rua Senador Mendonça, temos como limite, três prédios institucionais. No primeiro trecho, a rua denominava-se Senador Mendonça, agora Praça José Bonifácio. O primeiro prédio, o Instituto São Benedito, fundado em 6 de fevereiro de 1901, teve a finalidade de atender crianças carentes e sem pais. Foi fundado por uma mulher da mais humilde condição, pobre e de cor.



Fig. 87 – Vista da Praça José Bonifácio vendo a Catedral ao fundo.
Fonte: Foto da Autora, 2002



Mapa 17 – Planta baixa da Praça José Bonifácio
Fonte: Levantamento local da autora, desenho de Joana Paradedda, 2003

Chamava-se Luciana.

“Luciana, essa preta pobre, só pelo influxo da sua piedade e da sua energia conseguiu inspirar a criação e a manutenção, em cidade do Rio Grande, de verdadeiros templos de instrução e caridade.”²⁶³

Começou num prédio modesto, mas, já no começo do século XX, estava instalado no prédio atual, que pouca alteração sofreu; prédio desprovido de qualquer adorno.

Vizinho ao Instituto São Benedito, tem-se o magnífico prédio do Episcopado, em estilo eclético, de dois andares com aberturas com caixilhos com vidros coloridos. Ao alto do prédio, no frontão, tem-se o símbolo da Igreja Católica – o brasão do Papa. É um prédio de 1910. (fig. 88,89)

Esse quarteirão, por ter dimensões pequenas de aproximadamente 45m, fica restrito a esses dois prédios. O segundo quarteirão é totalmente ocupado pelo Colégio Gonzaga.

“Lançadas foram as bases do Ginásio Gonzaga em 1894, tendo como fundador o Padre Anselmo José de Souza e como primeiro reitor o ilustre sacerdote Pedro Bucher. É o ginásio de propriedade da Sociedade Padre Antônio Vieira, com sede em São Leopoldo, neste Estado. A matrícula inicial foi de 60 alunos [...] Dispõe de internato, em belo edifício, amplo salão de festas, gabinetes de estudo e higiênicas instalações, administrando completamente o padre Agostinho Scholl.”²⁶⁴

O colégio funcionava no prédio que faz divisa com a Rua 15 de Novembro, e, na esquina com a Rua Anchieta, funcionou a primeira Faculdade de Ciências Contábeis, pertencente à mesma entidade. Entre esses dois prédios, existia um “correr” de casas em fita, de um só pavimento, cujo proprietário, por muitos anos, se negava a vendê-las para uma entidade católica, pois ele tinha uma ideologia espírita, e o negócio de venda só foi efetuado, por ocasião de seu falecimento, pelos herdeiros.

263 OSÓRIO, Fernando, op. cit., 1997, p. 377.

264 OSÓRIO, Fernando, op. cit., 1997, p. 331.



Fig. 88 – Prédio do Instituto São Benedito e do Episcopado. Rua Senador Mendonça.
Fonte: Foto da Autora, 2003



Fig. 89 – Visual Oeste/Leste, Rua Senador Mendonça.
Fonte: Foto da Autora, 2003



Fig. 90 – Visual Leste/Oeste, Rua Dr. Miguel Barcelos.
Fonte: Foto da Autora, 2003

No mesmo sentido leste-oeste, porém no lado oposto ao relatado temos a continuação da Rua Miguel Barcelos, com uma série de antigos casarões, atestando o poder da sociedade no final do século XIX e da importância do local. Na foto de Pineau de 1883, podemos identificar o casarão de dois andares e sua imponência. Pertenceu, originalmente, ao Coronel Campos Leite. São prédios de estilo historicista eclético. O prédio da esquina com a Rua Anchieta também era um prédio em estilo eclético historicista e foi demolido na década de 1970-79 e substituído pelo atual prédio, desvirtuando o conjunto. (fig. 90)

Mudando a direção em 90°, agora norte-sul, entramos na Rua Félix da Cunha, ou Rua do Comércio em 1815, uma das 19 primeiras ruas da cidade. Mais tarde, em razão de visita do Imperador a Pelotas, que se hospedou no sobrado de Domingos de Castro Antiqueira, Barão de Jaguarí, que ficava nessa rua, passou a se denominar Rua do Imperador até 1889. Faltando 35 dias para a Proclamação da República, a Câmara Municipal decidiu substituir a homenagem ao Imperador e pôr o nome de um cidadão descendente dos farroupilhas e fundador do Partido Liberal na Província. Nessa rua, situa-se uma série de casas em fita, geralmente de três aberturas, térreas, cobertas com telhas de barro e com uma pequena platibanda. Atualmente, foi inserido um moderno prédio, desmontando o conjunto arquitetônico. Na mesma rua temos o Centro Espírita Jesus, prédio de meados de 1910, sendo seu primeiro presidente o Tenente Francisco de Jesus Verneti, e, junto dele, um modesto prédio, onde funcionou uma das mais antigas farmácias da cidade.

"Santa Cruz. Farmácia do seu Belé, o Pedro Belisário. Tradicional e imprescindível para o bate-papo. Botica no século anterior, quase que só mudou no fato de tomar o nome da farmácia, porque os proprietários, desde muitas décadas, foram sempre os Belisário. Belisário avô, Belisário Filho".²⁶⁵ (fig. 91,92)

No lado oposto, está o prédio principal da Igreja da Matriz, atualmente Catedral de Pelotas. Desde 1826 com a mesma fachada imponente, seu estilo definido impressiona por sua cúpula, pelos vitrais e pelas pinturas internas do artista Aldo Locatelli.



Fig. 91– Prédios residenciais em fita, Rua Félix da Cunha.
Fonte: Foto da Autora, 2003



Fig. 92 – Visual Centro Espírita, Rua Félix da Cunha.
Fonte: Foto da Autora, 2003

A Rua Anchieta, que neste trecho é interrompida pelo largo da Igreja é um dos eixos visuais estruturados do sistema de áreas verdes. Se olharmos para o norte, veremos o maciço de vegetação da Praça Júlio de Castilhos; se olharmos para o sul, veremos a Praça Coronel Pedro Osório, a mais importante da cidade. (fig. 93,94,95)

3.3.3 Transformação e traçado do espaço da Praça

A Praça da Matriz só começou a ser valorizada como praça, nos moldes que hoje conhecemos, em meados do século XX. Seus freqüentadores mudaram, como também mudaram as classes sociais que a freqüentaram e continuam até hoje freqüentando. Porém ela continua sendo o ponto de encontro dos fiéis católicos que a utilizam para o “bate-papo” após as cerimônias religiosas, como missas, casamentos ou enterros.

O historicista ecletismo, na região sul do Rio Grande do Sul, é demonstrado no espaço das praças, nas construções que as delimitam, bem como nos elementos nele inseridos, como chafarizes, estátuas, vegetações exóticas, nos demonstram a inserção de elementos barrocos no cotidiano urbano.

A praça, desde o seu começo mudou muito no seu traçado físico espacial, mas não no seu espírito de lugar público, de reuniões da população, de lazer.

De 1813 a 1873, era um grande espaço (para a época e proporcional ao número de habitantes) sem equipamentos, a não ser uma bica d'água. Servia de adro para a Igreja Matriz. Já de 1873 até 1908, foi provido de um magnífico chafariz, que servia como distribuição d'água e de embelezamento do espaço. Nessa época, alguns postes de iluminação com lampiões já se faziam presentes. O chafariz, com o advento da água encanada, perdeu a serventia e foi esquecido. Tinha ele dois querubins segurando um globo, e mais outro globo em cima, sustentando uma concha, encimada por um bojo de formas peculiares. Retirado mais tarde, não conhecemos o seu paradeiro. Na fotografia de 1922, vimos a praça com uma primeira arborização, ainda incipiente, desprovida de meio-fio, logo, sem limites visíveis, sem pavimentação; apresentava um chão empedrado. Já na década de 1950-59, a Praça tomou a configuração que permanece até os dias atuais. É provida



Fig. 93 – Catedral São Francisco de Paula
Fonte: Álbum de Pelotas de 1922.



Fig. 94– Catedral São Francisco de Paula
Fonte: Álbum de Pelotas de 1922.



Fig. 95 – Catedral São Francisco de Paula
Fonte: Acervo Pelotas Memória, anos 50

de meio-fio, pavimentação, arborização, bancos e do monumento a José Bonifácio, bem no seu centro.

Há um fato curioso nesse espaço urbano que fica no plano espiritual. Nesse pequeno espaço, temos não só um ecletismo arquitetônico, mas também de princípios religiosos e espirituais. Convivem num mesmo espaço a Catedral, símbolo máximo da fé cristã, com seus agregados como a Casa Episcopal o Asilo São Benedito e o Colégio Gonzaga, baseados no catolicismo, e a sede do espiritismo, que se situa no lado oposto à entrada principal da Catedral, o Centro Espírito Jesus, e, no meio dessas duas entidades, o busto de José Bonifácio, em homenagem a esse ilustre brasileiro republicano e de ideologias maçônicas. Esse convívio sempre foi de perfeita harmonia, demonstrando o espírito esclarecido dos cidadãos pelotenses.

O monumento é composto por um busto de José Bonifácio sobre coluna de mármore e foi inaugurado em 1922, no Centenário da Independência. Nessa estátua, consta o agradecimento do povo pelotense à sua atuação no movimento que separou o Brasil de Portugal.

O traçado paisagístico da Praça é o da Tríade Clássica Básica, onde elementos característicos desse período podem ser observados, tais como: o traçado em cruz, estar central com ponto local (estátua de José Bonifácio), passeio perimetral, canteiros geométricos, simetria entre os canteiros, eixos, elementos ecléticos pitorescos (estátuas), vegetação arbustiva e arbórea exótica misturada com espécies nativas e plantio de forma geométrica e apesar de pequena possui pequenos gramados situados nos canteiros. (fig. 96,97)

A vegetação arbórea é representada pelas espécies exóticas como ciprestes (*Cupressus sempervirens*), [...] cedro do líbano (*cedrus deodara*) [...], formando uma massa densa, convivendo com jacarandá (*jacaranda mimosaefolia*), canafístulas (*Peltophorum dubium*), timbaúvas (*Enterolobium contortisiliquum*) e jerivás (*Syagrus romanzoffiana*). Os arbustos são na maioria exóticos, como o cotoneaster (*cotoneaster lacteus*), o mimo-de-vênus (*Hibiscus rosa-sinensis*), a costela de Adão (*Monstera deliciosa*), dentre outros, formando uma massa vegetal em outra



Fig. 96 – Praça da Catedral, Vista Geral.
Fonte: Foto da Autora, 2003



Fig. 97 – Busto de José Bonifácio,
na Praça José Bonifácio
Fonte: Foto da Autora, 2003

estratificação, e, por último, a vegetação rasteira, representada pelos agapantos (*Agapanthus africanus* – exótica da África) e pelos gramados.

O piso da Praça, na parte central, onde forma a cruz, e no largo da Igreja, é constituído de placas de cimento de 3,20m x 1,50m, e, nos caminhos periféricos e na faixa paralela à entrada principal da Igreja, está presente o ladrilho hidráulico, tão comum no começo do século, em Pelotas. Provavelmente, o piso inicial tenha sido todo ele de ladrilho hidráulico, mas, como é um piso de fácil desgaste e hoje de um preço elevado, pois era feito artesanalmente, os administradores municipais substituíram-no por um piso mais barato.

3.4 Praça Júlio de Castilhos

Primeiro havia a Praça da Matriz, quando Pelotas ainda não era cidade, mas sim como povoação de São Francisco de Paula; depois à praça principal, a do poder e da “Regeneração” e no mesmo eixo em direção oposta à principal, ou seja, ao norte, ficava o lugar destinado à Praça General Câmara, depois Júlio de Castilhos; de permeio, ficava a Praça da Matriz.

O perímetro urbano ficava delimitado ao norte por uma larga via, que veio a receber o nome de Passeio Público.

As cidades medievais européias eram delimitadas por muros e, mais tarde, abriram uma grande via ao redor desses muros, denominada *boulevard*. Pelotas traçou, ao norte da cidade, onde ela não cresceria muito, pois não havia interesse, uma via chamada de passeio público, com as mesmas características dos boulevards, porém sem as muralhas. Ela tinha a função de delimitar a cidade e de servir, ao mesmo tempo, de passeio para a população.

Para além e tendo essa rua como limite, seria implantada a Praça.

Pelos traçados das plantas dos mapas de 1815 e 1835, nota-se que não houve crescimento em direção norte da cidade, sendo esses lado de baixa densidade, e, ao seu redor, apareceram instaladas pequenas chácaras, como a do Sr. J. Torres, a de J. Barata e a chácara e olaria do Sr. F. Carneiro.

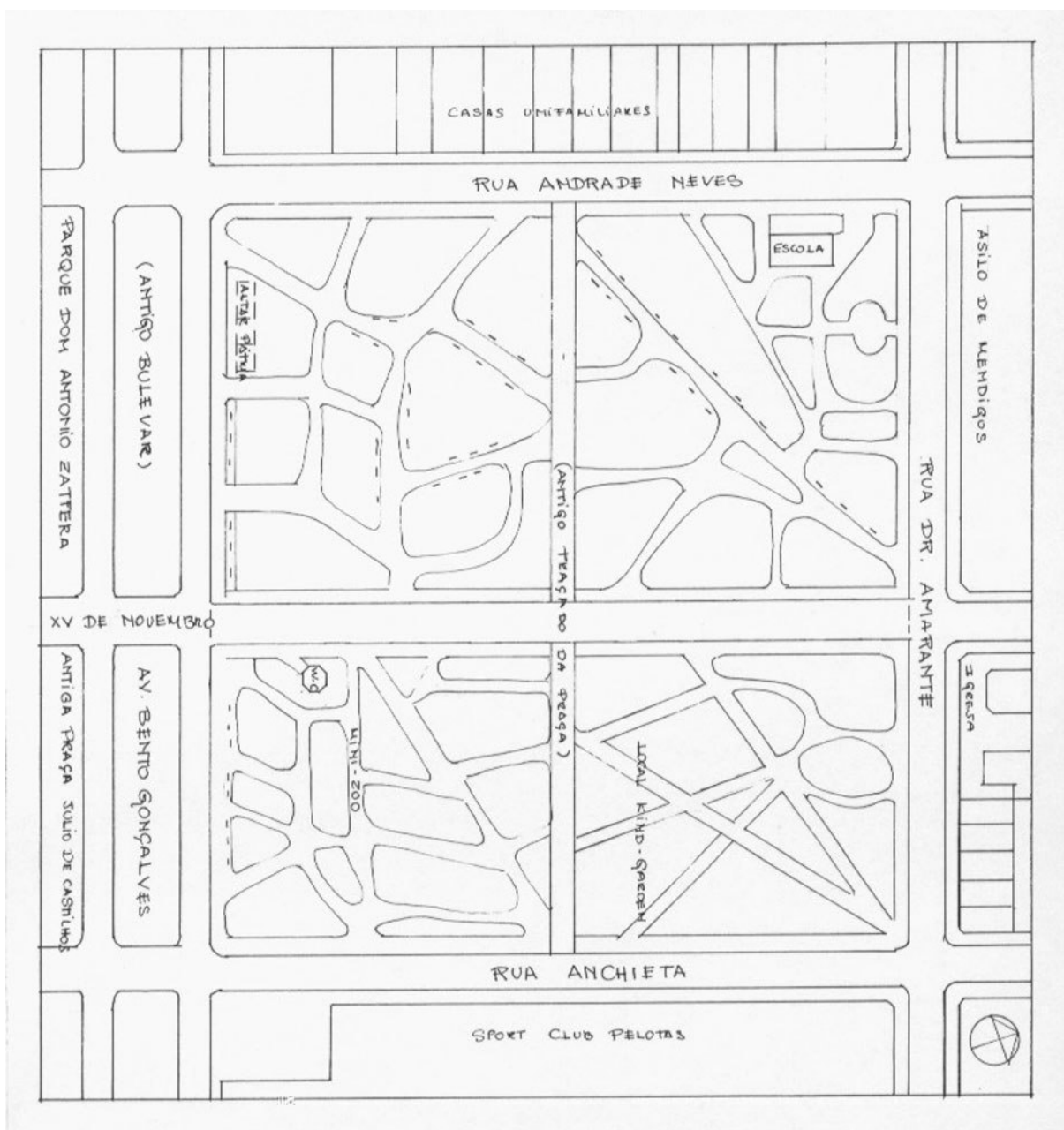
Supõe-se que o lento desenvolvimento desse lado da cidade se deu por dois motivos: porque Dona Mariana Eufrásia da Silveira tinha terras para o sul e muitos de seus lotes foram doados (muitos para servidão pública); e porque a cidade deveria desenvolver-se para o lado do porto, onde a produção das charqueadas deveria ser escoada.

3.4.1 A Praça e seu entorno

A Praça Júlio de Castilhos, antes General Câmara, a partir do século XX, passou a denominação de Parque Dom Antônio Zattera. O nome Júlio de Castilhos homenageava o chefe maragato e Presidente da Província, e, Antônio Zattera, bispo de Pelotas, que muito fez pela cidade, principalmente no que tange ao ensino da criança. Foi o criador da Faculdade Católica e do Instituto de Menores, este para crianças desabrigadas. A praça sempre foi voltada às crianças e ao progresso do ensino, nada mais justo que dar seu nome a esse espaço.

Ela é delimitada pelas ruas: Av. Bento Gonçalves, antes Passeio Público, depois Conde d'Eu; pela Rua Anchieta, antes da Igreja, da General Vitorino, pela Rua D. Amarante, antes 25 de Março, depois 24 de Fevereiro e pela Rua Andrade Neves, antes Das Flores. A Rua XV de Novembro, antes São Miguel, dividia a Praça em duas partes, até meados de 1970, quando foram incorporadas num só espaço. A Rua Anchieta (da Igreja), que serve de eixo visual de ligamento entre as três praças, é uma das mais antigas ruas da cidade, constando já na planta de 1815 e denominada "da Igreja", pois, no seu percurso, estava a primitiva capelinha e, desde 1910, a Catedral de São Francisco de Paula. Com o tempo, converteu-se numa das ruas mais extensas, atravessando a cidade da zona do porto à zona norte. Nela, foram construídos muitos prédios públicos importantes. Nos primeiros decênios do século XX, a partir da Avenida na direção norte, essa rua, no espaço de umas quatro quadras, era servida por uma linha de bondes. Sua extensão é longa, assim como a vasta lista de nomes que ela teve até se tornar Anchieta, passou por da Igreja, General Vitorino, Dr. Miguel Barcelos e, finalmente, Anchieta. (mapa 18)

A Rua Dr. Amarante, limite da Praça, primeira rua no sentido norte, paralela à Avenida, dá início à chamada zona norte, conhecida como Bairro da Luz desde o



Mapa 18 – Planta Baixa da Praça Júlio de Castilhos
 Fonte: Desenho de Joana Paradedá, baseado em plantas de 1909

século XIX. Foi projetada pelo Engenheiro Romualdo de Abreu no fim da década de 1850-59. Por decreto de 1858, foi batizada de Rua Vinte e Cinco de Março, para comemorar a data em que D. Pedro I outorgara a 1ª Constituição Imperial, e curiosamente passou a chamar-se, depois, 24 de Fevereiro, para festejar a 1ª Constituição Republicana, permanecendo com esse nome até 1950, quando passou a chamar-se Dr. Amarante em homenagem ao médico humanitário que muito fez pela cidade.

A Rua Andrade Neves, anteriormente chamada de Rua das Flores, antes de ser pavimentada, tinha esse nome porque eram plantados junto a rua, jardins, hortas e pomares. Mas, na altura da Praça, infelizmente, não eram flores que se via demarcando essa via. Antes de 1850, defronte do antigo cemitério, situado na Rua do Passeio e entre ela e a Rua Dr. Amarante existia a primeira forca de Pelotas, transferida para a Praça da Constituição em 1850.

“Existiu e funcionou a forca de Pelotas, erguida ao norte da Igreja da Matriz, zona da atual Praça Júlio de Castilhos (sobre a frente do cemitério que existiu pela altura de hoje Rua Andrade Neves, entre 24 de Fevereiro e o boulevard Bento Gonçalves). Foi transferido (1850) para a atual Praça da Constituição [...].”²⁶⁶

Conforme relato de Simões Lopes Neto, o material da forca foi demolido e utilizado para obras municipais, em ombreiras de porta, em arco de janela, em trave de baia, etc.

Os locais tradicionais de enterro, desde o final do Império Romano, eram o interior das igrejas ou suas imediações. Como o espaço junto à Igreja da Matriz era pequeno e o cemitério ali criado não tinha capacidade, foi criado, nas suas cercanias, ou seja, junto à Praça Júlio de Castilhos, que era onde a cidade terminava, e era um local inculto, um cemitério com uma pequena capelinha. Foi no começo do século XIX. Toda a marca de ostentação ou religiosidade não era comum, os mortos eram abandonados aos cuidados da Igreja, e os vivos só lhes deviam missas. O cemitério era católico e situava-se a leste pela Rua Andrade

266 OSÓRIO, Fernando, op. cit., 1997, p. 131.

Neves, fundos a oeste até a Rua General Osório, face ao sul, pela Bento Gonçalves e, para o norte, o campo aberto que ai havia e era onde se faziam os sepultamentos. Os cadáveres, depois da encomendação na Igreja da Matriz, eram levados até ali para sepultamento. Em 1870, foi demolido o antigo cemitério. Mas, em 1855, assolou Pelotas a doença *Cholera Morbus*, que vitimou mais de 300 pessoas. Foram proibidos os sepultamentos nos cemitérios existentes e só podiam ser feitos no cemitério aberto na Rua 20 de Setembro, a partir de 1855, existindo até hoje. Em 1870, foi demolido, e os mortos nele existentes foram sepultados definitivamente no atual cemitério do Fragata.

Com o fechamento do cemitério, começaram os cuidados no saneamento da área e o seu posterior desenvolvimento.

Mas a principal rua limite da Praça era, sem dúvida, a Av. Bento Gonçalves, rua larga e composta por duas vias de carros, uma onde estavam situados os lotes com construções junto à calçada e sem recuos laterais, e do outro a Praça. No centro do vasto canteiro, ladeado por duas fileiras de grandes árvores da espécie *Grevillea* (*Grevillea robusta*), e um passeio central. No Almanach de Pelotas²⁶⁷, consta: “A arborização da Av. 20 de Setembro e Bento Gonçalves prossegue de modo promissor, sendo já esplêndido o aspecto de ambas, em toda a extensão, outrora ainda vazia”.

Em 1920, a Avenida já ostentava soberba arborização, sofreria modificações e seria ampliada: (fig. 99)

“Essa iniciativa virá demonstrar, mais tarde, quando a cidade se apresentar recortada em todos os sentidos pelas linhas symetricas de linda copadas e verdejantes árvores, quando bem inspirado andou o actual intendente effectivando essa ornamentação, de duplo effeito”.²⁶⁸

O duplo efeito referiam-se ao embelezamento e à crença de que as árvores tinham o poder de sanear o ambiente.

267 Almanach de Pelotas de 1914. Direção de Ferreira & Cia.. Artigo *Progresso de Pelotas*. p. 226-227.

268 Almanach de Pelotas de 1930. Direção de Florentino Paradedda. Artigo *Progresso de Pelotas*. p. 283-284.



Fig. 98 – Praça Júlio de Castilhos, Escola João Afonso, 1923.
Fonte: Foto Neco Tavares, 2002



Fig. 99 – Praça Júlio de Castilhos, Vista interna.
Fonte: Foto da Autora, 2003

As edificações à volta da Praça eram poucas, mas marcadas por importantes edifícios, como o Asilo de Mendigos que foi inaugurado em 17 de dezembro de 1885. O asilo começou sua construção graças aos esforços do Visconde da Graça e terminou com seu filho, Augusto Simões Lopes.

“[...] João Simões Lopes, Visconde da Graça, a cuja altruísmo sem par, nesta terra, se deve a sobrevivencia do Asylo, pois em crise difficil o amparou com todos os recursos e mais ainda o desenvolveu e ampliou, tal como ainda o vemos, agora [...] occupa o novo prédio, que fechará o quadrado das edificações que constituem o Asylo uma área de 960 metros quadrados. Mede na frente pela Rua 24 de Fevereiro 60m e fundos de 12m.”²⁶⁹

É um edifício composto por um corpo central, com pé direito duplo, com frontões e colunas que emolduram a porta principal. Os lados direito e esquerdo da fachada são iguais, com quatro aberturas em cada ala, sendo que, na última abertura, é repetido o mesmo frontão e pilares. A platibanda é ornamentada com esculturas e apresenta pilastras, diferente da platibanda do corpo principal. Esse prédio fica na Rua Dr. Amarante (24 de Fevereiro). Na mesma rua porém em direção leste e separada do Asilo pela Rua XV de Novembro, está localizada a Igreja Evangélica alemã, de 1927. (fig. 100,101,102)

Em 21 de agosto de 1927, acontecia o lançamento da pedra fundamental da Igreja Evangélica. Erguia-se a casa de louvor a Deus na Rua 24 de Fevereiro esquina com a Rua XV de Novembro, em diagonal à Praça Júlio de Castilhos e ao Esporte Clube Pelotas. Durante a cerimônia, vozes melodiosas do bem afinado coral elevaram-se no ar gélido da manhã, pronunciando *“Das ist der taag des herm”*:

“[...] Passaram-se os anos. Concluído o templo, um sino harmonioso ocupou o campanário. No fim de semana, ao crepúsculo, seu badalar derramava-se sobre a cidade, casava-se ao alarido dos pardais nas árvores das praças, perdia-se solene, profundo, musical na humildade do céu, chamando para o ofício de Sábado. O eco repetia as palavras

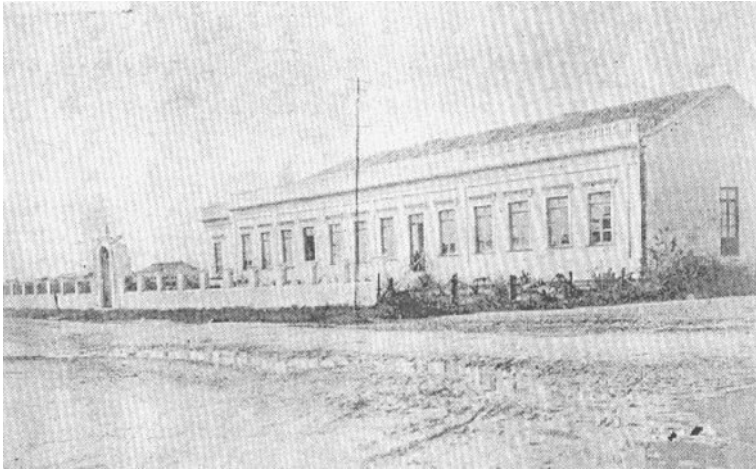


Fig. 100 – Asilo de Mendigos
Fonte: Almanach de Pelotas, 1913.



Fig. 101 – Asilo de Mendigos
Fonte: Foto de Neco Tavares, 2003



Fig. 102 – Igreja Evangélica.
Fonte: Foto de Neco Tavares, 2002.

na grande praça fronteira”²⁷⁰.

A igreja tinha 11m de frente por 22m de fundos e uma alta torre de 25m. Foi construída pela firma Ernesto Lang, sita na Av. Bento Gonçalves. Por ocasião da Segunda Guerra, sofreu ela atos de vandalismo, sendo derrubado seu sino, foi anos mais tarde, colocado no lugar porém sem a mesma sonoridade, como se quisesse lembrar e reunir anos de destruição e apelos de paz.

Junto da Igreja existia outro cemitério, chamado de “dos alemães”, situado num campo varzeado e um pouco a oeste da Praça Júlio de Castilhos. É de supor que esse cemitério ocupasse terrenos particulares, pois, hoje, é totalmente ocupado por residências particulares.

Pela Rua Anchieta (da Igreja) está situada a lateral do Sport Clube Pelotas, que data de 1908 e que foi palco de inúmeras e majestosas festas pelotenses. Belos pavilhões em estilo inglês serviam como sede e para as arquibancadas. (fig. 103) A sociedade pelotense utilizava suas dependências para os mais diversos esportes e reuniões sociais. Caracterizou-se por congregar importantes políticos, industrialistas e comerciantes. Seu primeiro presidente foi Pedro Luis Osório, antes de ser Intendente:

“[...] notável o conjunto de exercícios desportivos mantidos com real utilidade pelo Sport Clube Pelotas, destacando-se a secção de Tennis, muito freqüentada pelos gentis associados, as quaes é de continuo proporcionando em festa brilhantes, o encanto da fina sociabilidade local”²⁷¹.

Pela Rua Andrade Neves (das Flores) poucas residências havia. Algumas em estilo historicista eclético, porém sem a beleza e a imponência das da faixa de interferência da Praça Coronel Pedro Osório. (fig. 104)

No Relatório da Intendência de 1917:

270 NASCIMENTO, Heloisa Assumpção, op. cit., 1999, p. 95.

271 OSÓRIO, Fernando. **A Cidade de Pelotas: corpo, coração e razão**. Edição do Centenário promovido pelo Governo Municipal/Pelotas, 1922, p. 95.



Fig. 103 – Sport Club Pelotas.
Fonte: Álbum de Pelotas de 1922.



Fig. 104 – Residência em
estilo historicista eclético.
Fonte: Foto de Neco Tavares,
2003

“Continuaram a receber especial atenção as avenidas, principalmente a Bento Gonçalves. Nesta se fez o alinhamento dos passeios uniformes, largos, guarnecidos de baldrame de pedra, sendo calçada em toda a extensão da face Norte, numa faixa de 3.00m de largura. Está se trata ali, actualmente, da questão de escoamento das águas pluviais que se agglomeram no local, por ocasião das grandes chuvas.”²⁷² (fig. 105)

Nota-se, pelos relatórios e pelas crônicas, que a Praça Júlio de Castilhos e as ruas adjacentes só começaram a ganhar equipamentos e se tornarem habitáveis no começo do século XX.

As visuais são fluídas, e a “leitura” dos valores plásticos contidos nos espaços que compõem essa área apresentam-se descontínuos, compostos por espaços vazios de lotes não edificadas e espaços cheios dos prédios, porém com edificações cujos planos verticais são de altura baixa; com exceção do da igreja ,com o campanário atingindo 25m.

É inexpressível o relacionamento entre esses planos verticais com o plano horizontal da caixa da rua, bastante larga em todas as quatro direções, e o quadrilátero formado pela Praça, densamente arborizada.

Para o usuário, os valores formais só atingem nível de leitura ao longo da Rua Dr. Amarante, onde estão localizados os principais prédios.

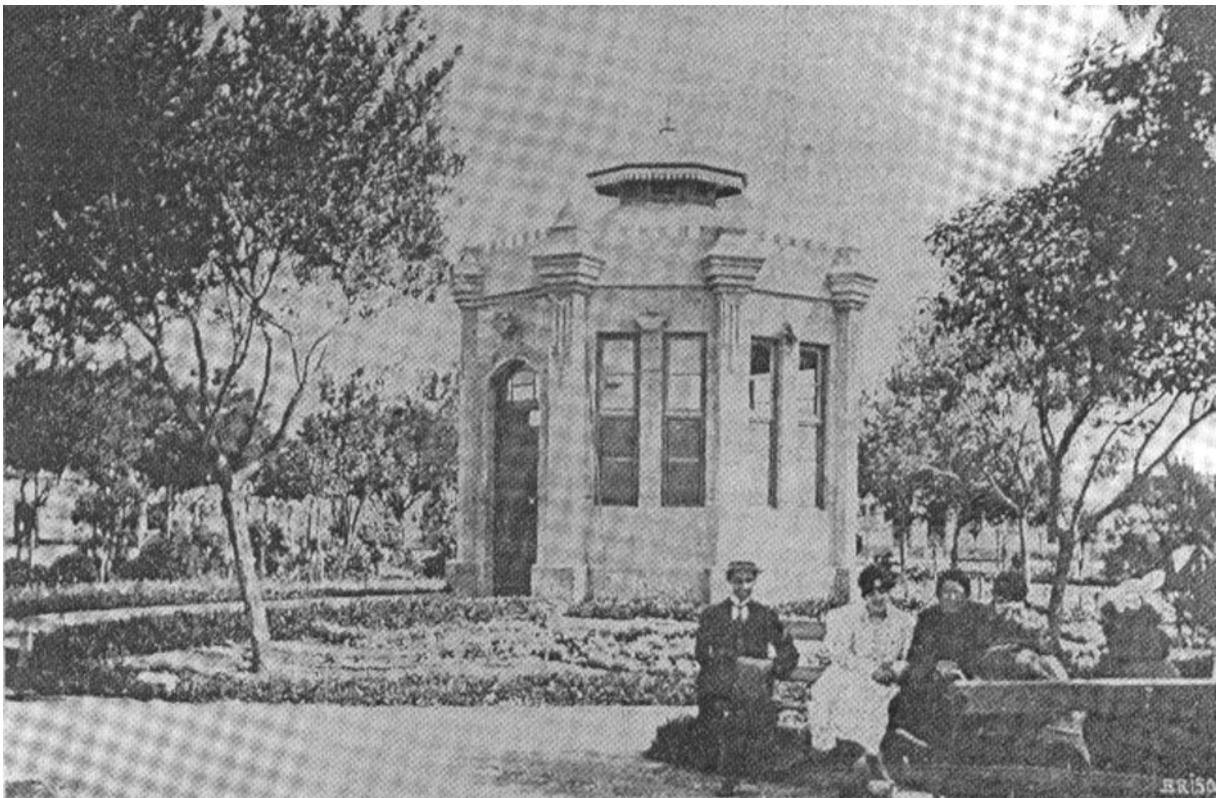
Os usos são diversificados. Temos o espaço religioso da Igreja Evangélica Alemã e o espaço católico do Asilo dos Mendigos. O espaço de esportes tem a lateral lindeira à praça representada por um muro cego, voltando as costas, portanto, para a praça e os espaços residenciais, que são, na sua maioria sem significados arquitetônicos.

Os valores dominantes desse espaço são a profundidade das visuais e a inexistência de grandes episódios espaciais, o que se explica pelas características topográficas do sítio, totalmente plano, e pelo baixo nível da tipologia edilícia.



Fig. 105 – Vista Leste/Oeste da Av. Bento Gonçalves.
Fonte: Álbum de Pelotas de 1922.

Fig. 106 – Sanitário na Praça Júlio de Castilho
Fonte: Álbum de Pelotas de 1922.



3.4.2 O processo de desenvolvimento e seu traçado

A Praça Júlio de Castilhos, localizada para além do limite norte da cidade, era uma grande várzea no século XX, com uma área de aproximadamente, 203m x 186m; não tinha limites exatos nem tratamento.

Quando foram importados os chafarizes para abastecerem a cidade, um deles era destinado à Praça General Câmara (Júlio de Castilhos). A Câmara autorizou e ordenou a sua colocação, porém a Companhia Hidráulica discordou. Na Ata da Câmara de 15 de outubro de 1874, está oficializada a posição negativa da Companhia. Ela alega que a instalação nesse local é prejudicial aos seus interesses, pois as instalações não chegariam a esse distante local, além de a Praça ser um terreno quase sem alinhamento, com barranqueiras e capim cerrado, região de antigo cemitério, longe da zona populacional. A Câmara, em contrapartida alegava não possuir outro terreno e que, por contrato, a Companhia deveria submeter-se a Câmara. O caso foi levado ao Presidente da Província para mediar a questão. O impasse só foi resolvido em 16 de março de 1876, quando a Companhia se dispôs a adquirir um terreno na Rua São Miguel, mais central e onde houvesse habitantes. Finalmente, foi instalado o chafariz na Rua São Miguel esquina com a Santo Inácio (atual Gomes Carneiro), onde hoje está instalado o Corpo de Bombeiros. Até há pouco tempo, existia ali uma armazém de nome Armazém Chafariz. Mais tarde, o referido chafariz foi transferido para a Praça Cypriano Barcellos. A praça continuava sem tratamento e sem equipamento até o final do século XIX.

As notícias mais antigas que se têm sobre a Praça, depois do episódio do chafariz, constam num Relatório da Intendência²⁷³, de 1917, no artigo Jardins. A Diretoria de Obras relata os serviços de melhoramentos que estava executando nas praças da cidade. Diz o seguinte: *“Na Praça Júlio de Castilhos iniciou-se e prossegue, ativamente o serviço de remodelação que a transformará num recanto delicioso. Melhorou-se a iluminação dos jardins, que continuam a ser, à noite, muito visitados”*.

273 Relatório da Intendência de 1917, Intendente Cypriano Corrêa Barcelos. Artigo *Jardins* p. 58.

As ruas ao redor da Praça vão aos poucos sendo revestidas por passeios de mosaicos, que é feito por conta dos respectivos proprietários.

No começo do século XX, a praça começou a ganhar equipamentos e usos. Foi uma praça voltada a recreação das crianças, sendo colocado o primeiro *kind-garden* em 1924; e o prédio para uma escolinha em 1923, Escola João Afonso, e, mais tarde, um mini-zoológico com a finalidade de divertir as crianças. (Fig. 98)

O lugar destinado à Praça era de um traçado português como todas as existentes na malha urbana da cidade, como já explicamos no Capítulo II.

O traçado da Praça era baseado na Tríade Clássica Básica. Era em forma de cruz, sendo um dos eixos carroçável e com um passeio perimetral à praça. O que a difere do traçado clássico é a falta de um elemento como ponto focal. Como o chafariz que seria ali colocado nunca foi instalado, supõe-se que ele seria o elemento do ponto focal, como ocorreu nas demais praças.

O traçado de seus jardins era em estilo inglês, como era moda na década de 1920-30, em Pelotas. Havia, no começo do século, um lago, que, em 1929, foi aterrado, transformando-o num grande canteiro, e, no lado leste da Praça, foram aproveitadas as árvores existentes e ampliados e remodelados os canteiros, formando um belo recanto florido.

Em 1923, no Almanach de Pelotas²⁷⁴, diz:

“[...] Foi levantado um elegante e higienico edificio, adequado, na Praça Júlio de Castilhos, destinado a um collegio. Esta situado na ala noroeste da praça e serve hoje como sede da Academia de Letras Pelotense. É um prédio simples de duas águas, sendo a entrada voltada para a Rua Dr. Amarante”.

No Almanach de 1924²⁷⁵, há uma referência ao parque infantil, que diz:

274 Almanach de Pelotas de 1923. Direção de Florentino Paradedda. Artigo *Progresso de Pelotas*. p. 329-333.

275 Almanach de Pelotas de 1924. Direção de Florentino Paradedda. Artigo *Progresso de Pelotas*, p. 277-284.

“[...] Os ‘Kind-Garden’ que nos Estados Unidos e nos povos mais cultos da Europa são espalhados por toda a parte, attraíndo a infância para a vida saudável ao ar livre como em Pelotas. O espírito progressista e orientador do seu administrador creou e localizou em lindos recantos da cidade, nos jardins maravilhosos desta Princeza florida – afim de que Michelet tivesse affirmada, mais uma vez a sabedoria de sua sentença – As flores humanas são as que mais precisam de sol – lemm que está gravado no pórtico do ‘Collegio João Afonso’ à praça Júlio de Castilhos”.

Esse equipamento ficava situado a nordeste da Praça.

Nota-se, pela crônica, a preocupação dos dirigentes em modernizar a cidade – com a colocação de equipamentos aos moldes das cidades modernas – e com a higiene e a salubridade da população.

Na ala sudeste da Praça, foi erigido um imponente *water-closet* para a época e um mictório, com lanternim oriental no alto do edifício de planta octogonal. Era cercado por canteiros. (fig. 106)

Em 1929, pela vinda do urbanista Agache, como já referimos em relação a Praça Coronel Pedro Osório, ele dá sua opinião sobre a Praça Júlio de Castilhos, dizendo a boa disposição dos seus canteiros, recomendando a adaptação delas ao estilo francês, com canteiros em declive, de linhas retas, e fala do eixo que corta a Praça no sentido sul-norte e que, segundo ele, poderia ser carroçável.

Os canteiros não chegaram a ser construídos no estilo francês, mas o eixo por muito tempo foi carroçável.

Nas quatro alas da Praça, canteiros com flores como o *Agapanthus africanus* (*agapanto*) e muitas espécies de *Neomaricas* cobriram esses canteiros. Havia, até a década de 50 um bellissimo pergolado com uma esplendida (Três-marias) *Bougainvillea glabra*. O extrato arbóreo da Praça é como de todas, quase todo exótico, com *Tipuanas tipa*-(tipa), *Quercus robur*-(carvalho), *Eucaliptus sp*-(eucalipto), *Populus alba*-(alamo), palmeiras e algumas nativas como *Jacaranda mimosaeifolia* (jacarandá).

Nota-se que, nessa praça, os Intendentes não mandaram cortar as árvores de grande porte para serem substituídas por “arbustos ramalhudos” (termo usado pelos Intendentes da época). Era uma praça afastada do ponto central da cidade e com um aspecto mais de parque, até pelo equipamento disponível na mesma.

A Praça possui alguns monumentos, todos posteriores à década de 30. Devemos mencionar o Altar da Pátria, local de atos cívicos promovidos pela Liga de Defesa Nacional, por onde desfilaram corporações militares, estudantes, piquetes farroupilhas, etc, em honra à Bandeira Nacional. É um monumento composto por quatro blocos de granito bruto, onde está colocada a Pira da Pátria. Antes, no começo do século, os desfiles aconteciam na Praça Coronel Pedro Osório, depois da segunda metade do século XX, os atos cívicos passam a ser na a Praça Júlio de Castilhos, e os desfiles acontecem ao longo do *boulevard* Av. Bento Gonçalves.

3.4.3 Rever o espaço

A “leitura” dos valores plásticos contidos nesse espaço e que compõem essa área e os estudos dos usos que nela aconteceram, como as cerimônias públicas cívicas, as formas associativas, os pontos de encontro, das brincadeiras das crianças, da importância ao ato do ensino, do aprendizado e até porque não das manifestações de violência nela ocorridas, dão-nos a dimensão da sociabilidade ocorrida durante o século XX e contam as transformações da cidade. É um lugar muito especial, pois, na trajetória de sua história, ela serviu aos mortos e agora aos vivos. De uma zona insalubre passou à área tratada, e atendeu aos usos mais altos do ser humano, que são o do conhecimento, pelo colégio nela instalado, o do lazer, principalmente pelas crianças, e o do civismo, homenageando a pátria.

3.5 Praça Piratinino de Almeida

“Pensar a relação dos habitantes de uma cidade com seus monumentos é ver a cidade além de sua funcionalidade imediata, é privilegiar, antes de tudo, seu componente histórico e estético”.²⁷⁶

276 FREIRE, Cristina. *Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo – SESC*. São Paulo: Annablume, 1997, p. 55.

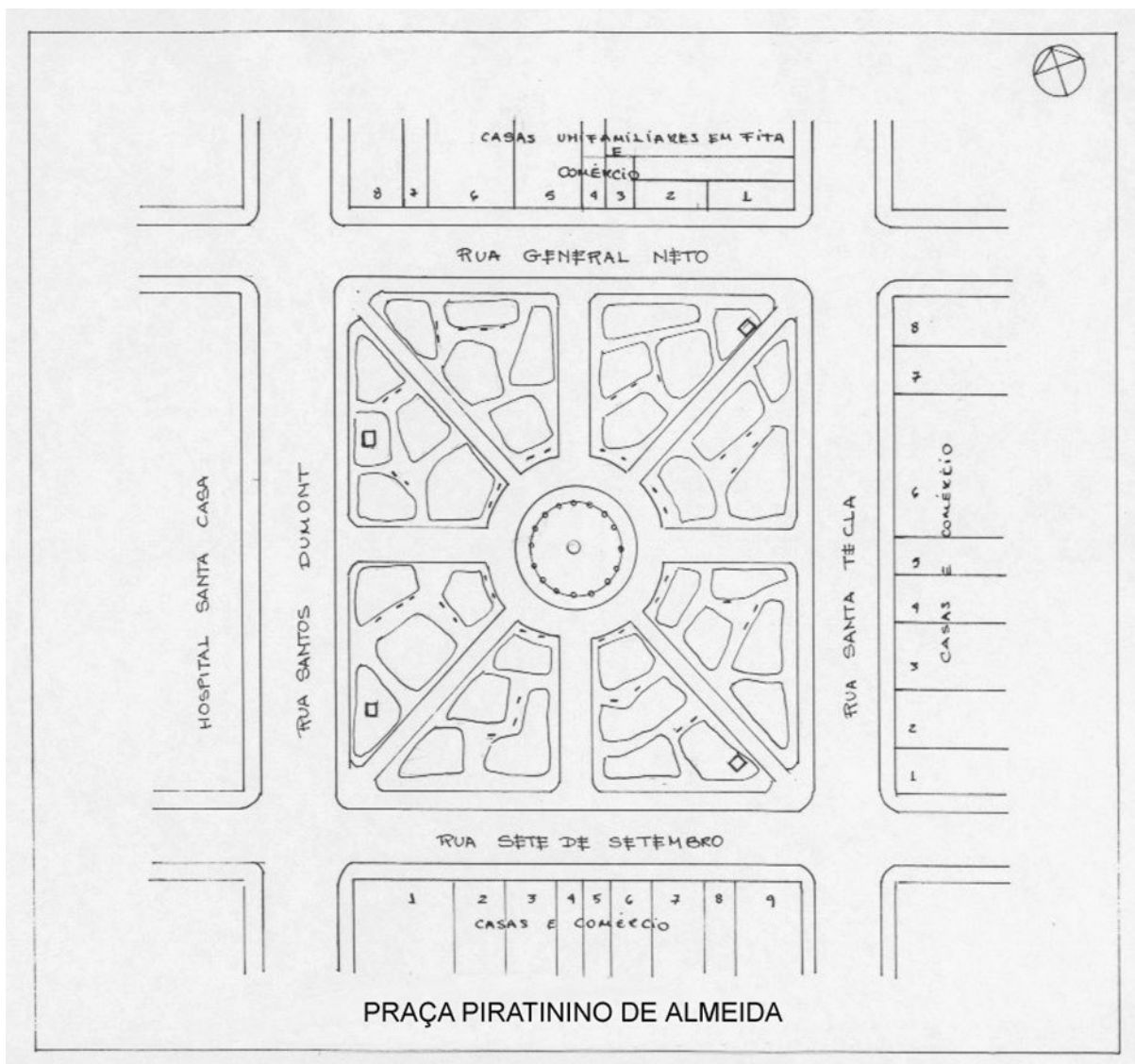
Desde a segunda metade do século XIX, Pelotas poderia ser denominada como uma cidade moderna e progressista. Sua bela e imponente arquitetura e suas principais praças, cuidadas e ajardinadas, demonstravam o desvelo que o povo pelotense tinha com a imagem da cidade.

A Praça Piratinino de Almeida, principal corpo do espaço, situada no centro da cidade, compreendida entre as Ruas Santos Dumont, Sete Setembro, Santa Tecla e, fechando o quadrilátero, a General Neto, foi um dos mais importantes espaços públicos do final do século XIX, servindo de apoio e cenário para o importante e belo prédio da Santa Casa de Misericórdia, por esse motivo, inicialmente, chamada de Praça da Caridade, e por possuir, em seu interior, um magnífico monumento em ferro, servindo de caixa d'água. (mapa 19)

Foi no traçado urbano, desde 1815, já explicitado antes, que mais de 50 anos depois, em dois quarteirões se situou o prédio da Santa Casa de Misericórdia e a Praça, formando um só espaço.

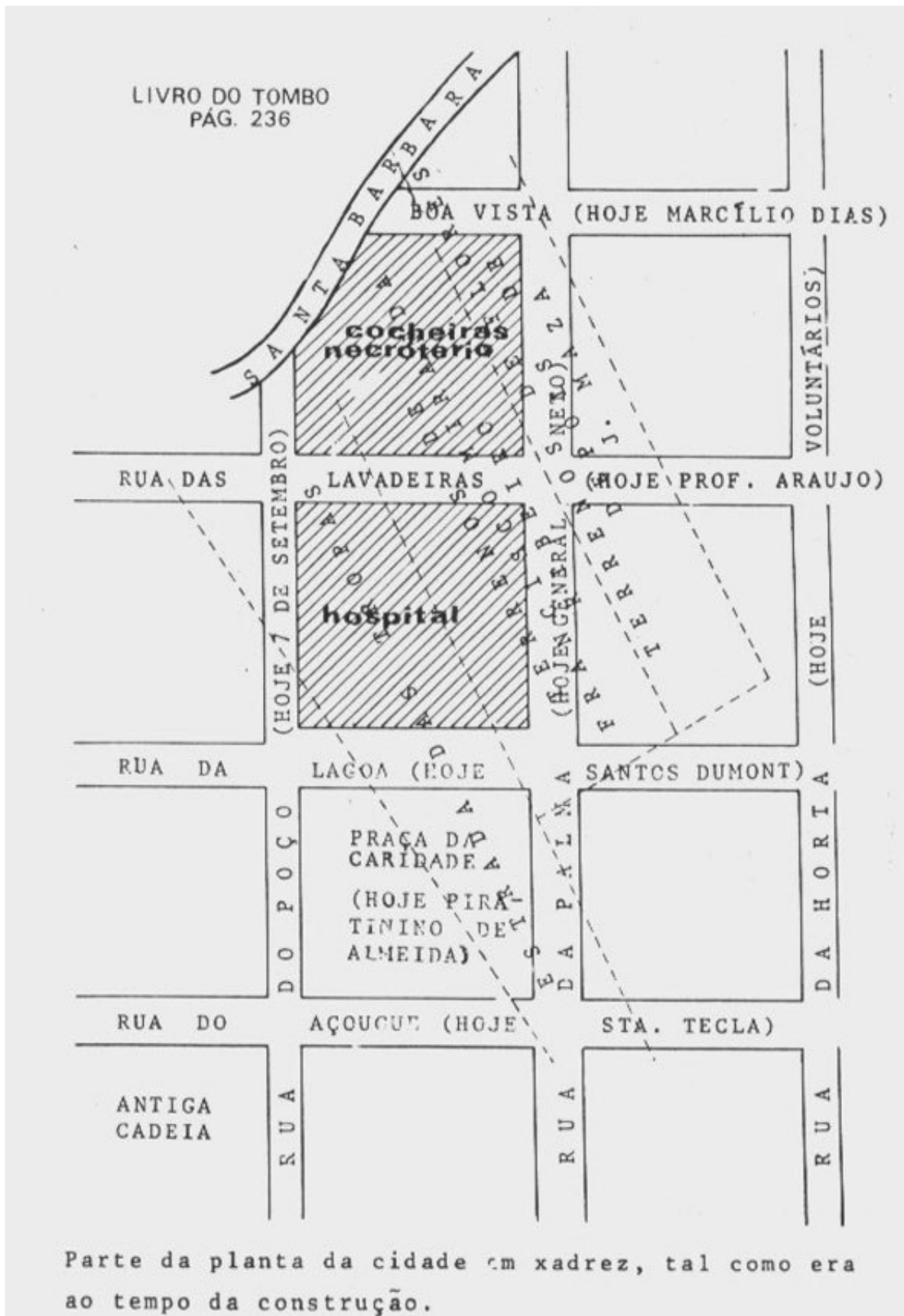
O Livro do Tombo, de 16 de agosto de 1858, registra os terrenos onde foram edificados o hospital e a Praça. Constituíam duas quadras completas, sem diferença alguma, entre as Ruas da Palma, hoje General Neto, e do Poço, hoje Sete de Setembro, e confinado com o arroio Santa Bárbara, cujo curso foi desviado e, atualmente, é a rua de mesmo nome, com frente para as ruas do Açougue, Lagoa e Lavadeiras, hoje, respectivamente, Santa Tecla, Santos Dumont e Professor Araújo, destinadas a formar uma quadra para o estabelecimento da Santa Casa de Misericórdia, sua igreja, jardim, etc, e outra para sua praça. (mapa 20)

Na reunião desses terrenos, obtidos por doação e compra, houve sempre a preocupação de manter a simetria da planta xadrez, do traçado original da cidade. A quadra destinada ao hospital foi, em parte, doação de Francisco Miranda Ribeiro e, em parte, outras doações. A cocheira e o necrotério, existente atrás do hospital foi também área doada por Francisco Miranda Ribeiro. Já a quadra ocupada pela Praça Piratinino de Almeida foi comprada de José Joaquim Sebastião de Aquino, e a outra parte, onde era a estrada das tropas, adquirida por doação. O armador foi José



Mapa 19– Planta Baixa

Fonte: Levantamento da Autora. Desenho de Joana Paradedá, baseado em plantas atuais da Prefeitura Municipal.



Mapa 20 – Traçado antigo dos terrenos do Hospital e da Praça Piratino de Almeida
Fonte: Livro do Tombo, 16/08/1858

Maria Ribas, que demarcou gratuitamente os terrenos.²⁷⁷

Esse espaço é, sem dúvida, marcado pelo prédio da Santa Casa e vem, desde o lançamento da pedra fundamental em 02 de dezembro de 1851, sob a provedoria do Conde de Piratini até o ano de 1887, com a finalização da capela, quartos de alienados e cozinha. No Relatório da Intendência de 31 de julho de 1887, o Provedor Barão de Jarau declara que “(...) *por muito anos a parte do edifício já concluída bastará às necessidades da população [...]*”. No Relatório de 20 de junho de 1888, o Barão de Arroio Grande também afirmou o mesmo, acrescentando que a previsão feita do edifício foi muito bem elaborada, pois, por algumas décadas, o edifício não sofreu grandes alterações nem acréscimos.

No livro de ouro da Santa Casa, de 03 de novembro de 1916, Olavo Bilac escreveu: “*Depois de ver e admirar a beleza física desta cidade, acabo de encontrar a sua formosura moral nesta admirável Casa de Caridade*”. Todos os escritos sobre a Santa Casa são de elogios, não só ao prédio de significativa arquitetura, mas do importante conceito moral, voltado para a benemerência, que foi sempre a meta dessa importante instituição. Com o término da primeira etapa do prédio da Santa Casa, o espaço estava efetivamente consolidado, e a Praça da Caridade alcançava status de praça tratada, equipada e arborizada na metade do século XIX.

O “quadro” que emoldura a Praça não é tão rico como o da Praça Coronel Pedro Osório. Os detalhes, as texturas e as cores representados pelos prédios que lhe servem de fechamento são mais modestos, com exceção do belo prédio do hospital Santa Casa de Misericórdia.

É uma praça central, e sua finalidade inicial era de um largo ou ante-sala da Santa Casa, onde a visão perspéctica de quem chegasse a esse espaço fosse totalmente focada no esplendoroso prédio do hospital, que dominava a paisagem e que era orgulho dos cidadãos pelotenses.

3.5.1 Percurso do observador pelas ruas que delimitam a Praça

O usuário, ao deslocar-se no sentido norte-sul, entrando pela Rua Santos

277 Estes dados constam no livro “Registro Geral nº 3” – Memória de 17/11/1863.

Dumont vai deparar-se com um único prédio; o hospital da Santa Casa de Misericórdia. Essa rua foi projetada em 1815, em terras do Capitão-mor Antônio dos Anjos, e recebeu o nome de Rua da Lagoa, pois, em seu trajeto, abundavam “águas empoçadas”, numa espécie de lagoa, ou charco. Em 1869, a lagoa que dava o nome à rua não mais existia, sendo possível transitar a pé, e ter o “pé enxuto”. Na direção sul, essa rua avançava pela frente da Santa Casa e pela Praça da Caridade até alcançar a Ponte de Pedra, que era limite com a Praça Cipriano Barcelos; e, na direção norte, embrenhava-se por várias quadras até o Bairro da Luz. Em 10 de novembro de 1869, a Câmara Municipal determinou que a rua passasse a se chamar Marquês de Caxias, em homenagem ao comandante das forças aliadas na Guerra do Paraguai, e, finalmente, Santos Dumont, o pioneiro da aviação mundial, conservando-o até hoje.

O prédio da Santa Casa ocupa todo o quarteirão da Rua Santos Dumont e dialoga com a Praça desde o século XIX, em perfeita harmonia. É um prédio em estilo historicista eclético, sendo construído em parte.

A inauguração do primeiro pavimento da ala norte ocorreu em 1873, e, cinco anos depois, foi executado o segundo pavimento. A capela foi projetada no alinhamento da via pública, como também o hospital, e encostada a ele na sua lateral direita. A construção da fachada seguiu o risco do Arquiteto José Izella²⁷⁸ em 1884. Em 1887-1900, deu-se a ampliação da ala da Rua General Neto, por Guilherme Macucci. Somente em 1934, foi construída a ala esquerda. O projeto foi de Caetano Casaretto e completa o conjunto do hospital. O conjunto é harmonioso, principalmente a capela com suas belas torres e seu frontão trabalhado, as janelas do hospital com caixilhos, sendo a parte superior em alvenaria com desenhos e arabescos e delimitados por um trabalho de cantaria vindos da Europa. Foi, sem dúvida, um dos representantes máximos da arquitetura pelotense. O conceito do prédio por seus dirigentes e de acordo com a população era que a beleza arquitetônica elevasse o espírito nesse empreendimento sumamente altruístico. Transcorridos os anos, procederam-se nele acréscimos à medida das necessidades da cidade e de acordo com a generosidade e espírito de solidariedade do povo

278 José Izella natural de Como, Itália foi o arquiteto de várias obras em Pelotas como as residências do Barão de São Luiz, Barão do Cacequi, o primeiro pavimento da Biblioteca Pública entre outras obras.

pelotense, pois foi um prédio doado pela comunidade abastada, para atender às necessidades vindas de uma população pobre. (fig. 107,108,109)

O visual para quem entra na Rua Santos Dumont é amplo e com bastante fluidez, proporcionado por um ângulo aberto, por tratar-se de uma rua larga e por ser esse quarteirão composto por um único prédio, com um gabarito de altura relativamente baixo e por possuir uma só função ocupacional. O usuário tem um alto índice de fruibilidade, tanto pela organização espacial da rua com a praça e o prédio como pelo ponto de fuga da perspectiva, que vai dar na Praça Cipriano Barcelos, numa ligação de espaços abertos. (fig. 110)

Mudando a direção em 90°, no sentido oeste-leste, entramos na Rua Sete de Setembro, projetada em 1830, nos terrenos de dona Mariana Eufrásia da Silveira. Essa rua possuía um poço público, de frente norte, dois quarteirões antes da Praça, o que lhe rendeu seu nome primitivo, e era mais para o uso dos escravos, já que as casas, geralmente possuíam poços ou algibes em seus pátios. Mais tarde, o poço foi entulhado, pois a água passou a ser encanada. Em 1857, passou a ser chamada, sem motivo aparente Rua Sete de Setembro. Nessa rua, temos um ecletismo de estilos arquitetônicos e de épocas e um visual de pequeno ângulo, dado pelo baixo gabarito do corpo da rua. Era considerada uma rua transversal; logo, seus prédios eram mais modestos e simples, destacando-se somente um prédio de dois andares em estilo historicista eclético, com janelas de caixilhos e com pilastras, falsas colunas coladas na sua fachada, demonstrando um certo requinte. O resto da quadra era ocupado por pequenas casas de comércio, sem nenhum valor arquitetônico, ou significado histórico ou cultural. (fig. 111)

Continuando o percurso, agora em direção sul-norte ingressamos numa rua de grande fluxo de veículos e de gabarito maior, servindo de ligação centro-bairro. É a Rua Barão de Santa Tecla. Foi uma das primeiras 19 ruas da freguesia, tendo sido projetada nos terrenos do capitão-mor Antônio dos Anjos em 1815, com o nome de Rua do Açougue, uma vez que nela havia um açougue, o único da cidade. Somente na entressafra, nos meses de inverno, era possível esse açougue ter freguesia, pois no resto do ano a carne era fornecida, muitas vezes, de graça para a população

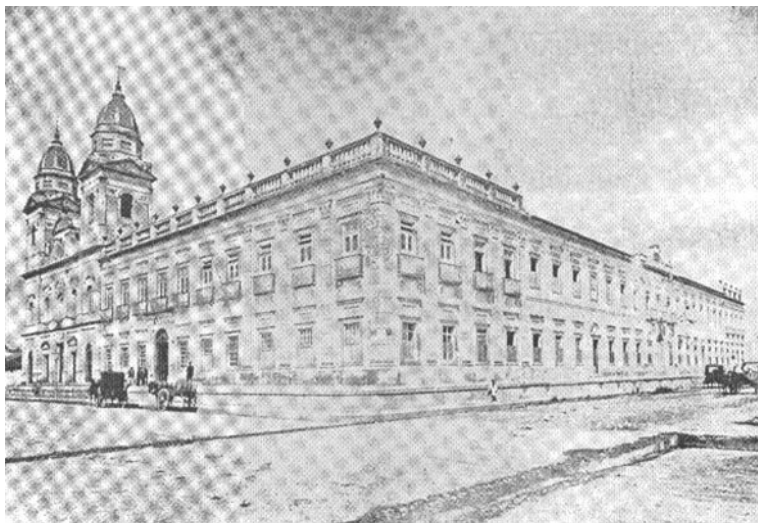


Fig. 107 – Santa Casa de Misericórdia
Fonte: Acervo Pelotas Memória



Fig. 108 – Sta. Casa de Misericórdia,
década de 20,
Chegada de Sua Rev.ma. a Sta. Casa
de Caridade, década de 10
Fonte: Acervo Pelotas Memória.



Fig. 109 – Sta. Casa de Misericórdia
Fonte: Foto de Neco Tavares, 2001



Vista de um trecho da rua Paysandú, confronte a praça Pyratinino Almeida

Fig. 110 – Visual Sul/Norte da Rua Santa Tecla, década de 30
Fonte: Almanach de Pelotas, 1930.



Fig. 111– Visual Leste/Oeste da Rua Sete de Setembro
Fonte: Foto da Autora, 2002.



Fig. 112 – Visual Sul/Norte da Rua Santos Dumont.
Fonte: Foto da Autora, 2002.

pelos charqueadores. Na planta de 1835, figura como Rua da Cadeia, pelo fato de haver funcionado na esquina com a Sete de Setembro uma primitiva casa de correção. Em 1861, recebeu o nome de Paissandu, em homenagem ao combate que assinala um dos sucessos das armas brasileiras na Guerra do Paraguai, e, somente em 1937, passou a ser chamada de Barão de Santa Tecla, título nobiliárquico de Joaquim da Silva Tavares, representante de uma heróica dinastia rio-grandense. Os lotes eram ocupados por uma série de casas comerciais e residências, todas com o mesmo gabarito de altura e com uma uniformidade de padrão arquitetônico historicista eclético, com platibandas ornamentadas com frontões, com adornos de estatuárias e vasos. As frentes dos lotes eram totalmente ocupadas com fachadas providas de muitas aberturas, restando um prédio com belas janelas em estilo *art-nouveau*. A perspectiva de quem olha do vértice da praça em direção norte é ampla, e o ponto de fuga emoldurado por vários quarteirões perde-se no horizonte. (fig. 112,113)

Terminando o giro da Praça, entramos novamente numa rua transversal de gabarito baixo e de pequenos lotes, com residências e comércio, sem nenhum significado arquitetônico, demonstrando o baixo poder aquisitivo de seus usuários; é a Rua General Neto. A perspectiva reserva-nos uma surpresa, com o emolduramento do ponto de fuga do horizonte com um emolduramento em arco de uma passarela fechada, que faz parte do corpo do hospital. (fig. 114)

Essa rua foi o limite sul da Freguesia na planta mais antiga da cidade de 1815, e recebeu o nome de Rua da Palma. Em 1818, possuía uma única casa, na verdade um pequeno rancho, coberto de palha, onde morava o Padre Felício, primeiro pároco da Freguesia de São Francisco de Paula e um dos seus principais fundadores, sendo seu terreno denominado Sítio dos Coqueiros. Em 1869, os pelotenses, entusiasmados com os feitos heróicos do General Antônio de Souza Neto na Guerra do Paraguai, batizaram novamente essa rua com seu nome permanecendo até hoje.

A “leitura” da moldura da praça está feita, agora o usuário poderá entrar, apreciar e analisar o interior da Praça.



Fig. 113 – Visual Sul/Norte da Rua Sta. Tecla
Fonte: Foto da Autora, 2001



Fig. 114 – Visual Leste/Oeste da Rua Gal. Neto.
Fonte: Foto da Autora, 2001.

3.5.2 Transformação e traçado do espaço da Praça

Se entrarmos na Praça pela Rua Santa Tecla, teremos uma visão de todos os elementos que compõem o espaço. Ao fundo, temos a Santa Casa, presença marcante de prédio, competindo com o magnífico monumento da caixa d'água em primeiro plano, contrapondo-se a com elementos menos importantes, como o calçamento, o posteamento e a vegetação, demonstrando a modernidade de cidade e o modo de viver civilizado. É um espaço de passagem, mas também podemos dizer de lazer. Por não possuir equipamentos que propiciem a sociabilidade, como a Praça Coronel Pedro Osório, ela se restringe a oferecer ao seu usuário alguns recantos de descanso e convívio, com bancos e árvores de sombra. O seu principal atrativo, já no século XX, eram as visitas ao mirante da caixa d'água, de onde se podia apreciar boa parte da cidade. A Praça ocupa um quarteirão de 85,00m x 95,00m, com um traçado em dupla cruz conduzindo a um ponto focal central, onde está localizada a caixa d'água, a Praça é envolta por um caminho periférico, caracterizando a chamada Tríade Clássica Básicas. Os caminhos internos são de pequena largura, sendo uns de placas de concreto cinza-claro, e a maioria, de saibro, dando uma textura rugosa e clara.

O ponto mais importante da Praça e um dos atrativos de Pelotas é, sem dúvida, a caixa d'água em ferro pertencente ao Serviço Autônomo das Águas e Esgotos da Prefeitura Municipal, serviço este chamado pelo povo de “pena d'água”. O magnífico monumento foi trazido da França em 1873. Veio em peças, num navio, e teve sua montagem concluída em 1875. Foi trazido a mando do Engenheiro Fiscal León Cassan da antiga Companhia Hidráulica Pelotense, comprada da firma Fonille, Frères & Cia.²⁷⁹, firma francesa, bem como todo o material necessário para funcionar como reservatório d'água para abastecimento da cidade, com capacidade de 1,5 mil metros cúbicos. A montagem esteve a cargo do senhor Hygino Correa Durão. Tem a forma cilíndrica, com 12 metros de altura e 55 de diâmetro; apóia-se em 45 colunas, tendo ao centro um orifício por onde passa uma escada caracol com corrimão em ferro rendado que lembra a arquitetura mourisca, de muita beleza e que leva ao mirante. Toda montada em partes com linhas de inspiração neoclássica, de suas

279 Álbum de Pelotas de 1922 escrito por Fernando Osório, p. 22.

colunas com capitéis coríntios, que suportam vigas de secção em “I”; é facilmente desmontável e evidencia a riqueza do trabalho de arquitetura em ferro, sendo o maior monumento de Pelotas. (fig. 115,116,117)

Mas nem sempre foi bem aceita como um grandioso monumento.

No Relatório da Intendência²⁸⁰ Municipal de Pelotas, de 1916, num artigo dirigido ao Intendente Eng.º Cypriano Corrêa Barcellos, dizia:

“Este depósito d’água continua sem utilidade alguma e o guarda respectivo, Sr. Antônio Joaquim Lourenço foi dispensado, segundo comunicação que vos fiz em 02 de janeiro deste anno, com esta medida obteve-se a economia de 1500000 mensaes. Penso que havendo oportunidade, a Intendencia poderá desfazer-se desta caixa metallica, pois se acha em perfeito estado de conservação”.

Felizmente, o pedido não foi levado em consideração, e a caixa d’água permanece até hoje com a mesma finalidade do abastecimento, porém na concepção de espaço moderno, perdeu sua aura. Neste sentido podemos acompanhar o pensamento do urbanista Camillo Sitte²⁸¹: observar o lugar que ocupavam os monumentos nas cidades antigas, pois é a partir deles que se configuravam os traçados urbanos, e o importante papel das praças com seus monumentos na estruturação das cidades, possibilitando que as pessoas pudessem fruir o lugar em que viviam.

O espaço da Praça Piratinino de Almeida sem o monumento da caixa d’água perderia sua característica como lugar e seria um espaço secundário, servindo somente de suporte para a Santa Casa de Misericórdia. A denominação Praça da Caixa d’água não teria sentido nem identidade.

No Almanach de 1920²⁸², no artigo “*Progresso de Pelotas*” direção de Florentino Paradedda, consta:

280 Relatório da Intendência Municipal de Pelotas, 1916. Art. *Progresso de Pelotas* do Intendente Eng.º Cypriano Barcellos, p. 33.

281 SITTE, Camillo. **A Construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. São Paulo: Ática, 1992.

282 Almanach de Pelotas de 1920. Dir. Florentino Paradedda no Art. *Progresso de Pelotas*. p. 275 a 279.



Fig. 115 – Caixa d'Água de Ferro
Fonte: Fotos de Neco Tavares, 2000



Fig. 116 – Detalhe do Mirante
Fonte: Foto Neco Tavares, 2000.

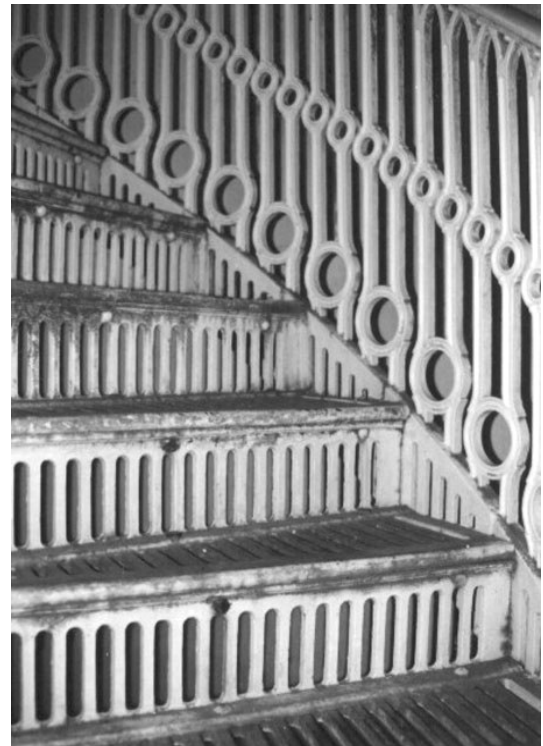


Fig. 117 – Detalhe da escada
Fonte: Foto Neco Tavares, 2000.

“[...] Em seguida, com a inauguração de systema moderno e rápido no arborisamento da cidade, n’elle enxergamos o homem resolutivo (Coronel Guilherme Echenique) o estheta reunindo n’um só gesto o útil ao agradável, embellezando a urbs e dando-lhe mais um elemento de salubridade [...]Entretanto sua attenção não foi jamais desviada de outros ramos da administração, cuidando de modo louvavel do calçamento geral da cidade, com especialidade em torno da Praça Piratinino de Almeida – [...] dos jardins cada dia mais bellos [...]. Começa a pavimentação com mosaicos em substituição aos arcaicos passeios com pedras irregulares de tijolos e lajes”.

A arborização, como a de todas as praças da época, era composta por espécies exóticas como *tipuanas tipas*-(tipa), *ligustrum japonicus* (ligustro), palmeiras e tantas outras de grande e pequeno porte. Seus canteiros eram completados por grama e alguma vegetação de pequeno porte. A vegetação arbórea, a maior parte de grande porte, ocupa 70% da praça tornando-a “fechada” e densa, não convidando o usuário a entrar e usufruir desse espaço. (fig. 118,119,120,121)

Não podemos deixar de mencionar os quatro pequeno monumentos que homenageiam ilustres pelotenses que muito fizeram pela comunidade, como o Dr. Bruno Chaves (1864-1923), durante muito tempo médico humanitário da Santa Casa, trazendo dinheiro e prestígio para essa entidade, sendo o busto em bronze, sobre um pedestal de granito, sendo obra de Zani & Cia; o busto de João da Silva Silveira (1852-1900), farmacêutico e químico, fundador da primeira farmácia de Pelotas. No ponto fronteiro à entrada do hospital, na praça, inaugurou-se em 07 de Setembro em 1919 a herma do Dr. Nunes Vieira, sendo orador no evento o Dr. Pedro Luis Osório. O busto foi de autoria do escultor Sanguin e já na metade do século XX, o quarto monumento, o busto do Dr. Pereira Lima, médico pediatra da Santa Casa foi inaugurado, sendo de autoria do escultor pelotense Antônio Caringi.

3.5.3 Rever o espaço

A leitura deste espaço, agora com nova visão e com uma bagagem de conhecimento, nos faz sentir este local, que foi um dia cenário de encontros e de visitas de pessoas dos mais variados lugares que se encantavam com a beleza da

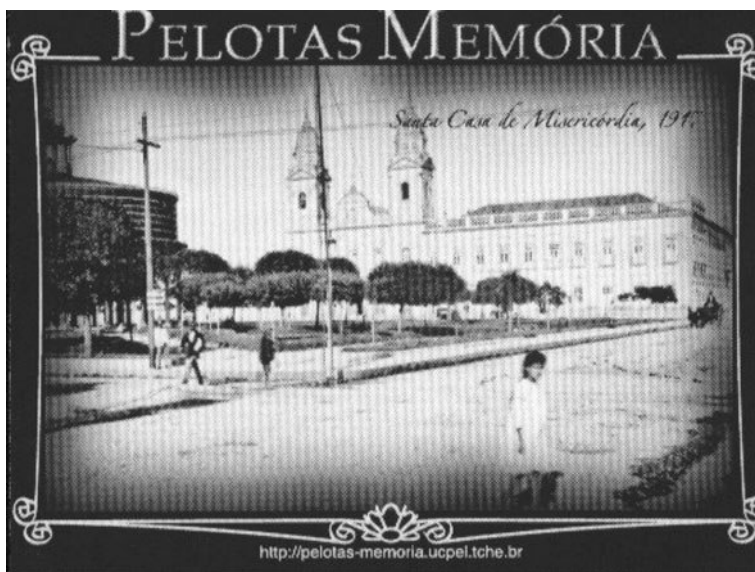


Fig. 118 – Santa Casa de Misericórdia, 1917
Fonte: Acervo Pelotas Memória



Fig. 119 – Santa Casa de Misericórdia e a Praça
Fonte: Foto da Autora, 2003



Fig. 120 – Praça Piratinino de Almeida
Fonte: Foto da Autora, 2003



Fig. 121 – Vista Interna da Praça Piratinino de Almeida
Fonte: Fotos da Autora, 2003

caixa d'água e com o imponente cenário do prédio da Santa Casa de Misericórdia, que por tanto tempo serviu, e ainda serve, de cartão postal da cidade. Esse encanto parece se manter, mas com outra natureza de encantamento, pois os prédios que lhe servem de paredes agora são outros e não têm o mesmo diálogo e a mesma harmonia com a Praça. A vegetação cresceu desordenada escondendo e abraçando o seu mais importante monumento. O grande espaço da Praça que servia de sala de espera do hospital não tem mais o mesmo sentido simbólico na cidade atual.

3.6 Praça Cipriano Barcelos

A Praça Cipriano Barcelos está situada no centro da cidade, no mesmo eixo leste/oeste da Praça Coronel Pedro Osório e da Av. Vinte de Setembro, principal via estruturadora do bairro Fragata, antes a Estrada do Piratini, o qual ligava a campanha à cidade, chegando na antiga Praça das Carretas, depois Constituição e hoje Av. Vinte de Setembro, onde se reuniam as carretas originárias de diversos rincões da Província, trazendo as mais variadas mercadorias, sendo uma área lindeira à Praça Cipriano Barcelos.

“A Praça das Carretas não existe mais. Era uma praça natural, com árvores primitivas e mais significava praça um espaço aberto, onde estacionavam carretas vindas com cargas do interior. Estas carretas em troca, abasteciam-se de produtos de Pelotas e voltavam carregadas com os que não haviam nas regiões serranas: charques, sabão, rolos de corda, açúcar, (que vinha do nordeste nos navios), selas para montaria, botas, tamancos portugueses, chitas, velas, fumo em rolo, baldes, bacias, bolachas, mandioca, ponchos de lã, toldos para carroça, louças, talheres, sombrinhas, erva-mate, sal, e uma infinidade de artigos, depois de deixarem na cidade carregamento de toras de madeira, legumes, fardos de alfafa, sacos de milho, feijão, arroz ...”²⁸³

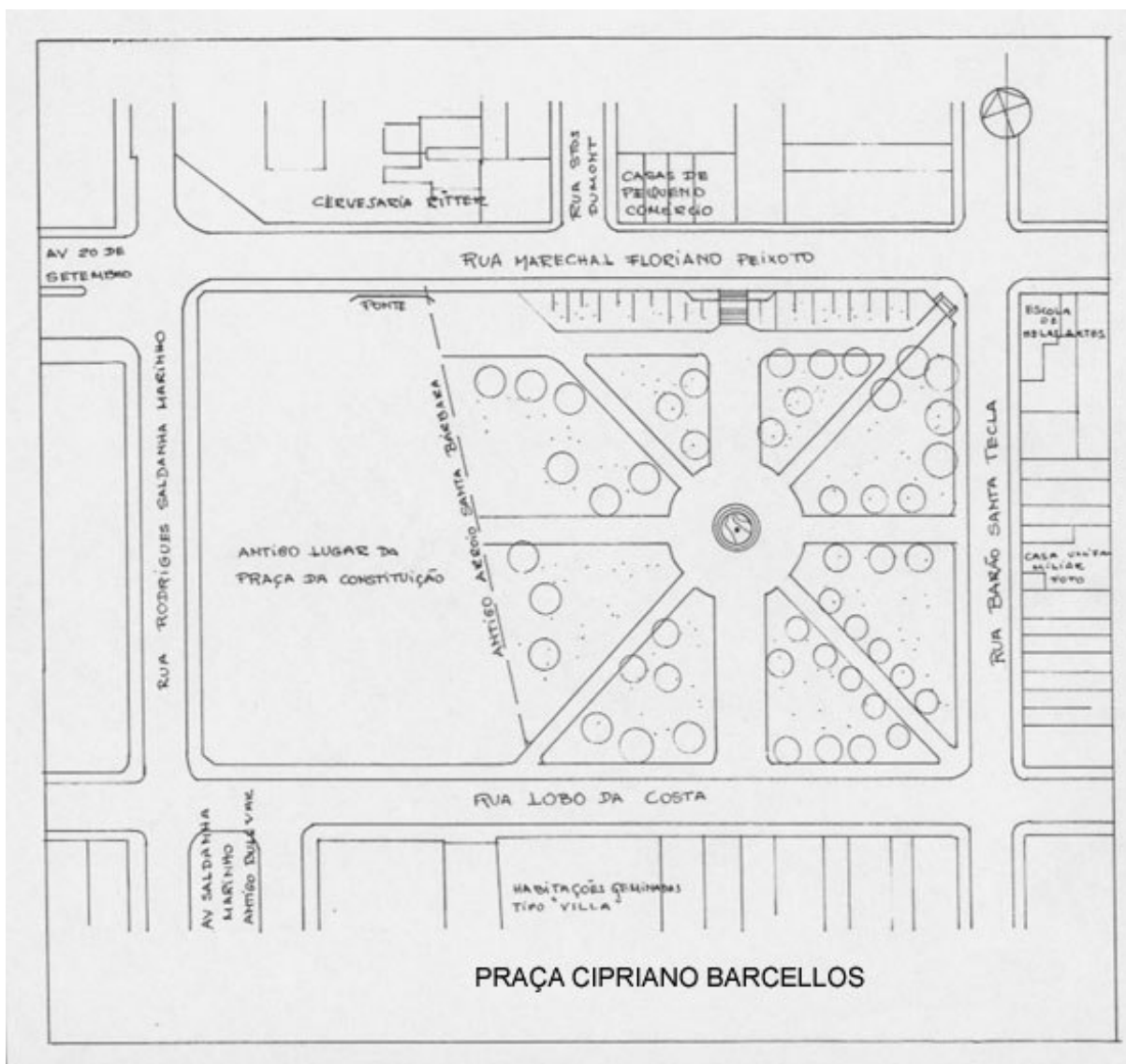
Estacionavam à beira do arroio Santa Bárbara, depois aterrado, e na zona que ia desde o começo do Fragata, até a Ponte de Pedra, início da Rua Marechal Floriano Peixoto. A Av. Duque de Caxias não havia ainda sido demarcada, e o local era chamado de Estrada do Fragata.

Hoje, a Praça das Carretas leva o nome de Av. Vinte de Setembro, em homenagem à Revolução Farroupilha.

No mesmo eixo sul-norte temos a Praça Piratinino de Almeida e a Cipriano Barcelos, separadas somente por um quarteirão com uma forte ligação visual entre as duas, porém com uma ligação de sociabilidade muito frágil. A Praça Piratinino, como já vimos, é um espaço indissociável da Santa Casa, e a Praça Cipriano Barcelos sempre assumiu um papel mais de uma ilha arborizada dentro do *continuum* edificado do que uma praça de lazer.

A Praça localiza-se entre as Ruas Marechal Floriano Peixoto, Lobo da Costa e Barão de Santa Tecla e o antigo leito do arroio Santa Bárbara ocupando uma área de 1,9ha. (mapa 21) Já teve muitos nomes, uns oficiais, outros dados pelo povo. Chamou-se Praça da Constituição, no final do século XIX, depois passou a ser chamada de Praça Dom Pedro II²⁸⁴, conforme relatório de 1929; e finalmente Praça Cypriano Barcellos, em homenagem ao Intendente da cidade que deixou marcas de um bom governo, como a remodelação das praças, a implantação da iluminação pública por meio de combustores, saneamento básico, implantação de bondes elétricos em 1915, isenção de impostos para as fábricas, asseio público, calçamento de ruas, entre tantas medidas visando à melhoria de vida da cidade. Foi Intendente várias vezes durante o começo do século XX e, por isso mereceu ter seu nome em uma praça da cidade. Os apelidos da Praça foram Praça do Pavão, sem dados concretos para saber sua origem, e Praça dos Enforcados. Este segundo apelido foi devido à força que existiu e funcionou na Praça Júlio de Castilhos e que foi transferida em 1850 para a Praça da Constituição, além do arroio Santa Bárbara, junto à ponte de ferro da Rua Riachuelo, erguendo-se sobre um embasamento de material.

“Em 1857 foi levado à forca o preto escravo Belisário, que vibrou grande número de punhaladas no senhor e na senhora, deixando-os caídos como mortos. As vítimas foram Dom Manuel Montañó e esposa. Este crime deu-se na área do prédio atualmente nº 164 à Praça da República. Julgado esse criminoso, foi ele condenado à morte, sendo



executado à esquerda da antiga ponte de madeira, hoje de cimento armado, à Rua Riachuelo, além do Arroio Santa Bárbara [...] O condenado saiu da cadeia [...] desceu até o local acima indicado, e em seguida subindo o patíbulo foi executado. Para assistir ao horrível ato, o povo, ávido de curiosidade, aglomerava-se nas proximidades do cadafalso, hoje Praça da Constituição [...]”²⁸⁵

Foram executados vários escravos nesse local. Como ficava numa cota mais baixa que a Praça, as pessoas assistiam, de cima, a essas execuções. Mais tarde, pessoas utilizaram essa praça para se enforcarem usando o fácil acesso às árvores, devido a esse desnível do solo. O apelido permaneceu por muito tempo. A Praça dos Enforcados é um lugar de reflexão sobre um passado de domínio. A força funcionava como força ostensiva, mantenedora da sujeição, e do servilismo. Mais que um castigo aos crimes, ela significava um fator punitório.

Na altura da Praça, termina a Rua Marechal Floriano, estando ligada à Av. Vinte de Setembro pela Ponte de Pedra. A ponte foi importante realização para o progresso da cidade, construída em 1850 pelo arquiteto e diretor prático de obras da Província, sendo reconstruída por José Vieira Pimenta sob a inspeção da Câmara Municipal, em 1914, permitindo a passagem das tropas de gado que atravessavam a cidade rumo à Tablada e sem perigo para a população, como também ligava o bairro Fragata ao centro, tornando-se uma passagem de grande movimento. Considera-se a velha ponte marco histórico, porque sua construção permitiu que gente, veículos e gado transpusessem “a enxuto” as águas daquele arroio. Desde então, as pesadas rodas das carretas, naquela ponto, deixaram de se afundar no chão lamacento das margens, percorrendo, seguras, a nova passagem. Não apareceram mais canoas e caíques que faziam o transporte de um lado para outro. Não mais se afogaram animais ao atravessarem, a nado, as águas correntosas, naquele ir e vir das bandas do Fragata para as charqueadas, a leste e ao sul da cidade, restando, apenas, o obstáculo do rio Pelotas. (fig. 122)

No Relatório da Intendência, de 20 de setembro de 1921, o Intendente Dr. Pedro Luis Osório, no artigo *Compra de Terrenos*, consta:

285 OSÓRIO, Fernando, op. cit., 1997, p. 131.



Fig. 122 – Ponte de Pedra, sobre o Arroio Santa Bárbara.
Fonte: Acervo Pelotas Memória, década de 20



Fig. 123 – “Companhia Cervejaria Ritter”, Rua Marechal Floriano.
Fonte: Acervo Pelotas Memória, década de 20

“Com o fim de alinhar e desimpedir a Praça da Constituição, na qual havia, encravados, terrenos particulares, e ainda com a intenção de abrir as ruas Riachuelo em seu prolongamento e Sarandy, a Intendência em 17 de agosto comprou, ali do Sr. Dr. Augusto Simões Lopes um lote de terra, medindo 110.00m de frente norte e fundos a sul, oeste e leste até entester com a estrada de ferro [...] em terreno com área de 1.158m², dividindo-se a leste com a Rua Sarandi, ao sul com a Vendedor, pela face norte com a Rua Riachuelo, no seu prolongamento a norte pela Praça da Constituição e a oeste com terrenos de Rodrigo Rua Souza [...] Com estas transações, feita de modo vantajoso, ficaram sanadas as irregularidades de um magnífico e futuro logradouro público e obviadas as dificuldades para a abertura de duas ruas”.²⁸⁶

Estava formado o espaço que viria a ser a Praça Cipriano Barcelos.

O Intendente João Py Crespo, quando da visita do Professor Agache, Secretário Geral da Sociedade Francesa de Urbanistas a Pelotas, em 09 de novembro de 1928, levou-o a visitar a cidade, e Agache, ao chegar a Praça Cipriano, na época Dom Pedro II, observou que a entrada da praça pela Rua Marechal Floriano deveria ser feita por meio de duas escadas artísticas guarnecidas de um declive de relva. Apreciou muito a Av. Vinte de Setembro, prevendo belo o futuro do bairro, que se tornaria o mais aristocrático de Pelotas. Suas previsões não se concretizaram, e a Praça nunca ganhou a escadaria, nem o bairro desenvolveu-se como ele previu, e o devir reservou-lhe numerosos conjuntos de habitações populares e de pequenas indústrias e comércio.

3.6.1 Percurso do Observador pelas ruas limites à Praça

Começando o percurso pela artéria principal da praça sentido leste/oeste denominada Rua Marechal Floriano, projetada no segundo loteamento da cidade, a partir da Praça Coronel Pedro Osório em direção oeste até o arroio Santa Bárbara, onde, do outro lado do arroio, começava a estrada geral que conduzia ao Passo do Fragata, que, no século XIX, graças às charqueadas, era a mais importante via de

²⁸⁶ Relatório da Intendência de 20 setembro de 1921 sob o comando do Intendente Dr. Pedro Luis Osório no Art. *Compra de Terrenos*, p. 57-58.

comunicação do continente com a Província. Foi o principal elo de comunicação entre a rua e a Praça.

Seu primeiro nome foi dedicado a São Jerônimo, santo católico, como Santa Bárbara, pois os dois eram santos das tempestades, e o arroio Santa Bárbara transbordava no inverno, alagando a rua e a Praça, causando transtornos para a população. Em 1895, no dia 15 de novembro, recebeu o nome do recém falecido ex-presidente da República, o “Marechal de Ferro”, Floriano Peixoto.

A leitura dos valores plásticos contidos nos espaços que compõem essa área apresentam-se para o usuário, sob uma forma bidimensional, pois grande parte do prédio da Companhia Cervejaria Ritter é representado por um muro que volta as costas para a rua e a Praça; estando num patamar mais baixo, não consegue ter uma ligação formal com essa rua, há uma fratura entre a praça, a rua e o prédio que lhe serve de parede. (fig. 123)

O resto da Rua Marechal Floriano era ocupado por prédios baixos, de pequeno comércio, como a Fábrica de Chapéus Pelotense, fundada em 1881, o curtume Barros Coelho & Cia., a fábrica de chapéus F. Rheingantz & Cia., a Companhia de Seguros Marítimos Aliança de Londres.

Na esquina da Praça com a Marechal Floriano, temos um belíssimo prédio construído em 1881, em estilo historicista eclético, pertencente à família Trápaga e doado, em 1963, à Escola de Belas Artes. Prédio de grande riqueza de elementos arquitetônicos, com sua platibanda vazada com balaústres e, na parte central, frontão decorado. Enfeitando a parte superior da platibanda, vasos, estátuas e globos. Os vitrais das janelas em estilo *belle-époque*, encimados com pequenos arcos, contrapondo com as janelas superiores em estilo manuelino, abrindo 16 vãos para a Praça, mantendo um diálogo permanente entre eles. (fig. 124,125)

Na face oeste da Praça, temos a grande área da Praça da Constituição, um espaço para atividades de comércio, sem nenhum tipo de equipamento ou arborização. Ao entrarmos na Rua Lobo da Costa em direção oeste-leste, deparamo-nos com uma das primeiras “Villas” urbanas de Pelotas, uma inovação do Código de 1915, em que, no Art. 41, determina normas específicas para “os grupos



Fig. 124– Prédio Residencial, Rua Barão de Santa Tecla.
Fonte: Foto de Neco Tavares, 2002



Fig. 125 – Residência Família Trápaga, atual Escola de Belas Artes, Esquina Rua Santa Tecla com
Marechal Floriano.
Fonte: Foto de Neco Tavares. 2002

de pequenas habitações, constituindo as chamadas Villas²⁸⁷. Eram construções simples e baixas como todo o quarteirão. Apesar dessa rua estar no mesmo eixo da Praça Coronel Pedro Osório, pela topografia ascendente em direção leste o visual é interrompido não conectando a Praça Cipriano Barcelos com o próximo espaço urbano público, representado pela Praça do Mercado. (fig. 126)

Ao completarmos o percurso agora em direção sul-norte, entramos na Rua Barão de Santa Tecla, rua de grande extensão, indo do Arroio Santa Bárbara passando pela Av. Bento Gonçalves, ligando-se ao Bairro da Luz. Sendo uma rua larga e plena, conseqüentemente, apresenta amplitude e profundidade visuais, com a valorização de um horizonte em ponto de fuga ilimitado para o olho do observador. Temos, ainda, a importante ligação com a Praça Piratinino de Almeida formando um *continuum* urbano.

Sua arquitetura é das mais variadas e de volumetrias diversas. Predomina, é claro, o estilo de arquitetura dos principais prédios, o estilo historicista eclético, como o exemplo de uma casa residencial de meio de quarteirão, com jardim frontal, raro para o começo do século XX, com belo portão em ferro trabalhado na frente do lote. A residência é composta de dois andares, tendo, na parte superior, uma sacada com adornos rendilhados e o frontão vazado, lembrando construções árabes. Os prédios e a Praça estão numa mesma cota de altura, permitindo uma ligação mais forte do que as outras ruas que lhe servem de limites. O quarteirão tem seu término na Escola de Belas Artes, já descrita acima.

3.6.2 A Praça, seu estilo e seu processo evolutivo

Como todas as quatro praças analisadas, a Praça Cipriano Barcelos é baseada na Tríade Clássica Básica, com seus eixos em dupla cruz, convergindo todas para um ponto central, onde está colocado um chafariz. O que a diferencia das demais é que ela possui um desnível acentuado em relação à Rua Marechal Floriano e um outro em relação ao leito do antigo arroio Santa Bárbara, e seu ponto focal é em escala menor e não tem o cuidado dispensado à Praça Coronel Pedro Osório. Seus caminhos são de saibro, não possuindo nenhum pavimentado. Completando a



Fig. 126 – Uma das primeiras vilas urbanas de Pelotas, segundo Arquiteta Glenda Cruz, situada na Rua Lobo da Costa.
Fonte: Foto de Neco Tavares, 2002

tríade, temos o caminho periférico, este sim com pavimentação. No Almanach de 1914, no artigo *Praças Ajardinadas*, consta que as praças centrais seriam remodeladas ao “estilo inglês”, porém nunca tal fato ocorreu nessa praça. É desprovida de qualquer equipamento urbano, a não ser o chafariz da extinta pracinha Sete de Setembro, que, em 1914, foi transferido para ela; é composto por duas bandejas em ferro, e por um grupo de querubins. (fig. 127,128,129)

O eixo que liga a Rua Santa Tecla ao chafariz central é formado por uma alameda de coqueiros nativos (jerivás), com um certo planejamento arbóreo. Observa-se um fato curioso: na época não se utilizava o coqueiro jerivá como espécie vegetal de marcação ou servindo para formar uma alameda. Mas isto ocorreu na Praça. Se observarmos atentamente, notamos alguns exemplares, deles também no pátio da Cervejaria Ritter. Não temos registro algum desse plantio, nem de um quiosque que existe no local da Praça, utilizado pelo Sr. Ritter e seus amigos (contado por moradores antigos da cidade, sem comprovação histórica, através de registros), levando a supor que foi o Sr. Ritter que mandou plantar esta alameda e edificar o quiosque. A alameda ainda existe nos dias atuais. O resto da vegetação é colocado de forma arbitrária e composta por árvores, na maioria de grande porte, como as *tipuanas tipas*-(tipas), que servem de pano de fundo para o belo chafariz, as *chorisia speciosa* (paineiras) dentre outras.

Nem sempre a Praça teve seu espaço sem atividades. No Correio Mercantil de 17 de janeiro de 1875, constava que para o povo e para os burgueses mais simples, as alternativas, embora menos faustosas, eram bastante mais amplas.²⁸⁸ Havia, de início, as corridas de touros na Praça além do Arroio Santa Bárbara, ou seja, na Praça das Carretas ou da Constituição. Havia as excursões ao bairro Fragata, passando pela Praça, e o hábito de colocar as cadeiras à frente das casas, para o hábito de sentar na rua, enquanto as crianças corriam pela praça e apreciar às noites de verão.

A alma popular atinge a sua maior expressão: nos folguedos do carnaval ocorridos nas praças. Mas não é só nessas festas pagãs, que os negros, e eram muitos no final do século XX, manifestavam sua cultura. Todos os domingos e dias

288 Jornal Correio Mercantil de 17 de janeiro de 1875. Art. *Cidade de Pelotas*.



Fig. 127 – O arvoredo e o chafariz da Praça
Cipriano Barcelos.
Fonte: Foto da Autora, 2002



Fig. 128 – O chafariz da Praça
Fonte: Foto da Autora, 2002



Fig. 129 – O chafariz
Fonte: Foto da Autora, 2002

santos, do meio-dia à noite, exibiam-se publicamente em danças e cantigas usuais entre os gentios. Eles usavam roupas coloridas e cantavam e dançavam ao som de tambores, chocalhos e instrumentos de percussão, seguindo o Rei até o lugar do batuque ou candomblé. O ponto dessas reuniões era à sombra de magníficas figueiras, localizadas em ampla área, além do arroio Santa Bárbara, à esquerda da Ponte da Pedra, a Rua Riachuelo e o referido arroio,²⁸⁹ ou seja, na Praça da Constituição.

Ao rever o espaço da Praça, não encontramos mais o barulho dos batuques, o povo divertindo-se nas touradas as lavadeiras passando com seus cestos de roupas para lavar no arroio Santa Bárbara, ou o tropel dos animais na Ponte de Pedra a caminho, da Tablada. Em contrapartida não existe o macabro espetáculo do enforcamento, onde acorria uma multidão de pessoas para assistir a execução. O que existe é um espaço dentro do *continuum* urbano, sem manifestações sociais e também sem o povo.

289 OSÓRIO, Fernando, op. cit., 1998.

CONCLUSÃO

Durante o período estudado, 1860-1930, o mundo passava por grandes transformações, advindas da era industrial, da descoberta de novas tecnologias, do crescimento exagerado dos núcleos urbanos, das mudanças de comportamento e de hábitos das populações que moravam nas cidades. Esses fatores vão refletir diretamente no desenho do espaço físico e do modo de habitar das cidades.

Espaços identificáveis e figurativos como as praças adquirem uma importância fundamental, como espaços de identidade para quem habita as cidades. Os centros urbanos foram desenhados segundo a ótica das pessoas que se deslocavam a pé e mais tarde de carro, percurso de zonas de compressão e de vazios, contraste entre espaços amplos e espaços delimitados, alternância de tensões e de tranquilidade. As praças tomam seu papel de importância como espaço físico, no momento em que são consideradas como ilhas de descompressão dentro do desenho urbano. Paulo Zucker²⁹⁰ caracterizou-as como *“lugar de estacionamento psicológico dentro da paisagem cívica”*.

Como espaços de representação, as praças das cidades modernas têm um papel fundamental para o equilíbrio das pessoas, pois a natureza agora distante, é reportada para esses espaços de modo ordenado, domesticado, belo e sem os perigos da natureza selvagem. A natureza transportada para os jardins das praças, numa representação simbólica, pode ser usufruída pelo homem, mas como algo impalpável, invisível, não materializado como se estivessem no “Jardim do Éden”. O

290 ZUCKER, Paulo. *Town and square: from the Ágora to the village green*. New York: Columbia University Press, 1959. p. 1.

homem tem procurado a simbologia do ambiente natural de forma constante nos seus sonhos, como um mundo ideal, e a construção desse mundo ideal é uma questão de remover os defeitos do mundo real, criando “ilhas” dentro da malha urbana. As árvores guardam, no seu interior, os mistérios da natureza, que não podem ser desvendados totalmente.

A paisagem não é estática, pois todos os elementos nela contidos se modificam constantemente, ou pela ação do tempo ou pelo homem. Um território é formado por um número infinito de paisagens, facilmente justapostas, e a essas paisagens conferimos um determinado significado estético, cultural, científico ou social. A sistematização, consciente ou intuitiva, desses elementos é que nos permite evocar a “terra natal”, em contraposição a todas as outras que serão conhecidas.

No lugar onde se estabeleceu a cidade de Pelotas, a paisagem era de um relevo quase plano, ao nível do mar, clima úmido e com pouca vegetação, principalmente de grande porte. A paisagem natural estendeu-se para a paisagem urbana, onde as ruas que compunham essa paisagem eram desprovidas de arborização. As praças foram adaptadas aos modelos europeus nos seus traçados e “enfeitadas” com vegetação exótica, de preferência de pequeno porte, e com flores, não como forma de compor a paisagem, mas para demonstrar um *status* cultural trazido da Europa.

A praça-jardim tornou-se um ícone social do espaço urbano e passou a ser vista e representada por elementos como canteiros ajardinados, fontes, quiosques e coretos e situada no centro, zona da elite da cidade.

Seguindo o conceito de que as praças são indissociáveis do lugar, tornou-se índice de civilidade e de qualidade de vida urbana tratá-las adequadamente, embelezando e melhorando seus espaços físicos. Com esses procedimentos, Pelotas estava no mesmo nível das principais cidades brasileiras e européias modernas quanto ao tratamento de seus espaços urbanos.

Nas cidades modernas, as praças geralmente em estilo historicista eclético,

foram espaços de segregação social, onde os mais abastados as freqüentavam em detrimento do povo, onde havia uma rígida forma de comportamento. Passear na praça exigia trajes adequados e comportamento cortês, típicos da Belle Époque. As praças brasileiras, entre elas as de Pelotas, em decorrência das fortes influências européias, adotaram esse comportamento, excluindo aquelas pessoas menos privilegiadas. Somente a partir da década de 20, quando se iniciou-se um movimento cultural moderno, houve uma mudança no modo comportamental da sociedade, influenciando diretamente nos usos dos espaços urbanos. Surgiu uma classe média, composta por comerciantes, pequenos burgueses, e de uma classe menos privilegiada, a dos trabalhadores; as classes sociais misturaram-se, mas todas deviam estar integradas aos novos padrões da sociedade dita moderna, utilizando suas horas de folga, principalmente o lazer de fim de semana, em passeios aos locais das praças e parques, acompanhados por suas famílias, como forma de sociabilidade e ascensão social.

O processo de urbanização de Pelotas deu-se de forma rápida e ordenada. A cidade estabeleceu desde o seu começo normas de conduta, com o código de posturas, regras de administração, criando leis municipais, disciplinando a vida da comunidade e leis urbanísticas, organizando e estruturando a cidade. O resultado foi a caracterização espacial bem determinada desde sua implantação, como os lotes, profundos e estreitos, com as edificações ocupando toda a frente e junto à calçada, ruas mais largas no sentido norte-sul e mais estreitas, travessas, no sentido leste-oeste. As praças tinham dimensões estabelecidas, com todos os lados de iguais dimensões e eram caracterizadas como espaços de passagem e de sociabilidade, um legado português.

O desenvolvimento da cidade de Pelotas teve seu auge no período de 1860 a 1900, quando houve recuperação econômica atrelada ao setor de produção, e os esforços para a construção de uma cidade moderna foram retomados. O desenvolvimento econômico gerou o desenvolvimento urbano. No mesmo período, houve um crescimento demográfico, resultando no aumento da malha urbana e na necessidade de novos espaços públicos para essa população. Praças foram criadas e as centrais delimitadas, equipadas e arborizadas, formando um *continuum* verde

dentro da área central da cidade, com eixos visuais bem legíveis dando condições ao indivíduo de deslocar-se, com pontos referenciais (as praças) sempre nos limites desejáveis. O mapa mental organizado com essas referências tornou-se suficiente para a identidade e a legibilidade urbana.

Pelo seu desenvolvimento crescente, resultante de um poder econômico, Pelotas rivalizava com Porto Alegre, e seus espaços públicos eram semelhantes nas duas cidades, não só no número de praças existentes, mas no seu tratamento e nos equipamentos.

Nas duas cidades, o progresso chegou no mesmo período, como a iluminação pública, a modernização dos transportes e a implantação de infra-estrutura. A diferença entre as duas cidades era o modo como se deram as transformações espaciais no começo do século XX. Em Porto Alegre, com o Plano de Melhoramentos e Embelezamento da Capital, houve “rasgos” no tecido urbano bastante significativos, enquanto em Pelotas essas mudanças basearam-se no *slogan* da época “*conservar melhorando*”. Nada foi derrubado.

Na terceira e última parte da dissertação, detivemo-nos nos estudos de caso, que são as cinco situadas na área central da cidade, distantes poucos quarteirões uma das outras. São consideradas praças com traçado português, em estilo historicista eclético, com partido rígido, de Tríade Clássica Básica, onde foram observadas a simetria e as regras acadêmicas de composição, organização axial dos caminhos, implantação de elementos urbanos, como chafarizes, bustos, etc, vegetação arbórea, na maioria exótica e arbustiva podadas, formando desenhos. A organização espacial é igual em todas as praças estudadas, assim como a maioria dos elementos nelas dispostos. Mas quais são os fatores que lhes conferem graus de importância e as diferenciam uma das outras dentro desta malha urbana?

Quando as transformações sociais ocorreram nas cidades modernas, a estratificação social já não era rigorosamente estável, iniciando-se processos acelerados de diferenciação entre as classes. As praças foram “divididas” em territórios, onde cada classe social ocupa o seu lugar. O fator sociabilidade foi determinante para a diferenciação dos usos dos espaços das praças. Outro fator foi

o de caráter simbólico. A praça principal deveria ser o reflexo dos poderes político, econômico, social e cultural da cidade; portanto, os prédios ao seu redor deveriam ser os de uma arquitetura mais elaborada e luxuosa, pertencentes à elite da sociedade pelotense e deveriam permanecer assim com sua história social e política. Os cuidados dos espaços de jardins eram constantes e deveriam estar sempre em boas condições.

A Praça Coronel Pedro Osório era a principal da cidade e representante do poder, pois, ao seu redor, estavam a maioria dos prédios arquitetônicos administrativos, os prédios culturais e de sociabilidade, bem como os casarões residenciais pertencentes a importantes e tradicionais famílias pelotenses. Desde sua criação, foi a praça do poder. Primeiro, com a implantação do Pelourinho, como demonstração de poder político da cidade, tendo, ao seu redor, os principais prédios públicos, como a Câmara Municipal, o Teatro Sete de Abril e a 1ª Escola Pública. Mais tarde, ainda no século XIX, foi instalado um magnífico chafariz, chamado Fonte das Nereidas e a praça foi ajardinada, pisos em ladrilhos foram colocados, numa demonstração, agora, de poder econômico e cultural, servindo para a elite da sociedade. Durante muito tempo serviu de cenário para as principais manifestações públicas, tanto políticas, onde dirigentes discursavam para um público seletivo, como para escolas desfilarem garbosamente na Semana da Pátria, no seu entorno, ou para manifestações sociais, quando os dirigentes recebiam algum importante na Prefeitura ou na inauguração de um monumento da praça. Era a praça da sociedade e da sociabilidade.

No mesmo eixo da Praça Coronel Pedro Osório ficava a pequena Praça da Matriz, hoje José Bonifácio, que servia de adro da Catedral. Antes, quando Pelotas ainda era vilarejo, possuía o chafariz, cumprindo a função prática de abastecimento d'água e ponto de encontro da gente do lugar. Escravos, ao buscarem água para o abastecimento das casas de seus senhores, traziam também as novidades, as notícias fresquinhas dos acontecimentos da cidade. A tarde era a vez dos senhores respeitáveis se encontrarem para tratar de negócios e de política. Festas religiosas e quermesses aconteciam na recém ampliada igreja. Era uma praça de grande importância social para a cidade.

A cidade foi crescendo, se modificando. Pessoas importantes que moravam ao redor da Praça da Matriz, foram morar à volta da nova praça, a República, onde o poder político estava agora instalado. A aparência da Praça da Matriz também foi mudando. Não possuía mais o chafariz. Pessoas e festas tornaram-se cada vez menos freqüentes. O ponto principal era, agora, o busto de José Bonifácio, que emprestou o nome à praça, mas que não chegou a ser um ponto de atrativo para dar vida a ela. Hoje, serve somente de apoio aos fiéis quando vão aos atos religiosos.

No final desse eixo, estava a Praça Júlio de Castilhos, hoje Dom Antônio Zattera, que, por ser uma praça situada nos limites do antigo traçado da cidade, foi, durante muito tempo, considerada periférica. Desde sua implantação, o tema educação está presente. Estavam localizados no seu interior uma pequena escola, um mini-zoo e o primeiro *kind-garden*, ou seja, uma pracinha de recreação infantil, que permanece até os dias atuais. Foi densamente arborizada, pois, no começo do século XX, pensava-se que um local com muitas árvores era ideal para a saúde, uma vez que o ar seria mais puro. Desde que foi saneada e ajardinada, ela teve objetivos principais, a recreação infantil e a educação, contemplando uma faixa etária bem determinada, a da criança. A importância desse modelo específico de praça para a cidade acentuou-se com a construção de mais um prédio a partir da década de 40, destinado à Escolinha de Artes, junto ao espaço da recreação infantil. Essa praça se diferenciou das outras praças pelotenses pelo número de construções dentro do mesmo espaço público, voltados principalmente para a educação.

A Pira da Pátria foi erigida junto à Av. Bento Gonçalves onde manifestações de patriotismo ali são praticados como os grandes desfiles escolares.

O apreço que os pelotenses tinham por manterem uma imagem de povo educado é manifestado através dessas atividades em um lugar público, que todas as classes sociais podiam freqüentar.

Mudando o eixo em 90°, tem-se a Praça Piratino de Almeida ou da Santa Casa, como é chamada, cuja finalidade sempre foi de suporte para o hospital e local para a caixa d'água, monumento marcante dentro da cidade. Seu traçado foi cuidadosamente elaborado e ajardinado, pois era de importância vital ter um belo

jardim público emoldurando o prédio principal do Hospital da Santa Casa e do qual tanto os pelotenses se orgulhavam. Sempre foi uma praça de poucos equipamentos e com duas finalidades bem determinadas: a de servir de ante-sala para o hospital e de abastecimento para cidade. Sua finalidade de abastecer a cidade permanece até hoje; a outra, de mirante, perdeu-se. Hoje não há mais esse ato de sociabilidade.

A Praça Cipriano Barcelos ou, como é chamada popularmente, Praça dos Enforcados é portadora de um nome, cuja simbologia é bastante forte. Quanto à sua organização espacial, é enriquecida por uma alameda de palmeiras que levam ao ponto central da praça onde se encontra um chafariz. É a única das cinco praças que possui essa marcação, tão utilizada hoje, mas que, para a época, era um fato inédito. Essa praça e as áreas que lhe são periféricas já serviram de local para enforcamentos, para batuques e de área de “escape” para as águas do arroio Santa Bárbara. Hoje está legada ao esquecimento e ao descaso.

A influência cultural exercida pelos países europeus, a necessidade da cidade conectar-se a uma nova ordem social, econômica e política pela qual o País passava na transição do século XIX ao século XX, quando as cidades passaram de imperiais, para republicanas, proporcionaram o surgimento de campanhas de modernização, de salubridade e de embelezamento das cidades, e o modo mais eficiente para essa demonstração era através do cuidado com seus espaços públicos abertos, pois eles, a princípio, poderiam ser utilizados por todos, sem discriminação de raças ou de poder econômico, demonstrando uma civilidade e uma modernidade tão valorizadas pelo novo regime.

Nesse período de transição pelo qual a cidade passava ela deveria ser bela, higiênica e pitoresca, surgindo uma nova tipologia urbana, a das praças ajardinadas.

A praça passou a ser um belo cenário ajardinado, com finalidades bem diversas das praças coloniais. Ela é destinada às atividades de recreação, para o lazer contemplativo, para os atos de sociabilidade da população e para os passeios, ato de ser visto e de ver os outros.

Porém não devemos esquecer que para freqüentar essas praças, as pessoas

deveriam obedecer a algumas normas de conduta e de comportamento bastante rígidas e hierarquizadas. A praça do começo do século XX foi palco para os desfiles de uma elite brasileira e, portanto, também para elite pelotense.

Um outro fator que não podemos esquecer é que, com a rápida consolidação e assimilação do modelo da praça ajardinada como padrão de modernidade urbana, consolidou-se o hábito de planejar e projetar as praças públicas, principalmente as centrais da cidade.

Esses projetos eram baseados em modelos de ajardinamentos franceses e ingleses, principalmente, e dotados de uma forte unidade de programa e de forma, seguindo uma linha de projetos de arquitetura paisagística denominada Ecletismo, como ocorreu, também, nos projetos arquitetônicos da época, evidenciados, na cidade de Pelotas, pelos principais prédios que ficam ao redor desses espaços e de estilo “historicistas ecléticos”.

O uso da vegetação nas praças tem como ponto focal a forma de amenizar os efeitos de urbanização intensa dos centros urbanos, trazendo a natureza domesticada para junto dessa população, que não tem mais contato direto com essa natureza.

O propósito deste trabalho foi mostrar e refletir as várias relações que as praças tiveram com a cidade no seu trajeto, desde sua formação até as primeiras décadas do século XX. No início, como lugar identificatório da cidade, com a colocação do Pelourinho, depois nos diversos tempos, com suas transformações, como espaço de prosperidade e modernidade, até chegar à fase de estagnação, a partir da segunda metade do século XX, quando a cidade entrou em decadência.

As praças são redutos da natureza dentro da malha urbana. A expansão rápida das cidades rompeu com sua estabilidade e, conseqüentemente, com seus espaços, que agora possuem usos diversos.

As edificações representativas e relevantes para a memória histórico-urbana, localizadas ao redor das praças foram substituídas por outras, destruindo esse elo

entre o passado e o presente.

A arquitetura da paisagem é modificada a cada instante, por causa dessas mudanças, perdendo seus significados.

Preservar e valorizar esses espaços não significa congelar o passado, mas possibilitar que a cidade se desenvolva de acordo com suas necessidades atuais, incorporando as mudanças e, ao mesmo tempo, guardando suas características particulares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Maurício de. **Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro**. In: Revista Espaço & Debates, 1914.
- AGACHE, Alfred. **Cidade do Rio de Janeiro: extensão – remodelação – embelezamento**. Paris: Foyer Brasilien, 1930.
- ANJOS, Marcos Hallal dos. **Estrangeiros e modernidade: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX**. Pelotas: UFPEL, 2000.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **Metrópole e cultura: São Paulo no meio ambiente XX**. Bauru/SP: 2001.
- ARNHEIM, Rudolf. **Arte e percepção visual: uma psicologia da visão criadora**. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1986.
- ARRIADA, Eduardo. **Pelotas: gênese e desenvolvimento urbano (1780-1836)**. Pelotas: Armazém Literário, 1994.
- AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. **O Rio de Janeiro: sua história, monumento, homens notáveis, usos e curiosidades**. 3. ed. Rio de Janeiro: Brasiliana, 1969 (segunda edição : 1861).
- AVÉ-LALLEMANT, Roberto. **Viagem pelo Sul do Brasil no ano de 1858**. Trad. Teodoro Cabral. Rio de Janeiro; Instituto Nacional do Livro, 1953.
- AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da super modernidade**. São Paulo: Papyrus, 1994.
- ALPERS, Svetlana. **A arte de descrever**. São Paulo: Edusp, 1999.
- ARGAN, Giulio Carlo. **História da Arte como História da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- AYMONIMO, Carlo. **El significado de las ciudades**. Madri: Blume, 1981.
- BARDET, Gaston. **O Urbanismo**. São Paulo: Papyrus, 1990.

- BARRETO, Álvaro. **Relações sociais no carnaval pelotense de 1890 a 1906**. Pelotas: UFPEL, 1995. Caderno do ISP nº 7.
- BAUMER, Franklin L. **O Pensamento Europeu Moderno. Séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Edições 70 Ltda, 1977.
- BENEVOLO, Leonardo. **A Cidade e o Arquiteto**. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- _____. **A Cidade na História da Europa**. Lisboa: Editorial Presença, 1995.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- BELUZZO, Ana Maria de Moraes. **O Brasil dos Viajantes**. São Paulo: Odebrecht, 1994.
- BOLLE, Willi. **Fisionomia da Metrópole Moderna: Representação da História em Walter Benjamin**. São Paulo: Edusp, 1994.
- CABRAL apud ROCHA, Eduardo. **A Praça no espaço urbano, limites, caminhos, centralidades no desenho das cidades na região Sul do Rio Grande do Sul**. Pelotas: Dissertação de Mestrado/UFPEL/Faculdade de Artes.
- CALLAI, Helena Copetti. **A Cidade e a (Re)criação da relação Homem-Natureza**. In: Cadernos Ciência & Ambiente, IV (7) Jul/dez, 1993.
- CÂMARA, Manuel Arruda de. **Obras reunidas**. Coligidas e com estudo biográfico por José Antônio Gonçalves de Mello. Recife: Fundação de Cultura da cidade do Recife, 1982.
- CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano: Artes de fazer**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1998.
- CENTENO, Yvette, KACE, Freitas de Lima (coord.). **A Simbólica do espaço: cidades, ilhas, jardins**. Lisboa: Ed. Estampa, 1991.
- CHARTIER, Roger. **Text, Symbols and Frenchness**. Journal of Modern History 57 (1985) : 682-95.
- _____. **Intellectual History or Sociocultural History? The French Trajectories em Modern European Intellectual History: Reappraisals ainda New Perspectiva**. (org.) Dominick La Capra e Steven Kaplan Ithaca, M. I., 1982.
- _____. **A História cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- CHAVES, Antônio José Gonçalves. **Memórias Econômico-Políticas sobre a administração pública no Brasil**. 3 ed. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1978.

- CHOAY, Françoise. **A Natureza urbanizada. A invenção dos “Espaços Verdes”. A cidade, arte e arquitetura na Europa 1870-1993.** Paris: Centro Pompidou, 1994.
- _____. **A Renda e o modelo: sobre a teoria da arquitetura e do urbanismo.** São Paulo: Perspectiva, 1985.
- _____. **O Urbanismo: utopia e realidades, uma antologia.** 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- CLIFFORD, Derek. **Los jardines, Historia, Trazados, Arte.** Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local, 1970.
- CORNELL, Elias. **A Arquitetura da relação cidade-campo.** Brasília: Alva, 1998.
- CORREA, Antônio Bonet. **Concepto de Plaza mayor en España desde el siglo XVI hasta nuestros días.** Barcelona: Gustavo Gili, 1978.
- CORBIN, Alain. **O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- COSTA E SILVA, Riograndino. **Notas à margem da História do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Ed. Globo, 1968.
- CRUZ, Glenda Pereira da. **Urbanismo no Rio Grande do Sul.** (org.) Günter Weimer. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1992.
- _____. **Espaço construído e a formação Econômico-Social do Rio Grande do Sul: uma metodologia de análise e o espaço urbano de Pelotas.** Porto Alegre: Dissertação de Mestrado no PROPUR/UFRGS, 1984.
- CULLEN, Gordon. **Paisagem Urbana.** Lisboa: Edições 70 Ltda, 1983.
- DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil.** São Paulo: Ed. Martins, 1940.
- DESCARTES, René. **Meditationes de prima philosophia: meditation métaphysiques.** 3 ed. Paris: Ed. J-Vrin, 1949.
- _____. **Les principes de la Philosophie.** Paris: Ed. Delalain, 1920.
- DREYS, Nicolau. **Notícia Descritiva da Província do Rio Grande do Sul de São Pedro do Sul.** Porto Alegre: Ed. Globo, 1961.
- FAVOLE, Paolo. **La Plaza en la Arquitectura Contemporánea.** Barcelona: Gustavo Gili, 1995.
- FORESTIER, Jean Claude-Nicolas. **1861-1930 Du jardins an paysage urbain.** Artes du Colloque international sobre J. C. M. Paris: Picard, 1990.
- FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. **Desenho Ambiental: uma introdução à Arquitetura de Paisagem com o paradigma ecológico.** São Paulo: Annablume,

1997.

- FREIRE, Cristina. **Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo**. São Paulo: Annablume, 1997.
- GALENDER, Fany Cutcher. **Paisagem e Ambiente: Ensaios IV**. (org.) Silvio Soares Macedo, São Paulo: Favusp, 1982.
- GEOFFREY y Susan Jellicoe. **El paisaje del hombre há conformacion del entorno desde la Prébitoria hasta nuestros dias**. Barcelona: Gustavo Gili, 1995.
- GIEDION, Sigfrido. **Espacio, Tiempo y Arquitectura**. Madri: Dossat, 1978.
- GOMBRICH, Ernest Haus. **A História da Arte**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- HALBWACHS, Maurice. **la mémoire collective**. Paris, 1950.
- HOWARD, Ebenezer. **Cidades-jardins de amanhã**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- HUMBOLDT, Alexander Von. **Quadros da Natureza**. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1952. 2v.
- HUNT, Lynn. **A nova História cultural**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1992.
- ISABELLE, Arsène. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Trad. Dante de Laytano,. 2 ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983 (primeira edição francesa, 1835).
- JIMENEZ, Marc. **O que é estética?** São Leopoldo/RS: Unisinos, 1999.
- KERN, Maria Lúcia Bastos. **Tradição e Modernidade: a configuração do lugar na pintura brasileira**. Anais da XX Reunião da SBPH. Rio de Janeiro, 2000.
- KLIASS, Rosa Grená. **Parques Urbanos de São Paulo**. São Paulo: Pini, 1993.
- LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1992.
- LAURIE, Michel. **Introducción a la arquitectura del paisaje**. Barcelona: Gustavo Gili, 1982.
- LEACH, Edmund. **Natureza, cultura**. In: Enciclopédia Eimaudi Anthropos-homem. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. v. 5.
- LEITE, Míriam Moreira. org. **A Condição feminina no Rio de Janeiro. Século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros**. São Paulo: Edusp, 1993.
- LÉON, Zênia de. **Pelotas: sua história e sua gente**. Pelotas: UFPEL, 1959.
- LEPETIT, Bernard. **Por uma nova História Urbana**. (org.) Heliana Angotti Salgueiro. São Paulo: Edusp, 2001.

- LINCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil, tomadas durante uma estada de 10 anos nesse país de 1808 a 1818**. São Paulo: Martins Fontes, 1951.
- LUZ, Luis Fernando da. **Parque Farroupilha: composição e caráter de um Jardim Público de Porto Alegre**. Pelotas: UFPEL/PROPAR/Dissertação de Mestrado, 1999.
- MACEDO, Francisco Riograndense de. **História e vida da cidade**. Porto Alegre: UFRGS, 1973.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. **Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1942.
- MACEDO, Silvio, Soares, ROBBA, Fábio. **Praças Brasileiras**. São Paulo: Edusp, 2002.
- MACEDO, Silvio Soares, SAKATA, Francisco Gramacho. **Parques Urbanos no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2002.
- MAGALHÃES, Mário Osório. **História e tradições da cidade de Pelotas**. Porto Alegre: IEL/UCS, 1981.
- _____. **Opulência e cultura da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudos sobre a História de Pelotas (1860-1890)**. Pelotas: UFPEL, 1993.
- MARIN, Louis. **Sublime Poussin**. São Paulo: Edusp, 2000.
- MATTAR, Leila Nesralla. **Porto Alegre: Voluntários da Pátria e a Experiência da rua plurifuncional (1900-1930)**. Porto Alegre: PUCRS/Dissertação de Mestrado em Pós-Graduação em História, 2001.
- MARX, Murilo. **A Cidade no Brasil em que temos**. São Paulo: Studio Nobel, 1999.
- _____. **Cidade Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1980.
- MARX, Roberto Burle. **Arte & Paisagem**. São Paulo: Studio Nobel, 1987.
- MICHELET, Jules. **O Povo**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- MICHELON, Francisca Ferreira. **Cidade de Papel: A modernidade nas fotografias impressas em Pelotas (1913-1930)**. Porto Alegre: PUCRS/Tese de Doutorado no curso de Pós-Graduação em História, 2001.
- MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre: Urbanização e Modernidade. A construção social do espaço urbano**. Porto Alegre: Edipucrs, 1995.
- MUNFORD, Lewis. **A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- NASCIMENTO, Heloísa Assumpção. **Nossa cidade era assim**. Pelotas: UFPEL, 1999.

- _____. **Praça da Matriz**. Porto Alegre: Ed. Globo, 1964.
- NEVES, Margarida Souza. **História da crônica. Crônica da História**. In: Resende, B. (org.) Cronista do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: José Olympo, 1995.
- NORBERG-SCHULZ, Christian. **Existencia, Espacio y Arquitectura**. Barcelona: Blume, 1975.
- PESAVENTO, Sandra Jotaby. **O Espetáculo de Rua**. Porto Alegre: UFRGS/, 1992.
- PICON, Antônio apud SALGUEIRO, Heliana Angotti (org.). **Cidades Capitais do século XIX: racionalidade, cosmopolitismo e transferência de Modelos**. São Paulo: Edusp, 2001.
- PIMENTA, José Vieira apud OSÓRIO, Fernando. **A Cidade de Pelotas**. Pelotas: Armazém Literário, 1997.
- ORTIZ, Renato. **Cultura e Modernidade**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- OSÓRIO, Fernando. **A Cidade de Pelotas**. 3 ed. Pelotas: Armazém Literário, 1997.
- QUEIROGA, Eugênio Fernandes. **O lugar da praça e a pracialidade dos lugares**. In: Boletim mensal da ABAP, Ano 4, nº 36, 2003.
- RAMA, Angel. **A Cidade das letras**. São Paulo: Brasiliense S/A, 1980.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- RONCAYOLO, Marcel. **Cidade**. (org.) Fernando Gil. Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986.
- ROSSI, Aldo. **A Arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1967.
- SALGUEIRO, Heliana Angotti (org.). **Cidades Capitais do século XIX: racionalidade, cosmopolitismo e transferência de Modelos**. São Paulo: Edusp, 2001.
- SANTOS, Carlos Alberto Ávila. **Espelhos, Máscaras, Vitrines: estudo iconológico de fachadas arquitetônicas – Pelotas (1870-1930)**. Pelotas: Educat, 2002.
- SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1982.
- _____. **Metamorfose do espaço habitado, fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SCHLEE, Andrey Rosenthal. **O ecletismo na arquitetura pelotense até a década de 30**

- e 40. Porto Alegre: UFRGS/Dissertação de Mestrado, 1994.
- SCHWARZ, Rudolf. **Von der Bebauung du Erde.** 1949.
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República.** São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público: jardins no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel, 1996.
- SITTE, Camillo. **A Construção das cidades segundo seus princípios artísticos.** São Paulo: Ática, 1992.
- SOUZA, Célia Ferraz de apud PESAVENTO, Sandra Jotaby. **O Espetáculo da rua.** Porto Alegre: UFRGS/Prefeitura Municipal, 1992.
- SÜNEKIND, Flora. **Tal Brasil, qual romance? Uma ideologia estética e sua história: o naturalismo.** Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.
- TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade.** Petrópolis/RJ: Vozes Petrópolis, 1998.
- WOLFF, Sílvia Ferreira Santos. **Jardim América. O 1º bairro-jardim de São Paulo e sua arquitetura.** São Paulo: Edusp, 2001.
- YUNES, Gilberto Sarkis. **Cidades Reticuladas: a persistência do modelo na formação urbana do Rio Grande do Sul.** São Paulo: FAU/USP/Tese de Doutorado, 1995.
- ZUCKER, Paul. **Town and Square: from the Agora to the village green.** New York: Columbia University Press, 1959.

Fontes Primárias

1 Mapas Corográficos

2 Atas, registros, documentação manuscrita e impressa – Atas da Câmara Municipal da Vila de São Francisco de Paula 84p. 3 de maio de 1832 a 1883 nº 91. Museu da Biblioteca Pública de Pelotas (manuscrito)

3 Synopse das concessões de sesmarias. In: Revista do Archivo Público do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Officinas Graphics d' A Federação nº 1 janeiro de 192 (impressos)

4 Relatórios da Intendência Municipal no período de 1860-1930. Biblioteca Pública Municipal.

5 Almanach de Pelotas de 1913 à 1930, sob a direção de Ferreira & Cia. e à partir de 1917 sob a direção de Florentino Paradedda.

6 Jornais: Correio Mercantil artigos – Pelotas
Diário Popular – diversos artigos – Pelotas
Zero Hora, coluna Almanaque, Porto Alegre.